

Universidade Federal De Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

PAULA DIAS DORNELAS

**“TANTO POR SER MULHER, QUANTO POR SER ESTRANGEIRA”:
LUTAS POR RECONHECIMENTO E FORMAS DE RESISTÊNCIA DE
MULHERES MIGRANTES NO BRASIL**

Belo Horizonte
2020

PAULA DIAS DORNELAS

**“TANTO POR SER MULHER, QUANTO POR SER ESTRANGEIRA”:
LUTAS POR RECONHECIMENTO E FORMAS DE RESISTÊNCIA DE MULHERES
MIGRANTES NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de mestra em Ciência Política.

Linha de Pesquisa: Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
Coorientadora: Profa. Dra. Rayza Sarmiento de Sousa

Belo Horizonte
2020

320	Dornelas, Paula Dias.
D713t	"Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira"
2020	[manuscrito] : lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil / Paula Dias Dornelas. - 2020.
	208 f.
	Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.
	Coorientadora: Rayza Sarmento de Sousa.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.Ciência política – Teses . 2.Migração - Teses.
	3.Relações de gênero - Teses. 4.Feminismo - Teses.
	I. Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Sarmento, Rayza.
	III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira": lutas por reconhecimento e formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil

PAULA DIAS DORNELAS

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração CIÊNCIA POLÍTICA, linha de pesquisa Teorias da Justiça, Feminismo e Pensamento Político Brasileiro.

Aprovada em 14 de fevereiro de 2020, pela banca constituída pelos membros:

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador
DCP/UFMG

Profa. Rayza Sarmento de Sousa - Coorientadora
Universidade Federal de Viçosa

Profa. Marlise Miriam de Matos Almeida
DCP/UFMG

Prof. Duval Magalhães Fernandes
PUC MINAS

Belo Horizonte, 16 de março de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Telma Maria Gonçalves Menicucci, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 17/03/2021, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0625086** e o código CRC **D9CBE252**.

A todas as mulheres que desafiam fronteiras e
(re)constroem suas vidas em outros lugares.

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta pesquisa foi uma jornada intrigante e desafiadora, que só se tornou possível pela contribuição de muitas pessoas. Agradeço a todas aquelas que participaram deste percurso e fizeram parte da minha caminhada.

Com a mais sincera e profunda admiração, agradeço às mulheres migrantes que compartilharam comigo fragmentos de suas histórias tão ricas. Obrigada pela possibilidade do encontro, pela confiança depositada em mim e por tantos ensinamentos. Amplio o agradecimento a todas as mulheres migrantes com as quais convivo, cotidianamente, em especial as companheiras do Cio da Terra, com quem aprendo tanto sobre afeto e luta. Que privilégio é caminhar com vocês e perceber que nós, mulheres, “somos terra fértil sem fronteiras”.

Agradeço ao meu orientador, Ricardo Fabrino, que me acompanha desde a graduação e é peça fundamental da minha formação como estudante e pesquisadora. À Rayza Sarmento, minha coorientadora, agradeço pelo incentivo, apoio terno e atenção ao longo desse processo. À dupla, sou grata pela orientação excepcional, pelo olhar cuidadoso, pelo equilíbrio e seriedade no acompanhamento da dissertação. Obrigada por “trazerem meus pés ao chão” diante das várias inquietações que envolvem a pesquisa. Vocês são inspiradores!

À UFMG e à FAFICH, lares para mais uma etapa de estudos, e ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, agradeço pela formação pública, gratuita e de tanta qualidade. Aos docentes do PPGCP, em especial aos professores Cristiano Rodrigues, Magna Inácio, Bruno Wanderley Reis, Marjorie Marona e Carlos Ranulfo, sou grata pelas instigantes discussões durante as disciplinas ministradas. À querida professora Marlise Matos, agradeço pela constante formação em gênero e feminismos, pelas ricas contribuições para a pesquisa ao longo do mestrado e pela participação na banca de defesa. Deixo, também, meu profundo agradecimento aos colegas e aos professores que integram o Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, e o Nepem – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, espaços tão importantes de discussão e aprendizado. Em especial, agradeço ao Grupo de Orientação Coletiva formado no Nepem, por todos os debates e contribuições para a dissertação. No departamento de Comunicação Social, agradeço à professora Ângela Marques, pelas conversas carinhosas e o estímulo à pesquisa ainda na graduação, e a todos os outros docentes que fizeram e fazem parte do meu percurso acadêmico. Um agradecimento especial e afetuoso à professora Viviane Gonçalves, pelo apoio, atenção e pelas incontáveis indicações de referências

bibliográficas. Ainda na UFMG, agradeço ao Alessandro e Thaís pelo auxílio e atendimento das demandas na secretaria da pós. Sou muito grata também à CAPES, pela bolsa recebida e a possibilidade de me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Na PUC Minas, meu agradecimento e admiração aos professores Duval Fernandes, pelos ensinamentos sobre migração e pela participação na banca examinadora, e Maria da Consolação Gomes de Castro, por tanta troca e aprendizado. Sou grata pela formação na temática migratória, pela parceria dentro e fora da Academia e por me permitirem fazer parte de outros projetos com vocês, como a elaboração do livro *Entre-Lugares*. Aqui, aproveito para agradecer à Roberta Nunes, grande amiga e parceira em tantas iniciativas relacionadas à migração e direitos humanos. Falando sobre deslocamentos populacionais, é importante agradecer também ao GIPE-DSM, Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração, da PUC Minas, e ao Grupo de Estudos sobre Migração, da UFMG. Sobre este último, agradeço muito à Bárbara Mano e ao Augusto Veloso por terem topado formar o grupo, pelas valiosas contribuições para a pesquisa e por todo o conhecimento que adquirimos juntos.

É fundamental agradecer às pessoas que, além das entrevistadas, tornaram possível o trabalho de campo para esta pesquisa. À amiga Larissa Bandeira, sou grata pela hospedagem, acolhida e partilha da rotina nos dias em São Paulo. À Juliana Carvalho, da UNICAMP, agradeço por nosso encontro inesperado, que se transformou numa parceria nas pesquisas e em grande ajuda durante o campo. Romi e Salime Hadad, obrigada pelas indicações, apoio e companhia nas andanças (e comilanças!) na capital paulista. Danielle e Elke, sou grata pela prontidão em ajudar e tornar o campo possível. À Isa Sorrentino, agradeço pela atenção, disponibilidade e contribuições às discussões da pesquisa. Um agradecimento importante e cheio de respeito também precisa ser feito às organizações, instituições e coletivos que trabalham com a temática migratória em São Paulo, em especial ao Coletivo de Base Warmis, à Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas, à Missão Paz, ao CAMI – Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante, ProMigra, Migraflix e Abraço Cultural. Em Belo Horizonte, agradeço ao Cio da Terra – Coletivo de Mulheres Migrantes, à Rede de Estudantes Migrantes da UFMG, às diversas instituições que atuam na causa migratória, e aos amigos e amigas que ajudaram com indicações, referências e dicas para a realização do trabalho de campo.

É impossível falar desta pesquisa sem mencionar e agradecer às pessoas que me ensinaram, na prática, que construir conhecimento pode ser um processo coletivo e afetivo.

Às Periféricas, grupo amado de amigas e amigos da pós-graduação, gratidão por terem feito essa jornada ser mais leve, diversa e potente. Nominalmente, agradeço à Yulieth, Pedro, Kelly, Camila, Jéssica, Talita, Esther, Pollyana, Paula, Lívia, Priscila, Ana Luiza, Ananda, Carla, Gabriel, Lucas, Bia, Grécia e Mariana. Tenho orgulho e admiração pelo caminho que estamos trilhando na vida acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço pela amizade, pelo apoio diário na pesquisa e por permanecermos de mãos dadas na busca por uma sociedade mais justa e plural.

À turma de 2018 do PPGCP e às amigadas que sempre estiveram presentes, também registro meu carinhoso agradecimento. Às Guebas, minhas irmãs do coração, aos amigos e amigas de escola, do Jornalismo e de outras tantas origens, obrigada pela companhia, apoio e por seguirem caminhando comigo.

Ao Victor, meu “garoto preferido” e amor de longa data, agradeço pelo companheirismo e afeto. Pelas tardes de estudo compartilhadas, pelo incentivo permanente e por acreditar tanto em mim e em nós. Coisa boa é partilhar a vida com você!

Sou profundamente grata às minhas famílias pelo ensinamento de que todo mundo cabe no amor e que fronteiras existem para serem desafiadas. À minha mãe, Sara, agradeço pela independência e força, por me ensinar sobre determinação e responsabilidade, e me mostrar que nós, mulheres, podemos tudo. Ao meu pai, Francisco, agradeço pela ternura, gentileza e empatia com que trata todas as pessoas, e pela demonstração diária de que “a vida é feita para festejar”. Aos meus pais do coração, Nara e Paulo, sou grata pelo amor incondicional dedicado a mim desde que nossos caminhos se cruzaram. Agradeço também à minha irmã, Ana Flávia, melhor amiga e maior apoiadora, por me ensinar tanto sobre entrega, partilha e amor.

A Deus, agradeço por sempre me guiar.

*Yo no soy gringa
Yo soy latina
No tengo nada que ver con tu tío Sam
Hablo español, como arroz con frijoles
No me seduce tu cultura imperialista
Yo soy latina, soy mamacita
Mi piel morena se hace bandera,
Sudamericana, Sudaca, Latina
Pero por nada, mi amor, capitalista*

(Claudia Manzo, cantora e compositora chilena, migrante residente em Belo Horizonte)

RESUMO

Esta dissertação investiga quais são e como se configuram as lutas por reconhecimento e as formas de resistência adotadas por mulheres migrantes que vivem no Brasil. O objetivo é compreender como situações de desrespeito afetam o modo como mulheres, vindas de países da América Latina e Caribe, percebem-se enquanto migrantes e como elas resistem a quadros de injustiça. Com base nas Teorias do Reconhecimento e discussões sobre formas de resistência e luta migrante, a dissertação busca refletir sobre os processos e relações sociais desenvolvidas pelas mulheres, seja em suas famílias, com amigos, entre migrantes, com atores institucionais e com brasileiros no local onde vivem. Por meio de uma abordagem interpretativista, a pesquisa demonstra como situações de desrespeito permeiam os mais diversos âmbitos das trajetórias das mulheres migrantes no Brasil. Experiências de xenofobia, machismo e racismo são questões presentes, seja nas dinâmicas do trabalho, nos espaços públicos ou nas vivências em família. As formas de resistência também atravessam as mais variadas esferas, refletindo-se em estratégias cotidianas de resistência e em formas coletivas de luta, como a formação de grupos e coletivos de mulheres nos locais de destino.

Palavras-chave: Migração; Gênero; Reconhecimento; Feminismos.

ABSTRACT

The work investigates the struggles for recognition and the forms of resistance adopted by migrant women living in Brazil. The aim is to understand how situations of disrespect affect the way women from Latin American and Caribbean countries perceive themselves as migrants and how they resist injustice. Based on the Theories of and discussions on forms of resistance and migrant struggles, the idea is to reflect on processes and social relations developed by women, whether in their families, friends, within other migrants, and with institutional actors where they live. Through an interpretative approach, the research demonstrates how situations of disrespect permeate the trajectories of migrant women in Brazil. Experiences of xenophobia, sexism and racism are present issues, whether in work dynamics, public spaces or family experiences. The forms of resistance also cross the most varied spheres, reflecting on daily strategies of resistance and collective forms of struggle, such as the formation of groups and collectives of women in their destination places.

Keywords: Migration; Gender; Recognition; Feminism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Migrantes Internacionais no mundo - 2000-2019.....	21
---	----

LISTA DE SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BH – Belo Horizonte

CAMI - Centro de Apoio e Pastoral do Migrante

CMI - Conselho Municipal de Imigrantes

CPMigTD - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho

CRAI – Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOM – International Organization for Migration

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONGs – Organizações não-governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

PMPI – Política Municipal para a População Imigrante

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RNE – Registro Nacional do Estrangeiro

SJMR – Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

SMDHC/SP - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

SP – São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Questões metodológicas	19
1. DESAFIANDO FRONTEIRAS: DESLOCAR, MOVER, MIGRAR	24
1.1. Migrações internacionais: entre a historicidade e a atualidade da questão .	24
1.2. A produção o recrudescimento de fronteiras	28
1.3. Migração: enfoques teóricos	35
1.3.1 Teorias explicativas sobre os movimentos migratórios	38
1.3.2. Teorias de perpetuação dos movimentos migratórios	43
1.4. Migrações: agendas de estudo	46
1.4.1. Migrações Sul-Sul e os deslocamentos na América Latina e Caribe	47
1.4.2. Migração e Gênero	50
1.4.2.1 Migração, gênero e Teoria Política Feminista	54
2. LUTAS POR RECONHECIMENTO E FORMAS DE RESISTÊNCIA	68
2.1 O Reconhecimento como base para a autorrealização	69
2.1.1. Axel Honneth e os padrões intersubjetivos de reconhecimento.....	70
2.1.2. Honneth e a tematização do desrespeito	75
2.2. Debates e críticas	78
2.2.1. Nancy Fraser e a paridade de participação.....	78
2.2.2. A resposta de Honneth e a atualização de Fraser	82
2.2.3. Reconhecimento: perspectivas críticas e análises feministas.....	88
2.3. Reconhecimento, migração e resistência	95
2.3.1 Migração e Reconhecimento	96
2.3.2 Formas de resistência	100
3. ANÁLISE	108
3.1 Socialização da mulher migrante: processos, relações afetivas e papéis de gênero	109
3.1.1 Relações afetivas, família e acolhimento	115
3.1.2 Solidão, sofrimento e o peso do cuidar	118

3.1.3 Maternidade migrante	124
3.2 Trabalho e dimensão econômica	137
3.2.1 Motivações para migrar, envio de remessas e aspectos econômicos	137
3.2.2 Experiências laborais de desrespeito	142
3.3. Acesso a direitos e participação política	150
3.3.1. São Paulo e a Política Municipal para a População Imigrante.....	153
3. 4. Resistência e luta migrante	160
3.4.1. A dimensão individual e as formas cotidianas de resistência	160
3.4.2. As experiências compartilhadas e a formação de redes e coletivos	168
3.4.3. Mulheres migrantes e os feminismos	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS	187
ANEXOS	205
Anexo 1: Roteiro de entrevista semiestruturada	205
Anexo 2: Mulheres entrevistadas para a pesquisa	206

INTRODUÇÃO

Elaborar uma dissertação é aventurar-se num processo de descobertas, questionamentos, inquietações e aprendizados. Desenvolver uma pesquisa é afetar-se – na concepção positiva do termo – seja pelos teorias mobilizadas, pelos livros lidos ou, mais ainda, pelas pessoas e suas histórias, primordiais para um estudo empírico como este. A temática migratória me afetou, pela primeira vez, ainda em 2015, quando elaborei uma série de reportagens para a Rádio UFMG Educativa sobre a imigração haitiana para o Brasil, tema que, posteriormente, foi desenvolvido na monografia de graduação em Comunicação Social/Jornalismo. Paralelamente, trabalhava em uma instituição voltada para o acolhimento a migrantes em Belo Horizonte e, logo depois, comecei a integrar um coletivo de mulheres migrantes na mesma cidade. O contato com pessoas que saíram de seus países e escolheram viver no Brasil se tornava mais presente, forte e, com isso, laços e vínculos de afeto se desenvolveram entre mim, brasileira, e outras tantas pessoas migrantes. Principalmente as mulheres.

Foi com base nesse processo de afetação que o interesse e os questionamentos que levaram à esta dissertação surgiram. No convívio com mulheres migrantes, era comum ouvir sobre situações de xenofobia, racismo e violência de gênero que permeavam suas experiências cotidianas, além de relatos sobre como essas questões incidiam, de várias formas, no modo como elas se inseriam socialmente no novo país. Para além desses pontos, eram observáveis também estratégias que as migrantes adotavam para lidar com as situações de desrespeito.

Tendo trabalhado durante a graduação com as teorias do reconhecimento para analisar a imigração de homens e mulheres do Haiti para o Brasil, surgiu a ideia de me debruçar, agora no mestrado, sobre as experiências das mulheres, já que percebia que seus projetos e trajetórias migratórias englobam questões e desafios distintos em relação aos enfrentados pelos homens quando se deslocam. Nesse sentido, esta dissertação se orientou pela seguinte questão de pesquisa: *Considerando as relações de poder que podem implicar situações de desrespeito, quais são e como se configuram as lutas por reconhecimento e as formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil?*

Ao mobilizar o reconhecimento como lente, o interesse, especificamente, era analisar a dinâmica de desrespeito e luta a atravessar a socialização de mulheres migrantes nascidas em países da América Latina e Caribe e que vivem no Brasil. Na seara de um aumento dos deslocamentos na região e, na tentativa de construir um conhecimento localizado – desde o Sul

Global¹ –, a pesquisa busca lançar luz sobre as trajetórias migratórias de mulheres nascidas nessas localidades. As teorias do reconhecimento, nesse contexto, mostraram-se frutíferas para a pesquisa. Essas abordagens partem de uma concepção relacional dos *selves* para explorar como as interações sociais podem deixar marcas profundas nos sujeitos ao mesmo tempo em que podem motivar lutas. Nesse processo, situações de desrespeito podem afetar o modo como as pessoas se enxergam, constroem suas identidades e se relacionam socialmente. Concomitantemente, podem estimular a indignação e suscitar a resistência.

Trazendo a discussão para a temática da migração de mulheres para o Brasil, o trabalho busca mostrar de que forma essas questões aparecem e como o reconhecimento é importante tanto para o entendimento de processos sociais complexos como a migração, quanto para se pensar lutas contra desrespeito, racismo, xenofobia ou violência de gênero. Além disso, analisar a questão migratória sob a ótica da Ciência Política é relevante para pensarmos o lugar desse campo científico no estudo de fenômenos como a migração, além de possibilitar um enfoque nas relações de poder que perpassam a vivência das pessoas em seu local de destino, bem como as implicações dessas questões para a mobilização, a ação política e a luta social.

Desse modo, a dissertação explora como lutas por reconhecimento são constituídas e travadas por mulheres migrantes e como elas resistem a situações de desrespeito. O objetivo é investigar como elas percebem as diversas relações de poder que podem atravessar a socialização e relacionamento com os mais variados atores sociais nos locais onde vivem. Aqui, não reduzimos o desrespeito àquilo que é percebido como tal, mas buscamos mapear as percepções das migrantes sobre esses quadros de injustiça. É importante, ainda, observar que tanto a configuração desse desrespeito quanto a luta e a forma de resistência adotadas por essas mulheres perpassam aspectos de gênero, raça, classe, sexualidade, origem e/ou etnia que não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas, sim, interseccional. Esses aspectos podem, também, estimular essas situações de desrespeito e ser facilitadores ou desafiadores da interação dessas mulheres no local de destino.

Ponto importante a ser destacado é o de que construir conhecimento é, também, estruturar relações e entender que esse processo não é completamente neutro, imparcial ou despido de subjetividade. Por essa razão, também, e seguindo uma epistemologia feminista (HARAWAY, 1995; ALCOFF e POTTER, 2013; DURAN, 1995), esta dissertação é escrita

¹ A expressão Sul Global vem sendo utilizada para se referir a regiões periféricas e semi-periféricas do mundo, que antes eram denominadas “países de terceiro mundo”. No Sul Global, estão incluídos países da América Latina, África e Ásia. Para mais informações, conferir: SANTOS e MENESES, 2010.

em primeira pessoa – ora no singular, fazendo referência às minhas experiências enquanto pesquisadora em formação, ora no plural, envolvendo orientador, coorientadora e as interlocutoras de pesquisa, sem os quais esta investigação não seria viável. Seguindo Sandra Harding (1989) no entendimento de que, numa pesquisa, o/a pesquisador/a não é nem invisível nem uma voz anônimo/a de autoridade, é importante, ainda, expor o meu lugar enquanto mulher, na busca por compreender como esse *locus* estrutura não só as relações que desenvolvo ao longo do processo de investigação, mas o modo como construo as reflexões e análises presentes neste trabalho. Situo-me, nesse sentido, como uma mulher de 24 anos, branca, jornalista de formação, de classe média, heterossexual, brasileira e belo-horizontina. Nesse lugar privilegiado em que me encontro, pesquisar, atuar e conviver com mulheres migrantes têm sido um processo de constante troca, indagações e, sobretudo, aprendizado, além de um tensionamento frequente desses privilégios. Isso pressupõe entender – e defender – que a interseccionalidade guie tanto o olhar quanto as análises a serem feitas, como já mencionado, tendo em vista que há uma pluralidade de mulheres e experiências, estas permeadas por diversos marcadores sociais como classe, raça e etnia.

Levando isso em consideração, é importante expor como esta dissertação está estruturada. O *primeiro capítulo* traça um breve panorama sobre as migrações internacionais, apresentando aspectos históricos sobre o fenômeno, bem como algumas de suas teorias explicativas e dados atuais. Essa contextualização é importante para que, ao final do capítulo, sejam explicitadas algumas agendas de estudo que são caras à esta pesquisa, como a discussão sobre as Migrações Sul-Sul e o debate entre gênero, mobilidade e teoria política feminista.

No *capítulo 2* são apresentadas as teorias do reconhecimento, principal marco teórico que guia esta pesquisa. As ideias de seus principais autores e autoras são expostas e discutidas, bem como as críticas – principalmente aquelas feitas por teóricas feministas – às concepções fundantes do reconhecimento. Esses debates são importantes para estruturar a base conceitual que sedimenta a análise realizada no terceiro capítulo.

No *capítulo 3*, debruçamo-nos sobre os relatos das migrantes ouvidas ao longo da pesquisa, de modo a olhar para suas trajetórias com base nas tematizações do reconhecimento. Foram entrevistadas 20 mulheres, de diferentes países da América Latina e Caribe, e que vivem nas cidades de Belo Horizonte/ MG e São Paulo/SP. Evidentemente, não se trata de uma amostra significativa das comunidades migrantes existentes nessas cidades, tampouco é nosso objetivo pontuar elementos generalizáveis para todas as mulheres. Nosso intuito é observar as

experiências e narrativas das migrantes, de modo a entender suas percepções sobre a migração para o Brasil e compreender quais são e como se configuram suas lutas por reconhecimento e as formas de resistência que desenvolvem no país de destino. As informações mais detalhadas sobre os processos de geração e análise de dados serão expostas a seguir.

Questões metodológicas

Por meio de estudo de caso de natureza qualitativa, esta pesquisa parte de uma abordagem interpretativista, que é central para atingir os objetivos propostos. Ao compreender a produção científica como algo atrelado às experiências sociais e processos de interpretação, as abordagens interpretativas constroem um campo frutífero para se pensar a situação das mulheres migrantes. Segundo Yanow (2014), é importante pensar nas construções de sentido que interpelam as ações entre os sujeitos. As políticas, a linguagem e as instituições são criações humanas, constituindo parte do processo de formação de identidades, não algo descolado das experiências vividas pelos sujeitos. Desse modo, pesquisas no campo interpretativista compartilham do foco no significado, na construção de sentido e nas implicações desse olhar (YANOW, 2014). Nesta dissertação, a abordagem interpretativista nos auxilia a observar o que as mulheres migrantes entendem como desrespeito e como resistência. Nesse sentido, mais do que encontrar relações causais ou explicativas sobre o fenômeno observado, a intenção, aqui, é compreender – com base na ótica das próprias migrantes – aspectos de suas experiências e vivências no país receptor.

A proposta que guiou nossa investigação era desvendar os significados a partir das perspectivas das próprias mulheres, por meio da escuta. Sendo assim, como técnica de pesquisa e geração de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com as migrantes. De acordo com Rathbun (2008), a entrevista é um método importante para se captar preferências, crenças e motivações diversas, bem como é, frequentemente, uma das formas mais adequadas para “reunir dados sobre as características do mundo social que o diferenciam do mundo natural: o esforço dos seres humanos para transformar intencionalmente o seu ambiente com base na cognição, reflexão e aprendizagem,” (RATHBUN, 2008, p. 690). Para tanto, formulamos um roteiro prévio (Anexo 1), baseado nas expectativas, objetivos e conhecimentos já adquiridos sobre a temática, mas tínhamos em mente que, no encontro com as entrevistadas, outras questões surgiriam, o que, de fato, aconteceu.

Conforme já exposto, a fim de favorecer o trabalho empírico, adotamos, como critério de seleção, a entrevista com mulheres naturais de países da América Latina e Caribe que vivem no Brasil. Esse recorte regional justifica-se pela atual proeminência de fluxos migratórios entre países do chamado Sul Global, um cenário que tem sido observado e teorizado na literatura sobre o tema. Como pontua Baeninger (2018), as chamadas “migrações Sul-Sul” evidenciam a complexidade do fenômeno migratório internacional, à medida que “se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital” (2018, p.13), sendo uma tendência nos deslocamentos populacionais contemporâneos.

A idade, escolaridade, raça, orientação sexual, profissão, condição migratória da mulher (se é refugiada, imigrante, apátrida, solicitante de refúgio etc.) e outros aspectos não foram critérios para seleção das participantes. Nosso único recorte era conversar com mulheres naturais de algum país da região e que estivessem vivendo no Brasil há, pelo menos, seis meses². A heterogeneidade nos perfis de mulheres a serem ouvidas era – e a análise posterior reforçou essa premissa – um ponto importante, na medida em que representou maior diversidade de sentidos atribuídos e experiências vividas nos locais de destino, o que se mostrou fundamental para as reflexões que propomos. Sabemos, contudo, que por mais que nosso intento seja o de ressaltar e englobar a pluralidade de mulheres, retratar essa diversidade de forma completa é um esforço quase inexecutável.

Por questões de viabilidade do trabalho de campo, realizamos entrevistas com mulheres migrantes que vivem nas cidades de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP, municípios que contam com a presença de migrantes e que possuem grupos, coletivos e instituições de apoio a esse público. A escolha de São Paulo se deu, particularmente, em razão de a capital paulista ser, além de um dos locais com o maior número de migrantes do país, um município brasileiro³ que se destaca por possuir uma Política Municipal para a População Imigrante (Lei 16.478/16), o que observamos ser um importante aspecto relacionado às relações sociais construídas e à participação política das migrantes no município.

² Entendemos que a adaptação a um local diferente é um processo contínuo e complexo, podendo variar de acordo com cada pessoa. Contudo, estipulamos o tempo mínimo de seis meses de moradia, para que já fosse possível observar as percepções – ainda que iniciais - da migrante sobre a vida no novo país.

³ De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, do IBGE, o Brasil possui 232 municípios que adotam instrumentos de gestão migratória (IBGE, 2019). A cidade de São Paulo, dentre essas, se destaca pela política migratória, como apresenta o relatório da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que aponta a capital paulista como cidade global líder na gestão das migrações (OIM, 2019).

Em cada uma das cidades, entrevistamos 10 pessoas, totalizando 20 mulheres ouvidas durante o trabalho de campo. Em São Paulo, o mapeamento inicial das migrantes a serem entrevistadas se deu da seguinte forma: enviamos e-mails para diversas organizações e instituições que trabalham com a causa migratória na cidade, apresentando a pesquisa, seus objetivos e propostas. Nesse contato, pedíamos indicações de pessoas interessadas, colocando, à disposição delas, nosso projeto de pesquisa e outras informações que fossem necessárias. Algumas instituições nos responderam com contatos e, com meses de antecedência à ida a campo, iniciamos as conversas com as mulheres. Em outros casos, o contato em São Paulo se deu pela indicação de amigas que conheciam migrantes na cidade e faziam a mediação entre a pesquisadora e essas mulheres. Da mesma forma, a conversa com essas pessoas se desenvolveu durante um tempo antes da ida à capital paulista. Entendemos que a construção de relações de confiança e respeito é extremamente importante nesse processo, por isso era fundamental que estabelecêssemos contatos prévios com as migrantes e sanássemos – antes, durante e depois do momento da entrevista – qualquer dúvida existente em relação à pesquisa e suas propostas.

Em Belo Horizonte, o processo foi um pouco diferente. Por já possuir uma inserção no campo e, conforme já pontuado, trabalhar com temática migratória há alguns anos, não foi necessário enviar e-mails às organizações atuantes na cidade. Em alguns casos, as mulheres entrevistadas já eram pessoas conhecidas. Em outros, chegamos aos contatos também por meio de indicações. Nas duas situações, a forma de abordagem foi a mesma que a ocorrida em São Paulo: conversávamos com as mulheres interessadas previamente, expondo as propostas, objetivos e informações sobre a pesquisa e a pesquisadora. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa⁴, também foi apresentado e assinado por todas as entrevistadas.

O trabalho de campo foi desenvolvido nos meses de julho e agosto de 2019, tendo sido iniciado em São Paulo e, em seguida, em Belo Horizonte. As entrevistas foram realizadas presencialmente nas duas cidades, em locais e horários definidos pelas migrantes. Lanchonetes, centros culturais, festas típicas, praças e as casas das próprias mulheres foram espaços de encontro para as entrevistas. As conversas foram feitas em português, mas, em alguns casos, conversamos em espanhol também, de modo que fosse mais confortável para elas. Todas as entrevistas foram gravadas – com anuência das participantes – e, posteriormente, transcritas e analisadas.

⁴ Número do CAAE: 12529019.1.0000.5149.

Em relação à análise, compartilhamos da ideia de Weeden (2010) de que a pesquisa no campo da Ciência Política não pode ser pensada de forma isolada à teoria, que inclui noções de linguagem, aspectos de poder e ação política. Neste trabalho – que visa compreender as lutas por reconhecimento e as formas de resistência de mulheres migrantes – essas dimensões são de suma relevância. Para a análise de entrevistas e para pesquisas de natureza qualitativa, dentre os métodos mais comumente empregados estão a análise de conteúdo e a análise de discurso. Na primeira, o foco está na linguagem, identificação, codificação e interpretação dos conteúdos mais proeminentes nas mensagens analisadas (BARDIN, 1977), utilizando procedimentos variados, como a contagem de ocorrências de determinados termos num texto. Nesta pesquisa, entretanto, entendemos que as principais técnicas da análise de conteúdo não atenderiam, inteiramente, aos objetivos propostos, o que demandou que fossem pensadas outras estratégias metodológicas complementares. No caso da análise de discurso, que possui diferentes tradições, o discurso pode ser visto como uma prática de poder, estruturada por aspectos como a dominação e relações desiguais, que são produzidas e reproduzidas pelo texto num contexto social (DE SOUZA PINTO et. al, 2017). Ou seja, ele deve ser entendido não só por meio do texto, mas também em seu contexto, permeado por diversas relações e atores. De acordo com Fairclough (2003, p. 2, tradução nossa), a linguagem é parte irreduzível da vida social, sendo o discurso um “elemento fortemente interconectado com outros elementos”.

Ricardo Mendonça (2009) postula que não há consenso na literatura quanto à metodologia mais eficaz para a operacionalização do conceito de reconhecimento. Nesta pesquisa, tanto a análise de conteúdo quanto a de discurso forneciam referenciais relevantes e úteis para que o estudo se orientasse. Desse modo, pensamos numa matriz analítica que alinhasse procedimentos de ambas as vertentes, sem utilizá-los de maneira rígida ou como “pacotes” metodológicos prontos. Diferentemente da Análise de Discurso que carrega, também, investigações da área da linguística, a ideia foi realizar uma análise qualitativa de conteúdo discursivo (MENDONÇA, 2009), que se mostrou mais frutífera para responder à pergunta de pesquisa e atender aos objetivos propostos.

Desse modo, após a transcrição das entrevistas, o primeiro passo da análise foi identificar temas que se destacaram nos relatos das entrevistadas sobre suas trajetórias no Brasil. Essas temáticas estão relacionadas às suas experiências nas cidades em que vivem, englobando questões como trabalho, participação política e relações sociais estabelecidas. Posteriormente a essa divisão em temas, analisamos as narrativas com base na teoria do reconhecimento defendida por Axel Honneth (2003), identificando fragmentos discursivos que remetiam a

algum ou a vários domínios do reconhecimento postulados pelo autor: o amor, o direito e a estima/solidariedade. É importante destacar que, em alguns casos, os relatos se vinculam a uma ou mais dimensões do reconhecimento, assim como os temas, por vezes, interagem e se interconectam. No tangente à identificação e análise das formas de resistência adotadas pelas mulheres migrantes, os procedimentos adotados foram similares. Contudo, percebemos que a resistência é algo que atravessa tanto os temas destacados quanto os domínios do reconhecimento, englobando diferentes aspectos, estratégias e demandas. Conforme já mencionado, a análise empírica das entrevistas e as reflexões concernentes a esse processo estão expostas no Capítulo 3 desta dissertação.

Cabe ressaltar que as histórias dessas mulheres não podem – e nem devem – ser totalmente explicadas ou traduzidas em categorias metodológicas e teorias. Entendemos que as mulheres entrevistadas são interlocutoras (e não “objetos”) de pesquisa, mas não ignoramos que as relações sociais construídas entre pessoas – e, conseqüentemente, entre pesquisadora e entrevistadas – são permeadas por tensões e poder. Como toda pesquisa, portanto, a dissertação possui limitações e lacunas, que envolvem tanto a complexidade em apresentar as experiências de outras pessoas, quanto, mais ainda, o desafio de analisar trajetórias tão distintas e ricas sem *estrangeirizar* (numa conotação negativa e excludente) essas mulheres. Não é nosso intento, portanto, dizer que as histórias das migrantes se limitam às análises aqui feitas, mas reforçar que o fazer científico – e a Ciência Política, particularmente – envolvem, também, as vivências dos sujeitos e, conseqüentemente, das mulheres migrantes.

Esta dissertação é sobre migração, gênero e reconhecimento, mas é, principalmente, sobre as experiências de mulheres como Olga⁵, de 39 anos, que saiu do Peru com o filho pequeno para se separar do esposo, num contexto local em que o divórcio era visto de forma depreciativa, principalmente para a mulher. Esta pesquisa é sobre Cora, haitiana de 36 anos, que migrou para Belo Horizonte para buscar tratamento médico para o filho, uma pessoa com deficiência. Este estudo é também sobre a trajetória de Joana, mexicana de 36 anos, que deixou o local de origem após ter conquistado uma bolsa de doutorado em uma das maiores universidades do Brasil. Vindas de diferentes países, contextos e realidades, esta dissertação é sobre – e para – essas e outras mulheres que desafiam, diariamente, as mais variadas fronteiras e constroem suas vidas em outros locais. Mais do que um feito pessoal, ainda, esta pesquisa é uma realização coletiva e conjunta, como acredito que o conhecimento deve ser edificado.

⁵ Em toda a dissertação, os nomes das migrantes são fictícios, de modo a preservar suas identidades.

1. DESAFIANDO FRONTEIRAS: DESLOCAR, MOVER, MIGRAR

Os deslocamentos populacionais são parte da formação de diversas sociedades, sendo um fenômeno que remonta aos primeiros períodos da história humana. Vários são os fluxos, destinos e motivações envolvidas nos movimentos migratórios, que são perpassados por processos sociais, políticos e econômicos. Teresa Kleba Lisboa (2006) define migração como uma ação espontânea ou forçada, de caráter individual ou coletivo, que ocorre por meio de um deslocamento interno (no mesmo país, entre uma cidade e outra, do campo para a cidade) ou externo (de um país para outro). Para a autora, o fenômeno envolve, ainda, o cruzamento de fronteiras territoriais e políticas, além de um processo de “desenraizamento do local de origem seguido de um novo enraizamento (aculturação) no local de chegada.” (LISBOA, 2006, p. 152).

Diversas são as abordagens que podem ser feitas ao nos debruçarmos sobre esse fenômeno multifacetado. Para este trabalho, interessa-nos olhar para as mulheres migrantes que se deslocaram de diferentes países da América Latina e Caribe e hoje vivem no Brasil. A proposta é lançar luz sobre as experiências delas no local de destino, com base nas teorias do reconhecimento, nos debates acerca das formas de resistência e luta migrante, e nas discussões sobre gênero. Para tanto, faz-se necessário discorrer, inicialmente, sobre o fenômeno migratório, bem como sobre suas principais perspectivas, abordagens teóricas e agendas de estudo.

1.1. Migrações internacionais: entre a historicidade e a atualidade da questão

A temática migratória alcança destaque em discussões políticas, debates midiáticos e em pautas de ação estatal, principalmente por desafios como o aumento de alguns fluxos, a integração das pessoas migrantes nos locais de destino, a importância de deslocamentos seguros e a questão das fronteiras. Cerca de 272 milhões de pessoas no mundo residem em um país distinto ao de nascimento, o que representa, contudo, apenas 3,5% da população global (IOM, 2019). Apesar de a maioria das pessoas ainda permanecer em seu país de origem, o número de indivíduos que se desloca internacionalmente tem crescido ao longo dos anos. Em 2015, a quantidade de migrantes internacionais no mundo era de 258 milhões, ante 192 milhões no ano

2000, segundo estimativas do Relatório de Migração Global 2020⁶, da Organização Internacional para Migrações (IOM, 2019). É importante destacar que o número de pessoas que migra para outros países varia de acordo com a localidade, sendo a Ásia e a Europa os continentes que abrigam a maior parte dessa população, com 84 e 82 milhões de migrantes internacionais residindo em seus territórios, respectivamente. Apenas 20 países possuem cerca de dois terços da população migrante do mundo, sendo os Estados Unidos o principal país de destino e a Índia o principal local de origem, seguida pelo México (IOM, 2019).

Tabela 1 - Migrantes Internacionais no mundo - 2000-2019

Ano	Número aproximado de migrantes internacionais no mundo (em milhões)	Porcentagem de migrantes em relação à população mundial
2000	173.6	2,8%
2005	191.6	2,9%
2010	220.8	3,2%
2015	248.9	3,4%
2019	271.6	3,5%

Fonte: elaborado pela autora, com base nos dados do World Migration Report (IOM, 2019).

Em relação ao gênero e à migração feminina – que será abordada adiante - dos 272 milhões de migrantes internacionais do mundo, cerca de 48% são mulheres (IOM, 2019). O número de pessoas varia, também, de acordo com a região, sendo que, na América Latina e no Caribe – foco desta pesquisa –, as mulheres são maioria (50,4%) nos fluxos migratórios, o que também se observa na Europa, na Oceania e na América do Norte (IOM, 2018). A participação feminina nos deslocamentos internacionais é central para nosso estudo, principalmente ao se pensar na mudança de perfil migratório observada nos últimos anos, com a chamada “Feminização da Migração” (COGO, 2017; MARINUCCI, 2007). Para além dos valores quantitativos, observam-se mudanças nos fluxos, no que diz respeito à maior autonomia das mulheres no processo decisório de migrar e durante o deslocamento, a centralidade delas no envio de remessas de recursos às famílias no país de origem, as experiências que vivenciam no

⁶ Ainda de acordo com o relatório, o número de refugiados atingiu um recorde no final de 2018, com cerca de 26 milhões de pessoas em situação de refúgio no mundo. O país de origem da maioria dessa população é a Síria, sendo a Turquia o local que abriga a maior quantidade de refugiados do mundo, seguida pelo Paquistão. (IOM, 2019).

país de destino e, mais ainda, a relevância que os estudos de gênero têm alcançado, recentemente, nas discussões sobre a mobilidade internacional.

Como anteriormente exposto, o fenômeno migratório não é algo novo, tendo sido observado em diferentes épocas e locais do mundo. A partir da segunda metade do século XIX, grandes deslocamentos populacionais foram registrados, principalmente da Europa para as Américas, de onde partiram, segundo Castells e Miller (2004), quase 60 milhões de pessoas entre 1846 e 1939. Essa mobilidade intensa foi causada pelo desenvolvimento industrial e técnico da época, bem como pela geração de excedente demográfico não absorvido pela economia europeia. O crescimento econômico, a demanda e oferta de mão de obra, e a internacionalização do mercado fizeram com que vários Estados dessem forte incentivo à migração. Isso aconteceu até mesmo no Brasil, que registrou altos fluxos imigratórios entre o final do século XIX e metade do século XX, vindos de países como Itália, Espanha, Portugal e Japão. Com o interesse de “eugenizar” a força de trabalho no país, que estava marcada por séculos de escravidão, houve uma política governamental de atração de imigrantes (BRITO, 1995).

As migrações de e para o Brasil, contudo, não se restringiram a esse período. Para Patarra e Fernandes (2011), por exemplo, a imigração para o país teve início ainda no século XVI, com a chegada dos portugueses para a colonização. Motivados pela expansão comercial e buscando por especiarias e a implantação de lavoura para a exportação, o processo de exploração colonial deu origem, ainda, ao tráfico de pessoas escravizadas, num movimento migratório forçado vindo de diversas regiões do continente africano.

Ao final do século XIX, com a instauração da República e necessidade de mão-de-obra advinda da expansão cafeeira, houve o já mencionado estímulo à imigração, principalmente por parte do governo e do setor agrícola. Como apontam Guimarães e Vainfas (2007), o Estado brasileiro oferecia subsídios, firmava parcerias com empresas europeias e estabelecia processos de recrutamento de imigrantes, o que fez com que um grande fluxo de pessoas chegasse dos mais variados países da Europa. O fomento à imigração se dava não só pela demanda por mão de obra para as lavouras, mas por uma ideia de que os europeus seriam importantes para construir uma nação “moderna e civilizada” (FERNANDES; CASTRO; KNUP, 2012). Dentre os grupos que migraram para o Brasil nessa época, destacam-se os espanhóis, alemães e italianos – estes corresponderam a 42% do total de imigrantes a entrarem no Brasil entre 1870 e 1920 (GOMES, 2007). Ainda no final do século XIX e início do século XX, destaca-se,

também, a imigração de outras comunidades, como a libanesa, a síria e a japonesa. Patarra e Fernandes (2011) explicam que, a partir de 1930, contudo, algumas medidas restritivas à imigração foram publicadas, como reflexo da crise econômica mundial e da baixa na comercialização do café. Aliada a essas medidas, a emergência da Segunda Guerra Mundial também foi marcante para que fluxos imigratórios para o Brasil registrassem uma queda na segunda metade do século XX.

E se a imigração internacional para o Brasil nesse período não foi tão marcante, os deslocamentos internos ganharam a cena após a década de 1960. De acordo com Brito (2009), entre 1960 a 1980, cerca de 43 milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades, com fluxos que partiam principalmente do Nordeste e de Minas Gerais para a região metropolitana de São Paulo. A busca por emprego era a principal motivação, já que as metrópoles se configuravam como grandes centros econômicos do país. Na avaliação do autor, os deslocamentos internos foram relevantes para o processo de urbanização do país, tendo em vista que, “com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos” (BRITO, 2009, p. 13).

O cenário migratório brasileiro mudou a partir da década de 1980. A principal “novidade” foi a emigração, que passou a ser marcante nesse período. Destinos como Estados Unidos, Japão, Portugal e outros países da Europa entraram na rota de muitos brasileiros e, até os dias atuais, a quantidade de pessoas que emigra do Brasil é substancialmente maior do que aquela que chega⁷.

Outras mudanças têm sido observadas no que diz respeito à imigração para o Brasil. Nos últimos anos, o país tem registrado a chegada de fluxos migratórios de outros países, principalmente do Sul Global, diferentemente do que era observado em outras épocas. Como apontam Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2019), entre 2011 e 2018 foram registrados cerca de 774 mil⁸ imigrantes no Brasil e, desses, destacam-se os haitianos que, entre migrantes, são o

⁷ De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, em 2016 havia mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior. O número, contudo, destoa das estimativas do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas (Desa), que aponta a cifra de 1,7 milhão de brasileiros em outros países. A quantidade precisa de emigrantes brasileiros é, entretanto, controversa e difícil de se estimar, devido ao emprego de métodos distintos para a obtenção dos dados, além do fato de que muitas pessoas vivem de forma irregular em outros países, o que limita o registro delas nos órgãos administrativos. (PAMPLONA, 2018).

⁸ Há de se destacar que esse número é obtido com base nos registros administrativos e na base de dados da Polícia Federal, do Ministério da Economia e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CAVALCANTI et al, 2019). Esse valor, contudo, pode ser maior, tendo em vista que não contempla os migrantes que estão em situação irregular no país. Assim como o número de emigrantes, a quantidade de imigrantes vivendo no Brasil também varia, pelas

principal grupo a ocupar o mercado de trabalho formal, além de pessoas da Venezuela - fluxo que vem crescendo desde 2016 - e outras nacionalidades, como bolivianos, senegaleses e colombianos.

1.2. A produção o recrudescimento de fronteiras

Se o cenário das migrações de e para o Brasil tem sido, como foi apresentado, bastante dinâmico, essa percepção é presente em outros locais, o que reforça a tese de que a mobilidade populacional está inserida e, de certo modo modifica, processos econômicos, políticos e sociais. Ao longo dos anos, por exemplo, a postura dos Estados frente ao fluxo migratório mudou. Siciliano (2012) aponta que do fim da Primeira Guerra Mundial até a Guerra Fria houve um recrudescimento no processo de fechamento de fronteiras em vários países. De acordo com o autor, “o imigrante passou a ser visto mais do que um risco à segurança, como um elemento destruidor do isomorfismo entre nação e povo e, então, como um obstáculo maior ao projeto de construção do Estado-nação que estava em andamento.” (SICILIANO, 2012, p. 118).

Após a Guerra Fria, a questão migratória continuou a ser central para os Estados, concomitantemente à expansão do capitalismo e a maior a circulação de mercadorias, capital e pessoas. Segundo Rosana Baeninger (2016), o contexto se tornou cada vez mais transnacional e o excedente demográfico nesse cenário passou a envolver tanto demandas dos países de origem, quanto dos países de destino (BAENINGER, 2016). A conjuntura se fortaleceu, também, devido ao avanço das áreas de tecnologia e transportes, que possibilitou que os fluxos migratórios crescessem e que aumentasse o contato entre os migrantes e seus familiares que ficaram no país de origem.

Para Castells e Miller (2004), a migração internacional se tornou uma dinâmica central no contexto da globalização. Com isso, a maior competitividade dos mercados, o crescimento das taxas de desemprego e a maior integração entre diferentes países fizeram com que algumas mudanças fossem observadas nos movimentos migratórios, como o aumento dos fluxos para países com a economia mais “forte”, a partir da década de 1970 (BRITO, 1995).

mesmas razões acima pontuadas, de acordo com a fonte consultada. O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN Desa), por exemplo, estima que vivam hoje, no Brasil, cerca de 807 mil imigrantes internacionais.

Estados passam a dividir com outros Estados a formação de alguns parâmetros básicos de política econômica e monetária. A contrapartida tem sido o ressurgimento de movimentos nacionalistas e étnicos, como se o reforço da identidade nacional pudesse compensar a internacionalização de algumas funções do Estado nacional. (...) Mercados de trabalho competitivos e seletivos, nacionalismo e preconceitos étnicos redefiniram o significado de migrações internacionais para os países desenvolvidos. (BRITO, 1995, p. 29)

Para Fausto Brito (1995), nesse sentido, as migrações internacionais e as mudanças observadas nesse cenário impactaram também a percepção dos Estados sobre os deslocamentos populacionais.

No contexto atual, frente ao reforço de identidades nacionais e ao argumento da soberania nacional adotado por muitos Estados, alguns autores (MÁRMORA, 2010; BAENINGER, 2016) apontam para a existência de uma crise de governabilidade das migrações a perpassarem esses países. Isso estaria vinculado a uma visão dos deslocamentos populacionais internacionais a partir da perspectiva da segurança nacional. Nesse modelo, a pessoa migrante é vista como estranha, uma ameaça à soberania do Estado e um “outro”, que não pertence àquele território e, portanto, tem seus direitos condicionados a sua condição de regularidade ou irregularidade⁹ (MÁRMORA, 2010). Isso se reflete em políticas cada vez mais rígidas de controle e fechamento de fronteiras, bem como em discursos e ações voltadas a construir muros e cercas para conter os movimentos migratórios.

Esses posicionamentos contrários às migrações aparecem em vários contextos. Legislações restritivas a imigrantes e refugiados, atos e manifestações xenófobas, medidas de impedimento à entrada desses públicos em diferentes países e apoio a partidos e representantes que defendem discursos anti-imigratórios têm sido observados em diversos países do mundo. Para citar alguns, nos Estados Unidos se observou a polêmica em torno da separação de famílias migrantes (BBC, 2018), e, mais recentemente, a proposta de adoção de regras que permitem manter famílias de imigrantes indocumentados, por tempo indeterminado, em centros de detenção. Ainda nos EUA, são presentes os discursos anti-imigração do presidente Donald

⁹ Por regularidade, entende-se a condição em que o imigrante ingressa e permanece no país de destino portando visto ou outro documento exigido, pelo Estado, para sua permanência. Além de se referir ao migrante como irregular ou regular, é utilizado, também, o termo migrante documentado/ não documentado. Por vezes, migrantes que estão em situação irregular no país de destino são chamados de ilegais e, em alguns países, como nos Estados Unidos, a irregularidade é, de fato, crime. Aqui, adotamos o termo “irregular”, pois entendemos, contudo, que a palavra “ilegal” pode ser pejorativa e dotada de significados, podendo reforçar uma ideia da migração como delito e não como direito.

Trump, a defesa da criação de um muro nas fronteiras, além da recusa do governo norte-americano em assinar o Pacto Global da ONU para a Migração¹⁰, aprovado em dezembro de 2018 (BRANT, 2018). Na Europa, esse tipo de postura se fez presente ao longo da campanha do Brexit (BBC, 2016), bem como nos pronunciamentos de líderes políticos, como Marine Le Pen, Robert Fico e Geert Wilders (O GLOBO, 2016).

No Brasil, com o aumento do fluxo imigratório de venezuelanos nos últimos anos, houve o pedido de fechamento de fronteira com o país vizinho por parte da ex-governadora de Roraima (RODRIGUES, 2018), o incêndio à casa de migrantes venezuelanos em Boa Vista (NUNES, 2018), além de outras manifestações de xenofobia. Em setembro de 2019, um bar comandado por refugiados palestinos e sírios foi alvo de ataques com garrafas e gás, em São Paulo (AMENDOLA, 2019). No início do mesmo ano, o governo Bolsonaro anunciou a saída do Brasil do Pacto Global para a Migração e, mais recentemente, foi publicada a portaria nº 666/2019, do Ministério da Justiça, que permite a deportação sumária ou o impedimento de ingresso de pessoas estrangeiras consideradas “perigosas” (BRASIL, Portaria nº 666/2019). Após receber críticas de setores e organizações que trabalham com a temática migratória, uma nova portaria foi publicada, a de nº 770/19. Ela é similar à anterior, porém traz alterações em alguns pontos, como o aumento no prazo para a deportação de migrantes, que passou de 48 horas para 5 dias (BRASIL, Portaria nº 770/2019).

A discussão sobre o estabelecimento de fronteiras – físicas e simbólicas – é cara aos estudos migratórios contemporâneos, tendo em vista que está fortemente relacionada a aspectos como a integração de migrantes no país de destino, políticas governamentais adotadas pelos Estados e até mesmo a forma como a opinião pública enxerga aqueles que se deslocam. Scuzzarello e Kinnvall (2013) argumentam que a delimitação e o controle de fronteiras são resultado de práticas institucionais e construções discursivas que têm como objetivo, além do gerenciamento do fluxo de pessoas, restabelecer narrativas que reforçam ideias como da nacionalidade e identidade nacional. As autoras se debruçam sobre eventos que levaram ao fechamento de fronteiras na França e Dinamarca em 2011 – num contexto de fluxos imigratórios mais intensos para esses países – para expor como controvérsias e tensões políticas

¹⁰ O Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular é um acordo que, durante dois anos, foi discutido e negociado por Estados membros da ONU, tendo sido aprovado por mais de 160 países. O documento estabelece 23 objetivos para migrações mais seguras, e não é vinculante, ou seja, não obriga os Estados a adotarem medidas específicas relacionadas à migração. Além da saída do Brasil e da recusa do governo norte-americano em assinar o Pacto, outros países se retiraram do processo, como Hungria, Áustria, República Checa, Chile, Polônia, República Dominicana, Austrália, entre outros.

nacionais podem moldar o estabelecimento de instrumentos de controle de fronteiras, bem como estimular outros discursos e ações anti-imigratórias (SCUZZARELLO; KINNVALL, 2013).

Um ponto importante da análise das autoras está na discussão sobre fronteiras que, na avaliação delas, estão estritamente ligadas à ideia de soberania nacional, ao poder do Estado em controlar quem entra e sai de seu território. Para Scuzzarello e Kinnvall (2013, p. 92, tradução nossa), uma fronteira “situa os limites do poder soberano de um estado em suas margens geográficas externas¹¹”. Esse significado atribuído às fronteiras é, entretanto, variável, e fruto de produções e processos sociais, derivados de relações desiguais de poder. Essa fluidez de significação faz com que a narrativa sobre a “fronteira” seja constantemente construída e reconstruída, a depender de quem cruza os limites, quem faz parte de um coletivo, ou não. Para as autoras,

O fato de as fronteiras serem socialmente construídas significa que elas precisam encontrar sua legitimidade no que chamamos de "limites", isto é, as narrativas culturais e políticas sobre uma sociedade, sua cultura, território e história e sobre quem é membro dessa sociedade e, conseqüentemente, quem é um estranho. Nesse sentido, distinguimos entre "fronteiras", entendidas como os fenômenos institucionalizados, escritos em textos legais e "limites" adotados, e as narrativas construídas para dar ou desafiar o significado das fronteiras. (SCUZZARELLO; KINNVALL, 2013, p. 92-93, tradução nossa)¹²

Apesar de, frequentemente, a literatura não estabelecer distinções explícitas, Scuzzarello e Kinnvall (2013) defendem haver diferenças entre a institucionalização das fronteiras e as narrativas que são construídas sobre esse termo. Nesse sentido, as autoras compreendem que o estabelecimento de limites fronteiriços não é um fenômeno exclusivamente empírico, mas que está relacionado a delimitações sociais e políticas, mobilizadas por meio das narrativas. Há uma dimensão ontológica, segundo as estudiosas (2013), que permite que as pessoas utilizem dessa ideia de limites para estabelecer suas posições no mundo e definir quem faz parte de determinado grupo e quem não está incluído. Além dos Estados e do controle fronteiriço por agentes políticos, isso se manifesta também em discursos que visam estabelecer

¹¹ No original “locates the limits of a state’s sovereign power on its geographical outer edges” (SCUZZARELLO; KINNVALL, 2013, p. 92)

¹² No original: “The fact that borders are socially constructed means that they have to find their legitimacy in what we call ‘boundaries’, i.e. the cultural and political narratives about a society, its culture, territory and history and about who is member of that society and, consequentially, who is an outsider. In this sense, we distinguish between ‘borders’, understood as the institutionalised phenomena, written down in legal texts and ‘boundaries’ and the narratives constructed to give or challenge the meaning of borders” (SCUZZARELLO; KINNVALL, 2013, p. 92-93).

uma diferenciação entre o “eles” e o “nós”, numa tentativa de reivindicar uma identidade única. Essa discussão é importante para nosso trabalho, tanto por estar relacionada à estigmas e formas de exclusão associadas a migrantes, quanto por suscitar reflexões sobre as relações de poder que permeiam processos como a inserção dessas pessoas nas sociedades de destino.

Nesse sentido e no âmbito da discussão sobre narrativas contrárias à migração, destaca-se a centralidade de discursos políticos e dessas dinâmicas de poder a perpassarem a temática migratória. Dentre os discursos mais comuns associados aos deslocamentos populacionais, está a defesa de que o mundo vive uma crise migratória e que, por isso, o fechamento de fronteiras e o combate à migração “ilegal” deve ser fortalecido. Para Carolina Moulin (2012), a linguagem da emergência, da crise e da problemática migratória tem sido dirigida a migrantes e refugiados na tentativa de representá-los como ameaças à soberania do Estado e à vida dos nacionais de determinado país. Para além disso, a autora expressa que essas ideias revelam, também, “ansiedades geradas pela complexidade da experiência migratória e sobre como as subjetividades políticas dela advindas produzem rupturas e fissuras no imaginário político contemporâneo em geral” (MOULIN, 2012, p. 2).

Conforme explicitado anteriormente, esse possível cenário de “crise e emergência migratória” pode influenciar discursos, ações e posicionamentos contrários a migrantes. Ronald Inglehart e Pippa Norris (2016) abordam essa questão ao analisarem a ascensão de líderes e partidos populistas nas democracias contemporâneas. Segundo os autores, a atuação de representantes como Donald Trump, Marine Le Pen (França), Norbert Hofer (Áustria), Nigel Farage (Reino Unido) e Geert Wilders (Holanda) tem sido proeminente nos dias atuais, com impactos na estrutura partidária e governamental dos países. Ao mesmo tempo, o apoio das massas a esses políticos e aos discursos que estes defendem tem crescido até mesmo nos países em que não foram eleitos muitos representantes populistas, o que afeta, ainda assim, a agenda política e a opinião pública. Os autores apontam que a retórica adotada exerce um papel importante de influência sobre determinados setores da população (INGLEHART; NORRIS, 2016).

Para Inglehart e Norris (2016), o cenário de apoio a candidatos e partidos que defendem pautas anti-imigratórias pode ser analisado a partir de duas teorias. Pela perspectiva da desigualdade econômica, o comportamento político estaria ligado a transformações na sociedade e na força de trabalho em economias pós industriais, numa visão mais relacionada a conflitos de classe. Segundo essa visão, o desenvolvimento tecnológico, as mudanças nos

fluxos de trabalho, de bens e capital, o afluxo de migrantes e refugiados, crises econômicas e o desemprego contribuíram para uma insegurança econômica e um ressentimento de classes. Esse sentimento pode ter afetado camadas mais “inseguras” da sociedade - trabalhadores informais, desempregados, famílias que vivem em áreas com concentração de imigrantes - que ficaram mais suscetíveis à propaganda anti-establishment, nativista e xenófoba, explorada por líderes, partidos e movimentos populistas (INGLEHART; NORRIS, 2016). Por esse argumento, pessoas de fora, como imigrantes e refugiados, seriam parte responsável por essa situação econômica, por privar os nacionais de oportunidades laborais, por exemplo. Esses discursos aparecem, constantemente, nos relatos das mulheres migrantes entrevistadas para esta pesquisa, como será possível observar na análise empírica que realizamos posteriormente.

Numa outra perspectiva analítica, está a tese denominada, por Inglehart e Norris (2016), de *cultural backlash*, uma reação cultural. Nesse caso, o crescente aumento do apoio a partidos populistas e a pautas anti-imigração pode ser visto como uma resistência contra mudanças culturais progressistas, numa ótica menos relacionada a fenômenos econômicos. As raízes dessa postura, de acordo com os autores (2016), estão no desenvolvimento de uma mudança intergeracional em direção a valores pós-materialistas e mais progressistas, como o multiculturalismo, pautas ligadas aos Direitos Humanos e igualdade de gênero. Essa mudança nas gerações refletiu em reações de alguns atores sociais, principalmente da geração mais velha, entre homens brancos e setores menos instruídos, que apoiam normas mais tradicionais e conservadoras e rejeitam valores progressistas. Essas pessoas são potencialmente mais suscetíveis a apoiar partidos e representantes populistas e defender causas apresentadas por esses atores políticos.

Nesse sentido, enquanto temas como a proteção ao meio ambiente, os direitos LGBT e a equidade de gênero e raça têm ganhado força nas democracias contemporâneas e se materializado em políticas, ainda há uma reação cultural a essas questões. Essa postura é observada na medida em que parcelas da sociedade são contrárias às mudanças por estas representarem certa perda de privilégios ou um abalo a valores tradicionais (INGLEHART; NORRIS, 2016). A recusa à migração e os constantes discursos anti-imigratórios, tanto por parte de representantes quanto por parcelas da população se situam nesse contexto. Como reforçam os autores,

Os recém-chegados falam línguas diferentes e têm diferentes religiões e estilos de vida daqueles da população nativa - reforçando a impressão de que as normas e valores tradicionais estão desaparecendo rapidamente. As evidências examinadas neste estudo sugerem que a ascensão de partidos populistas reflete, acima de tudo, uma reação contra

uma ampla gama de rápidas mudanças culturais que parecem estar erodindo os valores e costumes básicos das sociedades ocidentais. (INGLEHART; NORRIS, 2016, p. 30)

As discussões sobre fronteiras físicas e simbólicas, bem como os debates em torno de atitudes anti-imigratórias, contudo, são amplas e abrangentes. Os estudos fronteiriços abarcam tanto a perspectiva já trabalhada, relacionada à exclusão e o estabelecimento de políticas migratórias rígidas em regiões limítrofes, quanto abordagens que visam olhar para zonas de fronteira como espaços sociais onde migrantes interagem (DIAS, 2019), ou, até mesmo, como método (MEZZADRA; NEILSON, 2017). Para Dias (2019), a mobilidade migratória deve ser entendida não como um fluxo ou como um fenômeno focado somente na origem e no destino, mas como uma prática social, em que migrantes vivenciam experiências e estão em constante negociação com as fronteiras. De acordo com o autor, é importante que olhemos para as condições vividas nas fronteiras e a forma como as pessoas que migram interagem com os espaços pelos quais circulam.

Na defesa de que as fronteiras sejam entendidas não como um objeto de estudo, mas como “método”, ou um ponto de vista epistêmico, Mezzadra e Neilson (2017) argumentam ser importante atentar para as tensões, conflitos e relações que se produzem nos processos de mobilidade. Os autores entendem que as fronteiras têm um papel importante na produção de tempos e espaços na dinâmica global do capitalismo. Segundo eles, as fronteiras atuais não dizem respeito só a delimitações geopolíticas que dividem Estados, mas estão proliferadas e, conseqüentemente, são mais heterogêneas. Para os estudiosos, as investigações não devem ser limitadas a um entendimento das tradicionais fronteiras como barreiras geográficas, mas como relações que contemplam, também, outras formas de demarcação cultural, social, econômica e política (MEZZADRA; NEILSON, 2017).

Longe de aprofundar nossa análise nos estudos fronteiriços e suas particularidades, entendemos que essas discussões permeiam alguns pontos desta pesquisa. As dinâmicas de inclusão/ exclusão, bem como as relações que são construídas ao longo de todo o processo de mobilidade nos ajudam a entender as tensões e interações desenvolvidas entre as migrantes e os espaços que circulam. Além disso, nos permitem perceber como algumas ideias e representações estereotipantes podem ser construídas em torno das mulheres que migram. Ponto fundamental para as teorias do reconhecimento é discussão sobre o desrespeito, as formas de injustiça e de rebaixamento dos sujeitos, que podem afetar a autoestima dos indivíduos (HONNETH, 2003) e as relações sociais que estes constroem cotidianamente. Nesse aspecto,

as narrativas que apresentam migrantes como pessoas indesejadas no país de destino, o foco em sua diferenciação em relação à coletividade e outros estereótipos associados a esses sujeitos podem afetar tanto a garantia de direitos dessas pessoas no local de destino, quanto minar suas possibilidades de autorrealização e as relações que elas constroem.

1.3. Migração: enfoques teóricos

Cada pessoa que migra é única e possui suas trajetórias, o que demanda que os estudos migratórios se debrucem, também, sobre as experiências desses sujeitos, entendidos em suas particularidades. A migração internacional é um processo heterogêneo, que envolve diversos atores sociais, desde a pessoa migrante, sua família, seus amigos e, até mesmo, empregadores ou agentes estatais no local de destino. Massey e colaboradores (1993) defendem que, devido a essa heterogeneidade, não há uma única teoria geral sobre migração internacional, tendo em vista que os estudos frequentemente são separados por disciplinas ou áreas temáticas, que dão enfoques diferentes ao fenômeno. Os autores advogam, no entanto, que os movimentos migratórios contemporâneos não podem ser analisados por uma única área de estudo, já que a migração internacional possui uma “complexa e multifacetada natureza, que requer uma teoria sofisticada que incorpore uma variedade de perspectivas, níveis e hipóteses” (MASSEY *et al*, 1993, p. 432, tradução nossa).

Esse processo complexo vem sendo investigado por diferentes áreas de pesquisa, que englobam a Sociologia, a Economia, a Geografia e a Demografia, entre outros. De acordo com Peixoto (2004), a migração tem um caráter interdisciplinar, tendo em vista a gama de possibilidades de enfoque e de pesquisa fornecida pelo fenômeno. Segundo Jansen (1969, p.60), citado por Peixoto (2004),

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante. (JANSEN, 1969: 60 *apud* PEIXOTO, 2004, p.4).

Na avaliação de Peixoto (2004), o estudo dos deslocamentos populacionais não assumiu muito destaque nas discussões das Ciências Sociais durante o período em que estas se consolidaram, apesar da importância e da proeminência dos fluxos migratórios no final do século XIX e início do século XX. Nas áreas da Ciência Política e Relações Internacionais, Augusto Leão (2017), aponta que

O início da compreensão da imigração como um problema social está ligado com um processo de fortalecimento dos Estados Nacionais, ocorrido no começo do século XX, e é especialmente nesse contexto que a imigração se torna um objeto de estudo para a Ciência Política. (LEÃO, 2017, p. 49).

A ideia de migração como um “problema social” é tematizada por Abdelmalek Sayad (1998), que pontua que o fenômeno, antes mesmo de se tornar uma problemática de pesquisa no campo acadêmico, já surgia como uma questão na sociedade. Segundo o autor, há uma percepção e uma construção social acerca da pessoa imigrante, que a enxerga como um problema e a vincula a discursos acerca do mercado de trabalho, da habitação e de políticas públicas (SAYAD, 1998). Essa visão pode influenciar no tratamento dado a migrantes, seja por parte do Estado, seja pela sociedade civil no país de destino.

Ponto importante de se destacar diz respeito à nomenclatura adotada na presente pesquisa e às discussões que envolvem a terminologia no campo dos deslocamentos internacionais. A literatura sobre as migrações, bem como as organizações internacionais que trabalham com a temática, estabelecem diferenças entre os termos *imigrante*, *emigrante* e *migrante*. Além disso, é feita uma diferenciação – tanto teórica quanto no âmbito documental e de estabelecimento de políticas migratórias - entre as pessoas consideradas refugiadas e as chamadas migrantes econômicas. Um país considera como *emigrante* o cidadão nacional que reside em outro país, e como *imigrante* aquele/a que nasceu em outro local, mas reside em seu território.

Já o *refugiado*, segundo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (ACNUR, 1951), é aquele que se encontra fora de seu país “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (ACNUR, 1951) e, em razão dessa situação, não deseja – ou não pode – voltar ao país de origem. Comumente e, principalmente, no âmbito estatal, é estabelecida uma diferença entre o imigrante e o refugiado. O primeiro é

visto como aquele que migra por opção, geralmente em busca de melhores condições de vida no país de destino, enquanto o refúgio é associado a uma situação de migração forçada.

Por *apátrida*, entende-se aquela pessoa que não tem sua cidadania reconhecida por nenhum Estado (ONU, 1954). Essa condição pode ser dada desde o nascimento, caso o indivíduo nasça num campo de refugiados, por exemplo, ou pode ser adquirida, caso um Estado revogue sua cidadania. A situação impede que apátridas alcancem vários direitos, como o da nacionalidade, além da impossibilidade de emitir documentos, ter proteção diplomática do Estado, entre outros.

As conceituações acima expostas são, entretanto, controversas, podendo variar entre países. As definições carregam sentidos que abarcam aspectos geográficos, políticos, legais e metodológicos, sendo inúmeras as maneiras pelas quais podemos definir as experiências migratórias, até mesmo em relação ao local de residência, de nascimento, a duração de estada, entre outros aspectos. Segundo o Glossário sobre Migração (2009), a terminologia migratória pode variar de acordo com a perspectiva ou abordagem adotada, tendo em vista que

Inexistem definições universalmente aceitas, o que deriva parcialmente do facto de a migração ser algo que, tradicionalmente, apenas era abordado no plano nacional; a consequência é que, o uso que se faz dos termos migratórios varia de país para país. Os termos podem, mesmo no interior do mesmo país, variar em significado ou implicações (OIM, Glossário sobre Migração, 2009).

Ademais, entende-se que algumas dessas definições podem ser vistas como complementares e interligadas, tendo em vista que, assim como defende Sayad (1998), ao ser imigrante em uma localidade, o sujeito é, também, emigrante para o seu país de origem, e vice-versa. Do ponto de vista de quem migra, portanto, os termos *emigrante* e *imigrante* se diluem em um único sujeito.

Em razão disso, neste trabalho utilizaremos o termo *migrante*, que se refere a quem se desloca numa unidade espaço-temporal. Conceito mais geral e que abarca os diferentes significados e acepções, a palavra pode ser usada para se referir a pessoas refugiadas, apátridas, imigrantes e emigrantes. No caso desta pesquisa, o foco da investigação não está nas motivações que levam as mulheres a se deslocarem de outros países para o Brasil, nem na condição migratória que elas adquiriram junto ao Estado brasileiro. Nesse sentido, o recorte feito, como já mencionado, foi conversar com mulheres migrantes que nasceram em algum país da América Latina ou Caribe, e que residem no Brasil há, no mínimo, seis meses.

1.3.1 Teorias explicativas sobre os movimentos migratórios

Conforme explicitado anteriormente, a migração é um fenômeno comumente abordado nas mais variadas áreas de estudo. Os trabalhos – que vão desde perspectivas teóricas a enfoques empíricos – inserem-se em tradições disciplinares diversas e, dentre os vários campos que se debruçam sobre o assunto, um dos que mais se destaca é a Geografia, principalmente com pesquisas sobre a população. E foi dessa área que surgiu um dos estudos pioneiros e considerados mais centrais nos estudos migratórios, principalmente no tangente à tematização sobre as motivações e causas para os deslocamentos populacionais. No final do século XIX, o geógrafo Ernest Ravenstein publicou as chamadas “Leis de Migração”. Baseado em uma análise empírica, feita com dados de censos realizados no Reino Unido em 1871 e 1881, o autor postulava princípios gerais da dinâmica dos deslocamentos populacionais, que, para ele, ocorriam, principalmente, em função de disparidades econômicas entre duas áreas geográficas. Nesse sentido, a principal motivação das correntes migratórias seria a busca por mão de obra. Segundo Ravenstein (1885) que é considerado um dos únicos autores clássicos dos estudos migratórios (PEIXOTO, 2004, p. 4), os grandes centros urbanos seriam espaços de atração populacional, já que a “deficiência de mão de obra em um local seria suprida pela de outra região onde a população é maior” (RAVENSTEIN, 1885, p. 199). De acordo com Ravenstein, a migração tenderia a aumentar devido ao desenvolvimento econômico e tecnológico (NOLASCO, 2016), e o crescimento da indústria e dos transportes também poderia influenciar no aumento de fluxos.

Para ele, as pessoas migrantes tenderiam a percorrer curtas distâncias, principalmente as mulheres, que seriam maioria nesses fluxos cuja distância é menor (RAVENSTEIN, 1885). Ele afirma, ainda, que a população rural tende a migrar mais que a urbana e, nos casos em que os deslocamentos são para mais longe, a tendência, segundo o autor, é de que os destinos sejam do campo para os grandes centros de comércio. De acordo com Ravenstein, a migração tenderia a aumentar devido ao desenvolvimento econômico e tecnológico (NOLASCO, 2016), e o crescimento da indústria e dos transportes também poderia influenciar no aumento de fluxos.

Silva (2015) aponta que a análise de Ravenstein e o foco do estudo nas motivações para a saída e entrada de migrantes influenciam abordagens que utilizam a ideia de *push-pull* (atração-repulsão) para explicar a migração. Segundo essa concepção, os deslocamentos

populacionais acontecem devido a fatores de repulsão no país de origem e de atração no país de destino. Nessa perspectiva, uma pessoa migraria motivada por esses aspectos que, em geral, são econômicos (exemplo: uma pessoa vive num país que passa por crise econômica e migra para outro local em busca de melhor qualidade de vida e salários mais altos).

Apesar de pioneiras, as ideias e leis postuladas por Ravestein (1885) foram bastante criticadas, principalmente pelo positivismo e generalismo da interpretação de um fenômeno tão complexo como a migração (NOLASCO, 2016). Os estudos posteriores demonstraram que, para além de fatores de atração e repulsão que podem existir, outros aspectos são levados em conta por quem decide migrar.

Lee (1966) foi um dos autores que se debruçou sobre o fenômeno migratório tomando como ponto de partida as ideias postuladas por Ravenstein. O estudioso define a migração como uma “mudança de residência permanente ou semipermanente” (LEE, 1966, p. 49), que envolve, necessariamente, um local de origem, de destino, e uma série de obstáculos entre essas localidades. Com base nisso, ele pontua a existência de alguns fatores que atuam na decisão para migrar, quais sejam: 1) Fatores associados à área de origem; 2) Fatores associados à área de destino; 3) Obstáculos intervenientes; 4) Fatores pessoais. Conforme explica Peixoto (2004), esses desafios intervenientes são elementos como a distância a ser percorrida, os custos de deslocamento, as políticas e leis migratórias que podem restringir o acesso ao local de destino, entre outros.

Apesar de também defender a existência de aspectos de repulsão e atração no processo migratório, Lee (1966) entende que nem sempre esses fatores atuam de maneira igual para cada pessoa, além de existirem outras variáveis que podem influenciar a decisão por migrar. Ele aponta, por exemplo, como diversidade da população, ou seja, a existência de grupos com diferenças étnico-raciais pode influenciar no volume de fluxos migratórios, devido a fatores como a discriminação:

Uma diversidade de pessoas implica inevitavelmente que os status sociais de alguns grupos se elevarão acima dos de outros. A discriminação entre grupos raciais ou étnicos é a regra e não a exceção, e o grau de discriminação varia de lugar para lugar, muitas vezes de maneira tão extrema quanto nos Estados Unidos. Embora a discriminação leve ao estabelecimento de guetos, ela também opera para trazer vastos movimentos de pessoas de uma área para outra. (LEE, 1966, p.53).

Embora não discorra mais profundamente sobre os fatores que podem motivar essas situações de discriminação ou o cenário de desigualdade, o autor já aponta que essa variável pode impulsionar os deslocamentos populacionais.

A partir dessas formulações e de outras interpretações do fenômeno migratório, outras teorias se desenvolveram, com o objetivo de compreender as causas dos deslocamentos populacionais. Como apresenta Silva (2015), Massey e colaboradores (2009) dividem essas abordagens teóricas em quatro grandes grupos: as neoclássicas, as teorias da nova economia das migrações, a do mercado dual do trabalho e as histórico-estruturais. Já Sueli Siqueira (2009) organiza esses aportes da seguinte forma: as teorias neoclássicas, a histórico-estrutural, teoria das redes sociais e a do transnacionalismo. Em nosso trabalho, a proposta não é discorrer de modo completo sobre todas as perspectivas existentes, mas apresentar, no geral, as principais ideias e contribuições de alguns autores, com o objetivo de fornecer aportes necessários para a compreensão do fenômeno migratório e posterior análise empírica.

Com base no modelo de *push-pull* e em consonância com análises econômicas, as Teorias Neoclássicas (SJAASTAD, 1962; HARRIS E TODARO, 1970), têm como foco as condições e o capital econômico dos países envolvidos no processo migratório. Numa visão semelhante às ideias clássicas, o modelo macroteórico neoclássico enxerga a migração como um processo estimulado pela diferença de condições trabalhistas e salariais entre duas localidades, em que “o movimento migratório ocorre no sentido de países de menor taxa salarial em direção aos países que possuem taxas salariais mais elevadas” (INCARNAÇÃO, 2015, p. 5). Já na microteoria neoclássica, o foco da análise está no indivíduo, bem como em aspectos econômicos. Nessa abordagem, o sujeito é visto como racional, e decide migrar unicamente levando em conta fatores financeiros, buscando melhores condições de trabalho e sobrevivência. Ao decidir por migrar, então, o indivíduo faz um “cálculo racional” que visa maximizar os ganhos com processo migratório.

Peixoto (2004) aponta que esses modelos que se baseiam nos modelos de *push-pull* apregoam que os indivíduos só migram quando os custos do movimento são menores que os benefícios esperados. Nessa concepção, que é focada nas relações causais que influem nos deslocamentos, outros aspectos que podem interferir na decisão por migrar não são levados em consideração. Essa é uma das críticas que permeiam essas teorias e balizam outras abordagens. Para Portes (1995), a questão econômica a perpassar os processos migratórios não pode estar descolada de uma análise social. O autor advoga que as pessoas migrantes sejam vistas não só

em sua individualidade, mas como parte de uma ampla estrutura social, que as insere em grupos étnicos e redes sociais mais amplas.

Numa perspectiva semelhante a de Portes (1995), alguns autores defendem que se desenvolveu uma abordagem integrativa nos estudos migratórios (GOSS; LINDQUIST, 1995 *apud* BOYD; GRIECO, 2003, p. 5), cujo objetivo era se voltar para diferentes níveis de análise, incluindo as questões históricas, sociais e contextuais que podem influenciar nos fluxos. Inserida nessa ótica integrativa, está a abordagem da Nova Economia das Migrações. Essa corrente enxerga o ato de migrar como um projeto coletivo, por vezes familiar, em que a decisão pelo deslocamento não é tomada unicamente pelo migrante. Segundo Stark e Taylor (1990), a migração é uma ação que pode ser influenciada por outros atores, numa relação de interdependência. O foco está em “resolver” um problema local, relacionado, principalmente, à família do migrante ou a comunidade em que este está inserido.

Diferentemente das análises anteriores, pela Nova Economia das Migrações a decisão pelo deslocamento não é unicamente individual. Entretanto, a abordagem ainda vincula o projeto migratório a cálculos racionais das pessoas, que saem de seu local de origem com o objetivo de maximizar ganhos e “minimizar riscos para o rendimento familiar ou superar dificuldades financeiras relacionadas a atividades de produção da família” (MASSEY *et al.*, 1993, p.432, tradução nossa). Nessa teoria, uma dimensão utilitarista também baliza as análises. Para Silva (2015), tanto a perspectiva neoclássica quanto a da nova economia refletem o senso comum sobre as migrações. Numa síntese do autor,

Para muitas pessoas, o ato de migrar é resultado de uma decisão individual baseada nas diferenças de rendimento entre uma região e outra. Para outro grupo, trata-se de uma decisão compartilhada com a família que se fundamenta nas possibilidades de melhoria da qualidade de vida do migrante e de seus familiares. (SILVA, 2015, p. 49)

Apesar de apresentarem perspectivas diferentes sobre as origens e causas do fenômeno migratório, tanto as teorias neoclássicas quanto os estudos da Nova Economia das Migrações são focadas no processo decisório do migrante, numa abordagem a nível micro (MASSEY *et al.*, 1993). Ambas estão vinculadas à ideia de uma escolha racional, feita ora unicamente pelo indivíduo, ora compartilhada por sua família ou comunidade.

Numa análise mais macro e distinta dos modelos supracitados – mas que, ainda, é focada no âmbito econômico, estão os estudos do Mercado Dual de Trabalho, cujo principal

representante é Michael Piore (1979). Para o autor, os fluxos migratórios não são frutos de fatores de repulsão no país de origem, mas de uma demanda por trabalho que surge das sociedades industrializadas. Sasaki e Assis (2000) explicam que, nessa teoria, há a ideia de que o mercado é segmentado (dual), sendo dividido em dois estratos: primário e secundário. O primeiro, que é fomentado grandes empresas capitalistas, demanda maior qualificação e oferece salários maiores. Este seria ocupado, na maior parte das vezes, pelos nativos. Já o mercado secundário, na maioria das vezes, requer baixa qualificação, entrega salários menores e fornece pouca possibilidade de ascensão. É neste mercado, segundo os teóricos da segmentação, que está alocada a maioria dos trabalhadores migrantes (SASAKI; ASSIS, 2000). Essa teoria pode contribuir para refutar o senso comum de que imigrantes e refugiados ocupam empregos que deveriam ser destinados a trabalhadores nativos, já que aqueles que vêm de fora poderiam ocupar postos que, muitas vezes, são preteridos pela população do país de destino. Há de se destacar, entretanto, que Piore (1979) não restringe a atuação dos migrantes ao mercado secundário. A defesa do autor é a de que a compreensão do fenômeno deve considerar não só os cálculos individuais das pessoas que se deslocam, mas fatores e condições estruturais do trabalho.

Para além dos estudos supracitados, destaca-se, também, a teoria dos Sistemas Mundiais, cuja defesa principal é a de que os processos migratórios devem ser entendidos dentro de um sistema econômico mais amplo, já que são consequência do desenvolvimento capitalista e da reorganização das relações entre países vistos como centrais e aqueles tidos como periféricos. Segundo essa teoria, a movimentação de mercadorias e do capital pode gerar diferenciação econômica entre duas áreas geográficas, o que ocasionaria a criação de excedentes de mão de obra nas periferias e maior demanda por recursos humanos nos países “mais desenvolvidos”, estimulando fluxos migratórios (PETRAS, 1981). Pelas teorias dos Sistemas Mundiais, portanto, a ampliação de um sistema econômico global agravou problemas em países periféricos, o que pode ter contribuído para um outro processo emigratório, que foi facilitado por novas tecnologias e o grande fluxo de informação.

Faz-se importante mencionar, contudo, que apesar de giros estruturais, essas perspectivas teóricas ainda mantêm o foco em aspectos econômicos vinculados à migração, bem como na busca por causas para os deslocamentos. Numa crítica contundente às teorias neoclássicas, destaca-se, nesse sentido, a visão da abordagem Histórico Estrutural, que defende que o fenômeno migratório envolve fatores mais complexos, para além da perspectiva econômica ou de busca por melhores condições financeiras em outros países. Nessa ótica, o ato

de migrar não é uma decisão individual, mas algo que perpassa relações sociais e de poder. A principal autora dessa corrente é Saskia Sassen (1991, 1994, 2002, 2016), que defende que “a opção por migrar é socialmente produzida” (SASSEN, 1994, p. 62). Para a autora, o fenômeno está envolvido em processos políticos, econômicos e sociais, como a internacionalização da economia e a formação de cidades globais (SASSEN, 1994) cada vez mais conectadas. Desse modo, a análise não deve ser genérica ou geral, sendo necessária uma abordagem multilateral e mais ampla.

As migrações não apenas acontecem, elas são produzidas. Além disso, as migrações não envolvem qualquer combinação possível de países, eles são padronizados. Ademais, o emprego de imigrantes também é padronizado; os imigrantes raramente têm a mesma distribuição ocupacional e industrial que os cidadãos dos países receptores. Finalmente, embora possa parecer que as migrações estão sempre presentes, fases e padrões distintos são claramente discerníveis durante os dois últimos séculos. (SASSEN, 1994, p. 63)

Na visão histórico-estrutural, a migração é um processo que não pode ser resumido às explicações individuais e racionais. A unidade de análise é o contexto histórico, o sistema econômico e seus elementos, que são dinâmicos e complexos. Como aponta Weber Soares (2004), para essa corrente de estudos, a unidade de análise é o fluxo formado por indivíduos de determinado grupo. Nesse sentido, “a migração resulta das desigualdades regionais advindas do espaço transformado, do rearranjo espacial das atividades produtivas.” (SOARES, 2004, p. 103-104).

1.3.2. Teorias de perpetuação dos movimentos migratórios

Até então, foram apresentadas teorias e discussões cujo foco está nas causas e explicações sobre a migração. É perceptível, nesse sentido, como a maioria das abordagens vincula os deslocamentos a questões econômicas e financeiras, conforme já pontuado. Fundamental, contudo, é destacar que essas abordagens não são as únicas possíveis quando tratamos dos deslocamentos populacionais. Investigar as motivações para migrar é uma das possibilidades de estudo de um fenômeno complexo como a migração, mas outros focos e recortes podem ser estabelecidos. Isso posto, uma outra perspectiva analítica que chamamos a atenção nesta pesquisa é a que se debruça sobre as condições para a perpetuação dos movimentos e fluxos migratórios. Como apontam alguns autores (MASSEY *et al*, 1993):

Embora os diferenciais salariais, os riscos relativos, os esforços de recrutamento e a penetração no mercado continuem a levar as pessoas a mudarem, novas condições que surgem no decorrer da migração passam a funcionar como causas independentes: disseminação de redes migratórias, instituições de apoio ao movimento transnacional, e o significado social do trabalho muda nas sociedades receptoras. (MASSEY *et al*, 1993, p. 448)

Dentre as abordagens sobre a perpetuação dos fluxos, destaca-se a análise das Redes Sociais. Essa teorização defende que a pessoa migrante não atua isoladamente, mas sim, circundada por redes de apoio - compostas por atores diversos - que agem tanto em seu país de origem, quanto no país de destino. Para Massey *et al* (1993), as redes podem ser vistas como nós que conectam migrantes, ex-migrantes e pessoas que nunca se deslocaram para outro local, mas que compartilham laços pessoais, como parentesco, relações de amizade ou ajuda mútua. Para os autores, a formação dessas redes, que eles denominam capital social, pode influenciar no aumento dos fluxos migratórios, tendo em vista que as conexões feitas entre o migrante e as pessoas no país de destino ampliam o acesso ao outro país, além de reduzirem os custos e riscos de deslocamento (MASSEY *et al*, 1993). Desse modo, como defende Dimitri Fazito (2005), o processo migratório deve ser visto sob uma ótica relacional, como um sistema em que se conectam diferentes regiões, atores sociais, organizações e estruturas socioeconômicas e culturais.

As redes contribuem, também, para maior inserção de imigrantes e refugiados na sociedade de destino, sendo importantes para sua permanência no local e para o fortalecimento de vínculos com outras pessoas e comunidades. Soares e Rodrigues (2005) apontam, entretanto, que existem diferenças entre redes sociais, pessoais e migratórias. Sobre as primeiras, os estudiosos pontuam que trata-se de um grupo de pessoas, instituições ou organizações que se unem por algum tipo de relação. Já as redes pessoais consistem em um tipo de teia que contempla vínculos como relações de parentesco, amizade, entre outras. Quanto às redes migratórias, os autores as definem como:

Uma "rede migratória" não se confunde com redes pessoais. Essas redes precedem a migração e são adaptadas a um fim específico: a ação de migrar. Quando suas singularidades dependem da natureza dos contextos sociais que ela articula, uma rede migratória é, também, um tipo específico de rede social que agrega redes sociais existentes e enseja a criação de outras: portanto, consiste em "uma rede de redes sociais". Por fim, uma "rede migratória" implica origem e destino - isto é: recortes territoriais, países, estados, microrregiões, municípios, cidades, etc. que se articulam por intermédio de fluxos migratórios. (SOARES; RODRIGUES, 2005, p. 66)

Para esta pesquisa, teorizações como as das Redes Sociais são importantes, tendo em vista a centralidade que as relações sociais assumem para as Teorias do Reconhecimento. Aqui, entendemos a migração não apenas como um deslocamento físico entre lugares distintos, mas como um fenômeno que envolve diferentes sujeitos em constante interação, seja na sociedade de origem, seja na de destino. Mais ainda, compactuamos com a visão de que a migração - tanto o ato de se deslocar, quanto a própria inserção dos migrantes no país receptor – contempla não só aspectos econômicos, mas sociais e políticos, que não podem ser deixados de lado nas análises.

A manutenção de processos migratórios pode ser explicada por outras teorias como a Institucional, que destaca o papel de organizações relacionadas à causa migrante nas sociedades de destino, e a Causalidade Cumulativa, que aponta que os deslocamentos populacionais podem aumentar com o tempo devido a fatores que se retroalimentam. Romerito Silva (2015) explica que, pela primeira, os deslocamentos populacionais geram demanda por ações, o que estimula o surgimento de instituições privadas e organizações humanitárias voluntárias que podem atuar tanto para fornecer serviços, suporte aos migrantes e auxílio na garantia de direitos, quanto funcionar como negócios lucrativos. Já para teóricos da Causalidade Cumulativa, a migração pode, ela mesma, gerar mudanças nas estruturas sociais e econômicas, que poderiam aumentar ou causar novos fluxos, seja em razão da expansão das redes migratórias, devido à criação de uma tradição cultural de incentivo à migração, ou até mesmo pela viabilização econômica de novos movimentos (SILVA, 2015).

Como anteriormente mencionado, é inviável apontar uma perspectiva geral que possa orientar ou explicar os mais variados fluxos. Independentemente da abordagem, Levitt e Jaworsky (2007) defendem que, nas últimas duas décadas, diversos estudos expõem que os migrantes têm mantido fortes laços com os países de origem, ao mesmo tempo em que interagem e se integram na sociedade de destino. É nesse ponto que destaca-se a ótica transnacional, que versa que, em relação a aspectos da vida social de migrantes, as fronteiras têm sido cada vez mais ultrapassadas, já que eles conseguem ter presença ativa em ambas as localidades. Nessa perspectiva, o papel da comunicação e das mídias sociais é importante, também, para manter esses vínculos. Um exemplo dessa perspectiva é o caso de pessoas que vivem num país e possuem negócios ou empresas em outro, tendo que passar temporadas em cada um dos dois lugares.

De acordo com Schiller, Basch e Blanc-Szanton (2005), os novos fluxos populacionais demandam que a migração seja entendida a partir dessas outras teorias, como o Transnacionalismo. Para as autoras, essa abordagem é importante para se pensar o contexto atual em que as fronteiras estão cada dia mais fluidas e os migrantes cada vez mais vinculados aos seus locais de origem e de destino, por meio das múltiplas relações que constroem. Nessa ótica,

Os transmigrantes desenvolvem e mantêm múltiplas relações - familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que transpõem fronteiras. Os transmigrantes tomam atitudes, decisões, têm preocupações e desenvolvem suas identidades dentro de redes sociais que os conectam a duas ou mais sociedades, simultaneamente. (SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 2005, p. 1-2)

De acordo com as autoras, o desenvolvimento de experiências migratórias transnacionais está intrinsecamente relacionado às mudanças provocadas pelo capitalismo global, devendo ser entendidas nesse contexto. Elas postulam que a existência da migração transnacional demanda que conceitos como o de nacionalidade, etnicidade e raça sejam repensados, para que se amplie o entendimento de categorias como a cultura, classe e sociedade (SCHILLER; BASCH; BLANC-SZANTON, 2005).

Ainda sobre o contexto transnacional, Altamirano (2006) aponta que, no processo de inserção cultural desses migrantes, eles experimentam uma dupla interação ao se adaptar às suas novas residências. Ao mesmo tempo em que “adquirem” elementos culturais do país de destino, como a língua, novas experiências laborais, sociais e culturais com outros atores sociais, essas pessoas utilizam seu repertório cultural e compartilham seus saberes e conhecimentos no país de acolhida.

1.4. Migrações: agendas de estudo

Conforme explicitado, não há consenso na literatura sobre qual teoria é mais relevante ou aplicável para se pensar os fluxos migratórios. Diversas são as abordagens e múltiplos são os enfoques, tendo em vista que se trata de um processo dinâmico e que está em constante mudança. Levando isso em consideração e, para além da exposição das principais teorizações, faz-se necessário abordar algumas agendas contemporâneas nas discussões sobre o fenômeno migratório. Dentre elas, destaca-se a discussão sobre as migrações na América Latina e Caribe e o debate entre gênero e migração, caros à esta pesquisa.

1.4.1. Migrações Sul-Sul e os deslocamentos na América Latina e Caribe

Neste estudo, nosso foco de investigação está nas situações vivenciadas por mulheres migrantes que vivem no Brasil, vindas de outros países da América Latina e Caribe. Com a proposta de entender um pouco sobre a mobilidade na região e os principais fluxos nesses locais, faz-se importante discorrer sobre algumas características desses movimentos na atualidade.

A América do Norte é o destino da maior parte das pessoas que emigra da América Latina e Caribe, tendo registrado, em 2019, cerca de 26 milhões de migrantes latino-americanos e caribenhos em seus territórios (IOM, 2019). A Europa aparece como o segundo continente que mais abriga essa população, com 5 milhões de pessoas, valor que quadruplicou desde a década de 1990. Em relação aos imigrantes de outras localidades e que vivem em países da América Latina e Caribe, o número se mantém estável, com cerca de 3 milhões de pessoas de outros países vivendo na região nos últimos 30 anos (IOM, 2019).

O México é, em comparação aos outros países latino-americanos, o local de origem da maioria da população que se desloca para o norte, sendo os Estados Unidos o principal destino (IOM, 2019). Entretanto, com restrições cada vez mais fortes para a entrada nos EUA, o México tem, também, recebido muitos imigrantes nos últimos anos, oriundos, principalmente, de países próximos, como Nicarágua, Honduras, Guatemala e El Salvador. Foi desses países que saiu a maior parte das pessoas que, no final de 2018, se uniram nas chamadas Caravanas Migrantes rumo à América do Norte. Em grupo e num trajeto feito quase todo a pé, milhares de pessoas cruzaram as fronteiras na tentativa de buscar melhores condições de vida em outros territórios (COLEF, 2018).

Fatos como a formação das Caravanas Migrantes refletem como o fenômeno migratório é dinâmico e complexo. Apesar de os deslocamentos nessa região sempre existirem, eles estão se diversificando, tanto pela formação de grupos para o deslocamento e o aumento dos fluxos irregulares, quanto pela presença de mais mulheres e crianças. Segundo o *World Migration Report*, da Organização Internacional para as Migrações (2018),

O número de crianças desacompanhadas que migram da América Central também aumentou substancialmente, com um aumento de 1.200% em crianças menores

desacompanhadas, detidas na fronteira dos Estados Unidos com o México entre os anos fiscais de 2011 e 2014 (OIM, 2018, p. 80).

A condição de violência de muitos países na América Central contribuiu para que os fluxos emigratórios desses locais se tornassem mais intensos. Nos últimos anos, o número de pedidos de asilo apresentados ao México subiu 155%, passando de 3.400 solicitações em 2015 para cerca de 8.800 em 2016 (IOM, 2018). A situação de vulnerabilidade em muitos trajetos se torna ainda maior devido a atuação dos coiotes e das redes de contrabando que atuam nas regiões de fronteira. Segundo a Organização Internacional para Migrações (2018), esses agentes formam uma indústria lucrativa de contrabando e transporte irregular, expondo os migrantes a práticas como subornos, sequestros e extorsão.

Catherine Wenden (2016) aponta que, atualmente, migrantes que estão em situação irregular formam uma categoria mundial. Consistem em pessoas que entraram num país desprovidas da documentação requerida por aquele Estado, ou que prolongaram a permanência no local sem a devida autorização do governo. Para a autora, a mobilização cada vez maior dessas pessoas nos países de acolhida tem feito com que emergissem discussões para que o direito à mobilidade desponte como um direito humano no século XXI, incluindo reflexões sobre a governança mundial das migrações. Wenden (2016) defende que, nesse aspecto, seja adotada uma gestão multilateral que associe ambos os países de origem e destino, bem como organizações internacionais e não governamentais, grupos de migrantes, sindicatos e outros atores da sociedade civil. Isso permitirá, na visão da autora, que a migração “seja benéfica para os países de acolhida, de partida e para os próprios migrantes, tornando-se um bem público mundial” (WENDEN, 2016, p. 22).

A discussão sobre as migrações na América Latina e Caribe se situa, também, no cerne de agendas mais amplas de pesquisa sobre os estudos de mobilidade. Um dos debates contemporâneos e de grande relevância para nossa pesquisa é a questão das migrações Sul-Sul, ou seja, os movimentos populacionais entre países do chamado Sul Global. No século XXI, o cenário internacional tem sido marcado por deslocamentos mais intensos entre esses locais, um resultado tanto de restrições mais fortes impostas por países do Norte, quanto por novas configurações e relações entre os países do Sul (BAENINGER, 2018). Com isso, foram modificadas as composições e as direções das correntes migratórias internacionais.

Os fluxos cada vez mais intensos para países da América Latina são uma das características e das questões que se colocam na análise das migrações internacionais. O Brasil,

que a partir da década de 1960 se tornou um local de emigração, com a saída de milhares de pessoas para países do Norte – principalmente os Estados Unidos – nos últimos anos entrou na rota migratória de outros países, como Haiti, Bolívia, Colômbia e Venezuela. Para Rosana Baeninger (2018),

De fato, as migrações Sul-Sul se consolidam no bojo de processo mais amplo das migrações transnacionais, da divisão internacional do trabalho, da mobilidade do capital. Refletem e (re)configuram condicionantes que ocorrem fora das fronteiras nacionais, com impactos na conformação da imigração no âmbito de cada país. (BAENINGER, 2018, p. 13)

As migrações intrarregionais ocupam lugar destaque nos estudos sobre a perspectiva Sul-Sul. Muito embora os deslocamentos populacionais na região não sejam um fenômeno novo, segundo Patarra (2002), formas mais dinâmicas de migração intrarregional têm sido observadas mais recentemente, principalmente em decorrência dos processos de integração econômica entre os países e maior comunicação entre as localidades. Aspectos políticos e sociais, além de situações conflituosas em alguns locais - como a atual situação da Venezuela - têm, também, contribuído para o aumento dos fluxos e para a situação de deslocamentos forçados para regiões transfronteiriças. O ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, estima que 3,4 milhões de venezuelanos já deixaram o território e, desses, 2,7 milhões vivem em outros países da América Latina e Caribe (ACNUR, 2019).

Na visão de Wenden (2016), as migrações se globalizaram nos últimos 30 anos e uma das marcas desse processo é, justamente, a regionalização dos fluxos. Para a autora, em escala mundial, os movimentos se organizam em sistemas complexos de migração em torno de uma mesma região, onde são observadas complementaridades entre os locais de partida e chegada, redes transnacionais de migrantes e vínculos históricos e culturais entre países próximos (WENDEN, 2016). De acordo com a estudiosa, América do Sul, Brasil, Chile e Argentina, localidades que, historicamente, recebem muitos imigrantes, acolhem, sobretudo, pessoas de países vizinhos, como andinos e caribenhos (haitianos, bolivianos, colombianos, dominicanos e peruanos, entre outros).

Outra característica marcante dos fluxos entre os países da América Latina é justamente o seu caráter poroso. As mobilidades regionais são, muitas vezes, temporárias, ou seja, o país em que o sujeito se encontra nem sempre é o seu destino final. Como destacam Patarra e Baeninger (2006), novas modalidades de movimentos migratórios podem ser observadas. Estas envolvem não apenas a mudança de residência, mas mobilidades temporárias ou circulares,

associadas a atividades agrícolas ou a ciclos econômicos, além de deslocamentos transfronteiriços¹³, fluxos de retorno e a maior participação das mulheres nesses processos.

Essas características impõem desafios aos Estados e tensões às análises clássicas sobre migrações, que focam nos motivos para o deslocamento, nas razões para permanência e nos fatores de atração ou repulsão entre dois locais. Com novas modalidades nos movimentos, faz-se importante adotar análises e olhares que foquem não só na quantidade de pessoas que migra, nos aspectos econômicos envolvidos, ou nos estoques e intensidade dos fluxos, mas, sim, nas experiências dos sujeitos e suas relações com o espaço. Nesse sentido, Alejandro Canales (2006) sustenta que todas essas configurações refletem numa maior diversidade e complexidade dos padrões migratórios, o que gera a necessidade de “reconstruir abordagens e perspectivas de análise e compreensão desse fenômeno social” (CANALES, 2006, p. 11).

Dentre essas abordagens, destacam-se as discussões de gênero, centrais para esta pesquisa. A seguir, é feita uma introdução ao tema, a fim de compreender como essa questão vem sendo abordada, historicamente, nos estudos migratórios, bem como discutir como os estudos de gênero e os feminismos podem ser propícios para lançarmos luzes sobre pontos relevantes relacionados à mobilidade migratória. A proposta é enxergar os limites e possibilidades dessa discussão no âmbito acadêmico e defender a necessidade de que o gênero seja uma agenda cada vez mais central nas pesquisas da área, tendo em vista a participação de mulheres nos fluxos e a maior diversidade no perfil e nas modalidades de deslocamento.

1.4.2. Migração e Gênero

Gênero é uma dimensão importante a ser considerada ao se discutir o fenômeno migratório, sendo uma temática central para nosso estudo e uma agenda de pesquisa de suma relevância. A existência de mulheres nos deslocamentos populacionais não é algo novo, mas é importante postular que a participação delas tem se ampliado ao longo dos anos. No Brasil, entre 2010 e 2019, a proporção de mulheres imigrantes no país se manteve estável em, aproximadamente, 46%. Segundo dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas (UN DESA, 2019), o Brasil possui, aproximadamente, 807

¹³ *Transfronteiriço*, aqui, refere-se a territórios fisicamente adjacentes, limítrofes, divididos por uma determinada fronteira.

mil migrantes internacionais, dos quais cerca de 375 mil são mulheres. Em algumas regiões do mundo, elas são maioria nos fluxos emigratórios, como é o caso da América Latina e Caribe, em que correspondem a 50,1% do total de migrantes, bem como nas Filipinas, no Sri Lanka e na Tailândia, em que também estão em maior quantidade dentre o total de pessoas que emigram desses países (UN DESA, 2019). Em outros casos, as mulheres ainda são minoria numérica, mas têm se deslocado de forma independente e autônoma, o que pode alterar configurações e dinâmicas em seus países de origem e destino (UN DESA, 2019).

Nos últimos anos, a literatura sobre deslocamentos populacionais tem abordado o fenômeno da Feminização da Migração, que contempla três abordagens, segundo Milesi e Marinucci (2016): 1) o aumento quantitativo das mulheres nos fluxos migratórios; 2) a mudança do perfil dessas migrantes e 3) uma maior visibilidade de questões de gênero nas discussões sobre o tema. Sobre o primeiro aspecto, os autores expõem que há diversas variáveis que influenciam no maior número de mulheres nos fluxos, quais sejam: a formação de redes migratórias, os deslocamentos forçados, demandas do mercado de trabalho, a reunificação familiar, bem como a busca por emancipação frente a quadros de opressão e exploração nos locais de origem.

No tangente à mudança de perfil, Milesi e Marinucci (2016) argumentam que há, hoje, diferentemente do que era observado anteriormente, um aumento no número de mulheres que desenvolvem projetos migratórios individuais, ou seja, que se deslocam por razões não necessariamente vinculadas à família. Os autores defendem, ainda, que a migração para essas mulheres pode ser vista tanto como uma forma de conquistar maior autonomia, quanto uma consequência desse processo.

Já no que diz respeito à maior visibilidade da mulher nos debates contemporâneos, os autores defendem que a feminização da migração pode ser produto, também, de maior debate de gênero nas pesquisas acadêmicas e das tentativas de promoção de igualdade e equidade nesse aspecto. A mulher, antes vista somente no âmbito reprodutivo e doméstico, passa a ser compreendida, também, na esfera produtiva (MILESI; MARINUCCI, 2016).

A ideia de “feminização da migração” é, contudo, questionada em algumas abordagens. Carmen Gregorio Gil (2004) defende que os deslocamentos de mulheres sejam entendidos pela ótica da *generização do processo migratório*. Esse conceito diz respeito aos processos por meio dos quais as relações de gênero se constroem nos projetos e fluxos, sobrepondo-se a análises unicamente quantitativas sobre a mobilidade de mulheres. Para a autora, o conceito de

generização é mais apropriado que o de feminização por algumas razões, tanto por dar ênfase ao conceito mais amplo de gênero – e não a uma ideia vinculada à categoria “feminino” – e, principalmente, por representar uma perspectiva feminista nos estudos migratórios, ao enfatizar que um dos princípios estruturantes dos deslocamentos é, justamente, o gênero. De acordo com Gil (2004), um processo migratório pode ser entendido como generizado em decorrência da interação entre “os sistemas de gênero das duas sociedades que se põem em contato, como consequência do fluxo, entre elas, de capitais, bens, trabalho, recursos, informações e ideologias, entendendo esses sistemas como um conjunto de relações dinâmicas e mutantes” (GIL, 2004, p. 263).

Essa abordagem da generização é interessante para esta pesquisa por contribuir para a compreensão de que, para além de atentar para o aumento dos fluxos compostos por mulheres, faz-se relevante refletir sobre as questões que diferenciam a experiência e trajetória delas em relação às dos homens (PERES; BAENINGER, 2016). Nesse sentido, não se trata de resumir a discussão a uma questão “numérica”, em que a necessidade de se discutir a migração se justifique só pelo fato de mais mulheres migrarem, mas, sim, compreender as dessemelhanças e desafios que existem entre os públicos migrantes. Como pontuam Peres e Baeninger (2016),

A mais importante resultante desse processo, no entanto, é a percepção de que homens e mulheres passam por diferentes experiências ao longo de suas trajetórias migratórias, não podendo a análise desses fluxos ser resumida a cálculos racionais individuais, superando-se, assim, teorias econômicas – como a push-pull forces – para a explicação desses processos sociais (*idem*, 2016, p. 11).

As autoras se contrapõem aos modelos teóricos clássicos e neoclássicos - como os supramencionados - que entendem a migração como um processo de *push-pull* (atração-repulsão), em que a tomada de decisão do indivíduo seria motivada por fatores de repulsão de seu país de origem e de atração no país de destino. Conforme explicitado, essas concepções – marcadamente econômicas – se desenvolveram com base em óticas focadas no indivíduo racional como unidade de análise. Por esse aporte teórico, as diferenciações entre homens e mulheres não são significativas - nem teórica, nem empiricamente, e a mulher que emigra é vista como “sujeito individual, racional e sem gênero” (GIL, 1997, p.147). Essa visão, entretanto, mostra-se reducionista, na medida em que outros fatores, conjunturas e aspectos são mobilizados tanto no momento de decisão pelo deslocamento, quanto ao longo do processo de migração e integração na sociedade de destino. É nesse contexto que se situam, também, as discussões entre gênero e migração.

Castro (2006) destaca três momentos distintos do estudo de gênero e mobilidade territorial. Num *primeiro* estágio, como acima mencionado, havia a negação ou minimização da presença de mulheres no fluxo, num enfoque mais androcêntrico. Em seguida, num *segundo* momento, alguns estudos começaram a dar visibilidade a essa questão, como o trabalho de Morokvasic (1984), que foi um dos pioneiros no estudo voltado para a migração de mulheres. Nessas primeiras pesquisas, o cerne estava na diferenciação entre as migrações femininas e masculinas, na tentativa de desenvolver conceitos e metodologias novas para explicar essas distinções. Apesar de representarem uma superação nos estudos mais gerais sobre migração que invisibilizavam as mulheres, Gil (1997) explica que esses primeiros trabalhos ainda eram centrados na dicotomia entre público/privado. A mulher aparecia na migração como um ser social e privado, enquanto o homem surgia como um indivíduo econômico e público. Nesse sentido, os trabalhos pioneiros focavam na identificação das causas para o deslocamento, que no caso dos homens - segundo os estudos - eram motivados por razões econômicas e, para as mulheres, por motivações sociais (GIL, 1997).

Já o *terceiro* momento, desenvolvido a partir da década de 1990 (Chant, 1992; Massey e Espinosa, 1998) e que persiste até a atualidade, tem sido centrado na visão do gênero como categoria de análise ampla e relacionada a outros estudos (CASTRO, 2006). Essas novas pesquisas focadas nas mulheres trouxeram diferenciais que antes eram ignorados, como as estratégias para o deslocamento, além da inserção na sociedade de destino e, posteriormente, uma visão mais profunda sobre as relações de gênero construídas ao longo da migração.

Nessa atual perspectiva, que se desenvolve, principalmente, com base em estudos feministas, o gênero é entendido como uma construção social, que é marcada por relações de poder, diferenças culturais, sociais e econômicas. Não se trata, portanto, de apenas inserir o “feminino” como uma categoria em determinados estudos, mas compreender como as desigualdades de gênero e as relações de poder aparecem como categorias determinantes para se pensar em transformações a níveis micro e macroestruturais no fenômeno migratório. Como aponta Castro (2006), essa abordagem

Trouxe também ao meio acadêmico temas como o controle diferenciado de recursos materiais e simbólicos em detrimento da mulher, sua maior ou menor autonomia nas áreas doméstica e extra doméstica, o grau de liberdade para a tomada de decisão nas atividades de participação social e política, bem como as mudanças e continuidade que podem ser geradas nas relações de gênero em uma situação migratória. (CASTRO, 2006, p. 65-66, tradução nossa).

Nesse sentido, entende-se que a migração é um fenômeno que engloba não só a mudança de um local para outro, mas se trata de um processo em que os sujeitos se colocam em contato – e relação – com outras pessoas, diferentes culturas, valores, saberes e práticas sociais. Nesse contexto, homens e mulheres experienciam vivências em que são distintas as relações de poder, as identidades e os papéis desempenhados durante o fluxo e nas próprias relações na família, no domicílio e no mercado de trabalho. Sobre isso, Leão (2017) aponta as diferenças entre experiências e expõe que as consequências negativas da imigração são, muitas vezes, mais fortes para as mulheres em comparação aos homens migrantes. No país receptor, é comum que várias mulheres migrantes tenham dificuldade em se integrar à sociedade, principalmente em espaços públicos e fóruns de participação política, devido à pouca experiência nesses ambientes no país de origem. Outras têm que lidar com expectativas e cobranças relacionadas a papéis de reprodução e cuidado familiar, o que as sobrecarrega e influi no modo como elas estabelecem suas relações no país de destino.

Em razão disso, além de enxergar o gênero – e outros marcadores como classe, raça e etnia - como categorias estruturantes do e no processo migratório, acreditamos ser possível mobilizar algumas agendas que são centrais para a Teoria Política Feminista e que podem nos ajudar a compreender questões importantes no debate sobre os deslocamentos populacionais, tais como as cadeias globais do cuidado (HOCHSCHILD, 2004), a maternidade transnacional e o tráfico de pessoas.

1.4.2.1 Migração, gênero e Teoria Política Feminista

Antes de nos debruçarmos sobre essas questões, faz-se importante mencionar que, como explica Tong (2009) citada por Rayza Sarmiento (2017), qualquer categorização sobre o feminismo é problemática, tendo em vista a pluralidade de temas, agendas e pautas da crítica feminista, bem como as diferentes perspectivas que podem ser utilizadas. Ao defendermos a mobilização da Teoria Política Feminista para discutir questões centrais para o fenômeno migratório, pretendemos recorrer, aqui, a algumas agendas da teorização feminista, quais sejam: a discussão entre público e privado, o debate sobre a divisão sexual do trabalho, a centralidade da interseccionalidade, e as abordagens sobre a prostituição e o corpo. Sabemos que essas perspectivas são (re)construídas constantemente dentro de amplos debates, que envolvem várias autoras, anos de discussão e diversos contextos de tematização. Aqui, não pretendemos

aprofundar em todas as temáticas possíveis, tendo em vista que seria um esforço inexecutável dado o recorte temático do trabalho e o tempo para a elaboração da dissertação. Contudo, entendemos que a exposição dessas pautas feitas por teóricas feministas lança luz para entendermos algumas dinâmicas importantes da mobilidade migratória de mulheres.

A discussão sobre público e privado é central na teoria política feminista e, como explica Sarmiento (2017), assume perspectivas muito distintas nessa produção. Uma delas é focada na crítica à ideia liberal que abordava a esfera pública e privada como separadas, localizando a mulher no âmbito privado. Carole Pateman (1988) é uma autora importante desse debate. Ela analisa as teorias do contrato e defende a existência de estruturas de subordinação que não foram propriamente tematizadas pelos filósofos contratualistas. Segundo Pateman (1988), na construção do homem público e dos direitos individuais na modernidade, há relações de dominação e sujeição que foram ignoradas. A exclusão das mulheres da categoria central de indivíduo tem expressões legais e sociais nos contratos, já que, nesses processos, há o estabelecimento de uma hierarquia na qual um dos contratantes tem autoridade sobre a outra pessoa, no caso, a mulher (MIGUEL, 2017, p. 5). Ou seja, para a autora é importante tensionar as relações entre esfera pública e privada, já que a construção desta última é marcada por relações sexuais hierárquicas.

Nesse sentido, Susan Okin (2008 [1998]) expõe que o público e o privado são constantemente tratados na teoria política, principalmente em ideias liberais, como áreas diferenciadas e separadas. Sob essa perspectiva, o âmbito privado estaria vinculado a dimensões da vida social nas quais não deve haver intervenção do Estado ou de outros atores, enquanto o público diria respeito a esferas mais “acessíveis” a essa influência. Para Okin (2008), contudo, a dicotomia entre público e privado não existe, tendo em vista que uma arena está constantemente impactando as relações e práticas da outra. De acordo com a autora, ainda, é essa distinção entre as esferas que faz com que a natureza política da família seja constantemente ignorada nas teorias.

Como aponta Sarmiento (2017), há outras abordagens que divergem completamente das ideias apresentadas pelas teóricas acima expostas. Dentre elas, situam-se as correntes do maternalismo político e teorizações do feminismo negro. Para as primeiras, o espaço privado é entendido como central para a constituição da mulher, um local em que elas desenvolvem sua moralidade e ética - a ética do cuidado (GILLIGAN, 2003 *apud* SARMENTO, 2017). De acordo com Sarmiento (2017), para as autoras da corrente maternalista, a dedicação às tarefas

do cuidado e da esfera familiar não é um problema, desde que as mulheres não sejam privadas de ocupar outros lugares.

Já para autoras do feminismo negro, associar o espaço privado unicamente a um local de opressão é problemático e reflete “a natureza de classe do movimento feminista” (hooks, 2000). Isso porque, como apontam Biroli e Miguel (2015), posições de classe e raça podem incidir sobre o entendimento que se tem da vida familiar e doméstica. Para muitas mulheres que sofrem discriminação em espaços públicos – como as mulheres negras, por exemplo, a família pode ser um lugar de refúgio e funcionar como um mecanismo de proteção e suporte para pessoas em posição desprivilegiada e vulnerável (BIROLI; MIGUEL, 2015). A experiência de público e privado, portanto, pode ser distinta entre as mulheres, principalmente ao se considerar marcadores sociais como classe e raça.

O debate entre público e privado na teoria feminista é amplo e está “longe de ser consensual” (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34). Na avaliação de Armstrong e Squires (2002), citadas por Sarmiento (2017, p. 32), a literatura que aborda a temática pode ser organizada em três correntes, que tem os seguintes focos: 1) acabar com as disparidades de gênero que marcam as esferas; 2) repensar os conceitos de público e privado e 3) desconstruir a dicotomia. Neste trabalho, não pretendemos esgotar as diferentes perspectivas que compõem debate tão amplo, mas mobilizar algumas ideias que se relacionam com a temática de nossa pesquisa.

Como já exposto, em algumas abordagens das teorias migratórias, a mulher era vista como pertencente à esfera privada, o que influenciaria nas motivações para seu deslocamento. O entendimento era de que mulher migrava unicamente por motivações vinculadas à família – para reunião familiar ou para acompanhar o esposo –, enquanto o homem se deslocava por razões econômicas, como a busca por melhores condições laborais (GIL, 1997). Contudo, Assis (2004) aponta que outras motivações perpassam a decisão e o projeto migratório de mulheres:

Podem ser citados como fatores não-econômicos: a transgressão dos limites sexuais impostos pela sociedade, os problemas conjugais e a violência física, a impossibilidade de divórcio, os casamentos infelizes e desfeitos, a discriminação contra grupos femininos específicos e a ausência de oportunidades para as mulheres. (ASSIS, 2004, p. 50)

Essa contraposição de papéis e associação de gênero às esferas pública e privada demonstram como a própria teorização sobre o tema é marcada por disputas de poder, significados e hierarquias. Citando Morokvasic (1984), Assis (2004) expõe que a migração

feminina é também motivada pelo desejo de romper com sociedades discriminatórias, nas quais essas mulheres estariam em posição inferior. O fato de muitas teorias migratórias serem centradas nas razões para o deslocamento e estas serem associadas à ideia de diferentes papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres demonstra como a discussão entre público e privado é importante para entender fenômenos como a migração.

Nesta pesquisa, a mobilização do debate entre público e privado nos permite observar como o desenho da fronteira entre essas duas esferas revela suas implicações diferenciadas para homens e mulheres, bem como discutir como estereótipos de gênero desvantajosos às mulheres são construídos. Além disso, as teorias feministas expõem como é problemático o descolamento entre vida pública e privada e a diferenciação entre a esfera política e a vida social, tendo em vista que ambas formam um “complexo de práticas, relações de poder e direitos que estão constantemente imbricados, uma vez que os efeitos dos arranjos e estruturas de uma esfera serão sentidos na outra (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Ainda nesse debate, Lawson (1998) expõe que, apesar de avanços nos últimos tempos, o lugar da mulher na América Latina segue sendo vinculado à esfera privada do lar e da família, enquanto ao homem é reservado o domínio público do trabalho e da política. De acordo com a autora, para muitas mulheres “sua participação no trabalho remunerado, política e cultura popular é circunscrita por seus papéis e responsabilidades domésticas” (LAWSON, 1998, p.40). E esse cenário é certamente perceptível ao refletirmos sobre as experiências de mulheres migrantes. Segundo a autora, um volume crescente de pesquisas tem demonstrado que a migração de mulheres na América Latina é moldada por divisões de gênero do trabalho produtivo e reprodutivo nos lares. Ela pontua que, no geral, pesquisadores de migração prestaram pouca atenção às maneiras pelas quais as divisões domésticas do trabalho moldam a migração e o acesso ao emprego no país de destino, advogando que a teoria feminista deve ser mobilizada para refletir sobre o papel da dinâmica intrafamiliar, tanto nas decisões pelo deslocamento, quanto na participação no mercado de trabalho (LAWSON, 1994).

Conforme já explicitado, a dimensão de gênero se mostra de suma relevância para se pensar a migração. Boyd e Grieco (2003), citados por Peres e Baeninger (2016), apontam para alguns estágios do processo migratório em que o gênero deve ser considerado ou, como definem as autoras, tornar-se *gender sensitive*. Numa etapa pré-migração, situam-se fatores como as relações de hierarquia, gênero e papéis desempenhados por homens e mulheres no local de origem. O segundo estágio, que é o cruzamento da fronteira, diz respeito às estratégias de

deslocamento, às políticas migratórias dos países de origem e destino, bem como à possibilidade de entrada das mulheres no mercado de trabalho do país receptor. Já o terceiro momento, o estágio pós migratório, abarca o impacto das mulheres no fluxo migratório, no mercado de trabalho do país de destino e nos papéis delas na família e no domicílio (BOYD; GRIECO, 2003 *apud* PERES; BAENINGER, 2016).

Nesse sentido, a mudança na característica do deslocamento feminino carrega e provoca desdobramentos diversos para a mulher, que abarcam esses três estágios do processo migratório. No contexto do trabalho, por exemplo, é possível identificar seus reflexos no tangente ao ingresso neste mercado, na atividade desempenhada e remuneração. Sobre esse cenário, podemos mobilizar a questão da divisão sexual do trabalho que, além de se relacionar com a anterior discussão sobre público e privado, está ligada ao que vem sendo definido, historicamente, como trabalho e competência de mulher, bem como as implicações dessas definições em suas vidas cotidianas, suas experiências e trajetórias (BIROLI, 2018).

Um ponto importante destacado por Flávia Biroli (2018) está no fato de que a divisão sexual do trabalho incide de formas diferentes sobre homens e mulheres, a depender de posições de classe e aspectos ligados a raça. Ou seja, posições de privilégio e desvantagem não estão associadas unicamente ao gênero, mas são vivenciadas de forma distinta de acordo com posições de classe e questões como o racismo estrutural. Nas palavras da autora, “a divisão sexual do trabalho é um *locus* importante da produção de gênero” (BIROLI, 2018, p. 23), que atende uma dinâmica de classe e é racializada.

No caso das mulheres migrantes, essas estruturas e as desigualdades a elas associadas também se fazem presentes. No mercado formal, em 2016, cerca de 40 mil imigrantes – homens e mulheres – foram admitidos no Brasil e, desde 2011, a nacionalidade haitiana lidera em termos de emissão de carteiras de trabalho dentre a população migrante e refugiada (CAVALCANTI *et al.*, 2017). Além do Haiti, o Brasil emprega migrantes de outras nacionalidades, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Portugal, entre outros. Há de se destacar que, para além do trabalho formal, a informalidade afeta a maioria dos migrantes, independente do gênero, o que os coloca em situação de maior vulnerabilidade. Entretanto, é possível identificar que, em comparação aos homens, as mulheres estão em situação desigual no mercado de trabalho, na medida em que têm menos possibilidades de participação, continuam recebendo salários menores e não possuem, no geral, as mesmas condições de acesso a certas ocupações (ILO,

2017). Isso pode ser explicado, dentre outros motivos, por alguns desafios e condições que afetam as mulheres migrantes, como expõem Dutra e Brasil (2017):

Dentre os principais obstáculos para as mulheres migrantes se incorporarem ao mercado de trabalho formal, e posteriormente se manterem empregadas, podemos mencionar: a discriminação que sofrem pela condição de serem mulheres, algumas mães (seja de forma presencial ou à distância), pela dedicação às tarefas de cuidado não remuneradas que culturalmente lhe são outorgadas de forma quase exclusiva, tarefas pouco compartilhada com outros integrantes homens da família. (DUTRA; BRASIL, 2017, p. 125).

Além disso, destaca-se, mais uma vez, que o acesso ao mercado de trabalho não se dá de maneira igual para todas as mulheres. Fatores como a raça, a classe e a própria nacionalidade podem incidir tanto sobre o acesso ao mercado, quanto nas questões relativas à remuneração e condições de trabalho. Outro ponto que se mostra relevante para essa análise no contexto da migração feminina é a associação histórica entre a mulher e seu papel no cuidado e em ocupações voltadas para esse campo. Segundo Delia Dutra (2013), o fenômeno da divisão sexual do trabalho pode ser mobilizado para se pensar no contexto migratório, na medida em que se observa a inserção diferenciada entre mulheres e homens migrantes tanto no mercado de trabalho, quanto nas tarefas domésticas nos locais de destino. Para a autora, há uma identidade profissional que vincula as mulheres a cargos considerados “femininos”, como o cuidado dos outros, além de tarefas associadas ao espaço de casa (como donas de casa ou empregadas domésticas). E a ocupação desses cargos assume um caráter dicotômico para as mulheres migrantes.

Com base nisso, pode-se inferir que a divisão internacional e sexual do trabalho oferece-lhes tanto uma “saída” ao abrir-lhes, por exemplo, as portas daquilo que Nash denomina de “mercantilização das tarefas domésticas e de cuidado”, como também uma “encruzilhada” ao fechar de uma forma, quase hermética, as portas das instituições de formação-educação, fazendo com que as chances de mobilidade social sejam quase inexistentes para aquelas “recém-chegadas”. (DUTRA, 2013, p.192).

Além disso, a autora postula a documentação e qualificação como aspectos importantes, que se vinculam, até mesmo, a discussões ligadas a questões de classe, já que “migrar tendo toda a documentação regularizada no país de destino não é algo corrente para mulheres com escassos recursos materiais e pouca qualificação formal.” (DUTRA, 2013, p. 185). Nesse sentido, a impossibilidade de trabalhar de forma regular coloca a mulher em maiores condições de vulnerabilidade e precariedade no mercado de trabalho, o que afeta outros âmbitos de sua vivência no país de destino.

Aqui, compreende-se que a dificuldade de acesso a mercado e integração no país receptor está ligada tanto a dificuldades na documentação, qualificação e falta de políticas migratórias consistentes nos países de acolhida, quanto a aspectos ligados à classe, raça, origem e etnia das mulheres que migram. Essas categorias podem gerar discriminação, fortalecer estigmatizações e reforçar a situação vulnerável de muitas mulheres.

No campo da literatura feminista e dos estudos de gênero, essa discussão sobre o imbricamento de categorias de opressão é abarcada, principalmente, pelo conceito de interseccionalidade, cunhado pela jurista afroamericana Kimberlé Crenshaw (1989). A abordagem surgiu como uma crítica ao feminismo branco heteronormativo que, por muitas vezes, invisibilizava as articulações entre gênero e raça ao analisar as desigualdades sociais (HIRATA, 2014). A proposta interseccional se firma na ideia de que há um entrecruzamento de opressões entre categorias como a de gênero, classe e raça, que podem contribuir para se pensar o modo como a discriminação se manifesta. Como defende Crenshaw (2004, p. 11), é necessário “identificar melhor o que acontece quando diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas.”

No caso de mulheres migrantes, a abordagem interseccional também se mostra relevante. Segundo Assis (2004), os primeiros estudos sobre mulheres apresentavam uma perspectiva única da experiência feminina. Para dar visibilidade às migrantes nos fluxos, a mulher era frequentemente retratada de forma genérica e universal, uma mulher branca e pertencente à classe média. Muitos estudos, portanto, ignoravam as diferenças entre classe, raça e etnia existente entre essas mulheres. A análise interseccional no campo das migrações, portanto, surge posteriormente como um deslocamento de perspectivas essencialistas e uma crítica ao estudo desarticulado de categorias como gênero, classe e raça (COGO, 2017).

Em perspectiva semelhante, Dutra (2013) expõe que esse entrecruzamento de categorias como gênero, classe e raça condiciona essas mulheres a uma situação de vulnerabilidade, que se acentua, também pelo acesso desigual a recursos materiais e à documentação. Suas vivências, experiências e trajetórias são afetadas por conjunturas econômicas, políticas e sociais, que necessitam de ser analisadas a partir de uma perspectiva interseccional e de gênero.

Nessa ótica, Tereza Kleba Lisboa (2006, p. 164), ao se referir às migrantes, indica uma “alquimia na subjetividade dessas mulheres”, que enfrentam diversos tipos de discriminação norteadas por uma subjetividade de classes. Num estudo sobre mulheres migrantes que

trabalham como domésticas, a autora postula que essa sobreposição de categorias afeta, até mesmo, o modo como elas se percebem:

Essas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia e, de outro, afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas lutando por uma causa comum, têm na valorização de sua profissão, uma conquista de auto-estima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e para o seu “empoderamento”. (LISBOA, 2006, p. 164).

Sobre as ocupações comuns às mulheres migrantes e a discussão da interseccionalidade, Helena Hirata (2016) analisa as dinâmicas internacionais do trabalho e os movimentos migratórios, apresentando que a expansão das atividades relacionadas ao cuidado (*care*) reforçou fluxos migratórios femininos nas últimas décadas. Segundo a autora, o já citado fenômeno da Feminização da Migração se dá, também, em decorrência de um aumento de trabalhos no setor de serviços relacionados ao cuidado, empregos que, geralmente, são precarizados. As migrantes que ocupam esses postos de trabalho são raramente empregadas com contratos que garantam direitos sociais, além da grande quantidade de mulheres que trabalha na informalidade e/ou em atividades mal remuneradas.

De acordo com Hirata (2016), essa precarização e a desvalorização de profissões ligadas ao *care* se dá, também, pela essencialização do cuidado como algo inerente à mulher, uma disposição feminina “natural”, ligada ao âmbito privado e doméstico, como anteriormente exposto. Na análise das migrantes que se ocupam do trabalho doméstico remunerado, Teresa Lisboa (2016) aponta que, apesar da autorização para exercer o trabalho no país de destino, muitas mulheres não são reconhecidas como cidadãs e se ocupam de atividades precarizadas e sem garantia de direitos. Outras não conseguem o visto ou autorização para entrar nos países, permanecendo no território de forma clandestina, ajudadas por patrões que as auxiliam a burlar leis. Lisboa (2016) defende que esses cenários deixam questões importantes sobre a forma de reconhecimento dessas mulheres como sujeitos políticos, ensejando questionamentos sobre a própria noção de cidadania e o papel dos Estados em garantir o acesso a direitos.

Outro ponto importante relacionado à questão laboral diz respeito às dinâmicas familiares e as relações de poder que podem ser alteradas em decorrência da migração. Como aponta Lisboa (2016), um grande número de mulheres tem migrado autonomamente, “deixando” seus filhos com parentes no país de origem para trabalhar no exterior, num movimento que tem sido chamado de *maternagem* ou *maternidade transnacional*

(HONDAGNEU-SOTELLO E AVILA; 1997). Principalmente envolvidas nas cadeias globais do cuidado (HOCHSCHILD, 2004), essas migrantes se ocupam do trabalho com outras famílias, enquanto em seus países de origem esse trabalho é delegado para outra mulher - geralmente parte de sua família - ou para uma mulher ainda mais pobre, que pode contar com uma outra para a realização das atividades reprodutivas. Ao chegar ao destino, muitas têm que enviar remessas financeiras ao país de origem, o que pode alterar as configurações familiares e desafiar hierarquias de gênero que possam existir entre os dois países. Os recursos oriundos das remessas têm contribuído, também, para fomentar a criação e manutenção de redes transnacionais de migrantes (COGO, 2017), bem como a formação de famílias transnacionais - com integrantes em diversas localidades que mantêm contato constante entre si por meio de redes sociais diversas.

Uma outra questão que se coloca importante na discussão sobre a maternidade transnacional - e que se fez presente nas entrevistas realizadas para esta pesquisa - está ligada a questões intersubjetivas das mulheres, bem como à ruptura com normas morais e de gênero. Como apontam Carpenedo e Nardi (2017), as dinâmicas internacionais de transferência de cuidado geraram novos circuitos que envolvem, além do suporte financeiro, questões afetivas. De acordo com os autores, mesmo com a distância geográfica, mães migrantes que vivem longe de seus filhos não necessariamente abandonam suas responsabilidades no cuidado, além de vivenciarem sentimentos como vergonha e desesperança. Esses sentimentos são, principalmente, baseados em construções sociais e normas morais que definem o que é uma “boa” mãe e quais seriam suas obrigações em relação à família. Ao migrar sem os filhos, por essas concepções, a mulher estaria rompendo com os vínculos e expectativas morais e sociais sobre a maternidade ideal.

A questão da maternagem e da família transnacional nos ensejam, contudo, algumas questões. Partindo de uma análise crítica feminista, Gil (2013) questiona a constante associação entre gênero e parentesco, entre mulher e a maternidade, bem como a construção da categoria “mulher migrante” sempre ancorada à tematização dessa mulher como mãe ou esposa. Segundo a autora, para analisar o contexto transnacional de migrações a partir de uma perspectiva feminista e desnaturalizadora, é preciso historicizar essa questão da maternidade e observá-la a partir do imbricamento de relações de poder que possam existir. Gil (2013) defende que as práticas, sentimentos e significados dados por essas mulheres são social e culturalmente construídos, e devem ser observados a partir de seus usos políticos. Nessa perspectiva, devem ser consideradas, também, as múltiplas identidades dos atores sociais envolvidos, tanto como

reprodutores de noções hegemônicas de maternidade ou paternidade, tanto em suas capacidades de questioná-las e ressignificá-las (GIL, 2013).

Em perspectiva semelhante, Biroli (2018) também advoga uma abordagem feminista que possa desnaturalizar essas posições, expondo que a referência a supostas características naturais das mulheres

está presente nas justificativas que romantizam os papéis, como no caso da ideologia maternalista – as mulheres cuidariam mais das crianças porque possuiriam tendências naturais para tal cuidado, não porque os homens são socialmente liberados dessa função. Está presente, também, na subalternização característica das ideologias racistas – as mulheres negras realizariam o trabalho remunerado de limpeza porque essa ocupação estaria de acordo com suas habilidades enquanto mulheres negras. No primeiro caso, serve para justificar assimetrias entre mulheres e homens; no segundo, para justificar assimetrias entre mulheres tanto quanto entre mulheres e homens. (BIROLI, 2018, p. 43)

Focar a *feminização* (ou *generização dos processos migratórios*) e a motivação dos deslocamentos femininos para os trabalhos de *care* ou nas práticas maternalistas, portanto, pode deixar de lado a capacidade de agência transnacional das mulheres que não tem filhos ou não trabalham nessas áreas. Como aponta Cogo (2017), é importante destacar que a agência transnacional das mulheres não passa, necessariamente, o vínculo maternal.

Além disso, é relevante reforçar a complexidade de motivações e experiências que envolvem a migração internacional. Relevante também é olhar para questões que envolvem a visibilidade das mulheres migrantes nos campos político, social e midiático, bem como questionar estereótipos associados a elas. Para além do foco na mulher migrante unicamente como mãe, esposa e/ou ligada ao âmbito privado e às ocupações voltadas ao cuidado, é comum a associação entre essas mulheres e a prostituição, mesmo para aquelas que não desempenham essa atividade. A prostituição associada à imoralidade e o estigma da mulher migrante como promíscua é presente em muitas narrativas sobre os deslocamentos femininos ao redor do mundo, afetando frequentemente as brasileiras que residem no exterior, por exemplo. Como aponta Guizardi (2018), brasileiras migrantes estão constantemente vinculadas a um imaginário global que associa sua nacionalidade a uma suposta potência sexual, um exotismo tropical e uma frequente “hipercorporalidade”. Além de formar padrões de atribuição de características sexuais e reforçar estigmatizações, esse imaginário fortalece nichos de mercado relacionados a serviços estéticos – como salões de beleza, centros de depilação e manicure, reforçando a ideia de uma valorização da feminilidade e/ou da sexualidade (GUIZARDI, 2018).

Nessa perspectiva, Adriana Piscitelli (2008) fala da existência de um “racismo etnicizado” que marca, principalmente, a experiência da mulher migrante brasileira, mas também afeta outras migrantes ao redor do mundo. Baseada na ideia de Scott (1998) de que os sujeitos são constituídos mediante a experiência, a autora advoga que essas migrantes são afetadas por noções imbricadas de gênero, sexualidade, classe e raça, que associa essas mulheres a uma feminilidade racializada e sexualizada. Como explica a autora, as migrantes podem ser afetadas por visões de que são “portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

A discussão sobre a racialização e sexualização de migrantes nos leva, ainda, para o complexo debate sobre o tráfico de pessoas. O *Protocolo da Organização das Nações Unidas para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas (Protocolo de Palermo)* é o instrumento legal internacional que tipifica esse crime. O Protocolo, elaborado em 2000, entrou em vigor em 2003 e foi ratificado pelo Brasil por meio do decreto nº 5.017 de 12/03/2004, definindo o tráfico de pessoas como

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos (UNITED NATIONS, 2000).

Vários são os dados produzidos sobre o tráfico de pessoas em cada país e mais diversos ainda são os entendimentos construídos sobre esse crime por diferentes atores políticos e sociais. A gravidade da prática é incontestável, bem como a importância de medidas para preveni-la e combatê-la. Entretanto, segundo Piscitelli (2006), o tráfico de pessoas é frequentemente mobilizado como uma fusão com a migração vinculada à indústria do sexo, numa ideia de que todas as mulheres que migram para trabalhar como prostitutas no exterior se deslocaram porque foram vítimas de tráfico, uma associação em que “as pessoas que vendem sexo tendem a ser situadas em polos opostos, de sujeição e subversão” (PISCITELLI, 2006, p. 14). A discussão sobre tráfico também é constantemente vinculada à experiência feminina, sem mencionar que o crime pode acometer homens e estar associado a explorações de trabalho para

outros fins – não só a exploração sexual. Como apontam Silva, Balanchette e Bento (2018), critérios múltiplos têm sido empregados no interior de Estados para definir o tráfico de pessoas. Nesse cenário, várias atividades que têm sido reconhecidas como ilegais, imorais ou estigmatizadas – como a prostituição – são agrupadas sob a rubrica do “tráfico de pessoas”, na tentativa de barrar essas atividades e moralizar ou simplificar o fenômeno do tráfico.

Aqui, não pretendemos questionar a gravidade do crime ou negar a existência de situações de exploração sexual e tráfico internacional de pessoas. Também não é nosso objetivo ou foco discorrer de maneira profunda sobre uma agenda de discussão tão complexa e multifacetada. Nosso intuito, contudo, é apresentar como temas importantes relativos à migração de mulheres são perpassados por relações de poder e mobilizados de maneiras distintas por diferentes atores sociais, em contextos dos mais variados. O interesse, também, é de expor como perspectivas críticas feministas podem contribuir para olharmos para essas experiências e, mais ainda, para falar da migração de mulheres numa perspectiva desnaturalizadora (GIL, 2013) e focada em sua agência política.

A discussão sobre tráfico de pessoas e sua constante vinculação à experiência feminina e à indústria do sexo nos incita algumas reflexões, à luz de discussões feministas, principalmente no que concerne ao corpo e a autonomia e consentimento. Como aponta Piscitelli (2006), no debate feminista, a prostituição opera à maneira de um divisor de águas, em que há diferentes percepções sobre o tema, que divergem principalmente no modo como as pessoas compreendem a sexualidade. Segundo a autora, visões antagônicas sobre o assunto surgiram no marco da segunda onda do feminismo, numa disputa que se dava, de modo geral, entre a percepção de que o sexo poderia ser fonte de opressão feminina numa ordem patriarcal, e a ideia que o sexo seria fonte de poder e prazer na vida das mulheres (RUBIN; 1984, FRIEDMAN e THORNE, 1984).

Sobre a comercialização dos serviços sexuais, a divergência opera de modo parecido. Como apontam Biroli e Miguel (2015), num ponto de vista liberal, autoras que defendem a prática julgam que a repressão à prostituição pode representar a tentativa de imposição de uma determinada moral sexual e, nessa ótica, a proibição da atividade seria fruto de preconceitos e geraria mais estigmatização (NUSSBAUM, 1999). Mais ainda, as autoras advogam que a prostituição seria equivalente a qualquer outro tipo de trabalho remunerado, em que o foco deve ser na livre escolha da mulher. A prostituta, portanto, seria “um símbolo da autonomia sexual

das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres” (PISCITELLI, 2006, p. 16).

Em contrapartida, outras teóricas pontuam a íntima vinculação do comércio do sexo com o tráfico de mulheres e outros tipos de exploração. Uma defesa comum é a de que a prostituição poderia fomentar a ideia de que o corpo da mulher é propriedade masculina, reforçando a objetivação e estruturas de poder e violência. No questionamento à uma suposta autonomia na decisão pela prostituição, há quem aponte, também, as formas de coerção estrutural ligadas à necessidade econômica das mulheres. Como aponta MacKinnon (2011, p. 274), citada por Biroli e Miguel (2015), “observa-se que as mulheres na prostituição são prostituídas por meio de escolhas impedidas, opções restringidas, possibilidades negadas”, ou seja, há um caráter de classe e até mesmo raça que deve ser considerado ao se pensar nessa “autonomia” de escolha de muitas mulheres a determinados trabalhos.

Piscitelli (2006) pontua que esse debate esteve presente até mesmo nas negociações do próprio Protocolo de Palermo. As abordagens feministas apontaram em direções diversas durante o processo, principalmente sobre essa discussão da prostituição e da relação dessa prática com o tráfico. Na avaliação da autora, uma questão central sobre toda essa problemática é que o Protocolo é pouco preciso em relação ao que constitui o tráfico de pessoas, o que dá abertura para múltiplas abordagens e interpretações (PISCITELLI, 2006). Essas avaliações e usos - feitas por diferentes grupos - mostram, ainda, que o que está em conflito é, também, uma ideia de consentimento e autonomia das mulheres sobre seus corpos, e como essas noções são mobilizadas por diferentes grupos e em diferentes contextos. No fim, como sinaliza Piscitelli (2006), o que merece destaque é o fato de que essas interpretações têm consequências marcantes nas vidas das mulheres migrantes, sobretudo aquelas que estão em condições irregulares e que oferecem serviços sexuais em outro país.

Até aqui, discorremos sobre questões vinculadas a atuação de mulheres migrantes no mercado de trabalho e sobre estigmas, naturalizações e desafios que perpassam a experiência delas e suas representações em variados campos. Em nossa pesquisa, as ideias acima postuladas são centrais, tendo em vista o objetivo de olhar para as experiências das mulheres migrantes e compreender como situações interseccionais de desrespeito afetam o modo como elas se inserem na sociedade de destino. É central, neste estudo, olhar para as lutas que essas mulheres traçam e a forma como resistem a possíveis situações de desrespeito, estigmatização e violência, que podem afetar a construção de autorespeito, autoestima e autoconfiança (HONNETH, 2003).

Para atender a esses objetivos, entendemos que é primordial que seja adotada uma abordagem interseccional, tendo em vista que, conforme já pontuado, a vivência das mulheres é perpassada por aspectos de gênero, classe, raça, etnia, origem, entre outros.

Além disso, é importante destacar que a migração, para nós, não se resume a um deslocamento físico, mas é dotada de processos sociais e políticos, inserida em uma teia de relações construídas pelos sujeitos. Nesse âmbito, o desrespeito é parte dessa complexa rede em que os sujeitos se inserem, afetando as vivências das mulheres migrantes no país de acolhimento. Olhar para esse ponto – e para as consequentes lutas e formas de resistência adotadas, portanto, é fundamental para que possamos entender os imbricamentos possíveis entre a temática das mobilidades populacionais, as Teorias do Reconhecimento e as discussões sobre gênero.

2. LUTAS POR RECONHECIMENTO E FORMAS DE RESISTÊNCIA

Compreender fenômenos complexos como a migração pressupõe que debruçemo-nos sobre as relações sociais que as migrantes desenvolvem, tendo em vista as diversas dinâmicas de poder que perpassam suas experiências e vivências, tanto no local de origem, quanto no país receptor. A perspectiva do *reconhecimento*, nesse sentido, é central para se pensar as interações entre sujeitos, os conflitos entre atores sociais distintos e a própria mobilização e luta desses indivíduos contra padrões naturalizados de desrespeito ou injustiça. Conforme expõem Thompson e Yar (2011), a ideia de reconhecimento tem sido aplicada não só como uma concepção normativa de justiça, mas como um meio para investigar vários fenômenos, desde as dinâmicas das lutas sociais até a natureza do progresso moral. Nas teorias do reconhecimento, a noção central é a de que as pessoas lutam por reconhecimento, o que é fundamental para compreender as transformações do mundo e construir justiça social.

Importante abordagem para a Teoria Política, as discussões em torno do conceito de reconhecimento são frutíferas para se pensar questões políticas centrais, que englobam, por exemplo, reivindicações por direitos de minorias e debates acerca do multiculturalismo e seus desafios. Foi neste campo de estudos, segundo Mendonça (2009), que a ideia de reconhecimento emergiu, pautada sobretudo por Charles Taylor (1997). Baseado nas teorizações de Hegel, o filósofo canadense defendeu o conceito de reconhecimento para se pensar os impasses entre igualdade e diferença, além das discussões sobre multiculturalismo, debruçando-se sobre contextos como o do Canadá, que encarava conflitos entre comunidades francófonas e anglófonas, bem como altas taxas de imigração (SAFATLE, 2015). Posteriormente às obras de Taylor, em 1992, foi lançada a tese de Livre Docência de Axel Honneth que, também partindo de Hegel, retomou a psicologia social de George H. Mead para defender uma teoria crítica da sociedade em que processos sociais podem ser explicados a partir de “pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2003, p. 24).

A noção de reconhecimento, contudo, não é homogênea. Há divergências nas abordagens e perspectivas adotadas, principalmente entre Axel Honneth e Nancy Fraser. Como aponta Mendonça (2009, 2013), outros autores também expuseram suas contribuições ao debate

do reconhecimento, tais como Anna Elisabetta Galeotti (2002), Patchen Markell (2003), James Tully (2004), Rainer Forst (2007) e Nicholas Kompridis (2007).

Neste capítulo, abordaremos com mais centralidade os debates de Honneth e Fraser, percorrendo sobre suas distinções e semelhanças, além das críticas elementares à noção de reconhecimento, principalmente pontuadas por teóricas feministas. Em seguida, apresentaremos discussões fundamentais para nossa pesquisa, como as interfaces entre reconhecimento e migração. Por fim, apresentaremos a questão da resistência – central para esta investigação – em que faremos a exposição de discussões teóricas sobre as formas de resistência migrante, para, no próximo capítulo, estruturarmos a análise empírica. Defendemos que os deslocamentos populacionais femininos e a inserção dessas mulheres na sociedade brasileira podem ser pensados à luz das teorias do reconhecimento, principalmente em razão deste arcabouço teórico nos permitir entender – e questionar – situações de desrespeito que perpassam as experiências das migrantes, bem como as formas que elas resistem a esses quadros.

2.1 O Reconhecimento como base para a autorrealização

Para uma vertente importante da teoria política, as lutas por reconhecimento estão relacionadas à ideia de autorrealização, que é a base para a promoção da justiça. Axel Honneth (2003) e Charles Taylor (1994) defendem o caráter relacional da construção das identidades, ou seja, advogam a importância das interações entre os sujeitos, que buscam, constantemente, reconhecimento mútuo.

Sobre a centralidade das relações sociais, Charles Taylor (1994;1997; 2000) defende que, para entender o nexo entre identidade e reconhecimento, é fundamental olhar para uma “característica crucial da vida humana” (TAYLOR, 1994, p. 32), que é o seu caráter dialógico. Para o autor, a identidade é sempre construída em relação ao outro e é por isso que algumas situações e imagens que estruturam estereótipos podem afetar a construção de *selves* saudáveis e alterar o modo como os indivíduos se percebem. Segundo Taylor,

(...) nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas

ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível (TAYLOR, 2000, p.241).

O autor canadense enxerga o reconhecimento como uma necessidade humana fundamental, principalmente ao se considerar os danos que a ausência desse reconhecimento pode trazer aos sujeitos. De acordo com Taylor, tanto pautas feministas quanto as raciais e as discussões sobre o multiculturalismo adotam a perspectiva de que a projeção degradante de um sujeito (ou seu não reconhecimento) pode ser fonte de opressão, na medida em que essa imagem negativa é internalizada pelos indivíduos (TAYLOR, 1994).

Para construir seu argumento e sua proposta teórica, Taylor (1994) investiga alguns fundamentos da moralidade e expõe que, nesse aspecto, mudanças históricas podem ser observadas nas sociedades. Segundo o filósofo, o conceito de honra foi substituído pela ideia de dignidade, base para políticas universalistas que enfocavam na igualdade entre os sujeitos e sua não discriminação. Para além da ideia de dignidade universal, houve, em contrapartida, uma guinada subjetiva com a ideia moderna de identidade, que enfatizava as políticas da diferença. Contrariamente à concepção de igual dignidade, que focava numa “cesta idêntica de direitos e imunidades” (TAYLOR, 1994, p.38), com a política da diferença, a demanda é reconhecer as particularidades e a identidade de cada indivíduo ou grupo, as características que os distinguem de outras pessoas. Essa fusão entre igualdade e diferença, entre dignidade e autenticidade singular é, portanto, a proposta de reconhecimento de Charles Taylor. Como explica Mendonça (2009), é nas lutas simbólicas pelo respeito e valorização do diferente que os sujeitos podem negociar identidades e buscar reconhecimento no âmbito íntimo e social.

2.1.1. Axel Honneth e os padrões intersubjetivos de reconhecimento

Em uma perspectiva semelhante a de Charles Taylor, está a proposição de Axel Honneth, feita, principalmente, na obra *Luta por reconhecimento* (2003). Assim como o supramencionado autor canadense, Honneth defende a centralidade das relações sociais e a relevância das interações entre sujeitos para se pensar a construção da identidade, dos *selves* e da própria sociedade.

Integrante da tradição de Teoria Crítica, o autor alemão privilegia o conflito em sua abordagem sobre o reconhecimento, advogando que ele é intrínseco à formação dos sujeitos e

pode emergir de situações de desrespeito social. A centralidade que Honneth dá para as lutas sociais é, contudo, diferente daquela postulada por autores da filosofia social moderna, como Maquiavel e Hobbes, para quem as lutas eram voltadas para a autoconservação ou para a garantia de poder. Para Honneth, o campo da ação social é, primariamente, composto por lutas morais, que podem impulsionar desenvolvimento sociais (HONNETH, 2003, p. 18).

Para desenvolver sua teoria, Honneth se baseia, a princípio, nos escritos de Hegel¹⁴ e em sua concepção de reconhecimento. Como apontam Nascimento e Barreiros (2018), a filosofia hegeliana, buscando romper com interpretações voltadas para a autoconservação, recorre ao conceito de “eticidade”, que foca nos vínculos sociais estabelecidos entre sujeitos, bem como nas práticas intersubjetivas a partir das quais os indivíduos são constituídos. De acordo com Honneth (2003), a visão de Hegel é a de que

toda teoria filosófica da sociedade tem de partir primeiramente dos vínculos éticos, em cujo quadro os sujeitos se movem juntos desde o princípio, em vez de partir dos atos de sujeitos isolados; portanto, diferentemente do que se passa nas doutrinas sociais atomísticas, deve ser aceito como uma espécie de base natural da socialização humana um estado que desde o início se caracteriza pela existência de formas elementares de convívio intersubjetivo.(HONNETH, 2003, p. 43)

Nessa concepção, a ideia principal é a de que os indivíduos constroem imagens de si a partir do contato com o outro, já que “o homem é necessariamente reconhecido e é necessariamente reconhecente” (HEGEL, 1969, p.206 *apud* HONNETH, 2003, p. 86). E nesse contexto, o conflito é parte estruturante da vida social, na medida em que, durante a relação com o outro, o sujeito pode ter o reconhecimento negado, ou ser ignorado por seu parceiro de interação.

Partindo dos fundamentos hegelianos, Axel Honneth (2003) propõe uma teoria social normativa que contemple a Psicologia Social. Para o autor, Hegel propôs um “modelo inacabado de luta por reconhecimento” (2003, p. 114), que não contemplou questões como a definição de um conceito intersubjetivo de identidade humana, tampouco distinguiu os meios e diferenças entre relações de reconhecimento. Para completar essas lacunas teóricas, Honneth

¹⁴ De acordo com Mattos (2016), em *Luta por reconhecimento*, Honneth se baseia, principalmente, nos trabalhos da juventude de Hegel. Na obra, o teórico alemão defende que só os escritos do “jovem Hegel” forneceriam a base para refletir sobre a eticidade nas sociedades. Posteriormente, Honneth reformula sua tese e passa a abordar, na obra *Direito da Liberdade* (2005) os outros trabalhos de Hegel. Para mais informações, cf. MATTOS, Patrícia. O reconhecimento na esfera do amor: Para uma discussão sobre os paradoxos da transformação da intimidade. Síntese (Belo Horizonte), v. 43, n. 137, p. 421-442, 2016.

defende uma atualização sistemática da teoria, à luz de “uma psicologia social empiricamente sustentada” (HONNETH, 2003, p. 121).

E é em George H. Mead que Honneth vai encontrar terreno para sedimentar sua atualização teórica. De acordo com Mead (1962), um sujeito só adquire consciência de si quando aprende a perceber suas atitudes pela perspectiva de uma segunda pessoa. Ou seja, a partir da interação com o outro, os indivíduos passam a entender suas próprias ações intersubjetivas. Essa noção está relacionada ao que o autor chama de “outro generalizado”: para Mead (1962), no processo de socialização, as pessoas interiorizam normas de ação e expectativas de comportamento dos seus parceiros de interação. Com isso, o indivíduo aprende a se reconhecer como um membro dentro de um contexto de ação, bem como enxerga as obrigações a serem cumpridas e os direitos que lhe pertencem (HONNETH, 2003). Esse processo, segundo Mendonça (2009), pode se dar em três tipos de relação: nas primárias, nas jurídicas e na esfera do trabalho.

A partir do resgate de Hegel e Mead, Axel Honneth estrutura sua teoria do reconhecimento. O ponto de partida para entender sua proposta, segundo o autor alemão, é justamente na premissa compartilhada entre os três estudiosos: a centralidade do reconhecimento recíproco, tendo em vista que “os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais” (HONNETH, 2003, p. 155). Com base nessa ideia, Honneth desenvolve sua abordagem, segundo a qual as lutas por reconhecimento estão fundamentalmente ligadas à promoção da justiça, sendo “lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativa” (2003, p. 156). O autor aprimora as categorias postuladas por Hegel e Mead e define três domínios do reconhecimento, quais sejam: o amor, o direito e a solidariedade. Essas três esferas são padrões intersubjetivos que estruturam as relações de reconhecimento, sendo imprescindíveis para que o sujeito construa uma autorrelação positiva consigo mesmo, o que é fundamental para a construção de identidade.

O domínio do Amor compreende as ligações afetivas que as pessoas desenvolvem a partir de suas relações primárias, tanto entre parceiros e/ou parceiras, quanto laços de amizade e vínculos familiares. Na perspectiva hegeliana, trata-se da primeira relação de reconhecimento recíproco, uma das bases para o desenvolvimento da identidade. Segundo Honneth, a esfera do

amor abarca as relações afetivas em que há uma tensão entre fusão e autonomia, entre simbiose e autoafirmação (HONNETH, 2003, p. 163). Para explicar essa questão, o filósofo retoma os escritos da psicanálise de Donald Winnicott, que investiga o processo de socialização de crianças. Com base nos estudos do autor, Honneth analisa as interações entre mãe e filho na primeira infância, que se caracterizam por uma relação que vai desde uma dependência absoluta entre os dois, até um processo de emancipação, em que ambos se entendem ainda como dependentes um do outro, porém como sujeitos autônomos. Nas relações amorosas, portanto, há sempre essa dicotomia entre dependência e autonomia, em que o sujeito se enxerga como independente, porém demandante de relações afetivas. Trata-se, segundo Honneth, da ideia de “estar-consigo-mesmo no outro”:

Nesse aspecto, a forma de reconhecimento do amor, que Hegel havia descrito como um "ser-si-mesmo em um outro", não designa um estado intersubjetivo, mas um arco de tensões comunicativas que medeiam continuamente a experiência do poder-estar-só com a do estar-fundido; a "referencialidade do eu" e a simbiose representam aí os contrapesos mutuamente exigidos que, tomados em conjunto, possibilitam um recíproco estar-consigo-mesmo no outro (HONNETH, 2003, p.175)

Para o autor, esse tipo de relação é fundamental, sendo fonte de *autoconfiança* para os sujeitos. Com o amor, nesse sentido, as pessoas se veem como autônomas, mas, na interação e dedicação com o outro, elas desenvolvem relações emotivas recíprocas e mútuas, e isso é base para que alcancem a confiança em si mesmas.

Já o domínio do Direito está relacionado ao tratamento igualitário entre os sujeitos, pautando-se por princípios morais de universalidade construídos na modernidade (MENDONÇA, 2007). As relações nessa esfera são inscritas no sistema jurídico, que deve ser a expressão de interesses universalizáveis entre as pessoas, sem admitir hierarquias e privilégios (NASCIMENTO; BARREIROS, 2018). Honneth apresenta o caráter de historicidade dos direitos, ao mencionar as lutas travadas em torno da construção de direitos políticos, civis e sociais.

Com base nisso, o filósofo alemão expõe que, assim como postulado por Hegel e Mead, um indivíduo só se vê como portador de direitos na medida em que percebe suas obrigações em relação ao outro, bem como os direitos que as outras pessoas possuem (HONNETH, 2003). As relações de reconhecimento nesse domínio dependem que o sujeito se enxergue como alguém dotado de igualdade em relação aos outros membros da sociedade. É por meio da experiência

de reconhecimento jurídico que uma pessoa pode se enxergar como parte da coletividade, alguém que partilha com os outros os mesmos direitos e oportunidades de participação.

Com isso, Honneth defende que reconhecimento no âmbito do Direito é fonte de *autorrespeito*; uma “resposta” positiva causada pelo reconhecimento jurídico. Ou seja, o autorrespeito abarca a consciência de poder respeitar a si mesmo porque se partilha com os outros membros da sociedade a possibilidade de “conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, por meio do reconhecimento jurídico” (HONNETH, 2003, p. 194).

O terceiro domínio do reconhecimento, a Solidariedade/ Estima Social, está ligado à possibilidade de uma pessoa ser estimada por aquilo que a difere dos outros membros da sociedade. O indivíduo, contudo, não seria estimado num sentido de tolerância ou valorização de sua identidade particular, mas a estima se daria com base no entendimento de que as realizações desse sujeito são importantes para a construção de uma vida comum e trazem contribuições para o coletivo. Segundo Honneth, para além da dedicação afetiva (advinda da esfera do Amor) e do reconhecimento jurídico (relacionado ao domínio do Direito), os sujeitos necessitam de uma estima social que os permita “referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198).

Honneth explica que, assim como a relação jurídica está vinculada ao desenvolvimento de valores na modernidade, a estima social se insere nesse contexto. Para o autor, houve uma mudança histórica, em que a ideia de honra deu lugar a conceitos como os de reputação e prestígio social. Ou seja, se nas sociedades estamentais a honra dos sujeitos era determinada por sua pertença a determinado grupo, com a modernidade as relações de estima social ficaram sujeitas a lutas permanentes, em que grupos buscam a valorização de suas capacidades e características próprias (HONNETH, 2003).

É importante deixar claro, como já mencionado, que não se trata da valorização apriorística de uma identidade, ou a defesa de que todas as pessoas devem ser igualmente estimadas, mas, sim, que “ninguém deve ser desrespeitado com base em sua identidade” (MENDONÇA, 2011). A concepção, portanto, perpassa o entendimento da estima em termos de realização, e não como a valorização de atributos específicos. Isso significa dizer que, no momento em que uma pessoa desenvolve ações que são reconhecidas socialmente, isso pode ser fonte de apreciação dentro da comunidade. Em decorrência disso, o indivíduo se vê como parte de um grupo que possui realizações comuns e se sente estimado por outros membros dessa

coletividade (HONNETH, 2003). Essas formas de relação solidária, como nomeia Honneth, geram a simetria da estima que, segundo o autor, significam que “todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo, em suas próprias realizações e capacidades, como valioso para a sociedade” (HONNETH, 2003, p. 211). Com base nesses apontamentos, o autor defende que o domínio da Solidariedade/Estima, portanto, é responsável pelo desenvolvimento da *autoestima*.

Outro ponto importante e caro à discussão deste trabalho reside no fato de que a questão da Solidariedade e da estima simétrica pode ser aplicada, também, para se pensar nas relações de grupo que se originam em contextos como o de resistência a repressão política ou contextos de guerra. Segundo o autor, as pessoas podem desenvolver uma estima mútua ao compartilhar experiências de privação, já que elas passam a valorizar o outro por capacidades e realizações que antes não possuíam importância social (HONNETH, 2003).

De modo a clarificar ainda mais suas proposições, Axel Honneth estabelece, também, uma diferenciação entre o reconhecimento jurídico e a estima social. Segundo o autor, ambas esferas estão relacionadas ao modo como as pessoas são respeitadas socialmente. Contudo, no domínio do Direito, o foco está na propriedade universal que faz do sujeito uma pessoa, e no caso da Solidariedade/ Estima, o que está em jogo são as contribuições e atribuições particulares que diferenciam esse indivíduo dos outros.

É importante evidenciar que a discussão sobre os padrões intersubjetivos de reconhecimento está atrelada não só a experiências positivas nesses três domínios, mas a situações de desrespeito que podem perpassar as vivências dos sujeitos e afetar o modo como eles constroem suas identidades.

2.1.2. Honneth e a tematização do desrespeito

Axel Honneth (2003) enfatiza a dinâmica dos conflitos sociais, advogando a centralidade do reconhecimento para se pensar uma gramática moral desses conflitos. Na visão de Melo (2018, p.119), o núcleo da versão honnethiana de luta engloba dois pontos: a) uma fenomenologia negativa, em que os padrões intersubjetivos de reconhecimento estão intrinsecamente relacionados a experiências de desrespeito; b) a visão dos conflitos sociais como sendo motivados pela gramática do reconhecimento. No momento, interessa-nos,

principalmente, o primeiro ponto destacado pelo autor. Para Honneth, as experiências de desrespeito social estão no cerne das lutas por reconhecimento, tendo em vista que essas situações podem ocasionar danos para a identidade dos sujeitos (HONNETH, 2003). Como aponta o autor alemão,

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva (HONNETH, 2003, p. 213).

Ao entender que a identidade das pessoas é construída intersubjetivamente e a partir do contato e interação com outro, Honneth defende que experiências de ofensa ou desrespeito podem minar a forma como esses sujeitos se percebem e interagem socialmente. O desrespeito, para o autor, é visto como um não-reconhecimento, um reconhecimento recusado, que mina as possibilidades de autorrealização das pessoas. Nesse caso, é possível pensar em três formas de desrespeito, que se contrapõem aos três domínios de reconhecimento já apresentados. São elas: maus tratos/violação, privação de direitos e degradação. A diferenciação entre esses tipos se mede pelos “graus em que podem abalar a autorrelação prática de uma pessoa, privando-a do reconhecimento de determinadas pretensões de identidade” (HONNETH, 2003, p. 214).

A primeira forma de desrespeito apresentada por Honneth está relacionada ao domínio do Amor, e diz respeito a formas de maus-tratos práticos, violências físicas que afetam a integridade corporal de uma pessoa. Aqui, são englobadas as violações que podem tirar de um sujeito a possibilidade de dispor livremente sobre seu corpo, representando a “espécie mais elementar de rebaixamento pessoal” (HONNETH, 2003, p. 215). Essas experiências de desrespeito, que envolvem, por exemplo, o estupro ou a tortura, podem minar a confiança de uma pessoa em si mesma, tendo em vista que geram uma espécie de vergonha social e tiram do indivíduo a possibilidade de disposição autônoma sobre o próprio corpo.

A segunda forma de desrespeito apresentada por Honneth atinge o autorrespeito dos sujeitos e está vinculada à privação de direitos. Nessa perspectiva, é negada aos indivíduos “a imputabilidade moral na mesma medida que a outros membros da sociedade” (2003, p. 216), o que afeta a autonomia da pessoa e gera o sentimento de não possuir status de igualdade em relação a outras. Essa forma de desrespeito, ligada à denegação de pretensões jurídicas, pode lesar a expectativa de alguém em ser reconhecido como uma pessoa capaz de formar juízo moral

ou participar como igual na interação com os outros, o que abala seu autorrespeito (HONETH, 2003).

O terceiro tipo de desrespeito identificado por Honneth consiste no rebaixamento, formas de ofensa ou degradação que afetam o valor social de indivíduos ou grupos. Em experiências desse tipo, há a desvalorização de formas de vida ou crenças, rebaixando-as ou considerando-as de menor importância. Nesses casos, é atingido o modo como o sujeito percebe suas próprias capacidades e características, o que prejudica sua autoestima e ocasiona a “perda de possibilidade de se entender a si próprio como um ser estimado por suas propriedades e capacidades características” (HONNETH, 2003, p. 217).

Ponto importante da discussão de Honneth está no fato de que, para o autor, essas três formas tanto prejudicam a possibilidade de autorrealização dos sujeitos, quanto podem, em contrapartida, estimular lutas sociais. Isso porque, segundo o filósofo, as experiências de desrespeito podem se converter em indignação, ou seja, os indivíduos podem se ver motivados a lutar contra essas situações e questionar as formas de reconhecimento que lhe estão sendo negadas. Conforme explica Mendonça (2009), o modelo honnethiano consiste numa dialética entre autonomia e opressão. Nessa medida, as experiências de desrespeito são essas formas de opressão que podem afetar a autorrealização dos indivíduos, mas também proporcionar uma reflexividade sobre esse contexto, fomentando autonomia e emancipação.

Uma questão central para a discussão está na defesa de Honneth de que o desrespeito não necessariamente *vai* impulsionar lutas sociais, senão que *pode*. Como aponta o autor, para que sentimentos de indignação se tornem convicções políticas e morais, é necessário observar o contexto político e cultural dos sujeitos atingidos. Outra questão central é a ruptura de normas consideradas válidas socialmente, ou seja, uma luta só será considerada social “na medida em que seus objetivos se deixarem generalizar para além das intenções individuais, chegando ao ponto de poderem se tornar a base de um movimento coletivo” (HONNETH, 2003, p. 256). O surgimento de um movimento social, por exemplo, depende de experiências e interpretações coletivas sobre a situação de desrespeito, ou seja, demanda que a opressão seja vista como algo que afeta não só o indivíduo, mas também os outros membros da coletividade.

Honneth defende que, ao resistir coletivamente e partilhar de interpretações comuns sobre o desrespeito, os sujeitos não estão apenas buscando sair de situações de rebaixamento e degradação, mas lutando por padrões futuros de reconhecimento, o que pode proporcionar uma autorrelação nova e positiva.

2.2. Debates e críticas

Entendemos que expor o debate em torno do qual as teorias do reconhecimento se situam é frutífero para que compreendamos como a questão da migração de mulheres para o Brasil pode ser observada pelas óticas do reconhecimento. Antes de nos debruçarmos sobre as experiências das mulheres entrevistadas para a pesquisa, contudo, é importante apresentar algumas tensões e reflexões sobre as teorias que mobilizamos.

2.2.1. Nancy Fraser e a paridade de participação

Nancy Fraser é uma das autoras que diverge das proposições feitas por Taylor e Honneth. Em 1995, a estudiosa estadunidense entrou na discussão, defendendo a importância de se pensar, para além do reconhecimento, a dimensão da redistribuição, que também estrutura processos políticos e sociais. As críticas à perspectiva de Honneth e a resposta do filósofo às colocações de Fraser resultaram na publicação de um livro pelos autores, em que são expostos os debates entre eles e a importante discussão sobre controvérsia político-filosófica acerca dos fundamentos da justiça. Em momento posterior, Fraser (2009) revisa sua teorização e passa a defender, para além do reconhecimento e da redistribuição, a ideia de representação para se pensar injustiças, processos sociais e demandas por justiça. As postulações da autora, o debate entre ela e Honneth e as considerações de Fraser serão expostos a seguir.

A principal crítica postulada por Fraser é a de que Taylor e Honneth não trabalharam a dimensão econômica da busca por justiça, focando suas análises na questão da identidade. Para a autora, é central se pensar na economia como um campo importante a ser discutido, na medida em que a desigualdade material está presente na maioria dos países do mundo, e a busca por melhor distribuição de recursos deve ser considerada ao se pensar numa teoria da justiça (FRASER, 1998). Em seus textos iniciais sobre o debate, Fraser (1995; 1998; 2007) defende que as demandas por justiça social são divididas em dois campos: o da redistribuição, que engloba a busca por melhor distribuição de riquezas, e o do reconhecimento, que luta pela valorização das distintas características e perspectivas das minorias (FRASER, 2007). Para a teórica feminista, reduzir a justiça ao último fator é limitar a abordagem e reduzi-la a um aspecto cultural. É por isso que, para Fraser, a justiça

requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho, é suficiente. A partir do momento em que se adota essa tese, entretanto, a questão de como combiná-los torna-se urgente. Sustento que os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença (FRASER, 2007, p. 103).

Se, para Fraser, a teoria da justiça deve englobar tanto redistribuição quanto reconhecimento, há injustiças relacionadas a esses campos, que devem ser tematizadas. Para a autora, no âmbito econômico da redistribuição, situam-se experiências como a exploração, a marginalização econômica e a privação. Essas formas de injustiça podem privar o indivíduo de ter acesso a um trabalho remunerado e a um padrão de vida material adequado (FRASER, 2006). Já a injustiça cultural ou simbólica, que se dá no âmbito do reconhecimento, está relacionada a padrões de interpretação e comunicação, compreendendo situações como a de dominação cultural, a invisibilidade e o desrespeito que, para a autora, significa ser “difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana” (*idem*, 2006, p. 232).

Conforme esclarece Mendonça (2007), Fraser defende ainda que essas duas lutas possuem lógicas muito diferentes, embora surjam, constantemente, relacionadas. Para a autora, a redistribuição estaria focada em abolir aspectos de diferenciação dos grupos, enquanto o reconhecimento buscaria justamente dar ênfase nas especificidades desses coletivos. Isso geraria uma esquizofrenia filosófica (FRASER, 1997), em que as pessoas afetadas por injustiças nesses dois âmbitos teriam que, simultaneamente, negar e afirmar suas características (MENDONÇA, 2007).

Nesse sentido, Fraser aponta que alguns grupos sofrem injustiças nesses dois âmbitos, tanto econômicas quanto culturais. Segundo ela, as lutas contra opressões de gênero e raça, por exemplo, situam-se nesse caso. A autora discorre que no caso do gênero, especificamente, há uma face da economia política (que se vincula ao âmbito da redistribuição), bem como um aspecto cultural-valorativo (portanto, vinculado ao reconhecimento) presente em normas culturais androcêntricas e sexistas. Essas duas faces não estão totalmente separadas, mas se correlacionam e reforçam uma à outra, podendo conferir desvantagens econômicas às mulheres, além de impedir sua participação igualitária nas esferas públicas, no cotidiano e na formação da cultura. Para Fraser, portanto, o caráter bivalente do gênero faz com que as injustiças, nesse

campo, representem o dilema acima mencionado: necessitam soluções que envolvem tanto a redistribuição quanto o reconhecimento.

De modo a responder ao impasse entre redistribuição e reconhecimento, a autora ressalta possíveis perspectivas que são comumente mobilizadas para resolver esse dilema. Ela apresenta as soluções afirmativas que, focadas em corrigir efeitos desiguais de arranjos sociais, atuam na superfície do problema, e o que chama de remédios transformativos, que corrigem questões desiguais por meio de mudanças mais estruturais. Como remédio afirmativo para a injustiça cultural, por exemplo, Fraser (2006, p.237) expõe que o multiculturalismo geralmente é mobilizado, na tentativa de “compensar o desrespeito por meio da revalorização das identidades grupais injustamente desvalorizadas”. No âmbito transformativo, contudo, o interesse está na desconstrução de estruturas culturais-valorativas que criam essa injustiça, ou seja, os “remédios” transformativos atuam para desestabilizar as diferenciações grupais existentes.

Para as injustiças econômicas, Fraser (2006) expõe que os remédios transformativos estão associados ao Estado de bem-estar liberal. Essas soluções buscam compensar a má distribuição, atuando, por exemplo, para aumentar a possibilidade de consumo de grupos desprivilegiados economicamente, mas sem promover a reestruturação do sistema de produção. Já as soluções transformativas, para a autora, estão associadas historicamente ao Socialismo, tendo em vista que buscariam compensar as injustiças econômicas por meio de mudanças na estrutura político-econômica existente. De acordo com a autora, “reestruturando as relações de produção, esses remédios não somente alterariam a distribuição terminal das partes de consumo; mudariam também a divisão social do trabalho e, assim, as condições de existência de todos.” (FRASER, 2006, 238).

Fraser (2006) pondera esses remédios adotados, expondo suas articulações e adequações. Questiona, desse modo, qual seria a combinação mais adequada de soluções para minimizar injustiças, principalmente quando estas estão relacionadas a coletividades que buscam, simultaneamente, redistribuição e reconhecimento. A saída defendida pela autora perpassa a deliberação, algumas reformas e soluções transformadoras. Em textos posteriores, Fraser (2007) diz ser necessário debater algumas questões filosóficas, como a relação entre ética e moralidade. De acordo com a autora, há uma distinção entre o que é correto e o bem, entre a justiça e a autorrealização. Como explica Mendonça (2007), ela propõe uma guinada da ética (ligada a conceitos hegelianos e vinculada à ideia de *bem viver*) para a moral (calcada em conceitos kantianos e pautada pela noção de justiça; pelo que é *correto* e não pelo *bom*). Na

visão de Fraser, o reconhecimento deve ser visto como uma questão relacionada ao *status* social. Isso significa dizer que a problemática deve ser tratada não como uma questão de identidade - em que o não reconhecimento significaria uma depreciação da identidade do grupo - mas, sim, como algo relacionado à condição dos indivíduos como parceiros na interação social. Para Fraser (2007), a injustiça não é uma distorção da *autorrealização* (como defenderia Honneth e Taylor), mas uma negação do status de *paridade*. Ou seja, é necessário que os indivíduos sejam considerados como pares nas tomadas de decisão e na vida social. A *paridade de participação* seria o princípio central para se pensar a justiça.

Nesse modelo de *status* proposto por Fraser, o foco está nos padrões institucionalizados e na valoração dos atores sociais. Se esses padrões os constituem como parceiros, aí é possível observar um reconhecimento recíproco e igualdade de status. Em contrapartida, caso esses padrões representem uma exclusão ou invisibilidade dos indivíduos, então podemos observar o não reconhecimento e a subordinação de status (FRASER, 2007). Como exemplo desse modelo, Fraser cita leis que excluem uniões homoafetivas, políticas estatais que estigmatizam sujeitos e práticas excludentes ou que associam pessoas de determinada raça com a criminalidade.

A defesa da autora é contundente. Como apontam Nascimento e Barreiros (2018), Fraser argumenta que o foco na identidade é problemático, pois daria ênfase à dimensão psíquica do processo, enquanto o papel das instituições estaria em segundo plano. Fazendo referência à Honneth e numa crítica às propostas do filósofo, a autora postula que o “modelo identitário” tem algumas dificuldades, que poderiam ser sanadas com o modelo de status, quais sejam:

Em primeiro lugar, ao rejeitar a visão de reconhecimento como valorização da identidade de grupo, ele evita essencializar tais identidades. Em segundo lugar, ao focar nos efeitos das normas institucionalizadas sobre as capacidades para a interação, ele resiste à tentação de substituir a mudança social pela reengenharia da consciência. Em terceiro lugar, ao enfatizar a igualdade de status no sentido da paridade de participação, ele valoriza a interação entre os grupos, em oposição ao separatismo e ao enclausuramento. Em quarto lugar, o modelo de status evita reificar a cultura - sem negar a sua importância política (FRASER, 2007, p. 109).

Como já exposto, o não reconhecimento, nessa perspectiva, não significa apenas ser desmerecido na dimensão da autorrelação dos sujeitos. Ao contrário, diz respeito à negação da “condição de parceiro integral na interação social e ser impedido de participar como um par na vida social” (FRASER, 2007, p. 113), em decorrência de padrões institucionalizados que enxergam certos indivíduos como não merecedores de estima e respeito.

2.2.2. A resposta de Honneth e a atualização de Fraser

Diante das críticas feitas por Fraser, Honneth (2001; 2003) apresenta respostas à autora. Um dos pontos de seu argumento é centrado na ideia de que “mesmo as injustiças distributivas devem ser entendidas como expressão institucional de desrespeito social - ou, melhor dizendo, de relações injustificadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 114), ou seja, para o autor é implausível separar redistribuição de reconhecimento.

Outro ponto de defesa feito por Honneth é calcado no seu interesse em focar sua proposta teórica nas fontes motivacionais de descontentamento social e resistência. Desse modo, a justificativa para a tematização do reconhecimento não seria a emergência de demandas político-identitárias ou os dilemas do multiculturalismo, mas a tentativa de responder a um problema teórico já existente. Para o autor, é falsa a ideia de que a “política de identidade” é um fenômeno novo, tendo em vista que lutas sociais existem há muitos anos, citando como exemplo movimentos de mulheres e as resistências anticoloniais e contra a escravidão (HONNETH, 2001). Ainda de acordo com ele,

Assim como é impossível reduzir os movimentos de hoje inspirados por uma "política de identidade" para apenas objetivos culturais, os tradicionais movimentos de resistência do final do século XIX e início do século XX não podem ser reduzidos a meras exigências materiais ou legais. (...) Na medida em que Nancy Fraser expõe essa sugestiva periodização, ela inevitavelmente aceita a falsa premissa de uma oposição histórica: entre uma política de interesses materiais e preocupações legais, e uma "política de identidade". (HONNETH, 2001, p. 53)

É por isso que, para Honneth, as demandas por redistribuição podem ser entendidas como parte da busca por reconhecimento, já que estão relacionadas à ideia normativa de que, em uma sociedade democrática, cada membro deve ter a chance de ser estimado por suas realizações individuais. Como expõe Mendonça (2007, 2011), Honneth não nega a importância da distribuição econômica. Ele enxerga o reconhecimento como uma categoria ampla que engloba vários tipos de reivindicações. Para o filósofo alemão, as regras institucionais que organizam a distribuição de bens estão também relacionadas ao grau de estima social dos grupos, ou seja, estão ligadas a hierarquias institucionalizadas de valor (HONNETH, 2001). Conflitos por distribuição, portanto, são também lutas simbólicas por ser estimado e considerado dentro dessa hierarquia valorativa que determina a distribuição de recursos.

Nesse sentido, o autor alemão aponta, também, outra questão bastante cara à discussão do reconhecimento. Segundo Honneth (2001), há uma inclinação comum nos debates sobre o tema em reduzir o reconhecimento a uma valorização cultural de determinados grupos ou a uma aceitação da diferença entre indivíduos. A ideia de uma “política de identidade”, segundo o autor, tanto não pode ser reduzida a uma busca por evidenciar características culturais, quanto os movimentos de trabalhadores dos séculos XIX e XX não podem ser reduzidos a demandas materiais. Isso porque, na perspectiva de Honneth (2001), as lutas operárias buscavam, também, obter o reconhecimento das tradições e modos de vida das pessoas. Para ele, portanto, é incoerente que Fraser separe as lutas por reconhecimento e as por redistribuição, já que se trata, por fim, de diferentes nuances da busca por justiça. Reduzir as lutas por reconhecimento a aspectos morais ou culturais é ignorar, pois, as outras dimensões envolvidas nesse processo.

A oposição feita por Fraser entre moral e ética também compõe parte da resposta de Honneth (2001; 2003) a ela. O pensador alemão critica esse antagonismo, defendendo que a ética é, também um elemento da justiça. Na visão do autor, ao distinguir esses aspectos, Fraser reduz as lutas sociais a conflitos morais, o que seria um contrassenso. Nesse aspecto, as lutas por reconhecimento – como apresentadas por Honneth – dependem fundamentalmente das relações sociais e da troca intersubjetiva entre sujeitos, ou seja, prescindem que exista a consideração dos outros e a interação. Sendo assim, não podem ser entendidas como uma busca por soberania ou autodeterminação, na medida em que carregam esse caráter mútuo e dependem do diálogo entre os atores envolvidos. Conforme aponta Mendonça (2009, p. 76), “se a autorrealização é uma contínua construção dialógica, ela não pode ser entendida nem como imposta de fora, nem como a mera expressão de desejos individuais.”

No que tange à crítica de Nancy Fraser sobre a justificação das lutas e sua defesa da paridade de participação como critério, Honneth expõe que as lutas justificáveis dependem do caráter de reciprocidade de condições e reivindicações. Segundo o autor (2003), por trás das diversas demandas de grupos e indivíduos há objetivos diferentes, sendo essa distinção importante para avaliar as reivindicações normativamente. De acordo com Honneth (2003), as demandas por reconhecimento podem ter objetivos coletivos ou individualistas. Assim, não seriam justificáveis as lutas e movimentos cujas demandas são voltadas à afirmação de determinadas características próprias a partir da ameaça de violência ou exclusão de outros grupos. Segundo o autor, ao falarmos dessas lutas, devemos “abstrair aqueles projetos de ‘política de identidade’ que buscam atingir seus objetivos por meio da exclusão social”

(HONNETH, 2003, p. 122). Sendo assim, identidades nazistas ou racistas, por exemplo, não devem ser valorizadas.

Um outro ponto importante da discussão entre Honneth e Fraser está na argumentação do autor de que a estudiosa estadunidense foca suas críticas no contexto norte-americano. Para ele, Fraser dá ênfase nas lutas encabeçadas por movimentos sociais, ou seja, nas reivindicações que detêm visibilidade na esfera pública. Isso exclui aquelas lutas sociais que são invisibilizadas, não tematizadas e que estão na “sombra da esfera pública política” (HONNETH, 2003, p.122). Para o filósofo alemão, a autora negligencia as formas de desrespeito e sofrimento que existem independentemente da articulação política de movimentos sociais, mesmo porque, na avaliação honnethiana, nem todas as formas de desrespeito e, conseqüentemente, nem todas as lutas existentes ganham visibilidade pública. Para nossa pesquisa, este é um ponto central a ser tematizado adiante, já que nos abre a possibilidade de olhar para as lutas sociais e formas de resistência de mulheres migrantes que, não necessariamente, aparecem de forma articulada em movimentos sociais.

Para além da resposta dada por Honneth e todo o debate entre os autores, faz-se importante mencionar que Fraser foi criticada pela dualidade na abordagem sobre a justiça. Dentre as críticas e debates mais contundentes, situa-se a discussão de Iris Marion Young, que se posiciona contrária à oposição entre economia política e cultura.

Para Young (2009), é teoricamente mais produtivo pluralizar as categorias e entendê-las em suas relações com diferentes grupos e questões sociais. A autora defende que as opressões podem ser entendidas em cinco categorias: exploração, marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência (YOUNG, 1990) e critica Fraser por um certo reducionismo ao categorizar as lutas em apenas dois aspectos dicotômicos. Como apontam Matos e Cypriano (2008), o debate entre as autoras é denso e centrado na importância dos aspectos de redistribuição e reconhecimento, apesar de adotarem perspectivas diferentes.

Com base nas críticas recebidas ao longo dos anos e, em razão de mudanças históricas e conjunturais, Nancy Fraser (2009) atualiza sua teoria e acrescenta outra dimensão ao seu paradigma da justiça social: a questão da representação. A autora defende uma “teoria da justiça pós-Westfaliana” que, segundo ela, dê conta de responder aos desafios colocados pela globalização e pela transnacionalidade, já que processos sociais e demandas por justiça rotineiramente transbordam fronteiras territoriais (FRASER, 2009). De acordo com Fraser, no auge do Estado de bem-estar social, entre os anos 1945 e 1970, as discussões acerca da justiça

eram feitas dentro dos limites dos Estados Nacionais, com reivindicações que, geralmente, se dirigiam a questionar hierarquias de status internas. Nesse sentido, as demandas eram usualmente focadas no “que deveria ser entendido como uma justa ordenação das relações sociais no interior da sociedade” (FRASER, 2009, p. 13).

Devido a fenômenos como a globalização, esse enquadramento – denominado por Fraser (2009) como Keynesiano-Westfaliano – perdeu a centralidade. De acordo com a autora, os processos sociais contemporâneos rotineiramente extrapolam fronteiras territoriais, tanto em relação ao impacto transnacional de atitudes tomadas por alguns Estados, quanto em relação à atuação de organizações e corporações internacionais, impulsionadas pelos meios de comunicação e pela tecnologia.

Desse modo, a autora defende que o Estado territorial moderno não é mais a unidade apropriada para se lidar com questões de justiça. Para Fraser, tanto as reivindicações por redistribuição quanto as lutas por reconhecimento buscam, atualmente, estabelecer relações, coalizões e atitudes que vão além dos limites do próprio Estado. Como exemplo, a autora menciona os movimentos feministas, que

Sob o slogan “os direitos das mulheres são direitos humanos”, por exemplo, as feministas estão, ao redor do mundo, vinculando as lutas contra as práticas patriarcais locais a campanhas de reforma da legislação internacional. Ao mesmo tempo, minorias religiosas e étnicas, que sofrem discriminação dentro dos Estados territoriais, estão se reconstituindo em diásporas e construindo públicos transnacionais a partir dos quais mobilizam a opinião internacional (FRASER, 2009, p. 15).

Com esse novo processo, a gramática das reivindicações por justiça também se alterou. Segundo Fraser (2009), se antes as disputas focavam no *que* era devido aos membros de uma comunidade, as lutas agora se voltam a *quem* deve ser considerado membro e *qual* é o grupo relevante. Atualmente, as disputas são centradas não apenas no “que”, mas também em “quem” está no processo.

Essa mudança de enquadramento, portanto, exige que as teorias englobem outros instrumentos de análise. Nesse sentido, a autora defende que a luta por justiça pode contemplar situações injustas não mais em duas categorias somente, mas em três âmbitos: o econômico (dimensão da redistribuição), como a exploração, marginalização e privação, já mencionadas; o cultural (dimensão do reconhecimento), que contempla a dominação cultural e o desrespeito (FRASER, 2006); e a injustiça no campo político (dimensão da representação). Esta última trata da possibilidade de atuação dos sujeitos no processo de tomada de decisões e problematiza as

estruturas governamentais e a ausência de arenas democráticas que permitam a paridade de participação. A dimensão política, para Fraser, é central e está relacionada ao pertencimento social, ao definir “quem está incluído e quem está excluído do círculo daqueles que são titulares de uma justa redistribuição e de reconhecimento recíproco” (FRASER, 2009, p. 19). E no caso da representação política, a injustiça seria, segundo a autora, afonia política ou a representação distorcida (FRASER, 2009).

Além de Fraser, Honneth também apresenta algumas alterações em sua teoria, com o passar dos anos. Em uma entrevista dada em 2010 e publicada, em português em 2013, o autor reflete sobre as alterações que faria em sua teoria caso a obra *Luta por Reconhecimento* fosse reescrita nos dias atuais. O primeiro seria dar mais foco à historicidade das lutas por reconhecimento que, segundo o autor, evitaria alguns mal-entendidos e permitiria que as formas de reconhecimento fossem localizadas, de forma mais contundente, dentro de processos sociais historicamente desenvolvidos. Além da questão da historicidade, Honneth (2013) expõe a importância do foco, também, nas instituições. Segundo o autor,

A outra correção tem a ver com instituições. Não acredito que em *A Luta por Reconhecimento* possamos encontrar a ideia das instituições de reconhecimento. Mas eu penso que as formas de reconhecimento são institucionalizadas como formas de práticas sociais na sociedade, e desenvolvi essa ideia apenas posteriormente, lendo o Hegel posterior, onde você vê uma conexão muito mais clara entre esses dois aspectos (MARCELO, 2013, p. 211).

Como aponta Pacheco (2018), essas mudanças e a leitura de outras perspectivas hegelianas – conforme mencionado por Honneth – são vistas, principalmente, na obra *O Direito da Liberdade* (2011), em que o autor não abandona perspectivas antropológicas, mas dá maior ênfase no caráter histórico dos processos sociais.

Tendo apresentado o debate entre Honneth e Fraser, é importante destacar que, para algumas autoras, a oposição entre ambas perspectivas é uma falsa antítese. Na visão de Celi Pinto (2008), por exemplo, é positivo mobilizar os melhores elementos de cada teoria para se pensar a justiça, principalmente ao se analisar casos como o brasileiro. Segundo a autora, o reconhecimento é um conceito polissêmico, e reduzi-lo a uma única definição retira seu potencial de aplicação nas análises sobre as lutas sociais. Pinto (2008) advoga que o reconhecimento como autorrealização (postulado por Honneth e Taylor) e o reconhecimento como status (defendido por Fraser) não são excludentes, mas constituem momentos diferentes de elaboração teórica. A autora exemplifica sua defesa ao dizer que

O reconhecimento como autorreconhecimento é essencial para a construção do sujeito da ação na luta social. Só existe o dominado contra a dominação se este se reconhecer como tal. Não há feminismo antes da feminista, assim como não há paridade participativa antes do sujeito auto-reconhecido como igual. (PINTO, 2008, p. 36)

Para Pinto (2008), há uma distinção fundamental entre ambas perspectivas: Fraser associa as dimensões de reconhecimento, redistribuição e representação não aos atores, mas a princípios de justiça e a políticas públicas, abordadas por Fraser como “remédios”. Já Honneth parte da ação dos atores, que são o objeto do reconhecimento. Esse feito, como já exposto, depende da relação e interação com o outro, momentos pelos quais pode surgir o conflito, parte importante de sua teorização sobre as lutas sociais.

Para expor como ambas perspectivas podem ser utilizadas, Celi Pinto analisa dois casos ligados à realidade brasileira: a política de ações afirmativas para afrodescendentes e a desigualdade constitutiva da cidadania. De modo geral, a autora identifica que, no caso do Brasil e, em razão do déficit de bem-estar social e da forte desigualdade, grandes parcelas da população são privadas de se tornarem sujeitos de luta por distribuição e reconhecimento, sejam essas entendidas como autorrealização ou como status. De acordo com a autora, em contextos como o brasileiro é possível observar aplicabilidade das duas teorias, tendo em vista que podemos perceber questões exclusivas de distribuição e questões em que este tema só deve ser visto como uma luta por reconhecimento. No primeiro caso, segundo Pinto, poderíamos pensar na “distribuição como remédio; no segundo, como luta por conquista de direitos” (PINTO, 2008, p.49).

Essa visão é compartilhada por outros estudiosos como Avritzer e Gomes (2013), para quem as teorias de Honneth e Fraser também parecem frutíferas para analisar as especificidades brasileiras no tangente às relações raciais. Para os autores, as abordagens desses teóricos do reconhecimento abrem diferentes possibilidades para se refletir sobre a (des)igualdade de status em locais como o Brasil. De acordo com Avritzer e Gomes (2013), na segunda metade do século XX, com a organização do movimento negro e o revigoramento da sociedade civil, houve um questionamento da hierarquização de *status* no país e uma desconstrução do mito da democracia racial. Aliado a isso, houve a introdução, na Constituição de 1988, de artigos voltados para os direitos raciais e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (2010). Nesse momento, segundo os autores, as preocupações de Fraser contribuem para se olhar para o caso brasileiro, considerando a abordagem da autora sobre o estabelecimento de parâmetros públicos e legais voltados para a questão racial. Entretanto, ao se considerar as relações entre diferentes grupos

raciais, é preciso refletir, também, sobre os aspectos do *self*. Para além da efetivação dessa igualdade de *status* no âmbito de políticas estatais, a experiência do racismo também pode ser problematizada no espectro dos efeitos dessas vivências para o corpo e a subjetividade daqueles que a sofrem. Ou seja,

para a atribuição de um status de igualdade, tanto no espaço público quanto social e privado, é necessário o desvelamento de elementos simbólicos e subjetivos que levem à desconstrução dos mesmos e estabeleçam novos padrões de relação que não serão resolvidos apenas a partir da adoção de um estatuto legal nacional, mas que demandam, também, uma desnaturalização do racismo e da discriminação que penetram as relações do âmbito social e privado (AVRITZER; GOMES, 2013, p. 58).

Para além da discussão entre Fraser e Honneth, é importante apresentar, também, algumas críticas à ideia de reconhecimento. O debate é amplo e complexo. A intenção não é esgotar as análises e questionamentos que foram e podem ser colocadas aos autores, mas expor algumas perspectivas críticas à ideia, para que, em seguida, possamos articular as abordagens das teorias do reconhecimento às experiências vividas por mulheres migrantes no Brasil. Entendemos que apresentar o debate mais ampliado de nosso marco teórico contribui para que a análise – que será exposta no próximo capítulo - seja compreendida de forma mais clara e concisa.

2.2.3. Reconhecimento: perspectivas críticas e análises feministas

Uma das críticas mais contundentes à questão do reconhecimento é feita por Patchen Markell (2000; 2003; 2006). Em *Bound by Recognition* (2003), Markell afirma que o ideal de reconhecimento mútuo, apesar de parecer atraente, é impossível e improvável de ser alcançado e, ao tentar persegui-lo, podemos entender mal certas questões fundamentais da vida social e política. Na visão do autor, a injustiça presente nas relações não pode ser entendida só como uma questão de reconhecimento indevido por meio de imagens estereotipadas ou humilhantes das pessoas, já que esse pensamento não compreende o problema da injustiça em sua profundidade (MARKELL, 2003). Isso porque, para ele, o problema do reconhecimento é que ele é uma constante busca por soberania, em que o indivíduo visa “definir-se como ser independente e como agente autodeterminante” (MENDONÇA, 2009, p. 72). Essa soberania estaria ancorada à ideia de conhecimento que, na concepção de Markell (2003), está ligada a um entendimento de si mesmo. Como aponta o autor,

O ideal de reconhecimento, pelo contrário, ancora a soberania no conhecimento; isto é, na perspectiva de chegar a um entendimento claro de quem você é e da natureza dos grupos e comunidades maiores aos quais você pertence, e de assegurar o reconhecimento respeitoso desses mesmos fatos pelos outros. A ideia é que o reconhecimento mútuo desse tipo eliminaria os obstáculos do mal-entendido, da ignorância e do preconceito que nos alienam uns dos outros e de nós mesmos, possibilitando que ajamos de acordo com quem realmente somos e que façamos isso com o apoio – e não com a resistência - de nossos companheiros. (MARKELL, 2003, p. 12, tradução nossa)

É possível observar que, para Markell, o reconhecimento é visto como autovalorização. Nesse sentido, a aspiração à soberania, que na visão dele está no cerne da ideia de reconhecimento, poderia levar à subordinação, fomentando uma agência soberana que alguns grupos ou pessoas exerceriam às custas dos outros. Isso, na ótica do autor, é uma ironia existente da noção de reconhecimento, já que o desejo de agência soberana e de valorização pode “ajudar a sustentar algumas formas de injustiça que muitos proponentes do reconhecimento pretendem, com razão, superar.” (MARKELL, 2003, p. 5). Para Markell, essa ironia, portanto, demonstraria como o reconhecimento é um instrumento equivocado de emancipação, repleto de ambiguidades.

Para resolver essas “ambiguidades”, o autor defende a ideia de *acknowledgment*, em que o foco estaria nas ações dos sujeitos e suas condições de ação, e não na identidade dos indivíduos (MARKELL, 2009). Como explica Mendonça (2009), Markell retoma as ideias de Hannah Arendt e as discussões sobre a tragédia grega para defender que as identidades se constroem ao longo da ação, portanto o objetivo a ser buscado não pode ser a valorização dessas identidades, tendo em vista que elas inexistem antes da reivindicação por valorização (MENDONÇA, 2009). Na visão de Markell (2003), na perspectiva do *acknowledgment* o que está em questão não é a identidade de alguém (concebida como uma autodescrição que pode servir como base de ação do sujeito), mas as condições básicas da própria existência do indivíduo, considerando a imprevisibilidade das ações dos outros. Essa ideia toma como princípio a aceitação da finitude e imprevisibilidade da agência humana, tendo em vista que o futuro é “sempre inconstante” (LELO, 2017, p. 182). Para o autor, o que molda a identidade, portanto, é a ação e, nesse sentido, a aspiração à soberania deve ser superada. As lutas sociais, para Markell, devem estimular “processos reflexivos de autoentendimento” (MENDONÇA, 2009, p. 73).

Conforme mencionado, a visão do autor sobre o reconhecimento, contudo, é ainda focada na noção de que essas lutas seriam, no fim, uma busca por autovalorização, ou uma

tentativa de reforçar características de alguns sujeitos em detrimento de outros. Ao defender a relevância da intersubjetividade para o reconhecimento, contudo, Honneth já argumenta que as demandas são justificáveis na medida em que não representem uma injustiça ou uma violência a alguém. Ou seja, a perspectiva do reconhecimento como autorrealização (exposta por Honneth e Taylor) não advoga uma busca por soberania dos indivíduos sobre outros, mas, justamente, apregoa que os sujeitos se constroem em relação, e essa construção é constante, sempre inacabada e reconfigurada.

Honneth também é criticado em sua defesa sobre a possibilidade de mobilização social a partir de experiências de desrespeito. Uma das críticas é feita por Melvin Rogers (2009), que advoga a existência de um “paradoxo do reconhecimento” na abordagem Honnethiana e afirma que, ao mesmo tempo em que o desrespeito pode levar a um dano moral e psicológico, não fica claro nos escritos do filósofo alemão como essa *psique* pode se recuperar e se transformar em motivação para a luta social. Na visão do cientista político norte-americano, Honneth dá ênfase ao sistema de reconhecimento como a única base para a autonomia e, ao fazê-lo, “obscurece outras formas alternativas nas quais indivíduos e grupos historicamente criaram barreiras para manter a integridade e afirmar suas autoconcepções normativas.” (ROGERS, 2009, p. 184).

Na visão de Rogers (2009), a perspectiva de Honneth acaba por sugerir que o desenvolvimento da identidade dos sujeitos dependa, essencialmente, das instituições e indivíduos que são “fontes” de desrespeito. Paradoxalmente, segundo o autor, nessa perspectiva os grupos excluídos ficariam ainda mais suscetíveis à dominação, já que dependem de uma resposta do outro e de um reconhecimento formal e legal para alcançar a autorrealização.

É importante postular que as teorias do reconhecimento também receberam críticas por parte de teóricas feministas. Para além das postulações de Nancy Fraser, importante nome da Teoria Política Feminista, as principais abordagens sobre o reconhecimento foram discutidas por outras teóricas, como Iris Marion Young¹⁵ (2007), Lois McNay (2008) e Judith Butler (2004;2009;2013). Aqui, focaremos a exposição nas perspectivas defendidas pelas duas

¹⁵ A crítica de Young a Honneth é encontrada, principalmente, no texto “Recognition of Love’s Labor: Considering Axel Honneth’s Feminism” (2007), em que a autora foca sua análise nas esferas honnethianas do amor e da estima social. Para Young, o autor alemão mantém influência da tese de complementariedade de gênero de Rousseau e Hegel, deixando de questionar as relações conjugais ao definir o amor apenas como reconhecimento das necessidades do outro. Ainda, na visão de Young (2007), Honneth não problematiza, de modo profundo, sobre a estima social e sua relação com o trabalho doméstico não remunerado. Para mais informações, cf. Young (2007) e Spinelli (2019).

últimas, tendo em vista que as críticas de Young são mais direcionadas ao domínio do Amor, defendido por Honneth.

Com críticas focadas, principalmente, no trabalho de Charles Taylor e Axel Honneth, Lois McNay (2008) expõe que, apesar da proeminência e relevância do debate, o modo como a ideia de reconhecimento foi estruturada por diversos autores é falho. No livro *Against Recognition* (2008), a autora reconhece a centralidade da ideia de reconhecimento para se pensar as reivindicações de movimentos sociais e políticos contemporâneos, mas advoga que a perspectiva enquadra essas questões numa compreensão redutora do poder. Ela analisa, principalmente, as questões de gênero, defendendo que a noção de reconhecimento é aplicada constantemente de modo simplista ao se analisar a “formação, identidade e ação do sujeito no contexto das hierarquias sociais” (MCNAY, 2008, p. 2). Para esclarecer sua perspectiva crítica, a autora expõe que

Em suma, não sou contra o reconhecimento, pois não discordo das afirmações básicas feitas sobre a natureza dialógica da subjetividade, identidade e agência pelos pensadores do reconhecimento. Eu sou contra o reconhecimento, no entanto, na medida em que esses insights não estão suficientemente incorporados em uma compreensão sociológica das relações de poder. As consequentes maneiras pelas quais a ideia de reconhecimento é naturalizada e universalizada exclui qualquer coisa, exceto a mais limitada compreensão de identidade e agência no contexto da reprodução das desigualdades de gênero. (MCNAY, 2008, p. 3-4)

Para McNay (2008), as teorias do reconhecimento falham ao sugerir que as relações de poder são um efeito posterior de dinâmicas interpessoais. Na visão da autora, isso gera uma compreensão simplificada do poder e de como ele opera nos mais diversos âmbitos, na medida em que “desconecta as desigualdades de uma explicação socioestrutural do poder” (MCNAY, 2008, p. 9). Ela cita a opressão de gênero e defende que a leitura desta como uma forma de não-reconhecimento no âmbito das relações interpessoais representa um entendimento raso, que não considera as dinâmicas estruturais e sistêmicas que podem afetar as mulheres não apenas nas relações sociais cotidianas. Nesse sentido, a autora defende que é importante compreender as formas complexas de construção de identidade dos sujeitos, que estão intrinsecamente ligadas a dinâmicas estruturais latentes. Ou seja,

a conexão entre a realidade social incorporada e as estruturas sociais não é extrínseca, expressa em teorias de determinação, mas é intrínseca, em que forças impessoais moldam, de maneira sutil e frequentemente indireta, as necessidades sentidas da vida cotidiana. (MCNAY, 2008, p. 9).

O ponto central de crítica da autora é que a ideia de reconhecimento deixa de lado, constantemente, a teorização das relações de poder. Para McNay (2008), a agência dos sujeitos é moldada pela subjetividade, mas também por “rotas indiretas de poder” (2008, p. 11) que conectam as formações identitárias a estruturas invisíveis que compõem as relações sociais, fazendo com que essa agência dos indivíduos tenha motivações diversas. Para delimitar seu argumento, a autora se baseia na noção de *habitus*¹⁶, de Bourdieu, que, segundo ela, se assemelha às teorias do reconhecimento ao partir de uma dimensão dialógica das relações, mas que vai além, ao enxergar o poder como parte do processo de formação do sujeito e não como sua consequência, como seria visto por teóricos do reconhecimento, na visão de McNay (2008).

A autora explica que mobiliza a ideia de *habitus* por entender que ela pode fornecer perspectivas importantes sobre a natureza da subjetividade e agência humanas, o que é útil para um olhar feminista sobre questões de gênero. McNay (2008) é contrária a críticas sobre certo determinismo da noção de *habitus*, mas explica que esse conceito denota um processo no qual as relações de poder são incorporadas ao corpo, por meio de predisposições psicológicas e físicas. De acordo com a autora, a ideia que Bourdieu pretende passar é a de que “uma análise de sujeitos incorporados no contexto, definida como a compreensão do indivíduo sobre suas condições de existência, é crucial para qualquer explicação da vida social e, em particular, da agência” (MCNAY, 2008, p. 12).

Sua crítica a Honneth e Fraser é, também, dirigida à abordagem que os autores dão à agência dos sujeitos. Segundo McNay (2008), Honneth não discorre, de forma contundente, como experiências de não-reconhecimento podem explicar a ação dos sujeitos. Na visão da autora, há a carência de “uma explicação de como esse impulso afetivo subjacente é mediado por relações de poder simbólicas e materiais e termina com uma explicação ingênua e espontânea da ação” (2008, p. 128). Uma crítica semelhante é dirigida a Nancy Fraser. A autora concorda com a crítica de Fraser sobre certo subjetivismo de Honneth, mas defende que a filósofa norte-americana adota uma análise objetivista das relações, que ignora uma perspectiva interpretativa ou experiencial da formação de identidade. Essa abordagem, segundo McNay (2008), impede que a autora desenvolva a noção de agência - que é o pressuposto de seu estudo.

¹⁶ Como aponta Setton (2002), o conceito de *Habitus* tem uma tradição antiga nas Ciências Humanas, tendo sido utilizada por autores como Aristóteles – para designar características do corpo adquiridas durante processos de aprendizagem – e por Durkheim (1995), numa abordagem semelhante. Bourdieu retoma o conceito para refletir sobre o comportamento de sujeitos e os condicionamentos e estruturas sociais. Para mais informações, cf. Setton (2002); Bourdieu (1983).

Em razão disso, Fraser seria incapaz de olhar para tipos de injustiça que não são capturáveis pelo dualismo reconhecimento e redistribuição e, com isso, a autora norte-americana também não observa “o surgimento da agência e as maneiras pelas quais as dimensões subjetiva e objetiva da opressão estão relacionadas.” (MCNAY, 2008, p. 127).

Outra teórica feminista que tece críticas sobre o reconhecimento é Judith Butler (2004;2009;2013). O cerne das postulações da autora está na crítica à concepção de intersubjetividade defendida por Honneth, particularmente à tese do autor de que haveria um potencial, no ser humano, para a cooperação e para a sociabilidade (PACHECO, 2018), já que ela faz uma leitura distinta e se baseia em outras obras hegelianas. Na visão de Butler, a ênfase da filosofia hegeliana está no desejo e na sujeição, e não no respeito mútuo e no amor, como defende o autor alemão. Como aponta Pacheco (2018), na avaliação de Butler (2004), a dialética hegeliana mostra que o encontro com o outro é marcado por um processo de perda de si, em que o foco não é só numa inclusão do outro – como pontuaria Honneth -, mas uma transformação mais profunda, em que “o sujeito é a relação com o outro (...) é sempre o Outro com relação a si mesmo” (PACHECO, 2018, p. 213). Segundo Butler (2004),

Ele [Hegel] está sugerindo que o que quer que seja a consciência, o que quer que seja o *self*, ele só se encontrará por meio de um reflexo de si mesmo no Outro. Para ser ele mesmo, [o *self*] deve passar pela autoperda, e quando passar, ele nunca voltará a ser que era antes. (...) Assim, a relação com o Outro será, invariavelmente, ambivalente. O preço do autoconhecimento será a perda de si mesmo; o Outro apresenta a possibilidade de assegurar e minar o autoconhecimento. (BUTLER, 2004, p. 147-148, tradução nossa¹⁷).

Butler (2004) defende que o *self* nunca volta a ser o que era antes do contato com o outro, já que, ao reconhecermos o outro, estamos, também, sendo reconhecidos. As identidades, portanto, constroem-se em relação e não são identidades separadas. Ainda, como apresenta Celi Pinto (2016), lutar por reconhecimento, na visão de Butler, é uma ação transformadora, tendo em vista que, ao ser reconhecido, eu não sou mais o que era antes - meu *Eu anterior* se torna o *Eu reconhecido*, o que também acontece com aquele que reconhece. De acordo com Pinto (2016), esse entendimento é diferente das perspectivas de Honneth e Fraser, já que adiciona uma questão não debatida por esses autores, “uma dialética do reconhecimento, a qual envolve

¹⁷ Do original: “He is suggesting that whatever consciousness is, whatever the self is, will find itself only through a reflection of itself in another. To be itself, it must pass through self-loss, and when it passes through, it will never be “returned” to what it was. (...) Thus, the relationship to the Other will be, invariably, ambivalent. The price of self-knowledge will be self-loss, and the Other poses the possibility of both securing and undermining self-knowledge”. BUTLER, 2004, p. 147-148.

a transformação do outro que reconhece, que pode se autorreconhecer como ameaçado pela necessidade de reconhecer aquele que interrompe sua ilusão de completude” (PINTO, 2016, p. 1084).

Nessa perspectiva, uma discussão importante é feita por Butler em seu diálogo com Athena Athanasiou (2013). Numa crítica semelhante àquela feita por McNay (2008), Athanasiou argumenta que, nas discussões de Honneth e de Fraser, há pouca tematização sobre as condições do reconhecimento. Ela defende que a teoria deveria abranger, também, as relações de poder que perpassam o processo de luta. De acordo com Athanasiou (2013), as perspectivas convencionais concebem os sujeitos como agentes preexistentes que buscam reconhecimento, deixando de lado as relações de poder que condicionam, antes disso, quem será considerado um sujeito humano ‘reconhecível’, digno de reconhecimento, e quem não será (BUTLER; ATHANASIOU, 2013).

Pacheco (2018) explica que a visão de Butler advogaria por uma reconhecibilidade que precede o reconhecimento. O problema, para a autora norte-americana, não estaria somente nas possibilidades de inclusão de sujeitos em normas já estabelecidas, mas num espectro mais profundo e anterior, que organiza as condições do reconhecimento e dita quais sujeitos são “reconhecíveis” e quais são difíceis de reconhecer (PACHECO, 2018). Para Butler, a discussão sobre reconhecimento está ligada, também, a uma luta de vida e morte. Isso porque, segundo a autora, normas ligadas ao reconhecimento têm consequências não só para os indivíduos para quem são direcionadas, quanto para aqueles que não são englobados por elas. Ou seja,

se as normas vigentes estabelecem quem será considerado um ser humano ou um sujeito de direitos, então podemos ver que aqueles que não são reconhecidos estão sujeitos à precariedade. Portanto, a distribuição diferencial de normas de reconhecimento implica diretamente a alocação diferencial de precariedade (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 89).

A questão fundamental para Butler (2013), portanto, é atentar para as normas que, antecipadamente, determinam as vidas que são passíveis de reconhecimento e aquelas que são consideradas precárias e, conseqüentemente, excluídas desse enquadramento. Para a autora, se essas normas ditam quem são aqueles cujas vidas são valiosas e dignas de proteção, então a precariedade pode ser minimizada a partir das lutas por reconhecimento. Por outro lado, se essas normas se baseiam na violência, na exclusão de direitos ou na “autorização” de matar ou deixar

morrer, então esse regime de reconhecimento pode induzir à precariedade, pondo em perigo os vivos.

Para a autora, ao olharmos para o reconhecimento, portanto, devemos questionar quais consequências implícitas ele tem para a definição da vida e da morte, já que “não há possibilidade de separar a luta de vida e morte da luta por reconhecimento. É uma das razões pelas quais, em ambos os casos, há ‘luta’, que inclui antagonismo, medo, paixão e incerteza.” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 90). De acordo com Pacheco (2018), podemos perceber que o objetivo da crítica deve ser diagnosticar como essas exclusões e abjeções acontecem e quais as estratégias podem ser utilizadas em lutas sociais para resistir a esses quadros. Diferentemente de Honneth, entretanto, o foco de Butler está “não tanto em identidades ou instituições sociais, a ênfase está no processo de desmonte das normas de reconhecimento.” (PACHECO, 2018, p. 218).

2.3. Reconhecimento, migração e resistência

Até aqui, apresentamos um panorama geral das teorias do reconhecimento, expondo suas diferentes perspectivas, abordagens e debates. Também expusemos críticas às principais concepções de reconhecimento, com foco naquelas feitas por teóricas feministas. O próximo passo é apresentar as aproximações entre migração e reconhecimento, para, em seguida, abordar outro tema caro à presente pesquisa: as reflexões acerca das formas de resistência.

É importante mencionar que, apesar de entendermos as críticas postuladas à Honneth, em nosso trabalho e análise, partimos, principalmente, de sua perspectiva teórica e da mobilização dos três domínios do reconhecimento apresentados pelo autor. Isso se justifica por considerarmos que a visão do reconhecimento como base para autorrealização, bem como sua tematização sobre o desrespeito e a consequente possibilidade de luta social estão mais alinhadas com os objetivos desta dissertação. Durante as entrevistas com as interlocutoras de pesquisa, foi possível observar como o desrespeito é uma questão que perpassa a experiências das mulheres migrantes no Brasil, e entendemos que esta é uma abordagem central da tematização de Honneth. Ademais, concordamos com o autor na defesa de um conceito mais “amplo” de reconhecimento, que engloba, também, demandas de âmbito econômico e político.

Além disso, a compreensão Honnethiana da construção do *self* como algo relacional e intrinsecamente político é relevante para que analisemos como situações de opressão afetam o indivíduo não só em sua subjetividade, mas prejudicam suas relações sociais. Isso não significa que a possibilidade de luta não possa advir desses processos de não-reconhecimento. Pelo contrário, a percepção das mulheres migrantes sobre essas vivências está relacionada, sim, às demandas, reivindicações e lutas que elas desenvolvem, cotidianamente, no país de destino.

2.3.1 Migração e Reconhecimento

Conforme anteriormente mencionado, entendemos que as teorias do reconhecimento - tanto a perspectiva honnethiana quanto aquelas balizadas por Fraser, Taylor e outros estudiosos - fornecem aportes importantes para a compreensão de fenômenos como a migração, principalmente por permitirem reflexões sobre as vivências e a atuação de mulheres migrantes frente a diferentes experiências no país receptor. Nesse sentido, a discussão sobre reconhecimento e migração tem sido mobilizada academicamente para se pensar diversas questões, dentre elas o acesso e garantia de direitos à população migrante e refugiada, a integração à sociedade de acolhida e a relação entre refugiados e autoridades (TURTIAINEN, 2012; 2018), as políticas públicas voltadas para esses públicos (SCHUMACHER; SALUM, 2017; LEÃO, 2017), bem como as experiências e a agência política de migrantes (MARINUCCI, 2016).

As teorias do reconhecimento são frutíferas para se debater questões como a autorrealização e a formação de identidades de migrantes, dentro de um contexto transnacional. Nesse sentido, Kati Turtiainen (2018) defende que as fronteiras dos Estados Nacionais, bem como políticas de contenção aos fluxos migratórios representam um impedimento à possibilidade de autorrealização da população migrante. Na avaliação da autora, que se baseia nas contribuições teóricas de Honneth (2003), o desrespeito viola as relações positivas que são construídas por essas pessoas, afetando o modo como desenvolvem suas identidades. Mobilizar o reconhecimento em contextos migratórios, portanto, é importante para compreender como a garantia de direitos, a preocupação com o bem-estar de quem migra e a possibilidade de estima social são relevantes para se olhar para pessoas migrantes enxergando-as como sujeitos, e não como números ou instrumentos para políticas de contenção de fluxos.

Turtiainen (2018) se debruça sobre experiências de migração forçada na Europa, expondo que refugiados, requerentes de asilo e migrantes indocumentados vivenciam experiências de desrespeito nos países de origem, durante o deslocamento e, posteriormente, nos locais de destino. A perspectiva do reconhecimento seria relevante, por permitir que nos debrucemos sobre essas questões, que afetam diretamente as pessoas que migram. Segundo Turtiainen (2018),

a teoria do reconhecimento de Honneth é útil porque “ele rejeita a concepção liberal de sujeitos humanos como independente e autodeterminante” (Rossiter, 2014) e sugere que as relações recíprocas de cuidado, respeito e estima social tornam as pessoas suscetíveis ao reconhecimento mútuo. Essa noção é vital nas sociedades em que os seres humanos são considerados consumidores e subordinados aos lucros. Nessas circunstâncias, os solicitantes de asilo e os migrantes indocumentados são “indesejáveis” e considerados indignos de proteção (social) e, como resultado, são expulsos da ordem dos Estados-nação. (TURTIAINEN, 2018, p. 187-188)

Nesse sentido, as dimensões do reconhecimento elencadas por Honneth (2003) podem ser aplicadas para observar a situação de refugiados e migrantes ao redor do mundo. No âmbito do direito, como já exposto, a posse e acesso a direitos permite que os sujeitos desenvolvam o autorrespeito (Honneth, 2003). Quando essas garantias não estão presentes por situações como as de migrantes indocumentados, por exemplo, há um quadro de maior vulnerabilidade frente a instituições e às próprias demandas desses indivíduos (TURTIAINEN, 2018). No âmbito do amor, a relação com a questão migratória está vinculada, entre outras formas, ao reconhecimento da importância dos relacionamentos interpessoais dos migrantes, incluindo questões como a reunião familiar¹⁸, os laços de amizade e vínculos familiares desses indivíduos, bem como a necessidade de que atores políticos e estatais tenham a atitude de escutar as histórias e situações de vida dessas pessoas.

Numa perspectiva semelhante, Schumacher e Salum (2017) destacam a importância dessas relações sociais construídas pelos migrantes, além da centralidade do reconhecimento para a garantia de autonomia plena dessas pessoas. Os autores salientam a relevância de relações de afeto, amizade, estima social e reconhecimento de direitos entre esses indivíduos, pontuando a necessidade de que políticas voltadas para migrantes considerem, também,

¹⁸ Reunião familiar ou reunificação familiar é uma modalidade de permanência que busca garantir a migração de integrantes de uma mesma família, buscando a unidade de seus membros. No Brasil, um imigrante registrado como permanente pode requerer a vinda de dependente legal, conforme previsto na Resolução Normativa nº 108/14, do Conselho Nacional de Imigração.

“aspectos da integração que ultrapassam categorias formalmente jurídicas” (SCHUMACHER; SALUM, 2017, p. 20).

Na avaliação de Turtiainen (2018), o reconhecimento das demandas dos migrantes é constantemente tratado de modo instrumental, direcionado por objetivos econômicos, sem considerar esses sujeitos como pessoas que merecem proteção e uma boa vida. No âmbito da estima social, que diz respeito à importância de as pessoas serem reconhecidas em suas particularidades, características pessoais e contribuições à comunidade, a relação entre migração e reconhecimento também é presente. No caso de refugiados, por exemplo, muitos são perseguidos e forçados a deixar seus países justamente por fatores como orientação sexual, etnia ou religiosidade. Portanto, “recuperar esses direitos pode ser vital para a autoestima da pessoa. Assim, o racismo e as atitudes e atos xenófobos mostram um sério desrespeito no sentido de não reconhecimento” (TURTIAINEN, 2018, p. 194).

A discussão sobre o último aspecto, o da estima social, é mobilizada para se pensar, também, este âmbito em sua relação com o domínio dos direitos, principalmente no tangente ao reconhecimento legal e à questão da integração dos migrantes (LEÃO, 2017). A estigmatização e marginalização de indivíduos ou grupos – ou seja, formas de desrespeito que se vinculam à estima – podem impedir que essas pessoas sejam reconhecidas como sujeitos e, conseqüentemente, impossibilitar que elas tenham acesso a direitos e ao reconhecimento legal, afetando o modo como se inserem na sociedade. Numa análise sobre as políticas de integração dessa população, Augusto Leão (2017) defende que as lutas por reconhecimento legal de imigrantes contribuem para a análise dos problemas decorrentes dessas próprias políticas, permitindo examinar diversas demandas e injustiças sofridas pelos sujeitos com base num mesmo quadro conceitual. Na análise do autor,

O que será observado como injustiça pelos grupos de imigrantes dependerá da situação de cada grupo e de sua posição em relação à sociedade de acolhida, porém, a teoria do reconhecimento nos permite argumentar que, em todos os casos, a percepção dessa injustiça provocará um impacto no processo de integração dos imigrantes. (LEÃO, 2017, p. 136)

Segundo Leão (2017), ainda que a situação econômica ou social seja diferente entre migrantes, isso não significa que eles não possam perceber como injustiça algumas situações de desrespeito ou privação de direitos que sofrem em relação aos nacionais. O autor cita como exemplo a falta de direitos políticos que acomete imigrantes e refugiados no Brasil. De acordo

com a atual Lei de Migração (Lei N° 13.445/17), nos artigos VI e VII são garantidos aos migrantes o direito de reunião para fins pacíficos e o direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos. O direito ao voto, entretanto, ainda não é garantido. Para Leão (2017), a falta de reconhecimento legal sobre os direitos políticos pode promover, de certo modo, uma separação entre imigrantes e a sociedade de acolhida, tendo em vista que, já que os imigrantes são limitados em suas atividades políticas, suas demandas precisam ser constantemente levantadas por organizações brasileiras, para que as necessidades sejam ouvidas e atendidas. Segundo Leão (2017), há uma constante (re)negociação de ações e posicionamentos entre movimentos sociais, associações de migrantes e grupos e organizações que contam com brasileiros.

Apesar disso, a mobilização entre migrantes e a luta por garantia de direitos existe, sendo as teorias do reconhecimento frutíferas para se pensar essas questões - principalmente por tematizar a possibilidade de luta social a partir de experiências de desrespeito (HONNETH, 2003). Ou seja, se situações de desrespeito e injustiça podem motivar a resistência e ser base para lutas sociais, como postula Honneth (2003), entendemos que é central abordar essas formas de resistir, destacando as experiências de mulheres migrantes na sociedade de acolhida.

Nesse sentido, Roberto Marinucci (2016) aponta para a existência de uma “primavera” de mobilização de migrantes e refugiados ao redor do mundo, calcada em ações de protesto e reivindicação que buscam, entre outras pautas, a visibilidade e o reconhecimento. Segundo o autor, ao nos debruçarmos sobre as demandas de migrantes, podemos perceber que as lutas por reconhecimento desses atores visam, antes de tudo, “reivindicar o direito de serem reconhecidos como ‘sujeitos de direitos’ nos países de origem, trânsito e chegada” (MARINUCCI, 2016, p. 7).

De acordo com o autor, essas lutas questionam abordagens economicistas, assistencialistas e invisíveis à agência dos migrantes, perspectivas que desconsideram os direitos dessas pessoas e os benefícios da integração intercultural nas sociedades receptoras (*idem*, 2016). Esse ponto é de suma importância para nossa pesquisa, tendo em vista que um de nossos objetivos é, justamente, investigar as formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil, atentando para a percepção que elas têm de situações de desrespeito no país, bem como para as estratégias adotadas para lidar contra esses quadros.

2.3.2 Formas de resistência

A discussão sobre a resistência, conforme já pontuado, está relacionada à tematização do reconhecimento. Nesse sentido, julgamos ser importante falar sobre essa questão e, mais especificamente, sobre as formas de resistência adotadas por mulheres migrantes, ponto central para nosso trabalho. Para tanto, mobilizamos as ideias de James C. Scott (1990), Amarela Varela Huerta (2013;2015), Gloria Anzaldúa (1987; 2004), bem como algumas discussões de Enara Echart Muñoz e María del Carmen Villarreal Villamar (2018).

Conforme mencionado acima, é importante destacar o ativismo de migrantes e refugiados, manifestado por meio de movimentos sociais ou por outras ações de protesto – coletivas ou individuais – que, como aponta Marinucci (2016), constituem, em si, afirmações de presença, atos de visibilidade e ações que performatizam desejos e aspirações. Nesse sentido, Sandro Mezzadra (2012) defende a perspectiva da “autonomia das migrações”, um processo que pressupõe enxergar a migração como um movimento social - em seu sentido literal. Significa olhar para a mobilidade com foco nas dimensões e práticas subjetivas, nos desejos e comportamentos dos migrantes, bem como se atentar para dispositivos de exploração e dominação que podem afetar a autonomia daqueles que se deslocam (MEZZADRA, 2012). Para o autor, a abordagem da autonomia das migrações precisa “ser compreendida como uma nova perspectiva de análise das ‘políticas de mobilidade’ – que enfatiza a dimensão subjetiva no interior das lutas e enfrentamentos que constituem materialmente o terreno dessas políticas” (MEZZADRA, 2012, p. 73).

Nesse sentido, apesar das distinções, a perspectiva de Mezzadra pode ser articulada com as ideias em torno das teorias do reconhecimento. O foco na intersubjetividade, nas relações sociais construídas ao longo do processo migratório, bem como o olhar para as práticas de desrespeito ou exploração que podem perpassar as trajetórias de migrantes são algumas aproximações possíveis.

No que diz respeito às práticas de resistência de ativistas e grupos de migrantes, Amarela Varela Huerta (2013) cita alguns exemplos de mobilização ao redor do mundo, quais sejam: as caravanas migrantes e, dentre elas, as de mães centro-americanas que buscam por seus filhos desaparecidos durante travessias migratórias; as mobilizações de 2006 e 2007 reivindicando uma reforma migratória nos Estados Unidos; o movimento dos *Sin Papeles* na França; organizações e associações de trabalhadores e trabalhadoras migrantes latinoamericanas, entre

outros (VARELA HUERTA, 2013). No Brasil, dentre várias iniciativas existentes, encontramos grupos voltados para a causa das mulheres migrantes (como o Coletivo Cio da Terra, em Belo Horizonte, e a Equipe de Base Warmis, em São Paulo), além de movimentos voltados pela valorização cultural e artística de migrantes, como os coletivos Visto Permanente e Sarau das Américas, e pela luta por moradia digna, como o Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto (GRIST), ambos em São Paulo.

Diante desses exemplos de mobilização, Varela Huerta (2013) defende a existência de uma “sociologia das *lutas migrantes*”, caracterizada por processos tênues de reivindicação, levantados, geralmente, por pequenas organizações que existem sob a lógica dos movimentos sociais, mas também por estratégias de “desobediência cotidianas”, que desafiam normas vigentes. De acordo com a autora, as

lutas migrantes são mobilizações políticas cidadãs – ainda que protagonizadas por “não cidadãos” ou pessoas que permanecem clandestinizadas por leis que estrangeirizam sujeitos “não nacionais” -, que tem como principais reivindicações o efetivo exercício e reconhecimento do direito ao asilo político e a liberdade de circulação, ambos direitos humanos universalmente reconhecidos (VARELA HUERTA, 2015, p. 2).

Para Amarela Varela Huerta (2013), essas formas de resistência e mobilização de migrantes desafiam noções como a de cidadania, bem como a ideia de universalismo dos direitos humanos. São experiências que refletem novas formas de nomear o pertencimento a comunidades políticas e se tornam exemplos de estratégias de desobediência¹⁹ construídas cotidianamente, que ultrapassam limites fronteiriços e extrapolam noções do que consideramos como manifestação política. Para a autora, as lutas migrantes constituem um novo tipo de movimento, que “constrói novas formas de cidadania, apesar de seus membros carecerem de reconhecimento legal como sujeitos de direito” (VARELA HUERTA, 2013, p. 215). Segundo ela, é possível perceber que o regime global de fronteiras constrói, em vários locais, mecanismos que excluem milhares de pessoas, tornando-as sujeitos sem direitos. Em razão disso, migrantes se organizam de diversas maneiras para lidar com essas e outras situações de vulnerabilidade.

¹⁹ Como estratégias de “desobediência” cotidiana a autora cita como exemplo os casamentos firmados entre nacionais e migrantes com o objetivo de regularização destes no país, o cruzamento de fronteiras físicas, contratos de trabalho fictício, entre outras.

Se práticas contrárias à migração ou situações de desrespeito podem fomentar lutas sociais (HONNETH, 2003) e, mais ainda, lutas migrantes, a centralidade do conflito como elemento da política e a defesa de que a resistência se dá a partir das mais variadas estratégias também são pontos relevantes de articulação entre as diversas abordagens aqui elencadas. Essas perspectivas são apresentadas por Enara Muñoz e María del Carmen Villareal Villamar (2018). Para as autoras, que se debruçam, principalmente, sobre as lutas sociais contra o extrativismo na América Latina, tanto a construção de campanhas e legislação, a organização de marchas e ocupações, quanto a formulação de narrativas, o uso estratégico de identidades e a atuação em âmbitos privados constituem formas de participação política e luta social para diversos grupos minoritários. Para as autoras, é importante identificar as expressões culturais específicas dos movimentos e indivíduos, além de suas linguagens, formas de descontentamento e articulação de conhecimentos (MUÑOZ; VILLAMAR, 2018). No caso das mulheres migrantes entrevistadas para esta dissertação, a questão cultural foi um dos pontos centrais observados, como apresentaremos no próximo capítulo.

Numa perspectiva semelhante e, no que se refere à mobilização de migrantes e a construção de redes entre indivíduos e grupos, Sérgio Costa (2003, p. 158) fala sobre as redes de movimentos coletivos formadas por migrantes, que “congregam ações de protesto articuladas continentalmente”, ou seja, ações coletivas que são estabelecidas entre diferentes organizações e assumem um caráter transnacional. Mais do que uma expansão de movimentos sociais nacionais, o autor entende que trata-se da formação de redes discursivas que se orientam sob uma temática comum e articulam ações políticas diversas, sem se prender, necessariamente, a referências nacionais (COSTA, 2003). Para construir seu argumento, o autor mobiliza os conceitos de sociedade civil, esfera pública e cidadania, expondo que, nas últimas décadas, com a pluralização de atores sociais, fala-se na presença de uma esfera pública mundial ou de uma sociedade civil global. Costa (2003) discorda dessas acepções, ao entender que o que se observa, principalmente em relação aos grupos formados por migrantes, são contextos múltiplos de ação, em que atores sociais, de diferentes origens e contextos, se comunicam e intercambiam experiências. Para ele, o processo de mobilização deve ser entendido em formas de rede, coalizões discursivas que se estabelecem sob uma temática comum e se comunicam transnacionalmente (COSTA, 2003).

Uma contribuição importante para a discussão da resistência migrante e do papel da mulher nessa luta está na obra de Gloria Anzaldúa. Escritora *chicana*²⁰, mulher lésbica e “do Terceiro Mundo”, como se define, a autora emprega em suas obras diversos gêneros textuais, diferentes idiomas e várias formas de narrativa para falar de sua experiência enquanto mulher, questionando situações de exclusão e desigualdade. Mais uma vez, a luta e a resistência permeiam tanto o relato das vivências pessoais e o questionamento da desigualdade – o que, nas teorias do reconhecimento e, principalmente, na proposta honnethiana, são pontos centrais. A construção do *self* é atravessada por situações de desrespeito, que podem motivar e fomentar lutas sociais. Nesse sentido, a obra de Anzaldúa reflete essa dimensão política da construção das identidades e expõe como a resistência está fortemente relacionada a esse processo. Como aponta Stephenson (2003), citada por Costa e Ávila (2005),

Anzaldúa reivindica as fronteiras a partir da criação de uma comunidade imaginária utópica ou de um terceiro espaço, um ‘lar’ que está aberto para a ilegal, a deslocada, a pária e a Queer. Esse terceiro espaço também demanda uma forma diferente de conhecer e sentir. [...] Essa re-apropriação do ‘lar’ privilegia a noção de migração, multiplicidade e de um tempo provisional: nas Américas hoje, os processos de deslocamentos sociopolíticos do império e da construção da nação ao longo desses 500 anos de história aconteceram de tal forma que a noção de ‘lar’ se tornou tão móvel quanto as populações, um ‘lar’ sem território geopolítico juridicamente nacionalizado (STEPHENSON, 2003 *apud* COSTA E ÁVILA, 2005, p. 693).

Nascida nos Estados Unidos, de origem mexicana e criada na fronteira com o México, Anzaldúa (1987) retrata o hibridismo de sua identidade e de seu lar, a realidade de se viver na fronteira e a resistência de estar entre-lugares. A escritora traduz sua ação, advogando a existência de uma rebeldia em si mesma, que desafia ordens, restrições e questiona hierarquias. Para a autora, sua identidade *chicana* está inserida na história de resistência da mulher indígena – vinda desde os rituais da mulher asteca que protestavam contra mudanças culturais que causaram a desigualdade entre homens e mulheres, e em práticas que questionavam ideias de submissão. Anzaldúa fala sobre sua experiência de contato com outras culturas, das vivências na fronteira e num local diferente. Para ela, o *mexicanismo* sempre esteve presente em sua identidade e carregá-lo consigo é, também, resistir.

Para me separar da minha cultura - e da minha família - eu tinha que me sentir competente o suficiente lá fora e segura o suficiente para viver a vida por mim mesma. No entanto, quando saí de casa, não perdi contato com minhas origens, porque o mexicano é parte de mim. Eu sou uma tartaruga, onde quer que eu vá, eu carrego minha "casa" nas minhas costas (ANZALDÚA, 1987, p. 78).

²⁰ Chicano é o termo geralmente utilizado para designar cidadãos norte-americanos de origem mexicana.

Mais uma vez, a dimensão intersubjetiva e relacional da construção dos *selves* é presente. Anzaldúa fala de suas experiências pessoais, mas localiza suas vivências em contextos mais amplos e que englobam processos sociais dentro de uma coletividade. A aproximação dessa perspectiva com a abordagem do reconhecimento também se mostra presente, tendo em vista que, como explica Mendonça (2012, p.131), a construção da identidade é um processo político “não apenas no sentido de que há identidades coletivas que apresentam demandas públicas. Na visão de Honneth, a base interacional da construção dos *selves* é política, visto ser atravessada por relações de poder de diversas ordens”. Nessa seara, as narrativas de Anzaldúa se relacionam com esse processo, tendo em vista que, como avaliam Costa e Ávila (2005), a autora demarcou sua resistência ao redirecionar discursos normatizantes e apresentar - desde uma perspectiva intersubjetiva e alinhada aos estudos feministas - a sua vivência na fronteira e o conteúdo emancipatório dela.

Se para Anzaldúa (1987) a resistência está nas vivências de fronteira e para Varela Huerta (2013;2015), as lutas migrantes se constroem, também, por práticas de “desobediência”, para James C. Scott (1990) é fundamental que olhemos para as formas cotidianas de resistência. O autor, a quem Honneth recorre em certo momento de sua obra, advoga que não há como compreender a dominação e as relações de poder que são travadas entre diferentes indivíduos e grupos sem a compreensão das formas de resistência.

Na obra *Domination and the Arts of Resistance* (1990), o autor expõe que seu principal objetivo é interpretar e compreender as diferentes estratégias políticas adotadas por grupos subordinados, bem como as diferentes relações de poder que perpassam essa atuação. Segundo Scott, o conceito de resistência contempla as estratégias adotadas por um ou mais indivíduos para sair de situações desiguais de poder, dominação e / ou injustiça. Para ele, há duas formas principais de resistência: os chamados *public transcripts*²¹ – formas abertas de “interação entre subordinados e aqueles que subordinam” (1990, p. 2) -, e os *hidden transcripts*, que contemplam as formas menos “visíveis” de resistência. Estes, envolvem os discursos, gestos e práticas que acontecem no âmbito da infrapolítica, “para um público diferente e sob diferentes restrições de poder do que a transcrição pública” (SCOTT, 1990, p. 5).

²¹ Optamos por utilizar os termos no idioma em que são apresentados, por considerar que a tradução como “transcritos públicos” ou “transcritos ocultos” não representaria, completamente, as ideias sugeridas.

Scott (1990) constrói seu argumento com base nas experiências de resistência camponesa, diante da exploração e restrição de direitos imposta por grandes proprietários de terras. Sua observação, que focou nas relações construídas cotidianamente entre ricos e pobres nas aldeias camponesas, demonstrou como os grupos subordinados se referiam uns aos outros na presença ou ausência daqueles mais poderosos, e como os camponeses pobres resistiam – frequentemente sem organização formal em movimentos ou associações – a injustiças que sofriam por parte dos ricos. A resistência cotidiana incluía boicotes a agricultores, estratégias de caça, furtos de produtos, debulha incompleta e, até mesmo, a divulgação de boatos (MONSMA, 2000).

Em relação à infrapolítica, Scott (1990) apresenta que se trata dos aspectos culturais e estruturais que se situam por trás da ação política visível, sobre a qual frequentemente focamos nossas análises. Para ele, as Ciências Sociais concentram-se, constantemente, nos atos públicos, nas ações visíveis, sem considerar as formas de resistência que ele nomeia como de “baixo perfil”, que são realizadas por trás das cenas, no cotidiano. Ainda segundo Scott (1990), esses *hidden transcripts* são invisíveis também por estratégia dos grupos subordinados, adotadas diante de relações de poder hierárquicas, com o objetivo de minimizar a exploração: são “uma escolha tácita nascida de uma consciência prudente do equilíbrio de poder” (SCOTT, 1990, p. 193). Como aponta Karl Monsma (2000),

Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nessa guerra sem fim. A rebelião, as greves e outras formas de contestação abertas são arriscadas demais, quase sempre terminando na repressão, e as organizações formais são fáceis demais para as autoridades se infiltrarem e reprimir ou manipular. Mesmo quando a organização e a oposição abertas são viáveis, Scott acha que a resistência cotidiana continua tendo um papel importante, especialmente nos aspectos de qualquer sistema de dominação e exploração que tomam a forma de relações entre seres humanos que se conhecem. (MONSMA, 2000, p. 5)

Nesse sentido, Scott (1990) expõe que a adoção de determinada forma de resistência é, também, estratégica, ou seja, considera os riscos e resultados que podem ser obtidos, considerando as relações de poder existentes entre os grupos. Como exemplo, a ideia de que a atuação de algumas organizações de migrantes estaria “incompleta” - já que a eles não são garantidos os direitos políticos - pode fazer com que as demandas desses migrantes sejam associadas, de alguma maneira, a necessidades de brasileiros, para que sejam respondidas pelos governantes (LEÃO, 2017). A estratégia de resistência pode ser moldada, também, com base

no risco de deportação e criminalização que é presente para muitos migrantes, principalmente entre aqueles que estão em situação irregular. A luta pelo “direito de permanecer” (VARELA HUERTA, 2013), portanto, carrega um paradoxo, já que o ativista migrante é um sujeito cuja agência pode lhe custar a deportação. Diante disso, resistir de forma oculta e cotidianamente pode ser uma importante forma de reivindicar sua permanência no país de destino.

É por isso que o fato de ser uma resistência oculta não significa que se trata de uma prática enfraquecida ou ineficaz. Para Scott (1990), essas pequenas formas de resistir no dia-a-dia têm poder de transformação, podendo pressionar por mudanças e estimular outras práticas e grupos a agirem contra situações de dominação e exploração. Na visão do autor, a infrapolítica – e as formas cotidianas de resistência – são elementos fundamentais da política e parte essencial de ações institucionalizadas e mais complexas. Aqui, mais uma vez, a relação com o reconhecimento se mostra presente e profícua para pensarmos nas trajetórias das mulheres migrantes no Brasil. Como pode ser observado com base nas discussões que apresentamos ao longo do capítulo, as teorias do reconhecimento são relevantes para se pensar como práticas e trocas cotidianas entre sujeitos são a base para a construção das identidades. Situações de desrespeito podem acontecer durante esse processo e, conseqüentemente, motivar lutas sociais.

Honneth (2003), contudo, não limita a luta à formação de grupos e movimentos sociais, sendo essa uma de suas críticas às análises de Nancy Fraser, conforme já pontuado ao longo deste capítulo. Nesse sentido, as teorias do reconhecimento e, principalmente, sua concepção honnethiana, adotam uma perspectiva de política que não necessariamente está atrelada à institucionalidade, ponto que é também defendido por James Scott. Nesse sentido, como explica Mendonça (2012),

Na teoria do reconhecimento, a concepção original de política é retomada, encampando tudo o que diz respeito à coletividade. E o que diz respeito à coletividade, nessa abordagem, é aquilo que permeia os processos identitários, fortalecendo ou cerceando as condições de autorrealização. Na medida em que as identidades são percebidas como políticas, as interações cotidianas de diversas naturezas passam a merecer atenção, visto ajudarem a compreender as opressões e lutas que atravessam processos sociais. (MENDONÇA, 2012, p. 131)

As experiências cotidianas, portanto, assumem centralidade tanto nas discussões sobre reconhecimento, quanto nos debates em torno das ideias de resistência. No caso das mulheres migrantes essa dimensão também se mostrou de suma relevância para as análises que serão feitas no capítulo subsequente. Nesse sentido, é apropriada a relação entre a resistência – e suas

formas de construção cotidianas, sejam elas individuais ou coletivas - com as teorias do reconhecimento previamente apresentadas. Como explica James Tully (2004), as lutas por reconhecimento podem surgir de diferentes formas. Pela contestação de normas impostas e opressivas, por meio de negociações legais, políticas e constitucionais, com campanhas e protestos, pela formação de coletivos e/ou movimentos sociais, bem como na forma de atos de resistência cotidiana. Entendendo que, como já exposto por Scott (1990) e também por Varela Huerta (2013), nem sempre as ações políticas e as lutas migrantes se dão por meio da formação de movimentos sociais ou por formas institucionalizadas de resistência, é central que nos debruçemos, também, para as ações cotidianas, as estratégias de luta e os atos ocultos que questionam relações de poder, desafiam formas de dominação e se insurgem contra o desrespeito.

No próximo capítulo, apresentaremos a análise empírica das lutas por reconhecimento e das formas de resistência adotadas por mulheres migrantes no Brasil. Como já pontuado, o foco da investigação está nas experiências de mulheres nascidas em países da América Latina e Caribe e que vivem nas cidades de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP.

3. ANÁLISE

As reflexões deste capítulo, bem como as perspectivas adotadas nesta pesquisa partem do pressuposto de que sujeitos desenvolvem imagens de si por meio do reconhecimento intersubjetivo e coletivo, ou seja, quando são considerados parceiros na interação social (HONNETH, 2003). No caso das mulheres migrantes, é fundamental olhar para suas vivências e trajetórias, de modo a observar as demandas e reivindicações expressas, suas percepções sobre o não-reconhecimento, bem como as formas de resistência que elas desenvolvem na sociedade receptora.

Para esta pesquisa, foram entrevistadas 20 mulheres, que nasceram em diversos países da América Latina e Caribe e que vivem nas cidades de Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP. Em cada município foram entrevistadas 10 pessoas, e um breve perfil das interlocutoras de pesquisa encontra-se no Anexo 2. É importante mencionar que, além de diferentes nacionalidades, as mulheres que compartilharam suas histórias para nossa pesquisa possuem idade, formação escolar, tempo de moradia no Brasil e profissão distintas. É diverso, também, o estado civil, orientação sexual e a forma como as mulheres entrevistadas se identificam em relação à raça/cor.

Na busca por compreender como se configuram as lutas por reconhecimento e as formas de resistência de mulheres migrantes no Brasil, optamos por identificar temáticas que atravessaram as falas das entrevistadas. Esses grandes temas permeiam suas vivências e apareceram, de modo mais veemente, nas narrativas dessas mulheres sobre suas trajetórias no Brasil. Embora estejam separadas, algumas questões se relacionam a mais de um tema. Entendemos que a divisão, contudo, é importante para conferir maior inteligibilidade à análise. Os temas são: 1) Socialização da mulher migrante: processos, relações afetivas e papéis de gênero; 2) Trabalho e dimensão econômica; 3) Acesso a direitos e vivência da política.

Após a definição dessas temáticas, observamos como os domínios do reconhecimento aparecem em cada uma, seja na exposição do desrespeito sofrido, seja nas reivindicações e enunciações de conquistas. Para tanto, mobilizamos os domínios defendidos por Axel Honneth (2003), quais sejam: a) a dimensão dos afetos presente no âmbito do Amor; b) as reivindicações por igualdade, características do domínio do Direito e c) a luta por não desvalorização, que guia a busca por Estima Social. É importante mencionar que as reivindicações levantadas pelas mulheres migrantes podem envolver mais de um domínio do reconhecimento.

No tangente à resistência, esta surge, enfim, como algo que costura as temáticas e os domínios do reconhecimento, tendo em vista que engloba aspectos, reivindicações e estratégias presentes em vários âmbitos. Assim como a resistência atravessa todas as esferas, existem algumas questões que perpassam todos os grandes temas. Experiências de xenofobia, machismo e racismo são problemas que permeiam os mais diversos campos, seja, por exemplo, nas dinâmicas do trabalho, ou nas vivências cotidianas em família. Nesse sentido e conforme explicitado em capítulos anteriores, defendemos que marcadores como gênero, classe, raça e origem devem ser entendidos de modo interseccional (CRENSHAW, 1989), ou seja, como um entrecruzamento de categorias de opressão que podem afetar as experiências de indivíduos.

3.1 Socialização da mulher migrante: processos, relações afetivas e papéis de gênero

A migração é um fenômeno marcado por diferentes processos que envolvem a socialização das pessoas em um novo país. Nesta pesquisa, essa temática se mostrou um âmbito central para a análise, principalmente por abranger diversas questões, como: 1) as relações e vínculos afetivos desenvolvidos; 2) a tematização do sofrimento, da solidão e a discussão sobre o cuidado e 3) as experiências envolvendo a maternidade, entre outras. A seguir, apresentaremos os principais achados relacionados a essa temática, entendendo que alguns pontos elencados atravessam outros temas, conforme já mencionado.

Ser mulher te tira muitas opções aqui. Porque existe aquilo que muitos falam que "você é mulher, você não pode.". Existe isso. E ser estrangeira também limita. Então, com essas duas coisas juntas, você fica como perdida. Mas no final, isso faz de você mais forte. Eles não sabem que nós estamos sentindo muito mais que eles. Você entende? Eu me sinto assim. Eles não sabem toda a força que estão dando para mim. Eles me deram mais valor a mim do que eles pensam. Ou seja, eu inverti tudo o que era ruim, para algo bom. (Claudia²², venezuelana, 47, SP, grifos nossos)

O entendimento de que situações de desrespeito podem ser motor para lutas sociais é um dos argumentos centrais da teoria do reconhecimento proposta por Axel Honneth (2003). Neste trabalho, essa perspectiva se fez presente nas falas das mulheres migrantes entrevistadas, como pode ser observado no trecho acima. A fala de Claudia apresenta pontos importantes que foram expostos por outras interlocutoras e que se relacionam com as discussões sobre reconhecimento. Nesse sentido, chamamos a atenção para: 1) A intersecção entre ser mulher e

²² Todos os nomes utilizados são fictícios, de modo a preservar a identidade das mulheres entrevistadas.

migrante é apresentada como algo limitante, que confere privação em alguns âmbitos sociais. Essa privação não é intrínseca ao fato de ser mulher e migrante, mas algo conferido por outrem, ou seja, “*muitos falam que você não pode*”; 2) Apesar disso, as situações de desrespeito podem estimular a luta e resistência, tornar a pessoa “mais forte” e 3) Há, ainda, a afirmação de que ela conseguiu se valorizar apesar da situação de ofensa vivenciada, após ter conseguido reverter o “quadro ruim em algo bom” e ter recusado o lugar que lhe foi conferido pelas outras pessoas.

Os processos de socialização de migrantes no Brasil envolvem experiências que são marcadas por algumas limitações, segundo Cláudia. Ela não dá detalhes sobre as situações em que vivenciou esses entraves, mas expõe a articulação entre ser mulher e ser migrante, o que, na avaliação dela, pode trazer impedimentos para a realização de determinadas ações. Essa percepção é presente em outras narrativas, como em comentários sobre situações de assédio. Joana migrou para o Brasil em 2016 para cursar doutorado em uma universidade federal do país e, ao falar sobre o assédio, demonstra como se sentiu desrespeitada e com raiva. Há uma quebra de expectativa sobre seu projeto migratório, já que “você sai do seu país e não espera que no país que você vai, com um objetivo, ser tratada assim com desrespeito ou ser assediada”.

*Eu trabalhava sozinha, saía para coletar as plantas geralmente sozinha. Aí era complicado. E o pessoal, sobretudo homens, te veem feio. E aí quando você anda sozinha é pior. (...) Eu, por exemplo, lá na Bahia passei por uma situação... Eu estava caminhando na beira da estrada, que é onde eu pego minhas plantas, aí não faltava o pessoal te oferecendo carona, te olhando estranho... E você sabe que se você subir, não é apenas carona que ele vai te dar, vai te acosar²³. E também no Sul, eu **cheguei a sentir aquela sensação que te veem como se você fosse estrangeira, e se você é mulher e anda sozinha é como se você estivesse disposta a estar com alguém**. Eu percebo isso. (...) É incômodo, né? Você se sente, assim, **você sente uma raiva. Porque você sai do seu país e não espera que no país que você vai, com um objetivo, ser tratada assim com desrespeito ou ser assediada. Foi mais uma raiva que eu senti.** (Joana, mexicana, 34, BH)*

O relato que abre este capítulo e o trecho da resposta de Joana apresentam as vivências das entrevistadas enquanto mulheres, mas, também suas posições enquanto migrantes. Se para Cláudia ser mulher e migrante te deixa “perdida”, para Joana, há a sensação de ser “vista como estrangeira”. Esta frase é interessante pois nos leva a observar duas questões primordiais para as teorias do reconhecimento. Em primeiro lugar, há a percepção da desvalorização e ofensa que permeiam o domínio honnethiano da Estima Social, tendo em vista que a atribuição

²³ ²³ Em vários relatos ao longo da pesquisa, algumas palavras e frases estão em espanhol, por assim terem sido pronunciadas durante as entrevistas. As conversas foram em português, mas algumas entrevistadas utilizaram, também, o idioma materno em alguns momentos. Durante as transcrições, optamos por não traduzir os termos e manter as falas da forma em que foram colocadas.

específica que difere a migrante de outras pessoas (o “ser estrangeira”) é mobilizada de modo a conferir esse desvalor.

Além disso, o relato evidencia como as identidades são construídas com base nas interações e relações que desenvolvemos com os outros. Nesse processo interacional, o modo como as pessoas nos enxergam é parte relevante, pois pode estruturar a forma como nós mesmos nos vemos. A fala de Joana salienta essa ótica, além de revelar um distanciamento de sua própria condição: mesmo sendo migrante, ela diz sobre ser vista “como estrangeira”, uma percepção que é dotada de sentidos e significados. Ao migrar, portanto, a “identidade estrangeira” não está essencialmente acoplada ao sujeito, implícita à condição de migrante, mas é algo construído a partir de experiências com o outro. Joana se vê “como estrangeira” não a partir do momento em que sai de seu país, mas após essa identidade ter lhe sido conferida por outras pessoas.

Entender a articulação entre ser mulher e migrante – e o modo como isso estrutura visões, relações e interações no processo de sociabilização das mulheres – é importante para olharmos para situações de desrespeito que acometem essas pessoas, e o modo como, muitas vezes, elas estão ligadas justamente a essa interseção entre gênero e origem. Houve alguns casos, contudo, em que experiências de assédio foram narradas não só como algo atrelado ao fato de ser migrante, mas como uma forma de desrespeito e desvalorização que abrange todas as mulheres, mesmo quando a origem não é uma questão.

*Lembrei de uma vez que eu fiquei muito, muito mal. Eu chorei muito. Eu estava com meu esposo - e aí você vê como as vezes você só é respeitada quando tem um homem do seu lado - e eu lembro que a gente estava saindo de uma reunião, era inverno, e eu estava usando uma saia curta. Não era nem tão curta, porque eu nem gosto de saia curta, mas eu estava com uma saia e uma legging preta, minhas botinhas, meu casaco, eu estava até com bastante roupa. E aí a gente estava descendo pela rua e eu me adiantei um pouco, mas um cara, que acho que estava bêbado, falou bem alto para mim: "e aí, quanto você está cobrando?". (...) Meu esposo apareceu e perguntou para o cara "o que você está falando?". O cara acho que ficou assustado, sem graça e falou: "não, é... que horas são?" - ele mudou a pergunta. **Eu fiquei com tanta raiva, mas tanta raiva que eu fiquei calada, só calada. E meu esposo ficou me olhando, assim, mas a forma de eu expressar minha raiva foi chorando. Depois no ônibus eu comecei a chorar. E eu só pensava: não é justo! Não é justo, sabe?** (Sara, peruana, 34, SP)*

*Quando viemos alugar este apartamento, eu fui a primeira que vim. Eu liguei. Conversei com as pessoas, agendei a entrevista e antes da entrevista eles falaram: "cadê seu esposo? você vai chamar para cá?" E eu respondi: "ah, como meu esposo mora longe, só eu vou para a entrevista." Ai eles responderam: ah, então vamos ter que agendar outro momento para que seu esposo venha, para ele assinar o contrato se vocês fecharem." **Eu perguntei se eu não poderia assinar e eles falaram que não, que tinha que ser o meu esposo. Na entrevista eu achei que foram muito legais, mas falaram que no contrato seria no nome de nós dois. No dia seguinte, que fomos assinar o contrato, só estava o nome do meu esposo. Mas é muito triste, né? Porque parece que a mulher não tem importância, sabe? Você não existe. Liguei, fiz tudo,***

e não podia assinar. Ai foi muito chato e até engraçado né, não deveria acontecer isso. A mulher tem o mesmo valor que o homem. (Eliana, venezuelana, 28, SP)

Nos trechos apresentados acima, é observável como o “ser migrante” não aparece tematizado, já que as entrevistadas falam da vivência do assédio como algo que permeia a sociabilização de todas as mulheres. É comum o sentimento de raiva em razão da situação vivida e o entendimento que as experiências narradas são injustas. No primeiro relato, Sara chega a se justificar sobre a roupa utilizada, reforçando que ela “não era tão curta”, além de enunciar, como Eliana, a percepção de que o “respeito” só é conferido à mulher quando ela está na presença de um homem. Seja na ideia de que estar sozinha pressupõe certa “disponibilidade” para um relacionamento, seja na desvalorização da mulher para participar de uma entrevista ou assinar um contrato. Em todos os casos, há o relato da situação de ofensa, algo que afeta o domínio da Estima Social (HONNETH, 2003), bem como a enunciação do valor da mulher, que merece ser considerada - independentemente da presença de um homem - em situações cotidianas ou durante o exercício do trabalho. Importante reforçar que, apesar de se tratarem de experiências pessoais, as entrevistadas defendem certa generalidade nas ocorrências, evidenciando que essas situações acometem outras mulheres.

Isso nos leva a refletir, também, sobre outras formas de discriminação sofridas por migrantes que, associadas ao gênero, podem influenciar nas trajetórias e nos processos de sociabilização no Brasil. Conforme citamos no início do capítulo, entendemos que a interseção entre gênero, classe, raça, origem e outros fatores é algo que está presente nos mais variados âmbitos da vida social, sendo um ponto fundamental para a compreensão das lutas por reconhecimento e as formas de resistência das mulheres migrantes. Nesse sentido, uma das questões ressaltadas ao longo das entrevistas – e que se relaciona à discussão sobre como identidades são construídas por meio de processos interacionais - diz respeito à percepção das migrantes sobre questões étnico-raciais.

Mesmo eu me reconhecer indígena e querer me reconhecer indígena pelas minhas raízes - minha vó é muito índia, é índia mesmo, da cor escura, com traços indígenas - eu sinto muito orgulho desse meu lado, sabe? - Porém, eu sou clara. As pessoas falam "não, mas você é branca". Nossa... até dói. Mas é a cor, né? Que se mostra, que eu mostro. Então acho que discriminação nesse aspecto eu não sinto, como indígena muito menos, porque as pessoas olham para mim e não me enxergam assim. Só aqueles que conhecem os traços e falam: "ah, mas você é indígena" e eu digo: "sim, eu sou". Acho lindo! Fico feliz, sabe? (Olga, peruana, 39, BH)

Eu me identifico como mestiça no meu país, porque assim me ensinaram, mas aqui me falam que eu sou branca. E se eu chego a falar que sou mestiça eles batem em mim... Já me falaram "ah, você é branca", então eu falei: "tá, ok, se você está me falando que eu sou branca, eu sou". E aí eu entendo que na realidade das pessoas

que me olham, eu sou branca mesmo. Mas no meu país eu sou mestiça, mas isso não existe aqui, né? Já me falaram que é um insulto... Mas eu entendo que a minha realidade é diferente, que é um território diferente, e aí eu aceito a luta nesse momento aqui. E que eu não estou nessa discriminação. Porque eu lá era discriminada, por não ser branca nem indígena. Em todo lugar muda, em Peru com certeza é diferente, em todo lugar muda. Para mim foi um absurdo chegar aqui e escutar sobre racismo quando eu vi que o país é, na maioria, negro. Para mim foi um choque. (Isabel, colombiana, 34, BH)

No início do capítulo, destacamos a centralidade das interações para as teorias do reconhecimento, postulando como essa é uma premissa importante ao nos debruçarmos sobre dinâmicas de socialização. A identidade não é algo pronto ou dado aprioristicamente, mas é uma construção que envolve relações sociais, situações de desrespeito, trocas intersubjetivas e lutas. Nesse sentido, as narrativas acima evidenciam esse ponto, já que as percepções das migrantes sobre si mesmas estão vinculadas, também, às experiências que elas têm no convívio com outras pessoas. Isabel expõe como se identifica, no tangente à raça/cor, de forma diferente no Brasil e na Colômbia, ressaltando, ainda, como a visão dos outros incide nesse processo. No relato de Olga, há o reforço de um sentimento de orgulho por suas raízes e a sensação de alegria por ser indígena. Ao ser considerada branca por outra pessoa, contudo, a sensação é de “dor” – como ela descreve, um prejuízo à sua autoestima e ao modo como ela se percebe.

Ponto importante dessas duas colocações é o entendimento da raça como um conceito político e uma construção social. Floya Anthias e Nira Yuval-Davis (2005) defendem que a estruturação racial deve ser entendida num contexto amplo de relações econômicas, políticas e ideológicas. Ou seja, faz-se importante defender que essa categoria não seja entendida como tipos raciais biológicos, mas como uma interação socialmente construída, que está imbuída de fatores históricos e contextuais. As autoras falam, ainda, sobre situações de racismo, defendendo que ele deve ser interpretado “com relação a práticas e discursos dentro de uma variedade de forças sociais, que incluem classes sociais, relações de gênero, a nação e o estado. Há um processo de contestação e negociação entre essas diferentes forças sociais que também precisam ser consideradas.” (ANTHIAS; YUVAL-DAVIS, 2005, p. 14). No caso brasileiro, o passado colonial, o histórico de exploração e escravidão a que pessoas negras foram submetidas e, conseqüentemente, a existência de desigualdades socioeconômicas profundas incidem diretamente nas relações raciais do país e no modo como o racismo se manifesta. Nos relatos das mulheres migrantes negras, essa dimensão também se evidencia.

Eu sou preta. Então, desde que eu cheguei aqui, nunca tinham me perguntado tanto sobre minha cor. Nem sequer na Venezuela. Então eu falo: preta. Muitas vezes me falaram: "tem certeza? Preta?". Então eu falo: "tá bom, tudo bem, preta". (...) Como

*o meu irmão também é preto, jovem, ele gostava muito de jogar futebol... aí teve várias situações que assim que ele terminava de jogar, a gente ficava numa situação de medo, sabe? **Pensando que, não sei, a polícia podia pegar**, perguntar "ah, o que você está fazendo essa hora?!", assim.... meus pais não tinham muita segurança a respeito do meu irmão. Essas coisas... **por ser negro, imigrante, sabe?** (Eliana, venezuelana, 28, SP)*

*Às vezes eu quero voltar no meu país. **Porque é muito difícil alguém falar que você veio para cá porque tem problemas no seu país.** É difícil. Porque como eu já sei porque eu vim para cá, eu não respondi nada. Eu não disse nada. Só fiquei com a cara assim. Mas é um problema quando uma pessoa fala mal do seu país. É difícil. **Às vezes o policial pode pensar outra coisa de você... e aqui também tem isso de que quando você vai num escritório e eles valorizam mais as pessoas brancas que as pessoas negras.** (...) **Às vezes eu tenho medo de sair na noite. Você é imigrante, é negra... nossa. É difícil. Se alguma coisa que acontecer nessa noite, tipo você pode falar, mas pode ser que as pessoas não vão querer te escutar. Tenho medo de não me ouvirem.** (Renata, haitiana, 23, BH)*

*Para mim, para mulher negra e por ser de outro país, você vive uma vida diferente, uma vida muito difícil também. **Muito difícil, porque o povo não está tratando você bem. No mundo, se você é mulher, você acha um tratamento diferente. Nascer mulher e mulher negra são duas cruces que você tem que carregar nas costas. Para a vida.** (Cora, haitiana, 36, BH)*

Nos trechos acima são marcantes os relatos de como o racismo opera nas vivências cotidianas, parte do processo de socialização dessas mulheres. No caso de Eliana e Renata, há a preocupação com a abordagem e violência policial nas ruas, bem como o receio de Renata em “não ser ouvida”, não ter suas demandas consideradas. Sobre isto, Grada Kilomba (2019) explica que o “não escutar” é parte de uma estratégia que protege o sujeito branco de reconhecer a subjetividade das pessoas negras. A autora aponta que essa medida tem sido mobilizada, historicamente, como marca da opressão, pois significa uma negação a relatos de racismo e à subjetividade da pessoa negra.

Na narrativa de Renata também é mencionado o racismo institucional, bem como o incômodo em ter seu projeto migratório associado aos problemas de seu país do origem. Ela veio do Haiti para estudar no Brasil e relata, em outras oportunidades, os estigmas associados ao país caribenho. As críticas feitas a seu local de origem e fato de seu deslocamento ser entendido como motivado pelos “problemas do Haiti” e é algo que, por vezes, a faz sentir vontade de deixar o Brasil. Na análise de Honneth (2003), essa questão poderia ser entendida como algo que afeta a autoestima do indivíduo, tendo em vista que trata-se de uma desvalorização de particularidades e da contribuição que ela pode dar para uma coletividade.

O relato de Cora, por fim, expressa como a interseccionalidade é importante para a compreensão das experiências de vida e dos processos de sociabilização das mulheres migrantes. A interlocutora expõe que o fato de ser mulher, negra e imigrante a coloca em uma

situação difícil, em que o tratamento recebido é diferente e “não é bom”, nas palavras da própria entrevistada. Entender a multiplicidade e a multidimensionalidade das trajetórias das mulheres migrantes, portanto, prescinde que compreendamos que o entrecruzamento entre categorias de opressão pode influenciar nas vivências das pessoas, seja em seus contextos individuais, nas práticas coletivas ou em âmbitos institucionais. Sendo assim, a adoção dessa perspectiva permite que não caiamos na tentação de construir uma visão generalista e unificadora sobre as experiências das mulheres migrantes no Brasil.

3.1.1 Relações afetivas, família e acolhimento

A socialização das mulheres migrantes é centralmente atravessada por relações afetivas, seja no âmbito da família ou entre amigos. O vínculo com as teorizações de Axel Honneth, aqui, é marcante, principalmente nas dimensões do Amor e da Estima Social. Em relação ao primeiro domínio, de acordo com o autor, trata-se de uma forma de reconhecimento que precede todas as outras, visto que é a base para que sujeitos desenvolvam uma confiança em si mesmos. Para Honneth (2003), o domínio do amor diz respeito àquela “camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor” (HONNETH, 2003, p. 177). Isso aparece, por exemplo, nos projetos migratórios, que, muitas vezes, estão ligados à família.

Eu sempre falava assim: “bom, eu topei de vir para cá, topei de acompanhar meu marido...” e com ele as coisas eram sempre conversadas, a gente decidia junto. Ele me perguntava, sempre foi uma coisa consensual. Mostrava a proposta, perguntava se eu queria, falava que seria bom para nossa família, então eu sempre falava “eu não vim obrigada, então eu tenho que tentar. Eu tenho que tentar”. Porque foi uma coisa que eu aceitei... e eu também não podia chegar para meu marido e falar: “olha, fala lá no trabalho que eu não adaptei, que vamos voltar”, não é uma coisa tão simples... (...) Isso pesava. É uma decisão que afeta as nossas vidas. Eu não poderia falar para ele “tchau, não dei conta, agora você se vira aí.” Porque a decisão não foi só dele, foi em conjunto... e aí a gente tem que aprender a lidar com as consequências que traz uma decisão, né. (Carla, colombiana, 46, SP)

Nós pensamos em voltar para Cuba, mas era aquela história de querer melhorar de vida. Eu falo sempre que o preço que paga o migrante por querer ajudar a família é alto. Eu mesma falava isso: eu não volto para Cuba se eu não conseguir comprar a casa que eu falei para minha mãe e as coisas que eu quero dar para meu filho. Porque eu te digo: tinha o sonho de querer dar o melhor para minha família. Caramba... eu era feliz e não sabia. Mas é aquela história, né? Você não pode pensar “ah, se eu estivesse”... (Márcia, cubana, 51, BH)

[Casar e migrar para o Brasil com o esposo] Foi a pior coisa que eu fiz [Risos]. Porque na Argentina eu estava sozinha e estava meio que descobrindo o mundo. Aqui

*eu vim, tipo, quando você tem um relacionamento novo fica meio grudada e **toda a experiência da migração passa pela experiência do companheiro**. E também minha experiência na Argentina foi muito diferente, sei lá, tinha um monte de caras, aí aqui cheguei numa outra fase, numa outra coisa. **Foi pior não pelo meu companheiro, mas porque era isso... a experiência passa pela experiência de outra pessoa, então meio que restringe**. (Ana, chilena, 41, SP)*

Os três trechos demonstram como o projeto migratório perpassa, também, a dimensão familiar, seja na decisão por sair do país, seja no processo de inserção social no local de destino. É importante observar como dinâmicas familiares, afetivas e de gênero atuam nesse processo, até mesmo em certos constrangimentos e situações de desrespeito presentes ao longo da experiência migratória. Como apresenta Flávia Biroli (2018), a literatura feminista discute as relações familiares sob diversas perspectivas, mas uma abordagem frequente – e que se relaciona à discussão sobre o reconhecimento – é a de que há várias injustiças presentes no cotidiano doméstico. Pensar a justiça e, conseqüentemente, questionar a injustiça e as formas de desrespeito a perpassarem a vida das pessoas significa, portanto, olhar também para as experiências domésticas, intra e interfamiliares. Nesse caso, é importante problematizar o vínculo automático entre família e o domínio honnethiano do amor. Concordamos com o autor sobre a importância das relações primárias para o desenvolvimento da autoconfiança, mas entendemos, também, que algumas vivências em família são permeadas por cobranças, relações de poder e papéis de gênero distintos. E isso também é presente nos projetos migratórios e na sociabilização das interlocutoras dessa pesquisa.

Nos três relatos é possível perceber certos arrependimentos vivenciados por essas mulheres: “eu era feliz e não sabia”; “foi a pior coisa que eu fiz”. Nesses casos, o sentimento de frustração se deu 1) pela dificuldade de adaptação (como no primeiro caso); 2) pela quebra de expectativas e o rompimento de vínculos afetivos ocasionado pela distância da família (no caso de Márcia); e 3) pela experiência migratória individual estar muito vinculada à experiência do companheiro. Sobre esta última, há alguns pontos interessantes para a análise. Conforme pontuamos no início da seção, a dimensão da Estima Social também pode ser destacada na abordagem sobre as relações familiares. Ao dizer que o projeto migratório está atrelado à vivência do esposo, Ana demonstra não só um desejo implícito por maior autonomia, como expõe, ainda que de forma mais sutil e complexa, como as expectativas sociais sobre uma mulher casada são marcantes nesse processo. Nesse caso, as contribuições e realizações pessoais que ela pode compartilhar com determinada comunidade estão fortemente vinculadas aos processos de outra pessoa. É interessante observar, também, que a entrevistada justifica que

não se trata de um problema vinculado ao seu esposo, mas ressalta que são as construções sociais – ou essas expectativas – que atuam sobre as experiências migratórias quando se está acompanhada.

Nesses e em outros casos partilhados, o que se mostra comum é como os papéis sociais desempenhados, as expectativas e as cobranças são diferenciadas de acordo com o gênero. Como aponta Peres (2014, p.150), “relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas, bem como diferentes redes e seus usos afetam tanto a seletividade, quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres”.

*Meu filho foi para a escola, fez amiguinhos, para ele tudo bem. Legal. Meu marido foi para o novo trabalho dele, fez amigos... legal. **E eu fiquei em casa.** Fiquei em casa, de novo passando por uma adaptação a uma nova cidade... fiquei em casa pensando o que deveria fazer, o que eu queria e pensava da minha vida. Foi uma adaptação que eu demorei, viu?! Essa foi a mais difícil. Chorei muito... foi um tempo muito ruim para mim. Ficava em casa e **não sentia que era útil. Me senti inútil ali... eu não trabalhava, não fazia nada... sentia que ficava em casa fazendo nada.** Me sentia sozinha e me sentia sem utilidade. Sabe? Começava a pensar porque não tinha feito algumas coisas... começava a querer vir arrependimentos. Eu tento sempre não me arrepender de tudo que tenho feito, porque foram as circunstâncias, sabe... Mas **é muita cobrança. As pessoas perguntam porque não estudei, falam "Nossa, mas você só fez Ensino Médio?"**, as pessoas cobram, né... (Carla, colombiana, 46, SP)*

Na experiência de Carla, é possível observar algumas questões, que se aproximam da vivência de outras mulheres entrevistadas. O fato de passar o maior tempo de seu dia dentro de casa restringiu a possibilidade de relacionamentos sociais e o estabelecimento de alguns vínculos de amizade, como os que o filho e o esposo conquistaram. Há, aí, a impossibilidade de desenvolvimento de laços afetivos mais fortes que, além de um sentimento de solidão, afetou o modo como ela se percebia e como se inseria na sociedade de destino. É importante pontuar que o “ficar em casa” diz respeito, também, ao trabalho não remunerado em âmbito doméstico, privado, o que, para a entrevistada, representava não só uma maior dificuldade de adaptação, mas um sentimento de inutilidade. É perceptível, nesse caso, um desrespeito no âmbito da Estima Social, reforçado pelo sentimento de não possuir algo que seja valorativo numa comunidade, no caso dela, o desempenho de uma função remunerada. Mais ainda, é observável, novamente, a questão da cobrança: seja pelas diversas expectativas enquanto mãe, esposa e dona de casa, seja pela falta de formação superior que, conforme destaca a entrevistada, é fonte recorrente de cobrança por parte das pessoas, o que reforça esse sentimento de desvalorização e o impacto deste em sua autoestima.

E se as relações familiares contemplam afetos e apoio, esse universo também é marcado por situações de exploração, exercício de autoridade, papéis de gênero e, até mesmo, violência (BIROLI, 2018). O fato de o projeto migratório estar relacionado, também, à dimensão familiar, implica dizer não só que as motivações podem ser ligadas a uma busca por acompanhar ou prover melhor qualidade de vida para a família, mas, também, que a migração pode se dar, justamente, para romper com relações e problemas conjugais. Esse foi o caso de Olga:

*Eu saí do Peru há 12 anos, por uma questão pessoal, mesmo. Eu era casada lá, tinha meu filho de 2 anos e comecei a ter problemas conjugais. **Eu queria me separar, mas pela questão social, da pressão e tudo, eu comecei a me sentir muito pressionada e as vezes pensava que eu não conseguiria me separar, porque era a família falando para não separar, era ele falando que me amava, eram os amigos, a sociedade...** A gente tinha casado por civil e religioso, então tinha muita pressão para todos os lados. Foi bastante pesado. Aí eu tinha e ainda tenho uma tia que mora aqui e ela me ofereceu para me receber aqui. Falou: "olha, já que você vai ter o apoio de uma casa, mas aí você trabalha, você cuida do filho, **porque aqui é normal estar separada, muitas mulheres dão conta sozinhas...**" (...) Lá já estávamos em crise e foram justamente **as crises no casamento que me impulsionaram para vir para cá, para viver aqui.** (...) eu terminei decidindo acabar com essa relação, mas antes da viagem foi todo um período que nos cansou, que desgastou a relação... **até agressão física teve.** Então foi difícil, por isso eu tinha que sair. (Olga, peruana, 39, BH)*

No caso de Olga, a mudança de país surgiu como uma alternativa para o romper com uma relação conjugal e com um contexto social em que a separação seria vista de forma depreciativa. Houve um quadro de desrespeito no domínio do amor ainda no país de origem, manifestado, principalmente, pela agressão física sofrida. Como defende Honneth (2003), essa forma de não reconhecimento afeta a possibilidade de disposição sobre o próprio corpo, o que impacta na autoconfiança do sujeito. Na avaliação de Biroli (2018), arranjos desiguais fazem com que processos de separação e a decisão por sair de um casamento tenham custos diferentes para homens e mulheres, que se tornam mais fortes nos casos em que há violência doméstica. Nesse caso, a agressão, somada aos problemas conjugais e à pressão social existente, motivaram a interlocutora a deixar o país. A migração, portanto, surgiu como uma forma de resistência, uma possibilidade de romper com a situação vivida e construir uma nova trajetória em outro contexto.

3.1.2 Solidão, sofrimento e o peso do cuidar

Se as dinâmicas familiares são marcantes para as trajetórias das mulheres migrantes, esse caminho é permeado por outras questões como a saudade e um sentimento constante de

solidão. Antes de nos debruçarmos sobre os relatos que evidenciam esse ponto, é relevante mencionar que a solidão, em si, não é evidência de desrespeito, na concepção de Honneth. Para o autor, o sofrimento pode ser visto como reconhecimento negado quando é advindo da ação de outrem, quando esta impede que uma pessoa desenvolva determinada atividade normativamente prevista. Entretanto, entendemos ser importante abordar essa perspectiva, tanto por ela ter sido um ponto recorrente nos discursos das mulheres entrevistadas, quanto por estar relacionada aos já mencionados papéis e expectativas de gênero que são associadas a essas mulheres.

Nessa seara, a distância da família e amigos é fonte desse sentimento de solidão para muitas migrantes. Aliada a isso, está a dificuldade de lidar com essa separação física, o que pode impactar no modo como as pessoas se inserem e se integram na sociedade acolhedora, principalmente nos primeiros meses em outro país. Ainda que, como expusemos, essa percepção de “estar só” não configure, necessariamente, uma forma de desrespeito, é interessante observar como o sentimento de solidão é marcado, muitas vezes, por uma culpa por ter migrado.

*Isso de eu ir embora foi um choque muito forte para a minha família. Porque eu era um suporte da minha mãe. Mas eu também estava cansada disso. **Acho que não estava sendo responsável por mim, porque eu estava sendo responsável pela minha mãe. E aí acho que eu queria vir para cá porque eu queria me liberar disso.** Porque estando lá eu não ia conseguir. Mas no princípio, quando cheguei, **eu ainda estava muito no Chile, muito na minha casa, na minha mãe, e isso não me deixou concentrar direito.** Emocionalmente, mentalmente, eu não conseguia falar com minha mãe. **Ela chorava muito, então eu até me sentia meio culpada de ter vindo para cá, ao mesmo tempo em que eu me agradecia de ter vindo.** (...) Me sentia muito sozinha. Mas eu acho que é porque eu tinha medo de mim. (Alice, chilena, 23, BH)*

*Eu gostei do Rio, mas é que não tive tempo para aproveitar. Porque eu estava só chorando, por isso. Mesmo que meu amigo me dizia para sair e fazer as coisas, eu falava: não, não. **Eu sentia muita falta da minha família.** Eu só sabia chorar. (...) [Sobre as amigas] Cada dia que eu venho para escola, eu volto para casa e é só isso. **Só fico em casa, só isso. Eu não faço mais nada.** Mas aí quando eu estava no meu país, tipo, no fim da semana eu ia fazer picnic com meus amigos, ia na praia... mas agora não. **Minha vida mudou muito. Porque eu não tenho amigos aqui, por isso.** Nem o pessoal da minha sala. (Renata, haitiana, 23, BH)*

*Você vê como tudo faz falta. A sua família... **porque se eu tivesse uma mãe, um irmão aqui do lado... eu corria para meu irmão. Se tivesse primos, tias... porque a família te ajuda e ajuda a você arrumar alguma coisa para fazer.** Família te ajuda muito. Mas você sozinha é muito difícil, é muito complicado. (Carla, colombiana, 46, SP)*

O relato de Alice demonstra o argumento já pontuado de que o projeto migratório envolve a relação familiar e, mais ainda, perpassa a dimensão afetiva e o domínio do amor (HONNETH, 2003). No caso em questão, a vinda para o Brasil representou um “choque para a família”, uma quebra de vínculos e de relação de dependência, principalmente, entre ela e sua

mãe. Numa avaliação similar à feita por Honneth, é perceptível uma dicotomia entre autonomia e dependência, ou a tensão contínua presente na experiência do “poder-estar-só com a do estar-fundido” (HONNETH, 2003, p. 175), em que o rompimento dessa simbiose se dá, justamente, pela distância advinda da migração. A entrevistada acima relata que a vinda para o Brasil foi também motivada por um desejo de autonomia e independência de um contexto de responsabilização para com a família, que a impediam, de acordo com seu relato, de vivenciar suas próprias experiências. A migração, portanto, afetou o modo como ela e sua mãe percebem suas relações e vínculos, gerando, contudo, um sentimento dicotômico de culpa e gratidão pelo deslocamento.

Os demais trechos evidenciam como os laços afetivos são centrais para as migrantes. A realidade em outro país pode representar um desafio maior para o estabelecimento de outros vínculos de amizade na sociedade receptora, como é o caso de Renata, ou para a realização de atividades cotidianas, como narrado por Carla. Isso afeta o modo como essas mulheres se inserem socialmente, o que evidencia a importância das redes de apoio nas trajetórias migratórias. Entendemos que o estabelecimento dessas redes perpassa várias temáticas propostas em nossa análise, além de se inserir na discussão sobre as formas de resistência adotadas por mulheres migrantes. Por essa razão, o tema será trabalhado mais adiante neste capítulo.

Um ponto muito evidenciado pelas entrevistadas e que também se relaciona à discussão sobre os vínculos afetivos diz respeito à vivência do luto pelas mulheres migrantes, e o sentimento de cobrança e responsabilidade em ter que cuidar dos familiares que estão mais velhos. Uma perspectiva comum nos relatos é a saudade de casa e da família em ocasiões como o falecimento de um ente querido, bem como a sensação de frustração pela impossibilidade de estar presente. Em alguns casos, há, nesses momentos, o arrependimento por ter migrado e a culpabilização por estar distante e não poder vivenciar o luto ao lado dos seus.

Eu me senti sozinha apenas uma vez quando minha avó morreu. Aí eu me senti longe de casa e sozinha. (...) Eu penso em voltar para o México, mais pela família. Porque minha família está lá, eles já são grandes... então é mais por eles. Eu sei que tanto aqui como lá, mesmo sendo difícil, posso ter oportunidades. Mas meu interesse é mais voltar. (Joana, mexicana, 36, BH)

Meu pai morreu lá no Haiti e eu nem fui. Tem um ano que ele morreu e eu nem fui. Eu tenho um irmão que morreu em abril deste ano também e eu nem fui. Tenho muita saudade da minha terra. E agora que eu não tenho o marido aqui, eu não tenho ninguém para conversar, eu não tenho amigos, eu vivo uma vida muito solitária. Muito. (Cora, haitiana, 36, BH)

É recorrente o sentimento de solidão, a vontade de voltar para o país para acompanhar os familiares mais idosos, e uma limitação que atravessa o âmbito dos afetos – ainda que, como já citado, o sofrimento e a sensação de estar só não configurem, em si, uma situação de reconhecimento negado. Entretanto, a saudade, o desejo de estar próxima e o sofrimento por não vivenciar os momentos de luto são narrativas presentes e fortes. Claudia, migrante que nos fala no relato abaixo, perdeu a mãe e o único filho quando já estava no Brasil. Durante nossa entrevista, ela tocou poucas vezes no assunto, emocionou-se ao lembrar dele, e afirmou que a vontade de voltar à Venezuela é unicamente motivada para a visita ao túmulo do filho. Ela relata, também, como faz para lidar com essas e outras situações.

*Eu entendo que nós, como imigrantes que somos, a vida é batalhar. E sempre ter, não sei como explicar, mas sempre seguir para frente. Seguir estudando, aprender mais sobre aqui, e seguir para frente, sem mirar para trás. **Porque nada vai voltar. Por exemplo, faleceram a minha mãe e meu filho. Meu único filho faleceu mais velho.***

- Quando você já estava aqui?

*Sim... Fui me organizando e aprendi a sobrellevar cada situação. E seguir para frente, porque não posso andar para trás. Se você vai passar fome, trabalho, frio... **no ano passado eu não tinha nem água para beber, não tinha um casaco. Não tinha como cobrir. Agora este ano, graças a Deus eu já pude comprar uma jaqueta...***

- E você pensa em voltar para a Venezuela?

Sim, quero visitar o túmulo do meu filho.

- Mas você pensa em voltar para morar lá?

*Não, não. **Quero ir lá para ir ao túmulo, mas só...***

(Claudia, venezuelana, 47, SP)

O sofrimento não é, necessariamente, uma forma de desrespeito. Mas as narrativas evidenciam a relevância dos vínculos afetivos para as trajetórias das migrantes entrevistadas, tendo em vista que seus projetos migratórios e seus processos de socialização no país de destino são marcados por tensionamentos entre um “estar aqui e mas querer estar lá”, principalmente em momentos de luto. Além de uma dimensão afetiva, é observável, como já citado, um sentimento de culpa por estar distante e, mais ainda, é possível perceber, em alguns casos, a ideia de uma responsabilização pelo cuidado com a família.

*Nós dois [ela e o esposo] pensamos em viver em Santa Cruz. E eu tenho uma irmã que vive aí, então é melhor. **E pelo menos estou perto da minha família... Daqui não, quantos dias tenho que viajar?! É muy lejos...no puedo ver a mis papás.** E em Santa Cruz pelo menos um fim de semana eu vou e chego, vou visitar a mis papás. Só porque... como te falo, a minha mãe assim, nos cuidou. Meu pai sempre estava*

ausente. Mas agora que ela e meu pai estão maiorcitos também seria muito injusto eu deixar eles assim. Então pelo menos por um ano eu penso em ficar com eles. Para viver eu estou pensando em Santa Cruz. (Daniela, boliviana, 37, SP)

A morte dos meus pais foi algo fora do planejado [em relação ao seu projeto migratório], né... Eu queria ter estado lá, apesar que não teria feito a diferença, mas eu estaria lá mais perto deles, mas não deu. Na morte do meu pai não consegui ir, vai fazer 10 anos que ele faleceu. E da minha mãe, consegui ir ano passado, ela faleceu ano passado, mas tínhamos conversado e tudo... ela passou mal e eles me ligaram do hospital, me avisaram, mas quando cheguei lá ela já tinha falecido. O que tenho sentido é isso: tem hora que pesa a questão da família, dos laços... minha família é superunida e tal, meus irmãos... então eu sinto muito, dá uma dor sempre por isso. Eu tenho muitos irmãos. Mas não tem como, né, a vida foi acontecendo desse jeito... não tem como eu falar que eu vou embora para ficar com meus irmãos. Eu construí um lar, construí a minha família e tenho que ficar ao lado da família que construí. Então é complicado, né... (Carla, colombiana, 46, SP)

Os trechos acima, nesse sentido, são exemplos dessa responsabilização. Carla admite “não ter como falar” que vai embora para ficar com os irmãos. Isso porque, na justificativa da entrevistada, ela construiu uma família no Brasil (ela migrou com o esposo, o filho do casal nasceu em São Paulo), portanto há o entendimento de que ela *deve* permanecer no país com eles. A decisão, contudo, não é livre de tensionamentos, tendo em vista que a entrevistada chega a afirmar sentir uma “dor” pela impossibilidade de vivenciar esses momentos com os familiares que estão na Colômbia. Daniela também faz referência, ainda que indiretamente, à responsabilidade pelo cuidado com a família. Ela chega a afirmar que “seria muito injusto deixar” os pais (ou seja, continuar vivendo no Brasil), já que eles estão mais velhos.

Essas questões nos ensejam algumas reflexões, principalmente relacionadas à questão do “cuidar” e como isso permeia os projetos migratórios das mulheres – tanto nos relatos sobre o luto, quanto em outras vivências, como a da maternidade, que abordaremos a seguir. Flavia Biroli (2018) defende que o cuidado, assim como a responsabilização, sejam considerados problemas políticos. Isso porque, segundo a autora, relações de cuidado, apesar de envolverem dimensões afetivas, organizam-se em ambientes econômicos e institucionais específicos. Somada a isso, está a divisão sexual do trabalho, que atua nos arranjos sociais, posicionando ou limitando ações desempenhadas de acordo com o gênero: “mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional.” (BIROLI, 2018, p. 56). Retomando as discussões de Joan Tronto, Biroli (2018) destaca que essa responsabilidade pelo cuidado atribuída às mulheres não é, contudo, um elemento de uma “essência feminina”, mas, sim, algo que está relacionado a papéis sociais desiguais outorgados às mulheres.

Da mesma forma opera a responsabilização que, vinculada a padrões estruturais da divisão sexual do trabalho, fundamenta formas diferentes de exercer tarefas e assumir responsabilidades para homens e mulheres, principalmente para as mais pobres (BIROLI, 2018). Biroli não trata, especificamente, da situação das migrantes, mas é possível estabelecer relações entre as questões abordadas pela autora e os relatos obtidos em nossa pesquisa. Nas narrativas das migrantes entrevistadas, há a exposição da saudade, mas também uma ideia de que a elas cabe o cuidado com a família. Isso opera até mesmo sem que haja uma autoridade externa a impor essa responsabilidade, tendo em vista que é parte da socialização diferente de acordo com o gênero. Ou seja, “a alocação das responsabilidades pelo trabalho e, especificamente pelo cuidado é institucionalizada, permeia as relações cotidianas domésticas, mas não depende do exercício direto da autoridade por parte do pai nem do marido ou companheiro” (BIROLI, 2018, p. 65). É interessante perceber como a responsabilização pode operar lado a lado com a culpa, principalmente advinda da distância física dos familiares. Isto é, se podemos falar em arranjos sociais (BIROLI, 2018) que direcionam unicamente às mulheres o papel do cuidado com a família, é possível perceber uma culpabilização daquelas que, por estarem distantes fisicamente dessas pessoas, não podem exercer esse papel socialmente esperado.

Se as discussões sobre o cuidado são relevantes e, mais ainda, se o sentimento de solidão advindo do luto não é, necessariamente, um desrespeito - na concepção honnethiana do termo -, há algumas situações que podem, sim, ser analisadas à luz do reconhecimento. O trecho abaixo evidencia como, em alguns casos, as experiências relatadas perpassam o domínio do Direito, elencado por Honneth (2003).

*Minha mãe faleceu em 2012. Eu estava aqui e não consegui ir. Eu estava na casa da minha amiga, estávamos indo trabalhar. Ai recebi a ligação de meu irmão: "Beatriz, mamãe quer falar com você". **Ela estava nos últimos minutos de vida. Eu quase me joguei pela janela. Falei com minha mãe no telefone, mas a voz dela não era a voz dela. Era uma voz rouca, diferente. Eu fiquei arrepiada quando ouvi a voz da minha mãe. Depois que terminei de falar com ela, eu perguntei para meu irmão se ele tinha certeza que era ela que estava falando comigo. Ele disse "é, ela acabou de falecer. Era ela que estava falando com você."** **Aí para eu ir para lá, precisava de 2 mil reais só para ir de avião. Eu estava trabalhando com aquela outra patroa ainda. Pedi para ela me ajudar e ela falou que não tinha... e ela ganhava 10 mil reais por mês no banco, viu? Eu perguntei se ela podia me ajudar com a passagem de ida, porque na volta os meus irmãos me ajudavam a juntar dinheiro para vir, mas ela disse que não dava. Eu falei que ela podia descontar do meu salário, ir tirando pouco a pouco, mas nem assim. Fiquei triste, chorei, entrei em depressão... fiquei um tempão com depressão, tive que tomar remédios, fui no médico. 18 dias depois meu pai faleceu. Minha mãe morreu dia 25 de março, meu pai morreu dia 13 de abril, acho que não deu nem 20 dias. Meu pai morreu de tristeza da minha mãe, ele estava bem. Mesmo com todas as coisas que ele fez com minha mãe, batia nela, não cuidava direito dela,***

acho que as almas dele estavam ligadas, entendeu? Mais de 70 anos juntos... (Beatriz, boliviana, 58, SP)

Beatriz relata ter entrado num processo de depressão após a morte dos pais, pela recusa de ajuda financeira da patroa e pela privação da possibilidade de estar com a família nesse momento, mesmo após a tentativa de negociar a ida com a empregadora. A narrativa evidencia, então, uma situação de desrespeito na dimensão honnethiana dos direitos, advinda da frustração por uma expectativa normativa rompida. A migrante foi privada de seu direito de ir e vir e, consequentemente vivenciar o momento de luto ao lado da família, principalmente por razões de ordem econômica – o alto custo da viagem para outro país – e por impedimentos no trabalho.

A impossibilidade de estar com a família por questões financeiras e ligadas a permissões no trabalho está presente em outros relatos, ainda que as migrantes não identifiquem, diretamente, esses processos como formas de desrespeito e como um impedimento ao seu direito de ir e vir. Ainda assim, como destaca Fraser (2006), há formas de desrespeito que os sujeitos não notam, portanto as lutas por reconhecimento não podem ser completamente reduzidas à autopercepção das opressões vividas.

3.1.3 Maternidade migrante

Na seção anterior, apresentamos como o sentimento de solidão e os relatos sobre o sofrimento são presentes nas narrativas das migrantes, embora não necessariamente configurem situações de desrespeito. Nesse sentido, se são frequentes os comentários sobre solidão gerada pela distância da família, principalmente em situações como a vivência do luto, esse sentimento surgiu, com ainda mais força, na temática da maternidade. Para esta pesquisa, conversamos com algumas mulheres que são mães, tendo sido comuns as menções sobre sentir-se sozinha no Brasil por criarem seus filhos longe da família.

É muita solidão, muito não saber... Não saber muito o que fazer com a criança, para onde ir, como funcionam as coisas. Não ter apoio de amigas, de família. Ter que criar tudo. É como se você começasse do 0. (Ana, chilena, 41, SP)

*Então, aí engravidei, isso foi em 2000. E quando aconteceu, eu falei para o meu marido que ia embora, porque imagina?! **Imagina ter meu filho aqui, sem minha mãe, sem ninguém, sozinha... Não, falei com ele para irmos embora.... mas tudo bem, decidimos ter o filho aqui. Eu ligava para minha mãe, pedia ajuda para ela por telefone, ligava chorando. No terceiro dia depois que ele nasceu, quando o médico falou para levar ele para casa, eu pensei: “meu Deus, o que eu faço agora?” Nós dois sozinhos com um bebê... Porque eu estava sozinha, é muito ruim estar sozinha. Você precisa muito do apoio de uma mãe, ou de uma sogra, de uma mulher que te fale e ajude no que fazer. E como eu te falei, a gente não tinha muitos amigos, eu***

não via essas pessoas oferecerem ajuda, perguntarem o que a gente precisava... não tinha isso. (Carla, colombiana, 46, SP)

*E o pior, o problema é que **quando você está com a família, você se sente acolhida.** Agora se você está numa casa estranha, onde... lógico que você conhece seu chefe, mas... mas não tem aquele carinho de família, que sua mãe você pode contar. Não tem. Então para mim foi difícil demais, mas mesmo assim eu enfrentei. Porque quando eu fiquei grávida e fui para a Bolívia, eu podia ter ficado lá. Mas também não fiquei. **Hoje em dia eu me arrependo... Eu podia ter ficado lá. Porque quando eu tive meus filhos, eu me senti muito sozinha aqui. Eu sei que até agora meus filhos não tem esse carinho de vó, dos tios... porque não tenho parentes aqui.** Tinha meu irmão, que já foi embora para a Bolívia, aí meus filhos não tem muito contato com os avós.... (Daniela, boliviana, 37, SP)*

Nos três casos, é mencionado o desafio para a vivência da maternidade sem a família e distante da rede de apoio e confiança do país de origem. Como explica Natália Ramos (2010), a migração pode trazer rupturas em processos de construção e sentido e partilha, tanto pela falta de suporte familiar, cultural e social, quanto pela perda de laços comunitários e familiares, o que, na avaliação da autora, representa uma perda de proteção psicológica, física e das tradições. Nos trechos acima, as entrevistadas reforçam a questão dos vínculos afetivos no país de destino: ora afirmam a inexistência desses laços e a dificuldade em obter ajuda – como no caso de Carla – ora mencionam a diferença existente entre as relações estabelecidas no Brasil e aquelas desenvolvidas e mantidas no país de origem, como afirmado por Daniela: “não tem aquele carinho de família, que sua mãe você pode contar”. No caso dela, a situação foi ainda diferente. Ao migrar para o Brasil, Daniela viveu durante um tempo na mesma casa em que trabalhava. Quando engravidou, passou um tempo na Bolívia, mas decidiu voltar, para continuar no emprego em São Paulo. Ela menciona, contudo, um arrependimento por ter migrado novamente, justamente por se sentir sozinha e ver impossibilitada a construção de laços afetivos fortes, tanto para ela, quanto para os filhos.

*A maioria das pessoas que eu conheço aqui que são imigrantes, elas têm família. Eu não tenho nenhuma família, **minha família é minha filha. E para ela é muito necessário ter a referência de uma vó, de um avô, de uma prima, uma tia... ela já não tinha o pai presente.** E isso mexe muito com a gente. E faz uma diferença muito grande. Parece bobagem, mas hoje, por exemplo, **tive que ir na aula do técnico com ela, porque eu não tinha ninguém para ficar com ela.** E o pai está aqui no Brasil, mas ele está passando mal, ele chegou e já está passando mal. Então ela não tem uma avó para ficar. E você pode até falar "ah, porque minha mãe crítica, minha mãe me xinga", ok, mas sua mãe fica com seu filho quando você precisa. Sua irmã fica com seu filho quando você precisa. Se você passa mal, tem alguém do seu lado. **Isso eu acho que é o grande sacrifício que eu sinto como mulher imigrante. Eu acho que esse é o grande buraco que tenho como mulher migrante.** (Isabel, colombiana, 34, BH)*

*Sempre foi muito difícil, **porque mãe solo tem o peso de ter que ser mãe e ter que ser "o pai". E se você não é o pai, carrega o peso de ter negado a seu filho o fato de ter um pai.** (...)Então sempre foi um peso. Inclusive porque se meu filho acerta na vida, vai ser toda minha responsabilidade. (...) Anteriormente à relação que vivo hoje, a*

gente sempre morou sozinho ou em companhia com outras pessoas, mas sempre fomos eu e ele. Sempre fomos eu e ele. Então por esse período que ficamos sozinhos, a responsabilidade de todas as atitudes que ele pode ter em muitas coisas, era minha e é minha. Então se ele acerta, é um logro meu. E se ele erra, também é minha culpa. Tudo é minha culpa. (Olga, 39, peruana, BH)

Diante de todas as reflexões aqui expostas até então, observa-se como a questão do afeto é fundamental para o reconhecimento e para a sociabilização das mulheres migrantes. Quando esses vínculos afetivos são, de alguma forma, impossibilitados, há uma repercussão nas experiências dos sujeitos. No caso das mulheres que são mães solo em outro país, há outras questões envolvidas, além da privação no âmbito emocional. O tema do cuidado, aqui, volta à tona, tendo em vista que há uma responsabilização única da mulher pelo cuidado com os filhos e um vínculo constante entre a criação dada pela mãe e as atitudes deles, como exposto no relato de Olga. A ideia socialmente construída é a de que as atitudes da outra pessoa, no caso o filho, são de inteira responsabilidade da mãe, principalmente quando o cuidado não é compartilhado com outrem. Essa simbiose que não é rompida, contudo, pode ser fonte de culpabilização dessa mulher. Além disso e na situação descrita por Isabel, a colocação é que a ausência da família afeta, também, o modo como ela desenvolve ações cotidianas, como ir para o curso técnico e não ter com quem deixar a filha. A luta é, portanto, não só pelo estabelecimento de vínculos afetivos, mas também se vincula ao domínio dos direitos e da igualdade (HONNETH, 2003), numa busca por estruturas institucionais que permitam que a mãe desenvolva outras atividades de forma autônoma – assim como outras pessoas desenvolvem –, ou pela existência de espaços que sejam mais inclusivos para mães e filhos.

Outra questão que se vincula à discussão no âmbito dos direitos diz respeito aos projetos migratórios das mulheres entrevistadas, que, muitas vezes, estão marcadamente ligados à questão da maternidade. Em alguns casos, as migrantes relataram a escolha por ter os filhos no Brasil em razão da possibilidade de realizar o acompanhamento da gravidez e o parto de forma gratuita, o que seria impossível ou dificultado em seus países de origem, pela ausência de um sistema como o SUS, Sistema Único de Saúde. Em outro caso, a entrevistada estava em situação irregular no país, e afirma que a possibilidade de obter autorização de residência e a documentação foi um fator considerado para que os filhos nascessem no Brasil.

Fiquei menos de um ano na Colômbia, aí eu voltei para o Brasil porque eu engravidei. E decidi voltar, porque no tempo que estava aqui eu morava com um casal de amigos e eu assisti o parto da minha amiga e presenciei a diferença do atendimento médico que tem aqui. E quando eu engravidei e também pensando na situação política que a Colômbia estava passando e que ia passar nos próximos anos - de não acreditar na democracia que eles falavam - eu decidi vir para cá. Que a

minha filha nascesse e crescesse num país diferente e melhor. (...)Eu tinha muita ignorância a respeito do que era o parto natural e o que era a violência obstétrica, mas eu tinha uma curiosidade muito grande de que minha filha não nascesse dentro de um hospital, porque eu tinha que ficar deitada. Aí eu conheci a ONG Bem Nascer e conheci o pessoal do [hospital] Sofia Feldman²⁴ praticamente 15 dias depois que eu cheguei aqui. E foi um fortalecimento muito grande, porque eu tive uma reeducação do que é parir e o que é uma gestação. Isso me deu muito poder, muita companhia, porque eu estava sem o meu companheiro. E aí ela nasceu lá no Sofia, de jeito normal, natural, fiz tudo isso no SUS, durante esse tempo fui muito bem atendida, meu parto foi muito bem atendido. Mas eu tinha uma companheira do lado, que foi minha amiga que eu assisti o parto. E a gente teve essa experiência de ser doula uma da outra. (Isabel, colombiana, 34, BH)

Aí vieram meus gêmeos. Quando eu estava grávida, saiu a anistia. A anistia para que estrangeiros pudessem tirar os documentos. Eu também engravidei por causa do documento. Porque se você tinha filhos, você podia tirar o documento. Aí só que eu engravidei e teve esse acordo do Mercosul, que falava que boliviano podia tirar os documentos sem nenhum requisito e sem pagar as multas. Porque, se a polícia te pegava aqui só com o passaporte, a multa era muito alta. Aí a gente tirou o documento e eu fiquei por aqui. (Magda, boliviana, 50, SP)

Os dois excertos expõem estratégias de resistência mobilizadas pelas mulheres para que tivessem acesso e garantia a direitos à documentação (para a migrante e para os filhos) e à saúde. Para Isabel, sair do próprio país era necessário, principalmente no contexto político colombiano à época, para que ela tivesse atendimento médico adequado no Brasil, em situação de igualdade com outras pessoas. O caso dela demonstra, ainda, como a rede de apoio envolvendo ONG, hospital e amigas foi importante no momento da gestação, principalmente com a ausência do pai de sua filha no processo. O atendimento médico humanizado e esse apoio foram, para ela, tanto fatores levados em conta para a decisão de migrar e ter a filha no Brasil, como aspectos que lhe deram “muito poder e companhia”. Migrar, portanto, representou uma forma de resistência frente a situações de desrespeito vivenciadas.

No relato de Magda, a articulação com as discussões sobre o reconhecimento também é presente. É importante destacar que, antes da gravidez, ela vivia em situação irregular no país, sem documentos e sem ter seus direitos garantidos. Magda estava, desse modo, numa condição de desigualdade em relação a outras pessoas, o que se vincularia, em perspectiva honnethiana (2003), a um quadro de desrespeito no âmbito dos direitos. O interesse em ter um filho brasileiro veio como uma saída para a regularização, ainda que esta tenha se dado por outro processo, pela Anistia concedida a migrantes. A história dela ainda traz mais questões vinculadas ao domínio do direito, principalmente a tematização de outras situações de desrespeito sofridas no

²⁴ O Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, é referência nacional e internacional na assistência humanizada ao parto e acompanhamento de mulheres e bebês. O hospital, que atende integralmente pelo SUS, assiste a uma população de mais de 400 mil pessoas e realiza cerca de 900 partos por mês na capital mineira. Fonte: FELDMAN, Sofia. O Hospital. Disponível em: < <http://www.sofiafeldman.org.br/o-hospital/> > Acesso em 21 de dez.2020.

Brasil, que envolvem violência obstétrica e tratamentos diferenciados dados a ela e a um de seus filhos.

Passaram 3 anos do nascimento dos gêmeos e eu engravidei do outro filho, do que é especial. Aí eu fiz tudo certinho... o pré natal. Eu fiz com o mesmo médico. Então eu fiz tudo, tudo o que eu tinha para fazer, tudo certinho, estava tudo normal. Foi na hora do parto que não me atenderam bem. Era feriado, 22 de setembro. Eu fui no hospital na Vila Maria e um outro médico, o que estava de plantão falou: "Vocês, bolivianos, só vem parir aqui por causa de documento.". No tempo, eu não sabia reagir, era muito quieta. Aí o médico me estourou a bolsa e me deixou assim, sentada. Porque eu já fui para lá com uma carta falando que eu ia ter cesárea de novo. O médico que fez meu pré natal escreveu um documento falando que eu ia ter cesárea, que não ia poder ter parto normal porque eu já tive cesárea dos gêmeos. Só que o médico [que estava de plantão] falou para mim: "esse papel para mim não presta, quem manda aqui sou eu. Não você". Aí eu entrei no hospital às 7h da manhã. Ele me estourou a bolsa, me colocou um pano no meio e me deixou sentada numa cadeira. Uma cadeira normal. E o médico sumiu. Aí eu passando mal, a enfermeira só me olhava, só me olhava... falava que não podia fazer nada. Aí o meu filho ia reclamar, o mais velho foi a reclamar várias vezes, mas ninguém nos escutou. Ninguém. Eu estava só e meu filho. Aí umas 5, 6 horas da tarde, eu não lembro mais... meu filho fala que eu desmaiei. Aí o médico apareceu e me levaram para fazer a cesárea. E eu não vi mais nada, acordei no dia seguinte. Foi uma cesárea bem grande. Aí eles não me falaram que meu filho era especial, não me falaram nada... (Magda, boliviana, 50, SP)

A história evidencia situações marcantes de degradação, ofensa e privação de direitos que perpassaram a experiência de Magda. Com base na tematização de Honneth, portanto, é observável o não reconhecimento nos domínios da Estima e do Direito. A generalização e afirmação do médico de que “vocês, bolivianos, só vem parir por causa de documentos” é exposta de forma estigmatizante, mobilizada juntamente com a negação de um atendimento adequado. A restrição ao acesso digno aos serviços públicos é reforçada, também, por uma desvalorização da mulher. Isso se manifesta na falta de informação sobre o processo que Magda vivenciava, na desconsideração do pedido de ajuda feito pelo filho e na negação de que ela estabelecesse suas reivindicações, já que, segundo o médico, ela não possuía autoridade para tal. Além das violações físicas também descritas pela entrevistada, Magda relata que o filho nasceu com deficiência. A dificuldade de informações sobre o diagnóstico e situações de desrespeito ao longo da luta por tratamento para o filho também são descritas.

Eu voltava para o hospital, falava que o menino era muito quietinho e o médico falava: "é impressão sua, você não tem que reclamar nada. Você não tem que reclamar nada aqui, você está no meu país. Você está falando demais aqui. Seu filho é normal, não tem nada, só nasceu cansado, por isso que ficou na UTI." Aí o menino não sentava, não falava... 6 meses já tem que sentar, brincar, ele não fazia isso. Aí eu fui de hospital em hospital. E nada. Ninguém descobria o que ele tinha, só tiravam sangue. (...) Foi assim até um ano, até meu filho ter um ano e dois meses. (...) Eu sentia raiva, né. Eu tinha vontade de ir no hospital fazer alguma besteira... mas eu fui. Eu fui no hospital, eu tive coragem de ir. Porque para a gente, filho é filho, né. Aí eu fui e o médico falou assim para mim: "você não vai fazer nada comigo, você

está no meu país. Você é boliviana, eu sou brasileiro. E eu nem sei se você tem documento. Você não vai fazer nada comigo. As leis me amparam."

(...)

*Uma vez meu filho operou, aí a enfermeira falou comigo "mãezinha, você não está comendo, vai comer. Você está há uma semana sem comer, estou vendo até como você está andando..." Aí como ele tinha operado, eu saí para comer. Quando eu voltei, meu menino estava virando os olhos e eles estavam aspirando tudo... eles colocaram a sonda até o final e meu menino passando mal, e a outra enfermeira furando ele. Todo mundo como um urubu no meu filho. **Eu vi isso e comecei a gritar, falei que não era certo fazer isso.** Porque a minha família tem enfermeiros, tem médicos, e isso daí não estava certo para mim. Eles tinham que fazer uma coisa de cada vez. Aí ela falou: "**ah, sua mal agradecida, a gente está cuidando de você aqui na UTI e você ainda fala que a gente está errado? Ah, sua boliviana, você é muito atrevida!**". E eu falei: "**boliviana nada, eu pago meus impostos do mesmo jeito que você. Eu sou boliviana, mas meu filho é brasileiro! E quem paga seu salário somos nós, porque eu pago imposto.**" (...) Eu não sou mentirosa, então eu brigava. Eu aprendi a brigar. (Magda, boliviana, 50, SP)*

O filho de Magda foi diagnosticado, após 1 ano e dois meses de vida, com paralisia cerebral. Durante a entrevista, ela relata outras situações similares às que estão presentes nos trechos acima, e foi comum a questão da desvalorização apriorística da mulher e de suas reivindicações pelo fato de ela ser migrante. Na maior parte das ocasiões, o desrespeito aparece por meio da enunciação da nacionalidade ou do pertencimento ao país (“você está no meu país”) e é feito não só para deslegitimar a luta de Magda como para privar o seu filho de ter um atendimento adequado. No comentário do médico, no primeiro trecho, também é mobilizada a questão da documentação e da legislação²⁵, numa tentativa de excluir ou impedir que ela fizesse as denúncias.

Magda expõe as formas que encontrou para resistir aos quadros de desrespeito que ela e seu filho sofreram. Em outros momentos da entrevista, ela menciona ter denunciado profissionais em Conselhos de Medicina, mas expõe que o processo é burocrático. Mais de uma vez, ainda, ressalta que “aprendeu a brigar”, referindo-se ao modo como constrói suas lutas por reconhecimento. Além de demandar o atendimento médico apropriado ao seu filho - reforçando o fato de que ele é brasileiro - ela reivindica para si um tratamento igualitário por parte das pessoas, evidenciando, principalmente, o fato de que, como todos os brasileiros, “também paga impostos” e, portanto, não deve ser desrespeitada.

²⁵ O artigo 196 da Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, bem como o acesso universal e igualitário às suas ações e serviços (BRASIL, CF/1988), o que assegura que migrantes residentes no Brasil também estejam incluídos. Em relação ao Sistema Único de Saúde, este encontra base legal na Carta Magna, principalmente no artigo 200, sendo regulamentado pelas leis 8.080/90 (Lei Orgânica de Saúde) e 8.142/90. Além da Constituição, portanto, o artigo 7º da Lei 8.080 assegura a universalidade do acesso aos serviços de saúde, bem como a igualdade da assistência, sem privilégios ou preconceitos de qualquer espécie (BRASIL, Lei 8.080/90).

Apesar de termos focado por um momento nas experiências apresentadas por Magda, é importante enunciar que situações semelhantes de desrespeito também aconteceram com outras mães migrantes. É o caso de Cora, haitiana, que migrou para o Brasil para buscar tratamento médico para o filho, que também tem paralisia cerebral.

Eu cheguei aqui em 2014. Saí de lá por causa do meu filho. Vim aqui para fazer tratamento dele. Porque a saúde aqui é melhor. Assim, não tanto melhor, porque o SUS é muito complicado, muito difícil. Mas lá no Haiti, só se você pagar você consegue atendimento, consegue fazer seu tratamento, normal. (...) Porque lá, quem tem deficiência não tem direito a ler, a escrever, nada. Não tem escola e tratamento lá está muito caro. E o meu irmão já estava no Brasil e disse "aqui está melhor, você não vai encontrar ninguém xingando você, seu filho vai viver bem". Aí eu decidi vir para cá. (Cora, haitiana, 36, BH)

Cora relata ter saído do Haiti com o objetivo de garantir o tratamento médico para o filho que, segundo ela, não teria direito à educação e saúde gratuitas. Estimulada pelo irmão, que já vivia em Belo Horizonte, ela migrou para o Brasil, mas, apesar de ter conseguido o acesso à medicação e atendimento para o filho, encontrou outras dificuldades no dia-a-dia. Essas, assim como no caso de Magda, estão relacionadas, principalmente, a situações de desvalorização e xenofobia.

É muita humilhação, sabe? Eu não aguento isso mais não. Eu já procurei um médico e agora vou passar ele de novo para o particular, é melhor. Essa questão no SUS não deu certo... nossa, muita humilhação para a gente, né. Porque a gente sabe que brasileiro sofre também, mas quando eles sabem que você é de fora, as coisas são muito pior para você. Por exemplo, tem dia que eles não querem atender... Muitas vezes eu já passei isso com meu filho. Sabe o que a médica falou comigo? "Ah, seu filho toma três remédios e você já acha ruim ter que comprar só um? Você tem que comprar as vezes". Eu falei para ela "você sabe se eu tenho condição de comprar esse medicamento? Eu venho procurar você para preencher só um papel para mim. Eu estou no Brasil desde 2014 e desde então eu uso o SUS. Eu tenho necessidade mesmo, é desse jeito que você fala comigo?". E ela disse que eu tinha que comprar e ainda falou: "tem muito brasileiro passando necessidade, precisando de remédio também, seu filho ganha tudo?!". Ela é desse jeito comigo. Fala que eu sou de fora e que eu não tenho direito de ganhar as coisas aqui. Que eu tenho que comprar, que se eu quero eu tenho que colocar meu dinheiro. (Cora, haitiana, 36, BH)

Aqui, mais uma vez, há uma situação de injustiça que afeta a valorização dos sujeitos – no domínio da Estima – e, também, perpassa a dimensão do direito, na busca pela igualdade. Há o sentimento de humilhação, de ofensa, narrado pela entrevistada. E, assim como no caso de Magda, o fato de elas “serem de fora” é mobilizado para negar que a Cora tenha acesso aos remédios que o filho tem direito, sob o argumento de que a garantia da medicação para a migrante poderia prejudicar e acesso de brasileiros a esses medicamentos. A ideia é que a

migrante estaria tirando algo que é de direito dos nacionais, argumento comumente evocado por algumas pessoas, segundo as entrevistadas.

Para as mães que têm filhos com deficiência, outro ponto mencionado foi o da rejeição por parte da família e a impossibilidade de exercer atividade remunerada em razão da responsabilidade no cuidado com os filhos, que, nos dois casos, era restrita à elas. Como apontamos anteriormente, exercer atividades de cuidado demanda energia e tempo de quem a realiza e, na maioria das vezes, essa ação é desempenhada por uma mulher. A posição de quem é provedora de cuidado e quem se beneficia dele, contudo, não é igualmente distribuída entre as mulheres, sendo as mulheres negras e pobres, em especial, aquelas que estão concentradas em ocupações desvalorizadas, informalizadas e tidas como extensão da atividade doméstica não remuneradas (BIROLI, 2018). Nesse ponto, observamos a já mencionada questão dos papéis de gênero, do peso do cuidar, bem como o sentimento de solidão, também anteriormente abordado. As mulheres entrevistadas relatam que, apesar de sentirem falta do país de origem, sentem a necessidade de continuar no Brasil por causa dos filhos.

Se você sair de um país que você nasceu lá, por causa do seu problema, os familiares, amigos, não aceitam ver você, você não é ser humano. A vó dele foi conhecer ele quando ele tinha 1 ano e 6 meses, porque ele era doente. A gente esperou por dias no médico para ter qualquer atendimento e não tinha, lá no Haiti. (...) Mas para o meu filho que tem deficiência eu estou satisfeita em ter migrado, para mim não. Para ele, aqui é o país dele. Pelo jeito que ele vive aqui, aqui é país dele. Mas para mim, não. Você é mulher, não trabalha, não tem o seu dinheiro... se eu pensar só em mim não vale a pena, não. (...) Tenho muita saudade da minha terra. E agora que eu não tenho o marido aqui, eu não tenho ninguém para conversar, eu não tenho amigos, eu vivo uma vida muito solitária. Muito. (Cora, haitiana, 36, BH)

A família do pai dele não quis aceitar ele... eles falavam "doente". Perguntavam como eu ia criar esse "doente", como ia andar com esse "doente", falavam "você tem que sumir com essa criança". Aí meu filho mais velho escutou um dia eles falando que iam sumir com o meu filho. Porque era uma vergonha ter um menino especial dentro de casa. Aí meu filho mais velho falou: "mãe, eu escutei isso, agora você decide. Você decide o que fazer... se acontecer algo com meu irmão, você vai se sentir culpada". Aí eu decidi me separar. Levar meus filhos e ir embora. (...) E era assim: meu filho era só meu filho, ninguém podia tocar nele. Eu cuidava muito desse menino, muito. E a médica falava que eu não podia ser desse jeito, que eu tinha que deixar que meus gêmeos cuidassem dele também, aprendesse a cuidar. Mas eu não entendia isso... eu que não entendia. Porque ninguém gostava do meu filho, então para mim era que eu tinha obrigação de cuidar dele. Eu tinha obrigação de cuidar dele 24h. Porque eu que trouxe ao mundo meus meninos... eu tinha que ter essa responsabilidade. (Magda, boliviana, 50, SP)

É interessante observar, nesses trechos, como a rejeição e a estigmatização por parte da família representaram um corte na vivência do amor e impactaram a trajetória dessas mulheres. No caso de Cora, há a percepção de uma certa desumanização oriunda desse processo e, para

Magda, as experiências fizeram com que ela tomasse a decisão de se separar do ex-marido e, mais ainda, que se sentisse mais responsabilizada por cuidar do filho e garantir que os laços afetivos fossem presentes, apesar da rejeição de outras pessoas.

Os estudos feministas têm se dedicado a analisar a temática da maternidade, sendo várias as abordagens e perspectivas adotadas, conforme apresentamos brevemente no primeiro capítulo desta dissertação. Desde a corrente maternalista (RUDDICK, 1995; GILLIGAN, 1982; CHODOROW, 1999), que naturaliza o exercício da maternidade para as mulheres, até as perspectivas que veem a maternidade como controle e impedimento à autonomia e participação das mulheres no mercado de trabalho (FRIEDAN, 1963; BEAUVOIR, 1949), o debate sobre o tema é amplo e complexo. Ponto importante é entender que as experiências das mulheres são distintas e que fatores como raça, classe, sexualidade e etnia atuam nesse sentido. Para bell hooks (1984), os primeiros posicionamentos de crítica feminista à maternidade afastaram várias mulheres do movimento, principalmente aquelas pobres e não brancas, que entendem a maternidade como um dos mais importantes meios para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais.

A maternidade, desse modo, pode significar afeto, amor e solidariedade, como também pode envolver restrições, culpa e desigualdades. Como explica bell hooks (1984), ativistas feministas devem entender que a maternidade é um trabalho significativo e valioso para a sociedade, mas sua romantização é um problema, assim como sua desvalorização. Para a autora, portanto, a maternidade deve obter reconhecimento dentro do contexto feminista em que há uma busca para repensar a natureza da maternidade, enxergando-a “nem como uma experiência obrigatória para as mulheres, nem uma experiência exploradora ou opressiva, para tornar a parentalidade feminina eficaz, seja ela feita exclusivamente por mulheres ou em conjunto com homens.” (hooks, 1984, p. 136)

Nesse sentido, como defendem Carpenedo e Nardi (2017), entender como a migração atua em processos subjetivos para mulheres mães pressupõe enxergar que discursos e sentimentos sobre a experiência de ser mãe são permeados de normas sociais e relações de poder que definem essa “boa maternidade”. Segundo os autores, foi na modernidade, com a ascensão da família patriarcal burguesa, que o papel materno e a naturalização de laços físicos e emocionais entre crianças e suas mães se tornaram mais fortes. Com isso, a ideia de maternidade ideal se fortaleceu, conferindo, em contrapartida, uma posição de desvio e estigma a mães que não atendessem a esses “parâmetros”. (CARPENEDO E NARDI, 2017).

Desse modo, ao falarmos em maternidade e, principalmente, na vivência desta por mulheres migrantes, conforme já pontuado, é marcante a existência de uma pressão para o cumprimento do papel social de uma “boa mãe”, principalmente quando o exercício desse “papel” envolve a vida em outro país. Essa ideia foi presente em vários relatos, nos mais diversos contextos.

*[Ao vivenciar situações de desrespeito] Eu chorava de raiva. **Eu me sentia impotente por não fazer nada por meu filho... Eu achava que eu não prestava, que eu não era uma boa mãe. Que eu era muito impotente... meu filho precisava de mim e eu não podia fazer nada.** (Magda, boliviana, 50, SP)*

*Meu filho nunca morou aqui. **Eu quero trazer ele. Vou batalhar para trazer ele.** E até falo que vou ter que ir moldando ele de novo. Porque eu acho que ele está um pouco assim, depressivo, foi criado sem mim... Só com o pai, a tia, a avó. As duas vós já partiram, a bisavó também já partiu... **Praticamente sozinho e isso também me dói. Porque a mãe não está presente. E eu fico com vontade de dar para ele tudo o que eu não dei quando ele era criança. Entende?** (Márcia, cubana, 51, BH)*

*Assim, foi toda uma situação complicada por separar do meu ex-marido, da família... todo mundo achando que eu estava muito louca por ir embora, ainda levando meu filho, **era um peso social que eu trouxe e carreguei por muitos anos aqui. Minha mãe lá carregou também, porque era tipo punitivo, né? "Ah, a filha mal criada que fez merda com o matrimônio e maltrata o cara e ainda por cima leva o filho, deixa o filho sem pai"**, era toda uma questão. Uma coisa pesada em relação a isso. Aí por isso eu decidi sair do Peru, cheguei aqui e comecei a fazer as coisas para que tudo desse certo. (Olga peruana, 39, BH)*

Os três trechos acima retratam vivências e trajetórias migratórias diferentes, mas, apesar disso, possuem alguns pontos em comum. No primeiro caso, Magda relata ter se sentido culpada e impotente por não conseguir evitar que o filho sofresse situações de desrespeito no Brasil. No relato de Márcia, cujo filho ficou no país de origem, é marcante a dor por não estar presente e a vontade de trazê-lo para o Brasil e “dar a ele o que não deu quando criança”. No último caso, Olga migrou com o filho pequeno, mas relata ter sofrido uma pressão social por ter se separado do ex-marido e ter saído do país com o filho dos dois.

Como já mencionado, as narrativas abordam diferentes processos de vivência da maternidade, mas expõem, em comum, a pressão e a culpabilização da mãe migrante. Isso aparece tanto nos casos em que ela se desloca sem o filho (como no relato de Márcia), quanto nos processos em que migra com ele também (como retratado por Olga e Magda). Em todas as ocasiões, portanto, o comum é esse processo de responsabilização da mulher por ter migrado e, conseqüentemente, ter prejudicado seu papel de “boa mãe”. O vínculo com a discussão sobre o reconhecimento, nesses casos, se faz presente, principalmente pela ideia de uma quebra de normas pressupostas como válidas, uma tensão entre a representação da maternidade e a

realidade vivenciada pelas migrantes. Mais uma vez, a migração é vista socialmente de forma negativa e, mais ainda, a mulher que migra é enxergada como alguém que falha em exercer a maternidade ideal. O relato de Olga é exemplar, nesse sentido, pois demonstra como as percepções das pessoas sobre si mesmas – e a construção das identidades – são marcadamente relacionadas a processos interacionais. Ela menciona o “peso social” que existia em torno da decisão por se separar, e demonstra como essa pressão e imagem foi internalizada por ela (e por sua mãe), motivando a migração.

Esse processo de culpabilização e pressão narrado pelas migrantes surgiu, também, em relatos que abordam a tensão entre fusão e autonomia, característica do domínio do amor. Honneth (2003), valendo-se de algumas reflexões da psicanálise de Winnicott, expõe que as relações desenvolvidas entre mãe e filho na primeira infância são marcadas por um processo complexo de dificuldade em se enxergarem como sujeitos autônomos, ao mesmo tempo em que reconhecem sua dependência um do outro. O comentário de Isabel exemplifica, justamente, como essa tensão se deu.

*Entrei nesse período que a mulher ela se perde entre ser uma mãe e ser uma mulher. Viajei para a Colômbia quando minha filha tinha 8 meses. **Eu estava nessa etapa, com a autoestima muito baixa.** (...) E olha, a primeira vez que eu saí sem minha filha na rua eu senti muito medo. **Eu não entendi porque, mas depois eu entendi que é porque eu não estava com ela.** Tem muitas questões. Seu corpo tem uma mudança muito grande física e hormonal, então você muda, né? E você não se acha. E as pessoas olham para o seu filho, não olham para você. Olham seu filho, sua barriga, mas você começa a não existir. E quando você descobre que você é vista só através do seu filho, você começa a comprar esse papel também, de que "tá bom, eu sou a mãe". E aí você mesma contribui com esse discurso de se anular. **Você começa a deixar de se ver como mulher, de se cuidar, de aceitar que você também pode gostar de outras pessoas e aceitar que você merece um espaço para você...** dormir bem, arrumar o cabelo, fazer uma unha, sair, sabe? (Isabel, colombiana, 34, BH)*

As relações no domínio do amor contemplam, desse modo, a capacidade de "ser-si-mesmo em um outro", em que o equilíbrio entre a autonomia e a ligação é a base do processo (Honneth, 2003, p. 160). Isabel menciona que essa dificuldade em se enxergar como independente de sua filha afetou, também, o modo como ela se via enquanto mulher e mãe, influenciando até mesmo na forma como ela se relacionava afetivamente com outras pessoas. Em outras entrevistas, a maneira como a maternidade é percebida é marcada, também, por questões culturais, que desafiam, ainda mais, as experiências das mulheres em um novo país.

*E tem também a questão das formas culturais. **Aqui o pessoal é muito invasivo**, às vezes, pega muito o bebê, pega você, então era essa coisa meio de "ter que proteger". (...) Uma coisa que eu não gostei nada foi uma vez que falaram "ah, você está aculturando seu filho". E eu falei: **"eu não estou aculturando nada, meu filho é***

metade brasileiro - porque o pai é brasileiro - e metade chileno. E eu vou tentar dar o máximo que eu posso, passar para ele...". (Ana, chilena, 41, SP)

Nós mulheres latinas ainda temos isso... Nossa cultura é muito forte, a cultura da família, a cultura da mãe, os ensinamentos da avó, a nossa manifestação é muito forte... Porque acho que de certa forma essa é parte de nossa cosmovisão das nossas ancestralidades. (...) A comunidade na família é muito forte, você vai perceber isso. Com as bolivianas, por exemplo, isso é muito forte. Porque elas vem de uma experiência comunitária maior. Porque nós já nascemos e crescemos nas cidades, mas quem vem do campo tem muito mais forte isso, quem vem do interior... (Silvia peruana, 61, SP)

Uma das questões elencadas diz respeito às diferenças culturais entre o país de origem e destino, principalmente no âmbito da educação dos filhos. Para algumas mulheres, principalmente aquelas que vêm de sociedades onde esses elementos são muito valorizados, o processo de dar à luz e criar os filhos longe da família e da cultura do país de origem provoca tensões relacionadas às expectativas sociais sobre a maternidade, além do choque cultural e a necessidade de adaptação a diferentes práticas e costumes da sociedade receptora (RAMOS, 2010). No caso das entrevistadas em nossa pesquisa, há uma sensação de interferência dos brasileiros no tangente à educação dos filhos, que se mostra, por exemplo, no incômodo de Ana com o comentário de que o filho teria sido “aculturado”, ou no relato de nossa interlocutora de pesquisa, abaixo, sobre a questão identitária que perpassa a experiência das crianças nas comunidades. No caso de seus filhos, apesar de terem nascido aqui, ela relata que eles são vistos como estrangeiros pelos brasileiros, mas entre bolivianos são percebidos como nacionais do Brasil.

Há uma luta, portanto, pela valorização cultural das comunidades migrantes e, mais ainda, para que os vínculos, costumes e traços culturais dos locais de origem sejam transmitidos aos filhos. Nessa seara, ao se referir à experiência das mulheres afroamericanas que são mães, Patrícia Hill Collins (2000) destaca a importância da maternidade para a transmissão de valores entre gerações, principalmente em contextos marcados pela opressão. Para a autora, o relacionamento entre mãe e filho(a) pode servir para reforçar o aprendizado sobre culturas de resistência e formas cotidianas de resistir. Collins cita James Scott (1985), autor central para nosso trabalho, expondo que “quando as mães escravas negras ensinavam seus filhos a confiar em suas próprias definições e se valorizarem, ofereciam uma ferramenta poderosa para resistir à opressão.” (COLLINS, 2000, p. 51).

No caso das nossas interlocutoras de pesquisa, a partilha e ensinamento sobre a cultura do país de origem são presentes nas relações entre mãe e filhos, algo bastante valorizado pelas mulheres migrantes entrevistadas. Isso se manifesta no idioma falado com os filhos e em outras

estratégias de resistência, como a criação, em São Paulo, de um grupo musical²⁶ formado por mulheres migrantes na cidade.

A gente só fala espanhol com ele. Só conversamos em espanhol com ele aqui em casa. A gente até já conversou uma fonoaudióloga do trabalho, porque tínhamos esse medo. Sabe? De como fazer agora quando ele começar a falar. Mas ela disse para ficar tranquila, falar espanhol em casa e na rua, português. E aí ele ia saber a diferença. (Eliana, venezuelana, 28, SP)

Essa questão cultural veio mais forte com o meu filho. Eu preciso, é uma necessidade que ele fale espanhol, e que ele fale não só espanhol, que ele fale chileno [risos]. Que ele conheça as gírias, as comidas, que mesmo que a gente vá nas férias, que ele se sintam parte. E nesse grupo, mesmo sendo de um monte de lugares e mesmo se tem algumas que são dos mesmos países, somos de cidades diferentes. (...) E mesmo nesse âmbito... meu filho sempre ia nos ensaios e era o local onde ele falava espanhol além de falar comigo. Ele fala super bem também por causa do grupo, não só por mim. E ele ganha também uma diversidade de sotaques, de palavras... Então para mim isso foi muito bom e essa questão cultural veio. (Interlocutora de pesquisa²⁷)

Nesse projeto pensamos isso, primeiro que fosse algo que culturalmente nos representa, que revivesse algo dos países andinos e também ver a dificuldade das mães e pais migrantes de passar a cultura aos filhos. Ver como os filhos de migrantes têm dificuldade nesse tema da identidade. Então os filhos de bolivianos dentro da comunidade não são vistos como bolivianos, são brasileiros, tem nacionalidade brasileira, mas pelos brasileiros são vistos como bolivianos. Então estão num limbo. Algo que não é tão diferente para peruanos e para equatorianos, encontrar um lugar onde se pudera não valorizar esse tema cultural, mas sim criar um vínculo, um diálogo, para que haja um antes e um depois. Filhos de bolivianos começam desde outro lugar, sabe, sentir orgulho, para que seja algo positivo e não negativo em ser boliviano. (...) Então sentir-se parte e acho que os filhos se sentem parte do grupo e isso é lindo. Se acercan das músicas, cantam... ver a sus mamás também tocando. Acredito que fortalece muito os vínculos também. (Interlocutora de pesquisa)

Além da valorização cultural e da busca por fortalecer os vínculos dos filhos de migrantes com os países de origem da família, a reivindicação de muitas mulheres é, também, por espaços mais inclusivos para mães e crianças. Nas entrevistas realizadas, foram comuns os comentários sobre a dificuldade de frequentar determinados locais por eles não serem considerados socialmente como “lugar de crianças”, já que elas “incomodam” os frequentadores. Para lutar contra isso, surgem iniciativas como a criação de grupos e coletivos que trabalham o tema da maternidade e que operam, também, como redes de apoio para essas mulheres. Trata-se de oportunidades para a troca de experiências, espaços de fortalecimento de vínculos entre as participantes, bem como estratégias que fortalecem não só a autoconfiança dessas mulheres, como sua autoestima.

²⁶ O nome do grupo foi suprimido para evitar a identificação das entrevistadas.

²⁷ Neste e em alguns outros trechos da pesquisa, as informações sobre as migrantes foram suprimidas para evitar a identificação das mulheres entrevistadas.

E um tema que nós tocamos muito é que a maternidade aqui em São Paulo, não sei como é no resto do Brasil, mas é como se anulasse politicamente as mulheres. Porque nos nossos países, Bolívia e Chile especialmente, e Bolívia, particularmente, você vai a qualquer espaço com os filhos. E eles não incomodam. Porque entendemos que é a forma que ele [o filho] está tendo de ser cidadão e de lutar por seus direitos. Não estão aislados, não são uma coisa à parte. Eles estão juntos com você. Então, por exemplo, minha filha sempre vai nas reuniões, então ela sabe muito bem... ela se apresenta como "filha de migrante". Eu perguntei para ela "porque você fala que é filha de migrante?" e ela disse "ah, porque eu sei que vocês lutam pelas mulheres imigrantes e eu quero ser imigrante", falou uma coisa superlinda assim, "eu quero ajudar outras mulheres" (...) Então é lindo isso, e é lindo poder ajudar mulheres brasileiras também, porque os coletivos feministas aqui em São Paulo - e acho que os coletivos feministas no geral - tem que aprender a incluir as mulheres com filhos. (...) E quando a mãe está cansada, eu sei, porque eu sou mãe, as meninas me ajudavam, então eu também ajudo... e acho que isso cria um elo muito forte de confiança total. (Lúcia, boliviana, 38, SP)

Com base nos apontamentos apresentados, foi possível perceber como o tema da maternidade perpassa as lutas por reconhecimento das mulheres migrantes e como abarca questões vinculadas ao três domínios defendidos por Axel Honneth (2003). Há se destacar, ainda, que outras temáticas foram evidenciadas nos relatos obtidos. Dentre elas, está a dimensão do trabalho e dos estudos, bastante salientados nas narrativas.

3.2 Trabalho e dimensão econômica

As discussões sobre a economia, principalmente as vinculadas ao trabalho, são centrais para se pensar as migrações internacionais, tendo sido ressaltadas em várias entrevistas realizadas. Os relatos obtidos evocam algumas questões importantes como o trabalho e os estudos como motivações para o deslocamento; o envio de remessas para familiares em outros países; as situações de desrespeito que ocorrem nesses espaços, além da inserção no mercado e o acesso à educação como formas de fortalecer a autoestima e a autonomia das mulheres migrantes.

3.2.1 Motivações para migrar, envio de remessas e aspectos econômicos

Sobre o primeiro aspecto mencionado, a motivação para migrar exposta por algumas entrevistadas esteve relacionada ou a uma oportunidade de emprego/ estudo no Brasil, ou ao desejo de buscar essa vaga no país, em decorrência de uma situação de exclusão do mercado de trabalho e/ou pobreza no local de origem. Aqui, não nos cabe expor todos os motivos elencados, mesmo porque entendemos que eles podem, também, estar associados a outros aspectos que

não necessariamente se vinculam somente à busca por emprego, por exemplo. Sobre a questão laboral das mulheres, Dutra (2013) aponta que aspectos como condições de precariedade, desemprego, necessidade de capacitação, segregação ocupacional e falta de reconhecimento são algumas situações que podem perpassar a vivência de mulheres de algumas origens sociais em várias partes do mundo e, com isso, impulsionar o desenvolvimento de projetos migratórios internacionais.

A esse ponto está relacionada uma dimensão importante que é a questão econômica, que aparece nos relatos das entrevistadas ora vinculada a essas motivações para o deslocamento, ora associada a dificuldades encontradas no país de destino. O rompimento de expectativas sobre o projeto migratório perpassa, também, essas questões: o fato de não conseguir um trabalho remunerado ou não receber a quantia suficiente para guardar dinheiro e desenvolver outros planos, como voltar para o país de origem depois de um tempo.

*Lá [na Venezuela] está muito horrible. Sabe o que é horrible? Horrible. **Tenho meu filho lá, tenho que traerlo, mas não posso economicamente.** No he podido. Meu filho daqui paga tudo para mim, mas não pode pagar para dois. Então eu tenho que mudar, tenho que cambiar de casa. Eu tenho que conseguir trabalho para que o outro venha para cá, ele tem que conseguir trabalho (...). Um cartón de huevos é, muitas vezes, o preço de um salário mínimo. **Entonces se você compra huevos, se você compra ovos, não pode comprar carne.** Vê? Tudo é complicado, muito complicado. Meu filho faltam duas matérias para completar a faculdade, mas não se pode pagar. Não se pode pagar, mesmo faltando duas matérias. E é técnico. Entonces... **lá é uma questão econômica e aqui é econômica também.** (Carolina, venezuelana, 65, BH)*

*Mas eu não consegui muito assim, guardar dinheiro também, **coisa que a gente veio com esse objetivo.** Mas não deu. Dá para a gente se sustentar, nossa conta, nosso aluguel, mas é só isso que dá. (...) **Eu achei que eu podia trabalhar bem, ganhar dinheiro e comprar minha casa, voltar para a Bolívia.** Porque a gente sempre fica com saudade da família... era isso. Mas aí, na rotina da vida... (Daniela, boliviana, 37, SP)*

Nessa seara, a questão de classe é marcante em diversos relatos e está presente, também, em várias das temáticas que elencamos para análise. A dificuldade no acesso e a luta por maiores recursos financeiros é algo que afeta e contempla não só as vivências individuais das mulheres migrantes, mas as experiências de suas famílias. Na narrativa de Carolina, exposta acima, a “questão econômica” – como ela mesma nomeia – foi marcante em ambos os contextos (de origem e destino), atuando tanto como uma das razões para a migração, quanto um impedimento atual para que um de seus filhos, que ainda está na Venezuela, migre para viver com a mãe. A escassez de recursos, nesse aspecto, não só afeta a realidade material dela e de sua família, como restringe o estabelecimento de vínculos afetivos mais fortes, já que o filho só não conseguiu migrar para o Brasil por uma questão financeira.

Ponto importante é evidenciar como, apesar das diferentes origens, características e particularidades das migrantes, algumas questões se mostram comuns às experiências de várias mulheres no âmbito do trabalho. Uma dessas perspectivas está vinculada, também, ao envio de remessas ao país de destino. Mesmo estando em outro país, a conexão com a sociedade de origem é constantemente presente, e essa dimensão transnacional do pertencimento é reforçada tanto no aspecto emocional, já mencionado, quanto no material, pelo envio dessas remessas entre os dois países. Na avaliação de Alessandra Ciurlo (2014), que retoma as contribuições de Levitt (2001),

por trás do envio de remessas, existe um vínculo recíproco entre os migrantes e suas famílias, isso ajuda a manter fortes laços não apenas com a família, mas com o país de origem. De fato, são evidentes os vínculos emocionais que contribuem para manter as conexões culturais entre as duas margens. Essa ação refere-se à lealdade sobre as obrigações familiares e vínculos de reciprocidade, laços que também adquirem uma importância significativa na vida dos migrantes (CIURLO, 2014, p. 137).

Como aponta Dutra (2013, p.180), “as mulheres migrantes são os principais agentes ativos no envio de remessas aos seus países de origem, acompanhando a crescente tendência de aumento do número das famílias monoparentais, o que se denomina de feminização da pobreza”. Nesta pesquisa, alguns relatos evidenciaram a questão das remessas. Observamos que, em alguns casos, as mulheres são responsáveis por esse envio e, conseqüentemente, pelo sustento de suas famílias no país de origem. Em outros casos, contudo, o processo é inverso: em decorrência de situações de desemprego e vulnerabilidade, é a família que, por vezes, envia remessas para as migrantes.

*Mas ano passado as coisas não estavam boas, também. Meu marido veio e ficou um ano sem trabalho, também. **Aí eu tenho que pedir para a família do Haiti mandar dinheiro para pagar aluguel, para comprar as coisas. Pedi o meu irmão para mandar um cem dólares para mim, ele compra dólar lá no Haiti.** (Cora, haitiana, 36, BH)*

***Meu filho que mora na Espanha manda dinheiro para mim e eu mando alguma coisa para o outro filho, que ainda está na Venezuela. Não muito, porque tenho que colaborar também na casa que moro, colaborar com algo. Mas eu tenho que esperar que meu filho mande dinheiro. E é difícil depender economicamente de uma pessoa. Difícil. Em Venezuela eu não dependia de ninguém. Eu mandava. Agora eu recebo e tenho que esperar. É ruim, porque as vezes quero comprar, por exemplo, um batom. Eu gosto muito. Mas não dá, como eu peço? O dinheiro é para comida, para a casa.** (Carolina, venezuelana, 65, BH)*

Nos trechos acima, é possível observar como a falta de remuneração e a dependência financeira perpassam, também, uma questão de autoestima. Carolina relata, ao longo da entrevista, que veio para o Brasil em decorrência da situação econômica e política da Venezuela. A mulher, de 65 anos, é advogada e trabalhava como assessora jurídica no país de

origem, mas, em Belo Horizonte, está desempregada. Ela vive com um dos filhos e a nora, dependendo financeiramente deles e de um outro filho que vive na Espanha. Como ela mesma expõe, a situação carrega não só uma dimensão material, mas envolve também uma ruptura com um cenário antes observado no país de origem, em que ela “não dependia de ninguém” e era a única responsável por suas decisões financeiras. Há, então, uma perspectiva de degradação, uma perda de autonomia e autoestima. Essa questão é observável, também, nas falas de outras mulheres entrevistadas.

O que mais ia fazer, né? Tinha que fazer alguma coisa. Eu achava que ia encontrar trabalho na minha profissão, mas nunca imaginei que ia estar assim... fazendo o que estou fazendo. Imagina?! Quem ia falar que eu... o tanto que estudei, o tanto... Não valeu para nada. Assim, valeu, mas aqui não. (Claudia, venezuelana, 47, SP)

Nesse momento eu não ter um emprego estável foi o que aconteceu fora do planejado. Eu gostaria de ter uma estabilidade econômica, profissional, de atuação mais clara. No momento eu dependo de projetos individuais, projetos autônomos. Estou buscando um pós doutorado, mas ainda dependo do edital, dependo de vários fatores. E isso me deixa com ansiedade, porque sinto que não era para ser assim. Eu imaginava, mas sinto que a situação está assim para todo mundo, não só para migrantes. Mas no meu caso, eu ainda não posso assumir o trabalho numa revista porque não tenho permanência. (Sara, peruana, 34, SP)

*E quando eu vim para cá, para mim, eu pensei que minha vida ia mudar. Pensei que ia achar trabalho, que ia ter uma vida normal. Aí quando eu cheguei aqui, comecei a trabalhar, mas vim com ele, tive outro filho e eu não consigo mais trabalhar **Então a gente só fica vivendo na pobreza.** O dinheiro é para pagar aluguel, pagar luz, pagar água... Não tem dinheiro nem para a gente comer 3 dias na semana bem, não. (...) **É muito ruim você comer um dia e no outro não saber se você come...** e as pessoas ficam fugindo, parece que você vai atrás dele pedir alguma coisa. (Cora, haitiana, 36, BH)*

Os três trechos apresentam, em comum, uma quebra de expectativas em relação à migração, principalmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. No caso de Claudia, o desejo era conseguir exercer uma função compatível com sua formação, de administradora, o que não foi possível. Atualmente, sua principal fonte de renda é a venda de comidas típicas da Venezuela, algo que para ela é fonte de orgulho - expressa em outras passagens da entrevista - mas, que ao mesmo tempo, ainda não lhe garante a remuneração necessária e compatível com sua formação. Numa dimensão relacionada à Estima Social (HONNETH, 2003), há, nesse caso uma tensão: cozinhar, para Claudia, é base para estima e um sentimento de orgulho. Contudo, o fato de ela possuir formação superior e essa realização não ser valorizada dentro da coletividade gera uma frustração e um questionamento de seus estudos.

O sentimento é semelhante para Sara e Cora, que também tinham a expectativa de conquistar um emprego no país. No caso da peruana, que migrou para realizar o doutorado no

Brasil, há, atualmente, a impossibilidade de exercer a função de revisora em um periódico por não possuir um visto permanente, mas, sim, temporário. No caso de Cora, a trajetória envolve o fato de o esposo viver no Haiti e ela estar numa situação de monoparentalidade no Brasil, sendo responsável pelo cuidado de dois filhos, um deles uma pessoa com deficiência. O acompanhamento constante deste filho nas consultas e atendimentos médicos fez com que, mais de uma vez, ela fosse demitida, com o argumento de que faltava muitos dias de serviço. A situação é semelhante à de Magda, da Bolívia, conforme exposto na seção anterior.

Nesse sentido, o desemprego e a dificuldade de acesso ao mercado formal se articulam às lutas por direitos como alimentação, vestimenta, moradia digna, saúde e educação. Na avaliação de Delia Dutra (2013), a escassez material e sua relação com esses elementos “condicionam a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias, limitando seriamente qualquer chance de mobilidade social e reproduzindo modelos de vida em sociedades altamente estratificadas” (DUTRA, 2013, p. 181).

*Quando eu estava no Haiti eu trabalhava. E já trabalhei em 3 empregos aqui. Mas depois meu filho mais novo chegou e eles me mandaram embora. **Porque eu saía muito para levar o outro filho no médico e eles me mandaram embora.** Aí fiquei uns 3, 4 meses sem trabalho e depois achei outro serviço. Mas aí foi do mesmo jeito, eles falaram "ah, não posso segurar você, porque você tem criança com deficiência, você tem que cuidar dele". Eu falei: "ah gente, eu tenho que cuidar dele mesmo. **Eu sou estrangeira, eu pago aluguel aqui, a gente tem que comer, tem criança.**". E eles falaram "mas a gente não pode segurar você aqui, não é assim, você não pode perder dia de serviço", aí me mandaram embora. (Cora, haitiana, 36, BH)*

Aqui, cabe retomar, brevemente, a discussão feita previamente sobre a questão do “cuidar”. Para Flávia Biroli (2018), pensar no cuidado como um problema político é entender, também, que há uma desvalorização do trabalho desempenhado com pessoas inevitavelmente dependentes – como é o caso dos filhos de Magda e Cora, que são jovens com paralisia cerebral. Há, ainda, uma dimensão econômica/ de classe que perpassa esses processos, tendo em vista que contratar um cuidador ou cuidadora (e, desse modo, poder exercer seu trabalho e delegar o cuidado a outra pessoa) demanda recursos financeiros. Quando eles são escassos e, no caso das mulheres que se dedicam exclusivamente ao cuidado com os filhos com deficiência, essa dedicação não é tanto por “escolha”, mas envolve aspectos simbólicos e materiais (BIROLI, 2018). Nesses cenários, a ocupação, desempenhada gratuitamente, pode se desdobrar em vulnerabilidades sociais – como o próprio impedimento do exercício de trabalho remunerado – , que aconteceu com nossas interlocutoras de pesquisa.

3.2.2 Experiências laborais de desrespeito

É importante ressaltar que a dificuldade para se inserir no mercado de trabalho, para muitas mulheres migrantes, observa-se em razão de algumas questões, que envolvem a situação econômica do Brasil, a dificuldade com o idioma, a necessidade de vistos específicos e procedimentos como a revalidação de diplomas – que é um processo burocrático e com alto custo – mas, sobretudo, por questões que envolvem gênero, origem e outros marcadores sociais, conforme anteriormente explicitado. As situações já mencionadas de Cora e Magda são exemplos disso, mas outros relatos retratam como essas e outras categorias diferenciam as experiências laborais de brasileiras e migrantes, e como representam uma maior dificuldade para a inserção destas no mercado. É o caso de duas mulheres entrevistadas, que comentaram sobre experiências em que oportunidades de trabalho lhes foram negadas pelo fato de serem migrantes da Venezuela. Nessas ocasiões, podemos observar, mais uma vez, um desrespeito no âmbito da Estima – uma ofensa em razão da característica particular de uma pessoa – que ocasiona, ainda, uma privação de direitos, ou seja, a negação de trabalho.

Aqui não é fácil. Porque as vezes tem muita discriminação. Muita discriminação. E mais, quando sabem que você é da Venezuela, falam assim: "ah, venezuelana? Nossa..." Então sempre foi assim como depreciativo, sabe? Mas é terrível, sabe, quando você sabe que tem que seguir adelante e tem uma pessoa que discrimina você. Tanto por ser mulher quanto por ser estrangeira, por tudo. (Claudia, venezuelana, 47, SP)

Então era uma questão onde a xenofobia era muito generalizada. Para conseguir emprego foi muito difícil. Eles falavam: "ah, venezuelano? Não.". Até para nós, nós chegamos para fazer a entrevista e assim que perceberam o sotaque falaram: "ah não, já está preenchida a vaga". Eu não entendi, como falaram que já estava cheio, preenchido, sendo que na verdade não? Sabe? Esse tipo de condutas... Então era uma situação difícil. (Eliana, venezuelana, 28, SP)

Conforme mencionado no início deste capítulo, a questão da xenofobia é recorrente nas experiências relatadas. No mercado de trabalho, como é possível perceber, essa realidade não é diferente. Observamos que a dificuldade para a inserção no mercado está, muitas vezes, vinculada a aspectos que perpassam a condição de ser migrante e ser mulher, como exposto nos relatos apresentados. Há, ainda, a questão da nacionalidade, que pode incidir na forma como essas pessoas são tratadas. Assim como nos relatos acima, em que a origem venezuelana foi mobilizada para discriminar as mulheres, essa desvalorização da migrante é reforçada por estigmas e estereótipos associados a determinadas nacionalidades, como pode ser observado nos trechos a seguir:

*Tem uma imagem típica e eu já nem falo que sou chilena, porque todo mundo pensa que eu tenho muito dinheiro. **Todo mundo pensa que no Chile é tudo muito dinheiro.** Tipo, uma mulher queria me alugar um quarto. Eu vi o anúncio estava 500 reais, mas quando eu fui para lá **ela estava me deixando o quarto por mil reais, porque eu "tinha uma boa condição econômica", sabe? E esse não é o meu Chile.** Acho que deve ter chileno e chilena que tem essa condição e pode pagar a mais, mas essa não é a minha condição. E já aconteceu umas 4 vezes de as pessoas falarem que eu tinha que ir embora do Brasil, porque **a vaga de um brasileiro estava sendo preenchida por uma chilena que tem condições para pagar uma educação boa. Questionaram o que eu estava fazendo aqui. Mas acho que isso é uma coisa que vai acontecer com qualquer um que seja migrante...** (Alice, chilena, 23, BH)*

*As pessoas me falam, **quando falo que sou da Colômbia, e elas falam: narcotráfico.** Você chega nos lugares que as pessoas te perguntam: "nossa, mas lá na Colômbia você compra droga fácil, cada esquina tem droga? Já teve uma moça que trabalhou comigo em Belo Horizonte, uma senhora, e ela falou comigo: "você acredita que eu falei que trabalhava com uma colombiana e uma moça me perguntou se eu não tinha encontrado droga na sua casa?!" Falam que é em tom de brincadeira, né? É sempre em tom de "brincadeira". (Carla, colombiana, 46, SP)*

*Tem também a questão dos espaços públicos, comentários de **"ah, sua boliviana" - e aqui em São Paulo tem um preconceito bem grande com bolivianos, de falar que são fedidos, ou que são escravos,** então essas coisas acontecem de eu entrar no metrô e escutar comentários, várias situações as pessoas falarem "ah eles são muito fedidos", ou quererem me cheirar... sempre comentários da forma como as pessoas te enxergam. (Lúcia, boliviana, 38, SP)*

Nos excertos acima, é possível observar situações de desrespeito que envolvem a dimensão da Estima Social ou Solidariedade. De acordo com Honneth, esse domínio pressupõe que as pessoas possam “referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p.198). Isso significa dizer que as pessoas devem ter a possibilidade de estimar-se a si mesmas, ou seja, obter valorização por suas características e particularidades – no caso, a nacionalidade –, para, assim, alcançarem a autoestima. Situações de degradação ou ofensa, como essas descritas pelas migrantes, podem prejudicar o valor social de indivíduos ou de grupos e afetar sua própria percepção como pessoa ou coletividade estimada por suas particularidades.

Ponto importante a se frisar é o de que diferentes imagens de países distintos podem gerar formas diversas de desrespeito. Alice se sentiu prejudicada na ocasião relatada porque acredita-se que ela é rica. Já Lúcia relata o incômodo ao se ver taxada como suja. E, nesse sentido, outro aspecto chama a atenção nos relatos das mulheres bolivianas. Em São Paulo, como relata Lúcia, há um preconceito muito grande relacionado a pessoas da Bolívia, maior comunidade de imigrantes da capital paulista (CBN, 2019). Além dos comentários depreciativos já citados, há o estigma associado ao trabalho informal ou análogo ao escravo, principalmente relacionados às atividades de costura ou o comércio popular. Sobre isso, Manetta (2012), citada por Guirado Neto (2014), expõe que, apesar de a comunidade boliviana

ser culturalmente diversa, ela é constantemente identificada como um grupo homogêneo, por meio da construção desses estereótipos. Além da associação recorrente com o trabalho precário, há estigmatizações de ordem jurídica (bolivianos vistos como indocumentados e clandestinos) e de caráter étnico/racial (generalizados como indígenas).

Em relação a esta última categoria, a questão étnico/racial foi também presente nas falas de algumas migrantes entrevistadas. Muitas mulheres relataram ter percebido e/ou vivenciado situações de racismo, pela primeira vez, no Brasil.

*Lá no Peru eu nunca tinha passado por questões raciais. Eu sabia o que era questão racial, mas eu entendi, na prática, aqui no Brasil. Porque eu me vi colocada nessa escala de cores, que não tinha acontecido lá comigo. A partir do momento que enxerguei essas diferenças, que aqui existe uma questão estrutural das raças, a partir do negro, né, acho que o negro está bem embaixo da escala, muito abaixo dos brancos, aí é muito claro você ver isso com os migrantes. Você vê que tem muitos migrantes de vários tipos de cor. O tratamento dado a eles é diferenciado de acordo com a cor da pele. O tratamento que eu tenho como migrante peruana de ascendência indígena é diferente do tratamento de um migrante russo, ou de um migrante, sei lá, europeu, de alguma parte da Europa, ou até mesmo de um africano. **Eu fui entender isso quando eu cheguei aqui, porque eu nunca tinha vivenciado isso lá. Porque eu sabia, nunca compactuei, mas eu nunca tinha vivido até chegar aqui. Eu percebia na fala das pessoas, de alguma forma, o tom de falar, o gesto, a estranheza... quando eu falava que estava fazendo doutorado, ou quando as pessoas falavam "ah, mas você é boliviana?". E eu dizia "não, sou peruana, mas posso parecer boliviana, sim porque sou dos Andes". As pessoas perguntavam o que eu estava fazendo aqui e quando eu falava que era doutorado as pessoas ficavam muito surpresas. (...)E eu me perguntava "Porque? O que tem ser boliviano? Porque tem essa forma de perguntar se sou de lá?". Aí me falaram que acontece que os bolivianos que aqui estão sempre são olhados como pessoas que fazem costura e estão fechados em bairros, muitos não falam português... ou seja, são estigmatizados. (...) Igual com o negro, que não é esperado que o negro ocupe espaço na academia, que ocupe esses espaços, acontece igual com o indígena, ainda mais indígena dos Andes, tenha espaço na Academia. (Sara, peruana, 34, SP)***

Em alguns casos, como o relatado acima, o fato de ser ou ter ascendência indígena é fonte de desrespeito, principalmente pela vinculação com “bolivianos”, que se torna uma categoria de estigmatização em São Paulo, conforme já mencionado. No relato de Sara, peruana, é possível perceber como essa desvalorização opera aprioristicamente, ligada ao fato de ela ser migrante, possuir ascendência indígena e ser “confundida” com uma boliviana. Há uma quebra de expectativas quando ela afirma estar cursando doutorado, já que isso não era o esperado por aqueles que reproduzem o desrespeito.

Outras migrantes entrevistadas comentaram sobre situações de discriminação nos espaços acadêmicos, manifestadas, também, com as mulheres que se deslocam para o país como intercambistas ou para desenvolver alguma pesquisa com auxílio financeiro em universidades públicas brasileiras. Além dos estereótipos relacionados à origem e à raça/etnia, é comum, mais

uma vez, a ideia de que elas estão tirando a oportunidade ou ocupando vagas que seriam destinadas aos nacionais.

Eu já escutei isso de falarem que estamos tirando vaga de brasileiro. E antes de vir para aqui, a embaixada falou para a gente as coisas que os brasileiros podiam falar, e uma delas foi isso, das vagas. (Júlia, hondurenha, 20, BH)

O pessoal falava no começo, quando a gente saía, eles perguntavam como a gente se mantinha, de dinheiro, e quando falávamos que a gente era bolsista eles achavam ruim. Pelo fato de sermos bolsistas e fazermos estudos aqui no Brasil. (Joana, mexicana, 36, BH)

*Uma discente me falou: "mas esse problema não é pessoal, é simplesmente porque você é estrangeira". **Aí eu senti muita xenofobia.** Porque eu comecei a imaginar todas as situações que essa moça poderia falar para outros grupos sociais, por exemplo: "ah, mas isso não é pessoal, é somente porque você é mulher", ou " não é pessoal, é somente porque você é negro". Acho que essa foi uma das situações que mais me decepcionou. Esse tipo de comentário. **E eu entendi que era como se ela estivesse falando que eu não merecia o direito, a bolsa, tanto quanto uma pessoa brasileira.** Ela falou que eles estavam contra receber estudantes estrangeiros porque não tinha bolsa para todo mundo no departamento. (...) **E eu fiquei muito mal.** Esse comentário foi para mim... eu fiquei com vontade de chorar nessa hora. (Pilar, argentina)*

Pilar, argentina e estudante de pós-graduação no Brasil, menciona um problema que teve em âmbito acadêmico, evidenciando como a questão foi considerada por uma colega de departamento. O comentário feito pela discente expressa como o fato de ser migrante foi mobilizado para justificar um tratamento dado a ela. O sentimento de estar numa posição diferente da dos demais e, mais que isso, a ideia de que ela não merecia estar em condições de igualdade em relação a brasileiros foi, para Pilar, uma situação decepcionante. Na perspectiva honnethiana, essa percepção poderia evidenciar um desrespeito no domínio do direito. Isso porque, segundo o autor, “a experiência de ser reconhecido pelos membros da coletividade como uma pessoa de direito significa para o sujeito individual poder adotar em relação a si mesmo uma atitude positiva” (HONNETH, 2003, p. 139).

Se a situação vivenciada por Pilar representou uma tensão na dimensão dos direitos e igualdade e, se a inserção no mercado de trabalho tende a ser mais difícil para mulheres migrantes, outros relatos evidenciam experiências de desrespeito sofridas por aquelas que já estão empregadas. Nesse sentido, algumas narrativas expõem casos de tratamento discriminatório, exploração e privação de direitos, além de outras formas de degradação e violação.

*Ah, quando eu estava trabalhando eu passei muitas coisas. **O pessoal do trabalho me tratava mal, o patrão, os colegas. Ô... igual que um escravo!** Você não tem direito a descansar, todo mundo fica falando, falando. **Aí quando você para um pouquinho, porque eu trabalhava de faxina, era muito pesado, se você tirava uns 5 minutos para***

descansar um pouquinho, todo mundo ficava falando. Se você sentava era porque não queria trabalho. Mas todo mundo fazia isso [descansava] e o patrão via, só que se você é brasileiro você tem direito. (...) Se uma pessoa está limpando um lugar grande e precisa de ajuda, você vai lá e ajuda. Quando você precisa, ela não ajuda. E você não tem direito de falar. Tem que fazer suas coisas sozinha, mas quando o brasileiro vai fazer, você tem que ajudar ele. (Cora, haitiana, 36, BH)

Eu me sentia mais cansada lá do que trabalhando na minha casa. Porque lá eles ficavam te olhando, você não podia levantar. (...) Eles falavam "ah, não tem que ir com o celular, não tem que levar o celular no banheiro". Tudo isso eu escutei lá. Mas tem muitos brasileiros que falam que não aguentam [trabalhar nesse local], porque assim... a dona exige muito. A gente está fazendo o possível, mas ainda ela quer mais. Ela só queria mais. Mas mesmo assim, nem sempre todo mundo tem aquela mão para fazer rápido e tal, mas a culpa sempre era nossa. (Daniela, boliviana, 37, SP)

O boliviano que nos trouxe, ele tirou nossos documentos, porque ele queria ter garantia, pensava que a gente ia fugir... Falava que trazia boliviano de lá, que sempre fugiam. Antigamente, até agora mesmo, tem bolivianos que trazem outros bolivianos dali para escravizar, para trabalhar, eles não pagam bem. Comigo aconteceu isso. (...) A gente morava bem, mas assim, eu vim com meu menino... o que tem 33 anos hoje. Aí a gente veio e o dono da oficina não queria que a gente desse banho no menino... ele tinha que tomar banho só uma vez por semana. E era calor, chegamos em verano. O chefe falava que a gente tinha que trabalhar mais, porque ele [a criança] comia, tomava banho... (Magda, boliviana, 50, SP)

A empresária tinha retido nossos documentos, a gente estava ilegal. E também... a primeira vez que vi uma garrafa grande de cerveja e a empresa não deixava a gente fazer nada, não deixava a gente beber, nada. Deixava a gente preso. (...) Então o primeiro choque foi quando recebemos e ela falou para a gente: "ah, vocês já gastaram tudo? Porque não vai ter dinheiro mais". Por show, Paula, ela pagava 2 reais. A gente passou muita coisa, que as vezes nem quero lembrar disso. Só falo quando me perguntam, mas ah... nem sempre eu gosto de lembrar disso. Nossa, era uma esclavidud... (Márcia, cubana, 51, BH)

Nos trechos acima, quatro entrevistadas narram casos de privação de direitos e exploração ligadas ao mundo do trabalho. O relato de Cora expõe um tratamento desigual em comparação ao que era dado aos brasileiros, seja no impedimento de descanso, seja na negação de ajuda a ela. Nos casos de Daniela, Magda e Márcia, essa situação de desrespeito aparece tanto nas exigências e na remuneração baixa recebida, quanto na retenção dos documentos por parte das empregadoras das migrantes. Assim como Daniela, que é boliviana e migrou para São Paulo para trabalhar numa oficina de costura, Márcia saiu de Cuba para dar continuidade a seu trabalho numa orquestra. Cantora e musicista, ela migrou para Belo Horizonte com outros cubanos que compunham esse grupo musical, mas, ao chegarem aqui, as condições laborais eram precárias. A empresária reteve os documentos dos migrantes, pagava remunerações irrisórias aos trabalhadores e controlava como eles usavam o dinheiro. As atitudes impediam que migrantes se deslocassem livremente pela cidade, mesmo porque eram constantes as ameaças de denúncia à polícia e a chantagem para que eles não saíssem de casa, já que estavam

em situação irregular e, segundo a empresária, poderiam ser presos ou deportados. A mesma situação aconteceu com Daniela, como já apontado, e com Magda, que também se deslocou da Bolívia com a promessa de trabalho em oficinas de costura. Veio com passaporte e visto de turismo, mas com o passar do tempo e o vencimento dessa autorização, ela e sua família se encontraram em situação irregular, fato que era mobilizado pelo empregador para negar direitos e impedir que saíssem de casa.

Nesses três casos de retenção de documentos e privação de direitos, é importante, ademais, perceber como é comum a comparação da situação vivida com um cenário de escravidão. As mulheres têm consciência das condições laborais que se encontravam e relatam, ainda, que a situação mudou quando elas conseguiram deixar o emprego. No caso de Márcia, ela saiu da orquestra e começou a trabalhar em outras ocupações, principalmente em hotéis e restaurantes. Já Daniela e Magda conseguiram comprar suas próprias máquinas de costura, o que lhes conferiu maior autonomia no trabalho. Sobre a documentação, Márcia e Magda conseguiram a regularização por meio da anistia concedida a migrantes em condição irregular, em 1998 (Decreto nº 2771, de 8 de setembro de 1998), e Daniela buscou a documentação após o nascimento dos filhos no Brasil.

Com base na ótica do reconhecimento e, mais ainda, entendendo as experiências abordadas como situações de reconhecimento negado, seria possível perceber como a privação de direitos e a exclusão social dizem respeito não só à perda de autonomia pessoal – como nos casos de impedimento para sair de casa ou a negação do controle sobre a própria remuneração e documentação – mas, refletem, também, o sentimento de não possuir o status de parceiras de interação em condições de igualdade e imputabilidade moral. É importante mencionar que a questão documental foi abordada pelas migrantes entrevistadas não só em situações de retenção dos documentos, como as já citadas, mas para apontar alguns obstáculos burocráticos nos procedimentos relativos a essa questão junto à Polícia Federal. Muitas relataram a demora nos processos, requisitos muito estritos e situações de tratamento arredo por parte de funcionários.

*Eu sinto medo, né. **Você não é mais cidadão.** Porque você é limitado a uma questão política, né. (...) Agora, **na experiência do cotidiano, é complexo, porque você fica com certo medo, sabe? Você fica com medo de terminar não sendo considerada uma pessoa de direito.** Porque você já é taxado como um estrangeiro, isso já é complicado. (...) Então é um medo muito latente, é um pouco a limitação de não ter documento, porque se em algum momento alguém te pedir e você tiver que falar: "olha, não tenho, tenho só esse documento", não seria suficiente para você comprovar que você está de forma regular no país. **E tem lugar que eu preciso ir com documento e eu fico pensando que não tenho documento como os outros.** (Sara, peruana, 34, SP)*

Porque se você não tem documento para garantia, como você vai comprar uma coisa na loja? Então o documento é muito, muito importante. Até para ir ao médico.

Quando fui colocar o marca-passo, meu documento era provisório, não era definitivo, aí quase que eu não coloco. Mas como eu tinha a certidão de casamento que falava que eu era casada com brasileiro, aí eles aceitaram. Nisso o casamento ajudou um pouco. Mas eu acho que isso não deveria existir não... só por ser casada com brasileiro que pode?! (Beatriz, boliviana, 58, SP)

É relevante observar como a questão documental perpassa, também, experiências cotidianas, como ir ao médico, fazer compras em lojas e frequentar o cinema. Sara, por exemplo, precisou solicitar outro documento porque a grafia do nome de um de seus pais estava errada. A espera para que a nova via chegue já dura quase um ano e, enquanto isso, ela porta um protocolo, impresso num papel comum. O sentimento descrito por ela é comum a muitas migrantes é de não-cidadania, bem como um receio de não ser considerada “uma pessoa de direito”.

Em outras entrevistas, essa percepção da não cidadania também foi presente, principalmente relacionada a outras formas de desrespeito. As narrativas apresentadas até então demonstraram como as experiências no âmbito do trabalho se relacionam, principalmente, com lutas por reconhecimento que perpassam os domínios do direito e da estima social. Houve um caso, contudo, em que o desrespeito contemplou, também, situações de violação que, com base na tematização de Honneth (2003) poderiam ser lidas sob a ótica da dimensão do amor/ afetos.

É o caso da trajetória de Beatriz, boliviana de 58 anos. Sua história abarca alguns pontos já trabalhados e evidencia como as lutas das mulheres migrantes podem atravessar os três domínios do reconhecimento. Durante o relato, Beatriz conta ter começado a trabalhar aos 14 anos, ainda na Bolívia. Vinda de um contexto pobre e de uma família de 16 irmãos, o primeiro emprego foi como babá, na casa de uma família em uma cidade próxima da que vivia. Beatriz expõe que trabalhou no local durante menos de um ano, pois foram várias as ocasiões em que o irmão e o pai da patroa tentaram estupra-la. O mesmo aconteceu em outros empregos em que trabalhou como empregada doméstica, até mesmo no Brasil.

Essas situações, na avaliação de Honneth (2003), afetam a integridade corporal da pessoa, representando formas de maus-tratos em que lhe são tiradas as possibilidades de livre disposição sobre o próprio corpo. Casos de estupro, assédio e violência sexual representam uma humilhação que interfere na autorrelação prática de um indivíduo, tendo em vista que essa violação “não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade do outro, sem proteção”. (HONNETH, 2003, p. 215).

Dá raiva, dá um nojo. Só porque você é empregada doméstica eles pensam que eles podem. "Ah, eu vou e faço, levantei e pronto". Só que não é assim, empregada

doméstica tem dignidade. Tem sua honra para cuidar também, para se proteger. Não é porque é empregada que cada um vai pegar, não é assim. Tem que aprender a respeitar. (...) E se for negra é pior ainda. Se for imigrante, pior ainda. Falam que "ah, migrante não sabe nada", "migrante não tem direito", "não pode falar nada", "não tem onde morar, então vai ficar na casa mesmo".... Acontece. (Beatriz, boliviana, 58, SP)

No relato acima, Beatriz fala de um sentimento pessoal, mas o expõe inserido na trajetória de outras mulheres (não apenas migrantes) que também passam por situações assim, buscando construir uma gramática vinculante sobre essas vivências. Ela reforça a importância de valorização dessas trabalhadoras e reivindica que o tratamento dado a elas seja justo, mobilizando termos como dignidade, honra e respeito. Em outros trechos, a narrativa de Beatriz traz, ainda, outras questões, como a exploração e a falta de direitos trabalhistas, relatos similares aos que foram abordadas por outras migrantes. Em São Paulo, ela trabalhou numa casa durante seis anos, sem carteira assinada e salário mínimo. Num certo momento, precisou fazer uma cirurgia e tirou licença, mas a cobrança para que ela voltasse ao serviço era constante, mesmo com o atestado médico. Beatriz relata, então, como se colocou diante da situação, o que nos traz algumas reflexões e articula pontos já trabalhados.

Quando eu voltei da cirurgia, depois dos dois meses, fiquei uma semana trabalhando e um dia eu falei com ela "Vem cá, quando você vai me pagar os dois meses que eu tirei de licença? os dois meses que eu estive de licença você tem que me pagar. É um direito que eu tenho." E ela "não, você não tem direito, você não trabalhou, você não é registrada, você não tem documento, você não é brasileira". E eu disse a ela "como não tenho documentos, isso aqui é o que?" E mostrei para ela o meu RNE, que diz que eu sou estrangeira, mas eu tenho documento no Brasil. E falei "esse é meu documento aqui no Brasil. Você não me registrou porque você não quis, você nunca teve a intenção de me registrar. Mas ainda assim eu tenho direitos, está na lei." Ela ficou assustada e me perguntou "onde você aprendeu isso?". E eu disse: "eu não sou brasileira, mas eu conheço um pouquinho da lei daqui. E eu sei que é assim". Ela achou que eu não sabia porque eu era migrante. (Beatriz, boliviana, 58, SP)

Tanto esse quanto o outro trecho da entrevista de Beatriz evidenciam uma desvalorização apriorística da condição de migrante, forma de desrespeito que foi presente, também, em casos já apresentados neste capítulo e nas trajetórias de outras mulheres. Há a ideia de que migrantes não sabem se defender e/ou não entendem sobre seus direitos, portanto não os reivindicariam. No caso da entrevistada, ela não só estabeleceu suas reivindicações como denunciou a ex-patroa, com o apoio do Sindicato das Empregadas Domésticas de São Paulo. Beatriz é, também, a primeira migrante sindicalizada no Brasil²⁸. Segundo ela, as situações que

²⁸ Diferentemente do que era previsto no antigo Estatuto do Estrangeiro, o direito de associação sindical a migrantes foi garantido a partir da sanção da Lei de Migração (Lei nº 13.445/17).

viveu a motivam a desempenhar um papel de liderança em seu atual espaço de trabalho, e a auxiliar outras mulheres que se encontram em situações semelhantes.

Me sinto feliz, porque como eu já passei aquilo tudo, eu não quero que elas passem o que eu já passei. Eu falo isso aqui também para elas. Porque eu sei como é. E tem gente que fala "ah, você não entende", eu entendo, sim. Eu já passei por isso. É muito triste a realidade das empregadas domésticas. (Beatriz, boliviana, 58, SP)

A dimensão da experiência compartilhada, como exposto por Beatriz, é um dos pontos que vinculam as lutas por reconhecimento às formas de resistência adotadas pelas mulheres migrantes entrevistadas. É também uma dimensão que perpassa todos os grandes temas que optamos por mobilizar analiticamente. Sendo assim, essa questão será abordada, com mais profundidade, nas discussões adiante.

3.3. Acesso a direitos e participação política

O acesso aos direitos e a participação política são outros temas que se fizeram presentes nas narrativas das mulheres migrantes entrevistadas. Sobre esses pontos, entendemos que eles contemplam 1) a questão do voto e a participação; 2) a relação com órgãos e instituições voltados para a causa migratória e 3) a percepção sobre a Política Municipal para Imigrantes, em São Paulo.

Sobre o primeiro tópico, é importante expor que, segundo o artigo 14, §2º da Constituição Federal, é vedado o alistamento eleitoral a estrangeiros. A única possibilidade, nesse aspecto²⁹, é a de que o migrante se naturalize, ou seja, adquira a nacionalidade brasileira. Para tanto, é necessário que a pessoa resida no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e não possua condenação penal. O tema dos direitos políticos, contudo, não é consensual entre as migrantes entrevistadas. Algumas argumentam não enxergar necessidade de votar, enquanto outras se sentem invisibilizadas por não poderem participar do processo eleitoral. Sobre a naturalização, que permite o alistamento eleitoral a partir dos critérios acima, muitas delas destacaram a dimensão simbólica e identitária que perpassa o ato de adquirir outra nacionalidade. Em alguns casos, naturalizar-se no estrangeiro implica perder a nacionalidade

²⁹ A exceção é para as pessoas originárias de países de língua portuguesa. Nesse caso, para a naturalização, é exigida a residência por um ano ininterrupto, bem como a ausência de condenação penal. Ademais, de acordo com o Art. 12, §1º, “Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.” (BRASIL, CF 1998).

adquirida no local de origem. Em outros países, é possível manter duas nacionalidades, mas esse ato também não é visto de forma consensual entre as mulheres que conversamos.

*Bom, em todo país tem que naturalizar, né. Então é do país, eles não aceitam mesmo. Isso não me incomoda. Na minha vida eu votei só uma vez e até eu morrer, não vou votar em ninguém. Ah, se você votar, quando eles querem você, ele vem atrás de você para você votar, colocar ele no trono. Quando ele subir lá no trono, depois ele não quer saber mais de você, ele vive bem, pensa só família dele.... Aqui no Brasil eu estava querendo naturalizar, mas não quero mais não. **Eu não vou votar não, até eu morrer eu não voto em ninguém.** Nem título eleitoral eu tenho, eu não sei onde ele está. Lá no Haiti não é obrigatório votar. (Cora, 37, haitiana, BH)*

*Isso não me incomoda, porque é normal. **Você é cidadão do país, mas você não é brasileiro, então não acho que tem que votar.** Se você fizer a naturalização, aí você pode porque vira brasileiro, mas se você não faz isso, não. Normal. (Renata, haitiana, 23, BH)*

Em ambos os trechos, as entrevistadas dizem não se incomodar com a impossibilidade de votar no Brasil. Ambas, que vêm de um país onde o voto é facultativo, consideram ser normal que o direito político não seja garantido a migrantes, tendo em vista que essa é uma prática comum em outros países. Cora justifica seu posicionamento expondo uma insatisfação, já que, segundo ela, os políticos só se aproximam da população em época eleitoral. O voto, portanto, é visto de forma negativa. Já Renata menciona a questão da cidadania, concordando que o direito deve ser concedido apenas a nacionais. Em outros relatos, contudo, o fato de não poder votar é encarado como uma privação de direitos a migrantes.

*Quando vejo o que vão fazer aqui é horrível. **E a gente [migrantes] não pode fazer nada. Eu sinto muita impotência de não poder fazer nada.** De não poder votar e não falar: "gente, eles vão acabar com tudo aqui". (Alice, chilena, 23, BH)*

*O que eu sinto, pessoalmente, é **que eu sou como uma criança.** Que eu tenho o mesmo direito que uma criança. Eu falo e eu não tenho direito a falar porque "eu não sei", "porque eu não sou daqui" e eu não tenho direito de decidir quem faz as políticas do lugar onde eu moro. Então para mim esse é o sentimento, de infantilização. (Ana, chilena, 41, SP)*

*Para mim acho que foi forte. Porque na Bolívia, por uns 11 anos fiz parte de um grêmio. Em escola, faculdade... então **o tema do voto é uma questão muito importante.** E aqui, por exemplo, a comunidade boliviana, nos articulamos entre vários grupos para conseguir o voto dos bolivianos, porque os bolivianos não votavam no exterior... então, num primeiro momento, foi uma grande luta isso. Os companheiros fizeram reunião, fizeram greve de fome, eu não fiz porque estava grávida de 5 meses... mas para que você veja a importância que é votar para nós. E não poder votar aqui ... eu, às vezes, sinceramente, sinto que perco tempo, sabe? **Porque lutamos um montão e você não tem peso político. Porque, para os políticos, alguém que vota importa. E os imigrantes não.** Então às vezes me sinto como um fantasma numa casa. **Habito o lugar, mas não posso mexer em nada.** (Lúcia, boliviana, 38, SP)*

Nos três trechos destacados, é comum o sentimento de impotência advindo da impossibilidade de votar. Nesses casos, a luta e a participação política estão diretamente relacionadas ao voto, portanto a não garantia desse direito implica uma sensação de infantilização e de insuficiência no tangente às demandas e possibilidades de mudança do cenário social em que as migrantes se inserem. O comentário de Lúcia traz, ainda, um argumentação similar à de Cora, de que os votantes são considerados pelos representantes. Para uma delas, contudo, isso é motivo para que ela não vote, enquanto para a outra, esse fato fortalece, ainda mais, o desejo pela participação eleitoral.

É interessante observar como o histórico e o contexto dos países de origem são trazidos pelas mulheres entrevistadas, mesmo por aquelas que não são contra o impedimento ao voto. Essa perspectiva é mobilizada, também, nos discursos sobre a naturalização, em que as entrevistadas ressaltam a questão simbólica e identitária que atravessa esses processos.

*No Chile, com 5 anos de residência, migrantes podem votar. E para tudo, presidente, prefeito, vereador... Então, tudo bem, lá tem medidas super-horríveis para imigrantes, não é ideal, mas **nesse sentido é bacana porque as pessoas estão politizadas**. Mesmo os migrantes tem posturas políticas e **conseguem chegar a ter um presidente que os considera**... E também, sei lá, eu sempre penso nesses velhinhos japoneses que tem tipo 90 anos, chegaram no Brasil criança e nunca votaram. **Porque o pessoal fala também uma coisa que é bem cruel que é "ah, mas você nacionaliza, naturaliza aqui"**. E, tudo bem, a gente até poderia, eu não perco a nacionalidade chilena, uma boliviana não perde a boliviana, mas o japonês, por exemplo, perde a japonesa. Então o **pessoal pensa que é como se fosse uma coisa que você quer deixar**... E tem o **simbolismo também de, sei lá, esse documento tem essa coisa que te permite voltar ao seu país quando você sai**. Aí se você perde o documento e volta a seu país, você volta como turista, sabe?! (...) E a gente tem que tirar CPF, tem que fazer declaração de renda, pagar imposto... tudo. **Então é uma troca meio injusta, assim**. (Ana, chilena, 41, SP)*

*A gente se sente cidadão de segunda classe. **Sem cidadania plena**. (Lúcia, boliviana, 38, SP)*

A questão da não-cidadania, já mencionada em outros contextos neste capítulo, aparece tematizada também nos relatos acima, assim como a ideia de injustiça. O fato de não poder votar e, mais ainda, de ter que adquirir outra nacionalidade para tal, é algo que as situa em uma posição diferente da dos demais, não conferindo o status de igualdade como o dado a outras pessoas que compartilham do mesmo espaço. Essa percepção de exclusão, impotência e injustiça é tematizada, também, ao falarem sobre a participação em manifestações, protestos e mobilizações, em geral. Pela Lei de Migração (nº 13.445/17), é permitida a reunião de migrantes para “fins pacíficos”, entretanto, algumas entrevistadas mencionaram certo receio em

participar desses atos, com medo de sofrerem processos de expulsão e/ou deportação por algum motivo.

3.3.1. São Paulo e a Política Municipal para a População Imigrante

A vivência e a participação política envolvem, também, a mobilização e a percepção de migrantes sobre as iniciativas voltadas a esse público. Nesta pesquisa, escolhemos realizar o trabalho de campo em Belo Horizonte/MG e em São Paulo/SP, entrevistando mulheres migrantes nascidas em países da América Latina e Caribe e que vivem nessas cidades. Em relação à capital paulista, um dos motivos para a escolha estava ligado ao fato de o município se destacar no país por sua legislação e política municipal voltadas para migrantes. Entre nossos objetivos, estava o de avaliar se a existência dessa institucionalidade poderia impactar na organização política e nas formas de resistência adotadas por migrantes. O que percebemos, contudo, é que o movimento é inverso: a legislação e a política existem como consequência e em decorrência da mobilização dessa população. Como apontam Sampaio e Baraldi (2019), a sociedade civil vem exercendo pressão social para expandir os direitos políticos às pessoas migrantes desde o processo constituinte, que se deu no marco da transição democrática brasileira. Os avanços, contudo, são recentes e, dentre eles, destaca-se a criação da cadeira de Conselheiro(a) Extraordinário(a) Imigrante³⁰ do Conselho Participativo Municipal das subprefeituras da cidade de São Paulo, em 2013, antes mesmo da implementação da Política Municipal para a População Imigrante.

São Paulo assumiu o pioneirismo ao implementar a Política Municipal para a População Imigrante (PMPI), instituída pela Lei Municipal 16.478/2016 e o Decreto Municipal 57.533/2016. A legislação foi elaborada pelo Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População Imigrante e articulada pela Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMigTD), criada em 2013 no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC). De acordo com Sampaio e Baraldi (2019), os principais preceitos que balizaram o trabalho da Coordenação, bem como o desenvolvimento da PMPI, são a) o reconhecimento da relevância dos fluxos migratórios para a capital paulista e dos imigrantes como sujeitos de direitos; b) a promoção e garantia dos

³⁰ A Cadeira de Conselheiro(a) Extraordinário(a) Imigrante no Conselho Participativo Municipal foi criada por meio do Decreto 54.645/2013.

direitos fundamentais de migrantes; c) a promoção da integração cultural e social por meio da troca de saberes entre as comunidades; d) a não criminalização de migrantes e o respeito ao direito à mobilidade. É importante destacar que acontecimentos nacionais e globais, além de várias iniciativas e eventos municipais antecederam a criação da PMPI, o que reflete o processo de mobilização e pressão social feito pela sociedade civil, coletivos de migrantes e instituições que trabalham com a temática. Como destacam Sampaio e Baraldi (2019),

Observa-se que os coletivos migrantes e as entidades envolvidas em torno da temática já estavam bem familiarizadas com representantes do poder executivo dos diversos níveis federativos que se declaravam sensíveis à temática migratória, mas cujo discurso não se expressava em ações que promovessem a isonomia de direitos e participação efetiva dos imigrantes na construção de políticas públicas (SAMPAIO E BARALDI, 2019, p. 20).

Durante a campanha para a prefeitura de São Paulo, em 2012, portanto, a pauta foi apresentada para os candidatos. A temática foi incluída no plano de governo de Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores – PT) e, posteriormente, ao se tornar prefeito, fez parte de seu Programa de Governo (SAMPAIO E BARALDI, 2019).

No tangente à participação social de migrantes, a PMPI de São Paulo, por meio do Decreto nº 57.533/16 apregoa, dentre outros pontos, que o Poder Público Municipal deve incentivar o fortalecimento de coletivos, associações de imigrantes e organizações que atuem com essa temática, por meio de oficinas de formação, editais e apoio a esses grupos, entre outras ações. Este é um ponto interessante para nossa pesquisa, pois a própria formação e atuação de coletivos de migrantes é central para nossa análise, principalmente por entendermos – como será discutido na próxima seção deste capítulo – que esses grupos se constituem como formas de resistência adotadas coletivamente por mulheres em diferentes contextos. O incentivo à atuação dessas organizações por parte do poder público, desse modo, pode influenciar nas demandas, estratégias e formas de atuação desses grupos.

Além desse ponto, a PMPI preconiza que a municipalidade deve promover e permitir a participação de imigrantes em eleições nos conselhos, comitês e órgãos colegiados, tanto como eleitores, quanto como candidatos. A legislação institui, ainda, o Conselho Municipal de Imigrantes – CMI, órgão consultivo vinculado à Coordenação de Políticas para Migrantes. Sua composição é paritária entre sociedade civil e Poder Público, tendo 50% das vagas reservadas para mulheres. Dentre as principais atribuições do CMI, destaca-se a participação na formulação, implementação, monitoramento e avaliação da PMPI, além da defesa dos direitos

das pessoas migrantes, e a convocação, a cada dois anos, das Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes. Em 2019 foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes³¹, entre os dias 8 e 10 de novembro, sob o lema “Somos Tod@s Cidadãos”. É interessante pontuar que, durante o evento, diversos pontos foram discutidos, entre eles a prevenção e luta contra a xenofobia – temática que, conforme pontuamos ao longo do trabalho, é presente nas experiências de migrantes - além de debates em torno do gênero e da migração de mulheres. Isso demonstra que a temática vem sendo trabalhada em diferentes espaços – e, no caso das conferências, com a participação da população migrante – o que reforça a importância de que políticas sejam elaboradas por e para as mulheres migrantes.

Além desses debates, várias propostas de políticas foram elencadas, e a já mencionada demanda pelo voto migrante foi uma das questões que se destacaram em diversos momentos. É importante mencionar que a primeira conferência voltada para a temática foi realizada em 2013, antes mesmo da existência da Política Municipal para a População Imigrante. Desde então, São Paulo conta não só com a PMPI, mas com o próprio Conselho Municipal de Imigrantes, as já citadas vagas nos Conselhos Participativos das Subprefeituras, e equipamentos como o CRAI – o Centro de Referência e Atendimento ao Migrante. Nesta pesquisa, buscamos, também, compreender a percepção das mulheres migrantes entrevistadas sobre a política municipal migratória de São Paulo. As avaliações contemplam distintas perspectivas.

Eu nunca entrei nesses pontos, assim, mas eu sei que tem. Eu nunca fui no Centro de Migrantes. Sei que tem, mas nunca fui. Moro há 23 anos aqui, mas nunca fui. Mas, assim, se tem gente que me chama, aí eu vou. Mas ir, por mim mesma, não. (Beatriz, boliviana, 58, SP)

Eu sei que existe, sei que a Política é boa porque tem uma secretaria no município de São Paulo que promove eventos, apoia coletivos e grupos de migrantes. E sei que existe um Conselho de migrantes, estou até há um tempo falando que vou, mas não consegui. Eles se reúnem, são eleitos e se reúnem para discutir algumas coisas sobre a política de migração, mas eu nunca estive por perto para avaliar como funciona. Mas são espaços, né. São espaços de atuação que a gente tem. Eu não saberia te dizer quão efetivo isso é, mas só o fato de ter um espaço já é bom, ter uma Secretaria já é bom. Eu espero que não tenha nenhum tipo de retrocesso, tomara que não. (Sara, peruana, 36, SP)

Está no papel maravilhosa. Na época do anterior governo³², que foi quem implementou essa política, eles sim deram muita ênfase ao recurso, ao pessoal preparado para o atendimento em saúde, pessoal preparado para as diferentes situações, mas hoje, com essa mudança que houve na política, houve um retrocesso em termos de direito. Então esse retrocesso significou que, por exemplo, a gente ouve, essas são falas delas [de outras migrantes], por exemplo, que para agendar um atendimento ginecológico para uma brasileira demora um mês, um mês e meio. Para

³¹ O evento, que contou com a participação de 177 delegados migrantes, discutiu 211 propostas que foram elaboradas ao longo de 23 etapas prévias (4 pré-conferências e 19 conferências livres realizadas na cidade).

³² Sílvia refere-se ao governo de Fernando Haddad (2012 – 2016), do PT. No ano corrente, a prefeitura de São Paulo está sob o comando de Bruno Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

uma imigrante demora quatro meses. Então não está dito, não está escrito, mas elas comentam, elas falam para nós. (Silvia, peruana, 61, SP)

Algumas mulheres entrevistadas afirmaram nunca terem acessado órgãos como o CRAI e o próprio Conselho Municipal de Imigrantes, apesar de reconhecerem sua importância e a necessidade de iniciativas como a Política Municipal para a População Imigrante. Entretanto, outras pontuaram que, com a mudança de governo, houve alguns retrocessos na política que, apesar de regulamentada por lei, encontra alguns percalços. Outro ponto mencionado pelas entrevistadas diz respeito à própria participação de migrantes na construção e atuação desses órgãos. Conversamos com mulheres que contribuíram e se envolveram no processo de elaboração da Lei Municipal 16.478/2016, que instituiu a PMPI. Nas falas das entrevistadas, é possível perceber uma tensão entre o reconhecimento da relevância e dos avanços obtidos ao longo desse processo, e a percepção de alguns desafios e limitações existentes no tangente à implementação da política. As reivindicações ainda perpassam o fato de a participação dos migrantes ser consultiva, e não deliberativa. Os trechos a seguir reproduzem um diálogo entre duas mulheres com que conversamos. A entrevista com elas foi feita simultaneamente, por uma questão de disponibilidade das entrevistadas. Nesse caso, a pesquisadora fazia uma pergunta e as duas respondiam, como e na ordem que quisessem. Aqui, optamos por reproduzir as respostas de ambas – e não as falas separadamente – para evidenciar a construção do diálogo e dos pontos de vista observados.

*L: **A participação dos migrantes é simbólica...** Tem a Coordenação de Políticas para Migrantes, mas isso depende de quem? Não depende dos imigrantes. Depende da boa vontade de quem assume essa coordenação. Na Conferência Municipal de Migrantes, incluso na ConMigrar, que foi a nível federal, **sempre foi consultivo. Não temos nada deliberativo, porque não temos voto. Então estamos há anos e anos e anos fazendo coisas consultivas...** poucas vezes conseguimos, como para a Nova Lei de Migração, acho que ficamos como que 3 anos em grupos com especialistas para construir as propostas e o Temer colocou 27 vetos. Então as coisas que fomos trabalhando muito, com a nossa escolha, ah, vetos.*

*A: **Mas acho que nessa lei nós conseguimos colocar coisas que não teriam sido colocadas se a gente não estivesse lá falando.** Pequenas coisas, sim, mas sei lá... eu lembro, por exemplo, dos filhos dos imigrantes. Porque a lei só falava das crianças imigrantes... É que eu comparo com outros lugares tipo o Chile e acho que conseguimos ter alguns avanços. Coisas pequenas, porque quem tem mais poder são as organizações brasileiras ou aquelas grandes, internacionais.*

*L: **É como um lobby. Já tem uma estrutura, já se conhecem...** Porque incluso na elaboração eu via coisas que estavam pré-armadas. E, tipo, era isso, revisar o texto e poder fazer uma observação. Porém não elaborar o texto, não elaborar as propostas. (...) É interessante ter uma Conferência Municipal, por exemplo. E uma coisa que estou falando, é que supostamente seria aberta para qualquer imigrante poder participar das reuniões do Conselho. **Nunca fiquei sabendo das reuniões, nem do horário. Como você participa? Não sabemos nada do que está fazendo esse Conselho.** Primeira coisa que fez esse Conselho é a organização dessa Conferência.*

A: *Porque a lei é bastante boa, mas ela não teve implementação. E aí tem meio que proforma agora. Estão fazendo essa conferência, fazendo reuniões.*

L: *Mas no contexto que estamos, não sabemos como não foi eliminada essa Coordenação. Então também você fica nessa... **podemos ir contra, mas se fizermos muito ruído, podem tirar**, como foi a Secretaria de Políticas para Mulheres.*

A: *Sim, porque pelo menos tem o CRAI, tem algumas leis que você pode utilizar.*

L: *Sim, ainda tem. Mas é complicado. **O CRAI, por exemplo, saiu por uma luta dos movimentos migrantes de anos. A Coordenação de Políticas para Migrantes também, porque foram muitos anos com a população migrante lutando por isso, então, sim, conseguimos coisas. Pero entre condições. E também isso de burocratizar as coisas sem direito político...** E se não há verba... a verba da Coordenação é ridícula em comparação a outras coordenações, outras secretarias. **A Secretaria de Direitos Humanos cada vez tem menos verba, então como construir políticas públicas assim? Se não tem direito político também?** Então é depender da boa vontade das pessoas. E são coisas superinteressantes, mas **falta mais diálogo com a sociedade civil. Mas a sociedade civil às vezes não se envolve também, muitos não gostam...** então é um círculo vicioso aí. (...)É interessante porque é a única cidade que tem uma Coordenação de Políticas para Migrantes, que tem uma lei... superinteressante. **O problema é que sem direitos políticos, acho que a participação fica um pouco "formal", sabe?!** (Ana, chilena, 41 e Lúcia, boliviana, 38, SP)*

O diálogo evidencia as tensões já mencionadas, a percepção das migrantes sobre a vivência em São Paulo e as formas de resistência política adotadas. Nesse sentido, sobre esse trecho da entrevista, destacamos alguns pontos: 1) há a demanda para que a participação da população migrante seja ampliada, para além de um caráter “consultivo”, ou de uma atuação “simbólica”, como elas mesmas descrevem; 2) há o reconhecimento de que o processo de elaboração da legislação migratória – tanto municipal quanto nacional – contou com a atuação e pressão de migrantes, principalmente por meio organizações e coletivos (como evidenciado na fala de Ana: “nós conseguimos colocar coisas que não teriam sido colocadas se a gente não estivesse lá falando”); 3) há dinâmicas de poder que perpassam esses processos, tanto na elaboração quanto na implementação das políticas.

Além disso, mais uma vez é exposta a questão do direito ao voto, demanda que apareceu em outros relatos nesta pesquisa e que foi uma reivindicação que se destacou não só na 2ª Conferência de Política para Imigrantes, como durante a 13ª Marcha dos Imigrantes de São Paulo³³, realizada no dia 1º de dezembro de 2019 (DELFIM, 2019). Na avaliação das migrantes entrevistadas, há um tensionamento que perpassa a representação e a participação política: por mais que elas evidenciem e reforcem a importância das iniciativas adotadas na cidade de São Paulo, o que se destaca é o sentimento de ausência de direitos, decorrente, principalmente, da

³³ A Marcha dos Imigrantes é realizada desde 2007 na cidade de São Paulo. É organizada pelo CAMI, o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, e por outros coletivos e organizações que atuam pela causa migratória. O lema da marcha, em 2019, foi “Livres com direitos em qualquer lugar do mundo”.

não garantia de direitos políticos. Conforme já pontuamos em outros momentos deste capítulo, há, nessa discussão, uma ideia de não-cidadania, esta que estaria circunscrita aos limites do Estado-Nação. Nesse sentido, as reivindicações relatadas pelas entrevistadas expõem que o reconhecimento estaria recusado pelas suas condições de “não cidadãs”, o que impede que tenham acesso a direitos – nesse caso, políticos – em pé de igualdade com os nacionais. Ao mesmo tempo, há um tensão, tendo em vista que elas sabem que solicitar a naturalização (considerando o tempo e requisitos para tal) também implica em perdas.

Embora com distinções da análise honnethiana, como apresentado no capítulo anterior, as abordagens de Nancy Fraser calcadas na ideia de Paridade de Participação e em sua concepção tridimensional de justiça poderiam, também, ser mobilizadas nesse caso. A autora reivindica que a justiça englobe, além de reconhecimento e redistribuição, a dimensão da representação, que é fundamentalmente vinculada ao âmbito político, este entendido “em um sentido mais específico, constitutivo, que diz respeito à natureza da jurisdição do Estado e das regras de decisão pelas quais ele estrutura as disputas sociais.” (FRASER, 2009, p. 19). Para a autora, a dimensão política é um âmbito estrutural, palco onde as lutas por reconhecimento e redistribuição são construídas, tendo em vista que está centrada num critério de pertencimento social, determinando quem é considerado membro e quem não é.

No diálogo acima, as migrantes relatam um sentimento de participação simbólica ou apenas “formal”, além de criticarem o fato de essa atuação ser, frequentemente, consultiva e não deliberativa, devido a relações de poder presentes e a estruturas pré-existentes que impedem essa atuação plena. Na avaliação de Fraser (2009), o âmbito político e da representação estão ligados a quem pode fazer reivindicações de justiça, bem como dizem respeito aos procedimentos que estruturam processos de contestação. Para a autora, essa dimensão política indica “não apenas quem pode fazer reivindicações por redistribuição e reconhecimento, mas também como tais reivindicações devem ser introduzidas no debate e julgadas” (FRASER, 2009, p. 19).

Os trechos destacados expõem a percepção das interlocutoras de pesquisa sobre a vivência da política em São Paulo, principalmente no que diz respeito a iniciativas existentes na cidade. E se a capital paulista se destaca nacional e internacionalmente como exemplo de boas práticas na gestão das migrações (OIM, 2019), outras cidades brasileiras ainda demandam políticas voltadas para a população migrante. No caso de Belo Horizonte, como o de muitas outras localidades no Brasil, o acolhimento e o auxílio na inserção dessas pessoas fica

unicamente a cargo de ONGs, associações da sociedade civil, organizações ligadas à igrejas, instituições de ensino, entre outros. Nas entrevistas realizadas em Belo Horizonte, algumas migrantes mencionaram ter contado com o apoio desses grupos.

A universidade me ajudou na hora que cheguei, que me deu esse padrinho, no programa de apadrinhamento para estrangeiros. E me deram um papel para comer no bandeirão e mandaram e-mails com informações para fazer o RNE, eles informam esse tipo de coisas... Depois eu fui para a Polícia Federal, mas não tive contato com outra instituição. Os estudantes estrangeiros fazem também encontros, né. Teve um encontro quando cheguei para dar as boas-vindas, falar como é a vida acadêmica, orientar como trancar matéria e tal. (Pilar, argentina, 32, BH)

Fiz tudo sozinha. Meu filho falava: "faz isso, isso e isso". Depois que estava aqui, com a documentação, mi hijo e mi nora não podiam fazer a tramitação comigo porque estavam trabalhando. Né? Entonces eu disse: "yo puedo hacer, yo puedo hacer!". Aí fui aos Jesuítas³⁴ e eles me ajudaram a fazer carteira de trabalho. E eu já havia tramitado a residência temporal na Polícia Federal. Eu perguntei se podiam ajudar com a carteira de identidade, mas eles falaram que não, que era só esperar. Pero os Jesuítas são muito bons com isso, eles ajudam muito. (Carolina, venezuelana, 61, BH)

Outras mulheres entrevistadas afirmaram não ter contado com o auxílio de instituições. Neste tópico do capítulo, discutimos sobre a participação e vivência da política pelas mulheres migrantes, englobando questões como o acesso a direitos, a percepção delas sobre políticas públicas e a relação das mulheres com instituições e órgãos que atuam com a temática migratória nos locais em que vivem. É importante ressaltar, nesse sentido, como as teorias do reconhecimento se mostram, mais uma vez, frutíferas para analisarmos esses pontos, tendo em vista que estão relacionadas a uma concepção de política que está ligada à coletividade (MENDONÇA, 2012).

Para Honneth (2003), a própria construção dos *selves* é política, já que é permeada pelo poder. Essa relações e tensões que emergem no processo interacional e intersubjetivo foram destacadas pelas migrantes ouvidas, que também ressaltaram como a atuação de redes de apoio – que envolvem organizações e outros grupos e coletivos – assume relevância em suas experiências nos locais de destino. Aqui, a relação com o reconhecimento também se faz presente, principalmente se pensarmos no papel que essas redes desempenham tanto na luta pela garantia de direitos das pessoas migrantes, tanto no reforço de trocas intersubjetivas entre as mulheres e na construção vínculos entre elas e outras pessoas. Sendo assim, se a interação é um aspecto fundamental das lutas por reconhecimento, as experiências das migrantes estão marcadas por esses processos relacionais, que envolvem diversos atores sociais, incluindo as

³⁴ Ela refere-se ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR).

mais variadas redes de apoio. No tópico a seguir, dedicar-nos-emos, mais especificamente, a essas questões.

3. 4. Resistência e luta migrante

A temática da resistência é central para este trabalho, pois, além de estar relacionada às lutas por reconhecimento, evidencia aspectos da agência política de mulheres migrantes, sendo de suma relevância para a compreensão de suas vivências no país de destino. Como destacado anteriormente, a opção por abordar a resistência em um tópico específico – e não apresentá-la vinculada a cada grande tema – justifica-se pelo entendimento de que essa é uma dimensão ampla, que permeia vários dos assuntos abordados até então. Os relatos das entrevistadas expuseram como essa perspectiva se atrela às suas experiências, tanto num âmbito individual, quanto coletivo. Desse modo, entendemos ser possível organizar os achados e as reflexões sobre essa temática da seguinte forma: a) a dimensão individual e as formas cotidianas de resistência; b) as experiências compartilhadas e a formação de coletivos e c) mulheres migrantes e os feminismos.

3.4.1. A dimensão individual e as formas cotidianas de resistência

Até então, abordamos as lutas por reconhecimento e as situações de desrespeito que foram narradas pelas mulheres migrantes entrevistadas. Ponto indispensável, contudo, é entender que essas experiências de não-reconhecimento podem motivar lutas sociais, temática de suma importância para a compreensão das vivências de migrantes no país de destino. Na avaliação de Axel Honneth (2003), a tensão sobre situações de desrespeito só pode ser resolvida pelas pessoas na medida em que reencontram a possibilidade de ação ativa. Casos de privação de direitos, degradação ou maus-tratos físicos, portanto, podem estimular a resistência política dos indivíduos ou de grupos a que eles pertençam.

Em nosso capítulo teórico, as discussões sobre resistência se fizeram presentes, principalmente nas reflexões de James Scott (1990), um dos autores que mobilizamos para a análise dessa temática. Para o teórico estadunidense, as pessoas constantemente adotam formas de resistir que se vinculam a situações cotidianas, as quais o autor denomina “formas ocultas

de resistência”. Scott (1990) se debruça sobre as práticas camponesas e, focando sua tematização na dimensão da infrapolítica, afirma que as estratégias cotidianas de resistência contemplam atitudes informais que podem surgir diante de situações de opressão ou dominação.

Nesta pesquisa, vários relatos evidenciaram essa perspectiva da resistência cotidiana. As narrativas demonstraram que as estratégias adotadas se vinculam, principalmente, a uma questão cultural, seja por meio da gastronomia, do idioma falado, das músicas ou do uso de roupas que remetem a elementos e costumes do local de origem. Apesar de as entrevistadas terem nascido em países diferentes, essa dimensão cultural se mostrou marcante nos relatos, como uma forma de romper com situações de desrespeito e de valorizar suas raízes e práticas.

A questão do vestuário, por exemplo, foi apresentada por algumas interlocutoras de pesquisa. Alice é chilena e está no Brasil há cerca de seis meses. Ela conta que, antes de migrar, viveu um tempo numa aldeia Krishna no Chile e por lá vivenciou experiências de desrespeito que envolveram a violência de gênero. Depois de tentar, por diversas vezes, deixar a aldeia, ela conseguiu fugir do local, já que os líderes da comunidade não a permitiam sair de forma voluntária. Alice havia sido aprovada para uma bolsa de graduação em Fisioterapia no Brasil e, passadas duas semanas da saída da aldeia, ela mudou para Belo Horizonte para estudar. Na nova cidade, vivenciou, também, situações de machismo e xenofobia, que provocavam um sentimento de não-acolhimento e não-reconhecimento. Com o tempo, entretanto, encontrou formas de resistir a isso e, segundo ela mesma relata, se aceitar.

*Foi um processo de me aceitar, sabe? Por exemplo, a roupa que estou usando hoje é muito por isso. Eu estava usando só calça jeans porque eu queria estar normal, queria estar como meus colegas aqui do Brasil, porque todo mundo usa calça jeans. Então foi muito forte isso, essa aceitação de mim mesma também aqui no Brasil. E aceitar também que eu não tenho que ser igual que todo mundo e **entender que ser estrangeira não é ruim. É uma forma de mostrar que eu sou eu.** E por exemplo, agora meus amigos me falaram que eu estou diferente. Todo mundo me falou que estou diferente. E só que quando eu cheguei, eu acho que eu estava em choque, sabe? Por causa de tudo o que vivi lá no sul do Chile. **Só agora que eu soltei isso, que soltei essa máscara que eu estava vivendo,** que eu soltei tudo isso, estou conseguindo ser eu mesma de novo. (...) Mas, por exemplo, eu cheguei hoje para a aula e ninguém acreditava que eu era da fisioterapia por causa da roupa que estou usando. Entendeu? Sabe... **Eu quero tirar esse estereótipo do que é o fisioterapeuta,** porque eu também acho muito elitista e não precisa ser assim. (Alice, chilena, 23, BH)*

Alice menciona os processos que viveu e ressalta como a vestimenta era utilizada para se adequar ao novo contexto no país de destino. A ruptura com essa perspectiva – e, com ela, a aceitação de si – se deu, também, no momento em que ela passou a se vestir como de costume, numa maneira de “mostrar quem é”. A confiança adquirida por meio desse processo foi, até

mesmo, percebida pelos amigos. Nesse ponto, é interessante observar como a questão da estima permeia esse processo. A valorização da pessoa passa não só por uma visão universal, mas pela enunciação de que ela possui algo único, uma particularidade que a diferencia das outras pessoas e a confere valor.

Outro relato compartilhado evidencia essa dimensão e demonstra como a resistência perpassa temas já abordados, como o da raça, etnia e a questão dos laços afetivos e familiares. Lúcia menciona pontos interessantes durante a entrevista, que englobam a questão da vestimenta e do uso das tranças como forma de amenizar a falta que sua família traz e evidenciar sua origem indígena.

Sempre falo que foi um processo de descolonización. De começar a aceitar. E viver isso como imigrante também ha sido interessante. Soy esto, podría vestirme de otra forma e, talvez, passaria despercebida como fazem muitos imigrantes... se vestem de uma forma de passarem despercebidos. Mas não. Isso é lo que soy e aceito e isso implica estar sempre atenta. Isso me cansa. Estar sempre atenta nos espaços públicos. Nunca vou tranquila, nunca estou tranquila quando estou sozinha. (...) Quando eu cheguei, vestia diferente. Mas eu comencei a perceber que era indígena... e tem a questão da saudade também, penso em minhas avós que usavam tranças. Cabelo largo, a trança tem um sentido para mim, me lembra minhas avós. Eu comencei a tomar elementos para ter comigo para amenizar a saudade que você tem. Porque eu vim com 26 anos, supergrudada na minha família, uma família que se move em bloco sempre... então eu uso as roupas que minha mãe me dá, meus pais, minhas tias... quase nunca compro roupa. Então é isso... eu estou aqui e vão ter que lidar com isso. (Lúcia, boliviana, 38, SP)

É interessante perceber como o relato de Lúcia se relaciona com o de Alice, principalmente na percepção de que as roupas são, muitas vezes, utilizadas para “passar despercebida”, de modo a encobrir alguma característica que possa ser associada ao fato de ser migrante e, com isso, evitar comentários desrespeitosos. Por outro lado, o uso de elementos que remetem ao país de origem – como as tranças e as roupas trazidas da Bolívia, no caso de Lúcia, - é uma forma de reafirmar a existência e presença em espaços e diante de posturas que, muitas vezes, são racistas e hostis a migrantes. Sobre isso, em outro ponto da entrevista, ela afirma, contudo, que não se trata de um processo fácil. Lúcia relata ouvir, com frequência, comentários pejorativos sobre sua aparência, vindos, até mesmo, de colegas de sua filha, na escola. A postura adotada, todavia, é manter o uso desses elementos e reiterar a presença nesses espaços, já que, nas palavras dela, “estou aqui e vão ter que lidar com isso”.

Conforme discutimos em outros momentos ao longo do capítulo, situações de xenofobia, racismo e violência de gênero são presentes no cotidiano das mulheres migrantes entrevistadas para a pesquisa. Essas formas de desrespeito se manifestam em falas e situações

que reforçam estigmas relacionados a aparência, elementos culturais, nacionalidade, entre outros elementos. Como defende Charles Taylor (1997), imagens estereotipantes e experiências de reconhecimento recusado, como as expostas por nossas interlocutoras de pesquisa, podem afetar a construção de um *self* saudável, modificando a forma como os sujeitos se enxergam socialmente. Essas situações de desrespeito, contudo, podem instar a resistência e mobilizar luta sociais (HONNETH, 2003), o que foi perceptível nas entrevistas realizadas.

As práticas de resistência foram elencadas por outras mulheres, principalmente em situações cotidianas. Na avaliação de Scott, essas estratégias têm algumas características comuns: “elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite” (SCOTT, 2011, p. 219). Essas formas de resistência, entretanto, não são triviais. Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, por exemplo, as migrantes narraram estratégias cotidianas adotadas em ocasiões como trajetos no metrô. Além do uso de vestimentas e acessórios que remontam ao país de origem, o idioma foi mencionado como uma dimensão importante, principalmente entre aquelas que já tem a fluência no português, mas que optam, em situações específicas, por falar espanhol.

Bom, na rua as pessoas as vezes ficam olhando, porque falo espanhol com meu filho, as pessoas ficam olhando "nossa, ele fala espanhol", "ah, ele fala português também", tipo, dá uma curiosidade, mas ninguém fala nada. Mas, para mim, as formas de resistência são, sei lá, quando estamos em grupo, ir todas juntas no metrô falando espanhol, sabe? Nem aí para as pessoas. Até numa questão política, eu colocar meu corpo quando sei que outras companheiras não poderiam, por exemplo, porque eu não vou sofrer retaliações. (...) Então para mim, uma forma de resistência também é essa: saber quem tem o privilégio e usá-lo. E no meu caso eu não tenho também essa coisa da vestimenta. Porque, sei lá, eu sou como muitas. Mas não adianta também eu querer me fantasiar de uma coisa que não sou, eu sou de uma cidade muito parecida com essa, de uma classe média bem parecida com a daqui, sabe?! (Ana, chilena, 41, SP)

Conversar em espanhol, nesses casos, aparece não só por uma maior familiaridade com o idioma ou pelo desejo de que o filho – nascido no Brasil – aprenda a língua nativa da mãe, como já mencionado em outras seções neste capítulo. A entrevistada expõe, em outro trecho da conversa, que os espaços na cidade são bastante violentos para mulheres e, principalmente, para mulheres migrantes. Ela ressalta, portanto, a prática descrita como uma forma de resistência que ela e amigas adotam numa situação cotidiana. É interessante perceber, também, como a dimensão da identidade e da identificação com os elementos é abordada como algo individual. Ou seja, se para algumas mulheres a questão da vestimenta se destaca como importante, para Ana, isso não é algo que a representaria. Em outro momento, contudo, uma perspectiva coletiva

já é apontada, quando ela menciona o fato de que suas posições de classe, raça e origem conferem privilégios para “colocar o seu corpo” em espaços em que outras mulheres poderiam sofrer situações de desrespeito.

Além do idioma, a gastronomia foi apresentada, por várias interlocutoras de pesquisa, como um aspecto importante a ser considerado. Em uma das entrevistas, foi exposto como a comida é um dos elementos que mais evoca a memória e possibilita com que os vínculos com o país de origem sejam mantidos. Olga, que é peruana e vive no Brasil há mais de 10 anos, compartilha que nos primeiros meses em Belo Horizonte, a comida brasileira era motivo de repulsa. A impossibilidade de comer os pratos de seu país – muitas vezes pela dificuldade em encontrar alguns ingredientes no Brasil – é associada, também, ao impedimento de estabelecer vínculos com a família, que ficou no local de origem. A comida e a gastronomia, portanto, aparecem ligadas à temática das relações afetivas, já abordadas anteriormente.

*Eu morria de raiva de ter que comer arroz, feijão. Morria de raiva da farinha, nossa, achava horrível. Acho que foram dois anos de crítica, de muita crítica. (...)Eu queria estar na minha terra. Queria minha família... **É um período onde ainda a pessoa não tem a certeza de querer estar aqui.** Eu já não. Mesmo assim me emociono quando volto para o Peru e tenho que vir para cá. É uma choradeira, é deixar de novo a família, despedir das pessoas que você gosta, **deixar a comida...** as pessoas falam "ah, é amor à terra", não é amor à terra. **É às relações que você construiu.** (Olga, peruana, 39, BH)*

Aqui, além dos vínculos familiares, a questão da temporalidade e do desejo por migrar se faz presente. Olga entende que a gastronomia é parte importante do processo de adaptação, principalmente nos primeiros anos de vida em um novo país, em que as incertezas sobre a decisão pelo deslocamento ainda estão mais fortes. Nesse sentido, ambientar-se a um novo espaço permeia, também, habituar-se aos costumes do local e, até mesmo, às comidas do país de destino. É interessante observar como a gastronomia é um elemento fonte de tensões até mesmo para a própria ideia de resistência. Olga, por exemplo, menciona o conceito, mas, nesse caso, ele é entendido e mobilizado em outro sentido...

*Resistir é você querer preservar algo que você considera que é seu, que parte de você. Algo que é meu, que eu sou. Por exemplo, o fato de eu vir do Peru e **me resistir à comida é uma coisa tão simples, parece tão bobo, mas é resistir, sim.** Eu resisto em comer, eu não queria. Eu queria comer algo que eu gosto, que eu quero. Mas tenho que comer o que está aqui, fico com raiva, sabe? Resistir à cultura, porque a pessoa não compreende. **E acho que a resistência é isso. Não podemos considerar que ela seja boa, sempre.** (Olga, peruana, 39, BH)*

No relato acima há, mais uma vez, a dimensão da estima, presente na evocação da particularidade e da posse de algo que faz uma pessoa única diante de uma comunidade. Na avaliação de Olga, a resistência pode se dar pela recusa em comer pratos do país de destino. Para outras migrantes, cozinhar comidas típicas do local de origem é entendido não só como um resgate da memória e dos traços que as vinculam a suas culturas, mas fonte de orgulho e autoestima para algumas delas. No caso de Claudia, venezuelana que vive no Brasil há 5 anos, essa questão foi marcante e vinculada à temática do trabalho. Ela estava desempregada e, após fazer um curso de capacitação e empreendedorismo promovido por uma instituição de São Paulo, começou a cozinhar e comercializar comidas típicas de seu país. O reconhecimento financeiro foi fundamental, mas ela destaca outros elementos que foram importantes em sua experiência. Durante a entrevista, enquanto comentava sobre os pratos que faz, Claudia mostrava fotos e falava, com orgulho e alegria, das comidas do país de origem.

*Essa foi a fase que, nossa, melhor do ano. Aí eu comecei a fazer hallacas, uma comida típica do meu país. Comecei a fazer para meus conterrâneos venezuelanos. Vendia, entregava nas estações de metrô... **E isso cambiô totalmente a minha vida.** Mudou toda a minha vida. Para melhor. Por exemplo, a jornalista da Record que me entrevistou falou com os amigos sobre a comida e eles vão comer na minha casa. Já foram como 8 pessoas a comer a minha comida. Falam: "que comida buena, a hallaca, você tem que provar! Tem que experimentar". Então você fica assim, sabe?! Quando recebe motivação de pessoas que você sabe que podem comer o que quiser.... **Porque eles podem ir a bons restaurantes e escolhem, querem estar comigo, entendeu?** Você se sente agradecida, você se sente feliz. (...) E tudo isso graças aos cursos que fiz. Porque eles, sabe, eles dão para uno, levantam a pessoa, não sei como explicar... **eles fazem com que você se sinta diferente, sabe? Antigamente eu vivia deprimida,** engordei 25 quilos. Porque eu estava deprimida... Desde que entrei nos cursos eu já perdi 5 quilos, graças a Deus. (Claudia venezuelana, 47, SP)*

Durante a entrevista, Claudia falou sobre essas experiências logo após relatar situações de xenofobia que vivenciou, e que estavam muito ligadas a estereótipos associados à Venezuela. Nesse caso, começar a cozinhar e comercializar comidas típicas de seu país de origem representou uma “mudança de vida”, como ela mesma descreve. O processo foi importante pois lhe conferiu não só uma maior autonomia financeira, como já mencionado, mas uma valorização de sua cultura. Isso pode ser observado pelos comentários que ela faz sobre os elogios que recebe e pelo sucesso que seus produtos têm feito entre aquelas pessoas “que podem ir a bons restaurantes” mas que optam por comer sua comida. A desvalorização, o preconceito e a xenofobia são injustiças sofridas e, como aponta Honneth (2003, p.217) podem “degradar algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes”. Em contrapartida, o reconhecimento das realizações, principalmente por parte de outras pessoas, é algo importante e destacado por Cláudia. A experiência, portanto, lhe conferiu maior

autoestima e foi importante até mesmo para que ela saísse de um quadro depressivo. Como destaca Mendonça (2011, p. 955, tradução nossa), a estima social, nesses casos, é importante para que o indivíduo alcance a autorrealização e para que lute contra situações e estruturas vistas como injustas. De acordo com o autor, “quando um indivíduo mostra suas realizações e contribuições sociais, ele ou ela se apresenta simultaneamente como um sujeito capaz de enfrentar significados negativos arraigados e, portanto, desrespeito³⁵”.

Situação semelhante aconteceu com outra migrante entrevistada. Sara, peruana, veio para o Brasil cursar doutorado em uma universidade em São Paulo. Ela conta que desenvolveu um quadro de depressão, muito influenciado, segundo ela, pelas pressões ao longo da pós-graduação, que eram reforçadas pelo fato de ela ser migrante e se sentir, por vezes, insegura por causa do idioma, e pelas cobranças e expectativas sobre o estudo em outro país. A forma encontrada para lidar com a situação envolve, justamente, a gastronomia.

Sabe como eu passei a depressão? Eu comecei a fazer pão. Eu não queria fazer nada mais do que eu estava estudando, mesmo que eu gostasse, eu não queria. Ai eu comecei a fazer pão. Peguei massa, fazia pão, comecei a distribuir pão para todos os colegas. Eu morava numa república e comecei a bater nas portas distribuindo pão para todo mundo. [Risos] E isso me deixou muito tranquila. (...) E eu lembro que lá no Peru tem um pãozinho simples, feito com levedura, que eu tentava sempre fazer e não dava certo. Eu tentava encontrar esse sabor, sabe? Talvez tenha uma questão, não sei, de subconsciente... (Sara, peruana, 34, SP)

Além da tentativa de encontrar o sabor dos pães que comia no Peru, ela relata, ainda, a surpresa por sentir saudade da comida de seu país de origem, principalmente da batata e do milho, já que vêm de uma região que, segundo ela, possui mais de 800 variedades de batatas. Assim como outras migrantes, Sara relata que o sentimento de falta não é só do alimento, mas das práticas compartilhadas em família e dos vínculos que são afetados em decorrência da distância.

Você vai lá numa tarde, sabe, tipo picnic? Ai você aproveita para cultivar a batata e colher. Ai a gente cozinhava, sabe? São até processos emocionais... não é só comida. É uma questão emocional muito forte, acho que todo migrante vai te falar isso. Você tem uma memória ligava ao fato de você compartilhar uma coisa, um prato... Você sente a calidez e a saudade de casa, já que você está fora daquele espaço. (Sara, peruana, 34, SP)

³⁵ No original: “When an individual shows his or her achievements and social contributions, he or she is simultaneously presenting him or herself as a subject capable of confronting ingrained negative meanings and, hence, disrespect” (MENDONÇA, 2011, p. 255).

James Scott (1990), ao se referir às formas cotidianas de resistência, afirma que as estratégias que ele considera como de pequena escala – como as mencionadas acima – podem ser tão efetivas para promover mudanças sociais quanto a atuação de grupos organizados. Isso não significa dizer, contudo, que as práticas públicas e a criação de movimentos sejam irrelevantes, mas que, em alguns casos, é por meio dos *hidden transcripts* “que as pessoas formam noções contestativas da realidade social e organizam a resistência cotidiana” (MONSMA, 2000, p. 7). As experiências cotidianas e individuais de resistência são destacadas, também, por autoras do feminismo negro, que reforçam o quanto essas práticas são importantes em contextos de opressão e desigualdade. Ao falar sobre a agência política das mulheres negras, Patricia Hill Collins (2000) expõe que atos de resistência, tanto os organizados quanto os ocultos sempre existiram. Em relação às ações individuais, a autora defende que essas práticas sugerem, até mesmo, a existência de uma consciência distinta e autodefinida das mulheres negras.

No caso das mulheres entrevistadas, se a questão afetiva e emocional perpassa as experiências de resistência das migrantes por meio da gastronomia, ela envolve, também, outros elementos culturais, como a música. Márcia, por exemplo, saiu de Cuba em turnê com a orquestra em que trabalhava. Depois de algum tempo no Brasil, tendo vivenciado situações de exploração no trabalho e estando longe da família, ela relata que passou por um processo depressivo, em decorrência do falecimento de sua mãe no país de destino. Márcia conta que foi informada sobre a morte depois de três anos, e durante esse processo decidiu que não queria mais cantar. Até que amigos a chamaram para montar uma banda e, a partir daí, a música adquiriu um novo significado em sua vida, principalmente porque o grupo – que existe desde então – toca músicas latinas e caribenhas.

A música é tudo. Porque daí [da formação da banda] saiu o primeiro CD com música autoral. Eu nunca imaginei fazer uma música. Eu não tinha essa coisa de compor, sabe? Mas a partir daí a gente viu o que estava escondido dentro. E começamos. O CD é todo com música autoral, da gente. E as letras têm a ver com sentimentos, com coisas que passaram na vida da gente. (...) [Cita uma música] Eu me sinto tão identificada com essa música... sério. Tem a [música] 7 que é dedicada a minha mãe e ao meu esposo também. (...) No show, ver as crianças dançando com a música, não tem preço. Não tem preço, Paula. As crianças, bebês de colo. É emocionante. Não é cantar por cantar. Você tem que fazer com o que o espectador receba o recado que você está dando. Seja ele criança, adulto, adolescente... e que baile. (Márcia, cubana, 51, BH)

É importante mencionar que a participação na banda – além de ter vindo num momento difícil para Márcia – foi importante, também, para que ela conseguisse sair de empregos em que vivenciava situações de desrespeito. Mais que um novo trabalho, a experiência com a composição de músicas e com a atuação na nova banda permitiu uma identificação e satisfação com o que era realizado. Como ressalta Márcia, as canções retratam as experiências dos músicos – que, em sua maioria, são migrantes – e as situações que eles vivenciam no cotidiano. No caso da entrevistada, compor, retratar a si mesma e perceber que o público interage com a música é, portanto, fonte de alegria, autorrealização e orgulho pessoal. Sentimento semelhante é retratado em outros relatos.

*Para nós, latinas, geralmente nós temos afinidades e simbologias culturais muito fortes. Por exemplo, quando falamos sobre a questão da dança, uma manifestação cultural, isso é muito forte para nós. **É como se fosse uma coisa de união. Podemos ter nossas diferenças, nossas contradições, mas a dança nos une. A comida nos une, a cultura gastronômica nos une. A cultura da roupa... hoje, porque está frio, mas geralmente nossa forma de vestuário tem a ver com cores, muitas cores. Nisso também nos encontramos. E a questão dos filhos. Que é muito forte. Quando nós conversamos e já falei com chilenas, com bolivianas, com paraguaias, muitas nacionalidades e, principalmente, latinas, o que nos transforma são nossos filhos. É incrível.** (Silvia, peruana, 61, SP)*

O relato de Silvia sintetiza as reflexões propostas sobre as formas cotidianas de resistência. É importante notar como ela mobiliza o verbo “encontrar” para descrever como as essas práticas, principalmente vinculadas à questão cultural, promovem a união entre as mulheres de diferentes países. Essa dimensão compartilhada foi evidenciada em outras perspectivas, que abordaremos a seguir. Nesse sentido, além das experiências individuais e cotidianas de resistência, é importante apresentar as outras formas de mobilização e atuação que foram destacadas pelas mulheres entrevistadas, e que também atravessam os grandes temas expostos neste capítulo.

3.4.2. As experiências compartilhadas e a formação de redes e coletivos

A questão da música, da dança e, principalmente, da valorização cultural de diferentes países foi abordada anteriormente, não só na última seção, como no tópico que discutimos sobre a maternidade migrante. Nele, mencionamos um grupo cultural que atua em São Paulo, expondo como os costumes e manifestações culturais são importantes para a relação entre mãe e filho(a), e como a atuação desse movimento foi crucial nesse sentido, conforme relatos das entrevistadas.

Entendemos, contudo, que a atuação desse grupo atravessa não só os laços familiares, mas contempla diversos âmbitos. As ações, nesse sentido, têm o objetivo de estimular, valorizar e visibilizar os elementos culturais de outros países, além de promover a integração de mulheres migrantes por meio de manifestações artísticas.

Além desse grupo, foi possível identificar outras organizações e coletivos de mulheres migrantes em São Paulo. É importante destacar, na capital paulista, a existência da Frente de Mulheres Imigrantes e Refugiadas, que congrega coletivos, movimentos e ativistas da causa migratória e de gênero. O grupo vem atuando na organização e participação em conferências de políticas públicas, seminários, eventos, atos públicos e marchas, sendo uma importante frente de resistência e ação política das mulheres migrantes na cidade. Durante as conversas com as entrevistadas, tanto na capital paulista quanto na mineira, a formação desses e de outros grupos nos chamou a atenção, principalmente por abarcarem e “costurarem”, em suas ações, várias reivindicações e formas de ação que atravessam diversos temas e domínios do reconhecimento.

Ao se referir a movimentos formados por migrantes, Bringel (2011) destaca que esses grupos representam um desafio para os movimentos sociais, já que, além de se articularem em formas de associativismo como as “comunidades migrantes”, interagem com movimentos nos locais de origem e destino e reconfiguram processos de subjetividade e pertencimento de ativistas. Sobre as pessoas que integram esses grupos, o autor entende que se trata de ativistas diaspóricos, que constroem uma militância que não está marcada pela territorialidade de um Estado-Nação ou de uma região particular do mundo. Ao contrário, a atuação é parte de um projeto político e social que contempla múltiplas espacialidades e que envolve atos cotidianos de resistência e práticas de contestação que visam criar percepções alternativas sobre os locais de origem (BRINGEL, 2011).

Em nossa pesquisa, conversamos com mulheres que fazem parte desses coletivos e de outras organizações que atuam pela causa migratória. A seguir, apresentamos alguns relatos e reflexões sobre a atuação desses grupos. É importante ressaltar que, apesar de distintas, um ponto que atravessa as ações desses movimentos e, até mesmo, os relatos de outras mulheres que não fazem parte de coletivos é, justamente, a dimensão da *experiência compartilhada*. E com base nas vivências de cada uma e, por sentir que outras mulheres também passam por processos semelhantes, que a luta política, a militância e, conseqüentemente, a mudança social são construídas. Cypriano (2019) apresenta que a discussão sobre experiência é proeminente

nos estudos feministas, sendo teorizada por autoras como Scott (1992), Mohanty (1995), Young (1990), entre outras. Segundo o autor, que faz referência às discussões de Bach (2010), o debate sobre a experiência das mulheres varia entre distintas linhas teóricas, mas gira em torno de três aspectos que se unem: o psicológico, o político e/ou o cognitivo (BACH, 2010 *apud* CYPRIANO, 2019). Apesar de amplas e, em alguns aspectos, distintas, as tematizações perpassam a ideia de que as vivências e as percepções das mulheres sobre suas experiências são importantes para a construção dos sujeitos, bem como para a prática política, na medida em que podem se tornar a gênese das lutas (MOHANTY, 1995). Essa ideia é, portanto, fundamental para esta pesquisa, tendo em vista que a própria ideia de reconhecimento preconiza que as situações vividas – e no caso de Honneth (2003), as situações de desrespeito – podem motivar as lutas sociais.

Levando em conta essas considerações e, com base nas entrevistas realizadas, é interessante observar, ainda, que apesar de diversos e com objetivos distintos, os coletivos, grupos e organizações que atuam pela causa migrante, além de lutarem pela garantia de direitos para essa população, operam, também, como espaços de fortalecimento de vínculos afetivos entre as mulheres. A Equipe de Base Warmis, de São Paulo, surgiu em 2013 na capital paulista e é uma das principais referências nesse sentido. O grupo, formado unicamente por mulheres migrantes, é vinculado ao Movimento Humanista e faz parte do Organismo Internacional Convergência das Culturas. Suas ações visam promover os direitos humanos, lutar contra formas de discriminação e fomentar a interculturalidade, por meio da metodologia da Não Violência Ativa (WARMIS, 2019). A ideia de formação do movimento, segundo uma de suas ativistas, surgiu a partir da experiência da maternidade, principalmente pela vivência de questões como a discriminação e a violência obstétrica, que acometem muitas mulheres. Inicialmente, o grupo era composto apenas por bolivianas, mas a entrevistada conta que, com o tempo, houve a percepção de que mulheres de outros países também passavam por essas situações. O coletivo, então, se expandiu, guiado pela perspectiva de que há experiências e desafios comuns às migrantes, apesar das diferenças de nacionalidade.

*A transformação simultânea pessoal e social é a nossa proposta... então com as mulheres que vêm, trabalhamos ferramentas e você se vai transformando, mas vai transformando quando você ajuda o outro. **Porque você, à medida que faz ao outro, você também se transforma.** (...) Então o tema dos círculos de confiança... **porque Warmis tem um círculo de confiança tão forte? Porque trabalhamos essas ferramentas e entendemos que nos relacionamos com o melhor de nossas companheiras.** Trabalhamos muito o tema da comunicação aberta, que é poder conversar com o outro abertamente, mas dando conta dos problemas, dos preconceitos que temos... como buscar outro emplazamiento, desde outros lugares.*

Construir esses vínculos, entendendo que é uma construção coletiva, que não estamos sozinhas. E acho que a Warmis é uma família, né? Porque a maioria das que estamos lá não temos família aqui. Nada. Porque tem muitos migrantes que tem um tio, que tem alguém. Muitas de nós, não. (Interlocutora de pesquisa 1³⁶)

Uma das temáticas destacadas pela entrevistada é a questão do afeto que, segundo ela, guia as ações do grupo e permite que um de seus pontos fortes seja, justamente, o estabelecimento de vínculos entre as mulheres migrantes. Como destaca a interlocutora de pesquisa, reunir-se em coletivo se faz relevante, também, pelo fato de muitas estarem distantes fisicamente de suas famílias. Nesse sentido, o grupo atua, ainda, como um apoio para o fortalecimento de outros laços, que são importantes para as experiências das migrantes no cotidiano do país de destino, como destacamos em outros pontos neste capítulo.

Nossa interlocutora de pesquisa mencionou a questão da maternidade, ponto que foi ressaltado em outra entrevista, por uma mulher migrante que integra um coletivo de mães em Belo Horizonte. Apesar de não ser composto unicamente por migrantes, o coletivo Maya tem sua atuação voltada para atividades de dança e práticas de expressão corporal. Segundo a página do grupo no Facebook, o objetivo é “empoderar, ainda mais, estas que se uniram e se conheceram por enfrentarem as mesmas circunstâncias sociais e do destino” (COLETIVO MAYA, 2019). Aqui, como é possível observar na própria descrição do coletivo, a dimensão da experiência também é marcada. Para a ativista que nos concedeu a entrevista, essa questão apareceu antes mesmo de ela integrar o grupo. Ela é dançarina e professora de dança, e conta sobre o trabalho que realizou com outras mulheres, dando aulas de dança logo após ter chegado de seu país de origem. Ela trabalhava como garçoneiro num estabelecimento, e conheceu mulheres que eram migrantes internas, vindas da Bahia. Muitas eram mães-solo, simpatizaram com ela, e propuseram que ela desse aulas de dança para mulheres. A turma, que iniciou com duas pessoas, chegou a ter 50 alunas e, segundo a entrevistada, a experiência permitiu que ela compartilhasse seus conhecimentos, passasse a se enxergar, de fato, como dançarina e professora e, mais ainda, possibilitou que não só ela, como suas alunas, ganhassem mais autoestima.

*Depois, no processo de chegar em 50 alunas, foi a melhor terapia que eu podia ter feito. Porque eu passei por um processo de separação, **onde passei por muita humilhação**, mas eu também fui muito agressiva com ele. Nesse momento a gente se machucou muito, mas o tempo todo ele queria colocar para baixo o que eu fazia. E o que aconteceu? Nesse processo das aulas eu comecei a recuperar meu corpo,*

³⁶ Como mencionamos anteriormente, o nome e informações das entrevistadas foram suprimidos em algumas ocasiões ao longo da dissertação, como nesse e em outros trechos desta subseção. Optamos por manter o nome dos coletivos e retirar os dados de suas integrantes para evitar a identificação delas e respeitar suas identidades.

ganhar força, ter autoestima, comecei a fazer uma aula bem diferenciada, trabalhar a questão da sexualidade feminina.... E sem saber eu estava empoderando elas e estava me empoderando. Empoderando as mulheres, mesmo que não tinha esse discurso verbal, nesse momento, mas física e corporalmente a gente estava fazendo isso, né. E estabelecendo relações na comunidade. E também eu trabalhava com mulheres que eram faxineiras. E nesse momento eu tive um apoio muito grande delas, elas sabiam o que eu passava, as dificuldades... então a gente tinha esse espaço para partilhar, que elas colocaram para mim. (Interlocutora de pesquisa 2)

Ela chega a relatar, ainda que esse processo foi marcante para que ela se sentisse próxima à sua mãe e seus familiares, que ficaram no país de origem. Segundo a entrevistada, a oportunidade de troca e intercâmbio de experiências com as alunas, bem como sua atuação no coletivo Maya, são importantes para que ela e as outras mulheres trabalhem, juntas, não só a questão corporal e de valorização da cultura. Mais que isso, essas práticas são relevantes para o estabelecimento de confiança e solidariedade entre as mulheres, principalmente entre aquelas que partilham vivências em comum, como as migrantes.

É importante postular que essa dimensão da *experiência compartilhada* que temos defendido, aqui, se insere nas reflexões sobre o reconhecimento principalmente no que diz respeito ao caráter universalizável das demandas e lutas. Nas análises feitas até então, nos alinhamos principalmente à visão do reconhecimento como base para a autorrealização e defendemos, como já pontuado, que essa perspectiva não se restringe a uma defesa identitária e individual de características e experiências de um sujeito, mas se insere numa ampla busca por justiça. As experiências das migrantes e, nesse caso, as formas de resistência coletivas adotadas por elas, reforçam a luta pela construção de gramáticas morais que permitam a autorrealização das pessoas, e que dependem, antes de tudo, da mutualidade e da reciprocidade. Os coletivos e grupos que aqui apresentamos, portanto, possibilitam as trocas intersubjetivas e a partilha, entre as migrantes, de experiências comuns vivenciadas no cotidiano em um novo país. Sendo assim, o “húmus dessas formas coletivas de resistência é preparado por semânticas subculturais em que se encontra para os sentimentos de injustiça uma linguagem comum, remetendo, por mais indiretamente que seja, às possibilidades de uma ampliação das relações de reconhecimento.” (HONNETH, 2003, p.267).

Se os sentimentos de injustiça são comuns e se a resistência é construída, também, com base na troca de experiências entre mulheres, essa perspectiva também foi destacada por outra entrevistada, que faz parte do Cio da Terra, um coletivo de mulheres migrantes que atua em Belo Horizonte e Região Metropolitana. O grupo, que surgiu em 2017, era parte de um projeto voltado para mulheres migrantes, que era realizado em uma instituição de apoio a essa

população. Com a chegada de novas participantes, surgiu a necessidade de que o projeto se tornasse independente e, com isso, foi formado o coletivo. Assim como a Equipe de Base Warmis, o Cio da Terra atua em diversas frentes, que englobam a luta pela garantia de direitos das mulheres, a busca por políticas públicas para a população migrante, a valorização de diversas culturas, entre outros pontos. Sobre a atuação no coletivo, o trecho abaixo apresenta pontos semelhantes aos expostos pelas outras interlocutoras de pesquisa.

*Fazer parte do coletivo sempre foi uma coisa que me inspirou muito... **Porque eu vejo em todas as mulheres que chegam, que fazem ou não fazem parte do coletivo, eu vejo as mesmas inseguranças que eu tive, as mesmas dúvidas, as mesmas tristezas, sabe? E você vê no Coletivo uma oportunidade de a gente se aproximar delas e dar uma força, sabe? Uma ajuda... é a mesma coisa que eu vejo no trabalho que eu atualmente realizo. Porque a gente está lá junto e olha só, é tipo um coletivo, porque estamos lá juntos.** (Interlocutora de pesquisa 3)*

Além dos coletivos, a atuação de outros grupos e organizações também pode ser mencionada. Igrejas, ONGs, associações, instituições de ensino e até mesmo grupos formados no Whatsapp e Facebook se destacam, por vezes, como importantes espaços para partilha de experiências. Embora com características e formas de atuação diferentes, são atores importantes no processo de acolhimento das pessoas migrantes. Nas entrevistas, outro relato que expõe essas perspectivas é o de uma pessoa que trabalha em um centro de apoio a migrantes, em São Paulo. Ela é responsável por um projeto com mulheres migrantes na cidade, em que são abordadas temáticas ligadas a questões de gênero e trabalho. A motivação para as atividades, segundo ela, tem raízes em suas próprias experiências enquanto mulher migrante. Nesse sentido, a entrevistada explica que proposta do projeto é capacitar lideranças migrantes nos bairros em que atuam, para que essas mulheres possam multiplicar os conhecimentos e, conhecendo as demandas de suas localidades, buscar a garantia e o acesso a seus direitos.

*A causa da migração tem a ver porque eu também sou migrante e também passei por muitas coisas que as mulheres migrantes passaram aqui. Por exemplo: a **discriminação**. Já passei por isso. Das pessoas questionarem, por exemplo: "ah, é ela que vai dar a palestra? Essa boliviana?" Dito por gente branca, gente arrogante, acadêmicos. **Então me deparei que era um preconceito. E a gente também é vítima no trabalho.** (...) E nosso projeto já vai um pouco na linha de **como gerar, em cada bairro, coletivo de mulheres imigrantes** que estão nas oficinas de costura. Nós capacitamos as lideranças, mas quem faz o trabalho mesmo são elas. Porque elas trazem, a nossa lógica, a minha lógica - tenho trabalhado isso bastante - mas a minha lógica é que quando as mulheres chegam em situação de vulnerabilidade, elas tem um potencial que muitas vezes não são aproveitados. **Vemos elas como vítimas ou como culpadas. Não vemos que elas são sujeitos de direitos.** Então quando você percebe como ser humano, seja ela imigrante, seja ela refugiada, quando você vê ela como sujeito, seu olhar muda, mudam as potencialidades que elas têm. **E uma das coisas que elas têm muito forte é toda a história de trabalho coletivo.** (Interlocutora de pesquisa 4)*

No trecho acima, é possível observar, traduzida no discurso de nossa interlocutora de pesquisa, a ideia honnethiana de que situações de desrespeito podem motivar lutas sociais. Como advoga o autor alemão “a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa” (HONNETH, 2003, p. 224). Nesse sentido, a entrevistada comenta sobre situações de discriminação e ofensa, destacando que sua atuação na “causa da migração” está ligada a essas vivências particulares enquanto migrante e, principalmente, por ter vivenciado o desrespeito. Isso a motivou a desenvolver o projeto com outras mulheres e a busca para que essas pessoas também lutem e exponham suas reivindicações diante de quadros desrespeitosos.

Ela comenta, em outro ponto da entrevista, que parte desse processo envolve, também, o esforço para que as mulheres nesses bairros conheçam seus direitos e possam auxiliar, em suas comunidades, outras pessoas que precisem, por exemplo, de encaminhamento para os serviços de saúde e assistência social. A entrevistada ressalta a importância de que as mulheres migrantes sejam consideradas sujeitas de direito, isto é, que sejam consideradas com *status* de igualdade perante a sociedade. Além disso, reivindica que as migrantes sejam vistas como agentes políticas, o que rompe com perspectivas e narrativas que frequentemente vitimizam ou culpabilizam essas mulheres. A proposta do trabalho realizado e de outras iniciativas como as já citadas salientam, portanto, a centralidade de olharmos para as experiências das migrantes (incluindo as situações de desrespeito) para que entendamos como se configuram suas lutas e formas de resistência.

3.4.3. Mulheres migrantes e os feminismos

Ao falarmos de movimentos de atuação coletiva e ações voltadas para mulheres, é importante observar, ainda, como as migrantes entrevistadas percebem os feminismos. Nas entrevistas desta pesquisa, o tema foi permeado por tensões. Em algumas narrativas, as migrantes destacaram a centralidade da luta feminista para a garantia da igualdade, mas, em outras, expuseram o termo “feminista” é dotado de sentidos, significados e estigmas que, por vezes, acabam afastando outras mulheres. É o que pode ser observado no relato de uma interlocutora de pesquisa, integrante da Equipe de Base Warmis. Ela conta que o próprio coletivo não se declara feminista justamente por essas tensões que perpassam a compreensão e a adoção do termo.

*A maioria dos coletivos e movimentos de mulheres migrantes não se declara feminista. Incluso a Warmis. Como coletivo não nos declaramos feministas, porque tenemos mulheres com diferentes vertentes do feminismo e inclusive algumas que rechaçam o feminismo. Porque é um processo, né, de descoberta e tudo isso. Então por mais que façam coisas que estejam fazendo coisas que são da pauta feminista, ainda não se reconhecem assim. **E também, em nosso caso, não é estratégico.** Porque com muitas bolivianas, por exemplo, qualquer coisa que fosse feminista não nos deixariam fazer. Muitas mulheres migrantes são conservadoras. (Interlocutora de pesquisa 1).*

A entrevistada destaca a pluralidade de feminismos e afirma que até mesmo dentro do coletivo, as perspectivas e percepções sobre o campo são distintas e múltiplas. Apesar de declarar que se identifica com o feminismo comunitário interseccional, em situações dentro de algumas comunidades migrantes, dizer-se feminista poderia fechar espaços de diálogo e atuação. Ela avalia, ademais, que o campo dos feminismos ainda é elitizado, reivindicando que as discussões, abordagens e teorias considerem, também, essas coletividades periféricas que tantas vezes são excluídas do debate. A crítica é similar à de outra entrevistada, como pode ser observado no trecho a seguir.

*Mas a gente tem falado que é feminista pela luta de igualdade, mas a gente não faz parte do movimento feminista, porque aí acho que já é outra coisa. (...) **Mas também tem isso, muito de como o feminismo chega.** Essa coisa acadêmica, europeia, não sei o que... o pessoal também tem rejeição por isso, porque "ah, já vem outra pessoa falar o que é correto", então também tem essa questão. (...) **Se o feminismo cagar regra não serve para a gente.** Eu acho que as pessoas tem que ser livres. Porque não serve para lançar, chegar com um monte de regras do que tem que ser uma mulher, do que não tem que ser uma mulher... vou afugentar todo mundo. (Interlocutora de pesquisa 5)*

Uma perspectiva um pouco distinta é trazida por outras duas interlocutoras de pesquisa. Elas concordam com as demais que as lutas e demandas devem ser compreendidas de modo amplo e interseccional, considerando as diferentes vozes, experiências e posicionamentos que perpassam um campo tão amplo. Para elas, contudo, parte da experiência de ser mulher e migrante no Brasil envolve, também, ser feminista. Isso é fonte de força e mudança política, mesmo porque, o processo é, também, coletivo.

O feminismo te dá essa força.** A força de você olhar no espelho e falar: "nossa, realmente, sou eu, sou linda, maravilhosa. Eu consigo, eu consigo fazer". **E nós mulheres temos a capacidade de se juntar. As mulheres tendem a se juntar e se fortalecer,** porque nos colocaram tanto que não podemos, que não podemos, que quando a gente se junta a gente percebe que nós podíamos, sim. E como é legal ver que nós podemos fazer tudo. **Até você perceber que, realmente, juntas claro que conseguimos mais coisas, mas você, no íntegro assim, no interior, é uma força potente, que avança. E quando você é migrante isso é muito mais forte.** Porque você já perdeu tudo, não tem nada mais que perder. Então você vai arriscar, vai na cara. O que vou perder? Olha, eu tenho 12 anos aqui e sigo pensando: eu já comecei tantas vezes, já perdi tantas vezes, não tenho medo, não. **Mas a vida é isso, é dinâmica, é

sair de um lugar, avançar, desafiar, seguir avançando... perdeu, perdeu. Continua. (Interlocutora de pesquisa 2)

Quem trabalha com mulher desde uma perspectiva de mudança, não tem como não ser feminista. Não tem como, é impossível não ser feminista. Mas é uma luta. E é preocupante o retrocesso, isso que me preocupa. Porque é grande o retrocesso. Mas mesmo assim eu tento ter força, eu tento ter esperança, não dá para desistir. (Interlocutora de pesquisa 4)

No primeiro trecho, a entrevistada ressalta o fato de ser migrante, destacando a dinamicidade das vivências das pessoas que se deslocam. Ao falar de sua visão do feminismo, portanto, ela ressalta não só a importância da união entre as mulheres para que a luta seja fortalecida, mas de como ser migrante já é uma fonte de força, justamente pelos processos de “perda” que perpassam suas trajetórias e caminhos. Sobre essa “identidade migrante” e a construção da luta feminista a partir da experiência migratória, Glória Anzaldúa aborda a perspectiva das mulheres “mestizas” e “chicanas”, tematizando sobre um feminismo latino-americano construído nas fronteiras. Para a autora, viver entre fronteiras significa mover-se constantemente para fora de formações, hábitos, pensamentos e raciocínios convergentes e cristalizados. Trata-se de um movimento “que se “afasta dos padrões e objetividades estabelecidos, rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir” (ANZALDÚA, 2005, p. 706). Essa perspectiva abrangente foi realçada pelas entrevistadas, ao serem questionadas sobre a existência de um feminismo construído por e para mulheres migrantes. Ainda que esse seja um vasto tema de pesquisa, que nos demandaria uma investigação mais apurada e completa, perguntamos se elas acreditam ser possível dizer que existe um *feminismo migrante* na América Latina.

Existe um feminismo migrante latinoamericano com enorme potencial para dar e receber. Ou seja, dar nosso testemunho, nossa riqueza, nossa garra, nossa cultura. Dar nossa solidariedade, nossa sororidade, mas também há a enorme possibilidade de se abrir a receber das brasileiras. (Interlocutora de pesquisa 4).

Eu acho que o feminismo migrante se está construindo e desde uma mirada mais global, que perpassa uma diversidade. Os coletivos de migrantes, em geral, tem uma diversidade bem interessante. E você ganha em flexibilidade, na capacidade de ter empatia, porque você já esteve num lugar diferente, você sabe como é.... (Interlocutora de pesquisa 1)

Migrante sempre está olhando o lugar onde mora e o lugar de onde vem. (Interlocutora de pesquisa 5)

As respostas, de modo geral, englobaram tanto a já exposta dimensão da experiência, quanto, justamente, a dinamicidade e desterritorialização de práticas, perspectivas e formas de atuação e resistência. Como destaca Bringel (2011), o ativismo de migrantes pode ser

caracterizado por processos em que a subjetividade e o pertencimento são reconfigurados. Isso se dá até mesmo nas próprias trajetórias migratórias, em que é a constante o sentimento de não pertencer mais ao país de origem, mas também não se identificar com o país de destino. Nesse sentido, o questionamento de suas identidades e o posicionamento num “entre-lugar” foi descrito pelas mulheres entrevistadas.

Isso é muito louco, essa questão da migração é muito louca. Você já não é de lá, não é daqui. Não é daqui porque não é daqui mesmo e as pessoas continuam te vendo como estrangeira. Com 12 anos aqui e as pessoas ainda falam "ah, mas de onde você é? para que você veio, está gostando?". Estou vivendo há 12 anos aqui. Então você não é daqui e as pessoas te lembram o tempo todo que você não é daqui. Mas também eu não sou de lá, de lá não sou. Mesmo. Eu não volto mais para essa cultura. É triste... ai que pena. Mas é. Agora é mais tranquilo, mas quando comecei a perceber isso foi muito triste. Você sente que perdeu uma parte sua, sabe? Mas estando aqui eu ganhei muita coisa. Mas eu perdi. Mas ganhei... ah! é complicado. (Interlocutora de pesquisa 1)

E o pior, Paula, é que não sou nem cubana nem brasileira. Porque eu já não sou cidadã cubana, eu acho que perdi a nacionalidade. E aqui eu não me naturalizei. Inclusive quando fui na Polícia Federal, o rapaz me perguntou "você quer virar mais uma? Você está se sentindo incomodada, está faltando alguma coisa?". Eu falei que não. Não me vejo brasileira. (...) Mas eu falo assim, que não sou nem cubana, nem brasileira. (Interlocutora de pesquisa 6)

Eu vivi todos os anos sentindo que não estava em mi hogar. Então acho que essa luta das mulheres migrantes é um sofrimento muito forte... e eu não tenho muitos momentos de felicidade. Tenho uma vida feliz, mas sinto que tem alguma coisa que não me permite estar plenamente feliz. Mas eu acho que tem a ver com isso, que eu nunca pensei em migrar, nunca quis sair do meu país, então acho que ainda não consigo integrar isso. Pero tenho uma vida feliz, tenho um esposo que me ama, meus filhos, tenho amigos, a Warmis. Construí uma vida que acho que no meu país eu não teria construído. Acho que sou uma melhor pessoa, uma pessoa que nunca imaginaria ser, sinto orgulho de quem sou. Mas... não me sinto completa, mesmo. Mas acho que em Bolívia também não me sentiria, não sei. Acho que como migrante, você nunca vai se sentir completamente inserida num lugar. (Interlocutora de pesquisa 5)

A dicotomia entre o “lá e cá” e os sentimentos que essa dubiedade provocam são exaltados nas narrativas. É interessante perceber como a marcação do estrangeirismo ora vem por outros, que insistem em dizer que a pessoa não pertence ao país de destino, ora vem de próprios questionamentos internos, de um processo de não identificação com as práticas e costumes do país de origem, principalmente entre as pessoas que migraram há mais tempo. Há uma dicotomia entre o sentimento de orgulho pelas conquistas alcançadas após a migração, a evocação da importância da experiência coletiva entre as mulheres, mas, concomitantemente, um sentimento conflituoso de não se sentir completamente parte desse cenário no país receptor.

Em termos de reconhecimento, as análises expostas, portanto, possibilitam que façamos algumas reflexões. Com base nas entrevistas realizadas, observamos como as relações e as trocas intersubjetivas desenvolvidas no país de destino são importantes para a construção das

identidades das mulheres migrantes. Como expusemos no parágrafo anterior, esse processo é contínuo e constantemente ressignificado, tendo em vista o sentimento de estar “entre-lugares” que acompanha a maior parte das pessoas entrevistadas. Não só por isso, a socialização das mulheres é permeada por papéis sociais e situações de desrespeito e estigmatização que atravessam suas relações em família, no ambiente de trabalho ou na vivência cotidiana da política, afetando o modo como se percebem enquanto mulheres e enquanto migrantes. Ademais, visões estereotipadas sobre países diferentes podem ocasionar formas distintas de desrespeito, embora haja um cenário comum em que elas são vistas como “indesejáveis” ou “não-cidadãs”.

É interessante destacar, ainda, como a empiria demonstrou a sobreposição dos domínios honnethianos do reconhecimento. Xenofobia e racismo, por exemplo, podem dificultar a inserção de mulheres no mercado de trabalho e, ainda, afetar o acesso dessas mulheres a direitos como moradia digna ou alimentação. Muitas vezes, situações de desrespeito no âmbito da estima motivam atitudes que privam a garantia de direitos, assim como a demonstração do próprio valor dentro de uma comunidade pode estimular a solidariedade e a justiça. E as formas de resistência adotadas pelas migrantes evidenciam isso. No âmbito “oculto” e cotidiano, a valorização da cultura do país de origem – por meio da vestimenta, da gastronomia ou da música – é algo que diz das experiências de cada migrante, mas que reflete a importância de ser estimado por suas contribuições ao “novo” país. Na dimensão coletiva, as experiências compartilhadas são relevantes para o fortalecimento dos afetos, para a luta por estima e para a busca por direitos e igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou observar como se configuram as lutas por reconhecimento e as formas de resistência adotadas por mulheres migrantes que vivem no Brasil. A proposta foi investigar, a partir de entrevistas com mulheres nascidas em diferentes países da América Latina e Caribe, como essas lutas são construídas e como essas pessoas percebem situações de desrespeito que podem perpassar suas trajetórias em um novo país. Mais ainda, a ideia foi compreender aspectos da mobilização e agência política dessas mulheres, concebendo a interseccionalidade como lente e a resistência como um fio que costura as mais diversas experiências.

A pesquisa nos transportou para lugares instigantes, que buscamos desvendar por meio de uma análise interpretativista, focada nos sentidos e significados construídos por nossas interlocutoras de pesquisa. Nosso trajeto iniciou-se com a apresentação de um breve cenário sobre as migrações internacionais e a exposição de dados e algumas teorias explicativas sobre o fenômeno. No primeiro capítulo, foi possível perceber como, principalmente nas teorias clássicas e neoclássicas sobre migração, o cerne das análises estava nas motivações para os deslocamentos e nas perspectivas econômicas e utilitaristas que atravessam esse processo. Em muitas análises, o sujeito que migra é um homem racional que, motivado por questões econômicas, decide deixar o país e se mudar para outro local. Observamos, contudo, como essa perspectiva vem sendo criticada, dando lugar a abordagens que consideram o gênero – e suas interseções com classe, raça, etnia, sexualidade e origem – como categorias fundamentais que precisam ser consideradas nas análises sobre fenômeno tão complexo. Pesquisar sobre migração de mulheres é, antes de tudo, escutar as mulheres que migram, entendendo a diversidade de sujeitos, a pluralidade de experiências e a multiplicidade de aspectos que envolvem seus diferentes projetos migratórios e trajetórias nos países de origem e destino.

Ainda no primeiro capítulo, discutimos algumas agendas de estudo que se mostraram caras à nossa análise. As migrações Sul-Sul, que despontam no cenário dos deslocamentos contemporâneos, além do debate entre gênero, migração e teoria política feminista foram outros percursos traçados nessa jornada. Expusemos como o gênero foi e vem sendo tratado em teorias migratórias, demonstrando sua centralidade para se pensar os fluxos atuais, principalmente num contexto de feminização (ou generização) dos deslocamentos populacionais. Percebemos, nesse sentido, o quanto a teoria política feminista nos permite olhar para questões que permeiam a

migração de mulheres. O debate relacionado à divisão sexual do trabalho, a discussão sobre público e privado, a interseccionalidade e abordagens sobre o corpo e a prostituição, entre outras agendas, podem – e devem – ser mobilizadas nas análises sobre migração. Elas nos dizem sobre questões como o acesso e inserção desigual das mulheres no mercado de trabalho, dinâmicas intra e interfamiliares, papéis e responsabilizações diferentes para as migrantes, além de estigmatizações e situações de desrespeito sofridas no cotidiano.

Essas discussões nos levaram para o segundo capítulo, no qual discorremos sobre as teorias do reconhecimento, expondo os argumentos de seus principais autores e autoras. Apresentamos a ideia de reconhecimento como base para a autorrealização, conforme defendido por Axel Honneth e Charles Taylor, bem como as críticas a essa perspectiva feitas por Nancy Fraser. A teoria tridimensional de justiça defendida pela autora também foi exposta, além das críticas à ideia de reconhecimento, feitas, principalmente, por outras teóricas feministas, como Lois McNay e Judith Butler. O capítulo seguiu com uma discussão sobre reconhecimento e migração, na tentativa de demonstrar as aproximações entre essas agendas de pesquisa, e reforçar como as concepções de reconhecimento são frutíferas para olharmos para as experiências de migrantes. Isso se mostrou presente na análise empírica, em que adotamos, principalmente, a visão honnethiana de reconhecimento, que enxerga o desrespeito como motor para as lutas sociais. Nesse sentido, o capítulo 2 findou-se, justamente, com a discussão teórica sobre a resistência, questão central para nossa análise.

O trajeto teórico percorrido nesses dois capítulos nos transportou até o destino principal: os relatos de nossas interlocutoras de pesquisa e a investigação empírica das entrevistas realizadas com as 20 mulheres migrantes que conversamos. No capítulo 3, construímos nossa análise identificando, inicialmente, grandes temas que se destacaram nas narrativas, para, em seguida, observar como o reconhecimento despontava em cada temática, bem como para conferir inteligibilidade para sistematização dos dados. Com base nas entrevistas realizadas, foi possível estruturar a interpretação a partir dos seguintes temas: 1) sociabilização da mulher migrante; 2) trabalho e estudos e 3) acesso a direitos e participação política. Em cada temática, observamos situações de desrespeito que se vinculavam aos três domínios do reconhecimento postulados por Axel Honneth, quais sejam: a) a questão dos afetos que permeia o âmbito do *amor*; b) a luta por igualdade, presente na dimensão dos *direitos* e c) a busca pela não desvalorização, característica do domínio da *estima social*. É importante pontuar que essas dimensões, tal como as temáticas, entrelaçam-se e se sobrepõem. Em muitos casos, observamos

como a as situações de desrespeito - assim como as reivindicações das mulheres migrantes - não estão circunscritas a um só domínio, mas perpassam mais de um âmbito.

Arelada a isso, a interseccionalidade se mostrou fundamental para que entendêssemos que as experiências das mulheres migrantes são diversas e complexas, marcadas por quadros de opressão em que categorias como raça, classe, nacionalidade e etnia se cruzam constantemente. Foi importante observar como experiências de xenofobia, machismo e racismo são problemas que atravessam os mais diversos temas, seja nos projetos migratórios das mulheres, no cotidiano em família, ou nas experiências de trabalho. A xenofobia, por exemplo, aqui entendida como uma forma de reconhecimento recusado, mostrou-se marcante em discursos estereotipantes sobre as migrantes e seus países de origem, além de situações de negação e privação de direitos.

Essas e outras formas de desrespeito, todavia, motivam lutas sociais e formas de resistência, como argumenta Honneth (2003). Em nossa pesquisa, essa perspectiva esteve presente nas falas das mulheres migrantes entrevistadas, sendo a resistência algo que costura não só as temáticas, mas também os domínios do reconhecimento. Desse modo, as lutas das mulheres e, conseqüentemente, as formas de resistência adotadas englobaram os seguintes pontos: 1) a dimensão individual e as formas cotidianas de resistência; 2) as experiências compartilhadas e a formação de redes e coletivos e 3) as mulheres migrantes e os feminismos. Essas discussões fecharam o terceiro capítulo da dissertação e a análise empírica desenvolvida.

Levando esses pontos em consideração, gostaríamos de salientar, ainda, outros achados da pesquisa:

* *“Tanto por ser mulher, quanto por ser estrangeira”*: sobre as migrações internacionais e as experiências das mulheres entrevistadas, percebemos como a articulação entre gênero e origem é, por vezes, vista pelas migrantes como algo que afeta, negativamente, a inserção no país de destino. Isso ocorre não por uma “condição” apriorística de ser mulher e migrante, mas por quadros de desrespeito e desvalorização que essas pessoas enfrentam ao longo do processo de sociabilização no país de destino. Imagens estereotipadas das migrantes, situações de racismo, xenofobia e violência de gênero podem ocorrer, afetando o modo como essas mulheres se inserem socialmente e se enxergam. Além disso, percepções sociais distintas sobre países diferentes geram formas diversas de desrespeito, principalmente em razão dos estigmas associados aos diferentes locais e culturas. Isso nos diz sobre como as identidades não estão “prontas” ou “dadas”, mas são construídas constantemente, por meio de relações sociais

e processos intersubjetivos. Ou seja, enxergar-se como *mulher migrante* não é algo automático, acessível assim que se sai do país de origem. Pelo contrário, é por meio das relações intersubjetivas – e da forma como as pessoas nos veem – que a identidade é estruturada (e constantemente tensionada). Aqui, o vínculo com as teorias do reconhecimento se mostra forte.

* *“Eu me sentia impotente por não fazer nada por meu filho... Eu achava que eu não prestava, que eu não era uma boa mãe.”*: Ainda no tangente às experiências das mulheres migrantes, outro achado importante diz respeito aos papéis de gênero, cobranças e expectativas sociais existentes sobre as mulheres que migram. Os projetos migratórios, a inserção no mercado de trabalho, a construção de vínculos afetivos no país de destino e, até mesmo, as relações transnacionais estabelecidas são marcadas por essas cobranças e responsabilizações. Há expectativas relacionadas à própria decisão por migrar, ao cuidado com a família e/ou filhos, à conquista de emprego e envio de remessas, entre outras experiências. Nos casos em que esses papéis são “descumpridos”, contudo, é possível perceber uma culpabilização pelo deslocamento e, conseqüentemente, uma visão negativa da migração. Para as migrantes que são mães, por exemplo, isso é ainda mais evidente: há uma culpabilização por um suposto descumprimento do papel de “boa mãe” tanto nos casos em que a mulher se desloca sem o/a filho/a, quanto nos casos em que ele/a acompanha a mãe.

* *“Até agressão física teve. Então foi difícil, por isso eu tinha que sair.”*: Se o ato de migrar é visto, em alguns momentos, como algo negativo, o deslocamento, em outras situações, é uma forma de desvencilhar-se de quadros de desrespeito e desigualdade no país de origem. Isso é importante pois reforça o quanto as teorias e análises sobre deslocamentos populacionais devem considerar não só as motivações para a migração, mas os processos e dinâmicas ocorridas nos países de origem e destino. No caso da migração de mulheres, isso pressupõe que entendamos, também, como as trajetórias são atravessadas por marcadores diversos, como gênero, classe, raça, etnia e nacionalidade. Isso significa atentar-se para as diferentes experiências das pessoas que migram e entender que, mais que um deslocamento físico, a migração pode ser uma forma de resistência. Nesse sentido, a possibilidade de reconstruir a vida em outro local é valorizada pelas mulheres entrevistadas e, ao chegar no país de destino, as reivindicações englobam o acesso a direitos como à saúde, educação e emprego dignos, a luta contra as mais variadas formas de discriminação, além da busca por valorização de suas realizações e pela possibilidade de estabelecimento de vínculos afetivos.

Mais uma vez, teoria e prática se alinham: as lutas por reconhecimento das mulheres migrantes perpassam a busca por autoconfiança, autorrespeito e autoestima, advindas das relações de (não) reconhecimento no domínio do amor, direitos e estima. Essas dimensões, contudo, não aparecem sempre de forma separada nos discursos das migrantes. Pelo contrário, as tematizações e demandas comumente envolvem mais de um domínio. Mais que isso, foi perceptível como, em vários casos relatados, situações de ofensa (ou desrespeito no âmbito da estima) motivavam, também, injustiças no âmbito do amor ou privações de direito. Em algumas ocasiões, por exemplo, o fato de “ser mulher migrante” (e ter vindo de determinado país) era mobilizado para negar ou impedir o acesso a serviços públicos. Faz-se importante, nesse sentido, que as análises sobre reconhecimento considerem a constante articulação das reivindicações por justiça e a dinamicidade das lutas.

* *“Eles não sabem toda a força que estão dando para mim. Eles me deram mais valor a mim do que eles pensam. Ou seja, eu inverti tudo o que era ruim, para algo bom.”*: se situações de desrespeito podem instar as pessoas à luta, como defende Honneth (2003), nossa pesquisa corrobora essa ideia. Conforme pontuamos anteriormente, as situações de desrespeito permeiam os mais variados âmbitos das trajetórias das mulheres migrantes. Entretanto, esses quadros de ofensa, privação de direitos e degradação podem motivar a resistência – que se manifestou num âmbito cotidiano e individual, mas também por meio da ação coletiva. Sobre a agência política das mulheres migrantes e, em relação às formas cotidianas de resistir, as narrativas evidenciaram que as ações implementadas estão relacionadas, principalmente, a estratégias que envolvem o âmbito da cultura, tanto por meio da gastronomia, das músicas, do idioma falado, quanto pelo uso de roupas que remetem a elementos dos países de origem das entrevistadas. Embora tenham nascido em locais diferentes, essa dimensão cultural se mostrou marcante nos relatos, como uma forma de romper com situações de desrespeito e de valorizar seus costumes e práticas. Apesar de se tratarem de estratégias cotidianas e “formas ocultas de resistência”, não significa, como bem pontua Scott (1989) que as ações adotadas são triviais ou “menos significativas”. Longe disso, são estratégias efetivas de luta cotidiana.

* *“Porque eu vejo em todas as mulheres que chegam, que fazem ou não fazem parte do coletivo, eu vejo as mesmas inseguranças que eu tive, as mesmas dúvidas, as mesmas tristezas, sabe?”*: No tangente às experiências coletivas, foi possível observar a formação de coletivos de mulheres migrantes tanto em São Paulo, como em Belo Horizonte, cidades escolhidas para a realização do trabalho de campo. Na capital paulista, ainda, a atuação e articulação desses coletivos foi fundamental para a criação da lei nº 16.478/2016 e consequente implementação da

Política Municipal para a População Imigrante. Esses grupos são relevantes para o estabelecimento constante de reivindicações junto ao Poder Público, tanto relativas à participação de migrantes, quanto relacionadas à busca pela efetivação de direitos e a luta contra violências e outras formas de discriminação às mulheres. É importante ressaltar, ainda, que esses coletivos atuam não apenas na busca pela garantia e acesso a direitos para as migrantes, mas operam como um espaço de troca intersubjetiva e fortalecimento de vínculos afetivos entre suas integrantes. Nesse sentido, apesar de distintas, um ponto que atravessa as ações desses movimentos e, até mesmo, os relatos de outras mulheres que não fazem parte de coletivos é, justamente, a dimensão da *experiência compartilhada*. É com base nas vivências de cada uma e, por sentir que outras mulheres também passam por processos semelhantes, que a luta política, a militância e, conseqüentemente, a mudança social são construídas.

Sobre os feminismos, contudo, a percepção das mulheres migrantes entrevistadas não é consensual. Há quem defenda a centralidade da luta feminista para a garantia da igualdade, mas outras enxergam que “feminismo” é um conceito dotado de significados e sentidos que, muitas vezes, afastam algumas mulheres, principalmente as mais periféricas. É importante, nesse sentido, que os feminismos englobem, de modo mais forte, as lutas das migrantes, entendendo suas particularidades, demandas e conquistas.

“*Acho que como migrante, você nunca vai se sentir completamente inserida num lugar.*”: em relação à percepção das migrantes sobre suas trajetórias, nossa pesquisa apontou como esse processo envolve, ainda, uma desterritorialização de perspectivas, visões e formas de atuação. Há o sentimento constante de “estar lá, mas também estar aqui” e a sensação de incompletude na inserção à sociedade receptora. Isso se dá tanto pela marcação de um “estrangeirismo” por parte de outras pessoas (que reforçam um não pertencimento das migrantes ao país de destino), quanto por questionamentos próprios dessas mulheres, que não se identificam, completamente, a um só lugar, mas lutam para que o reconhecimento exista onde quer que estejam. Ao nos debruçarmos sobre um fenômeno multifacetado como migração, portanto, não estamos dizendo só de números ou fluxos, mas de sujeitos cujas trajetórias são dinâmicas e complexas. Falamos de trocas intersubjetivas entre diferentes pessoas e culturas, de identidades que são (re)construídas no cotidiano e de significados que estão em constante transformação.

Tendo exposto esses achados e, seguindo o caminho trilhado desde a introdução desta dissertação, é importante destacar como essa pesquisa me afetou. Como mulher e pesquisadora

em formação, dedicar-me a este trabalho foi uma tarefa desafiadora e estimulante. Estar em contato com análises, perspectivas e, principalmente, pessoas tão diversas foi uma oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal, em que aprendi com as teorias e, principalmente, com as interlocutoras de pesquisa que construíram – e constroem – este estudo comigo. Todo o processo de pesquisa foi importante para a revisão de conceitos, o questionamento de ideias e a construção de bases para trabalhos futuros e outras investigações. A trajetória foi rica, também, para o fortalecimento de vínculos e o entendimento da potência do afeto, do diálogo e das trocas interculturais, principalmente em cenários de injustiça e desrespeito contra as mulheres, como os já apontados ao longo do estudo. Essa jornada se materializou nesta dissertação em que apresentamos para outras pessoas aquilo que apreendemos, numa tentativa de traduzir, no (con)texto de uma pesquisa científica, realidades distintas e extremamente valiosas.

Ao dizermos sobre os feitos, é importante, contudo, mencionar aquilo que não conseguimos realizar, pontuando, também, as agendas de estudo que deixamos abertas para futuras investigações. Entendemos que, por mais que nosso intento seja compreender as lutas por reconhecimento das mulheres migrantes, suas demandas, reivindicações e formas de atuação não se limitam às análises aqui feitas, assim como as experiências dessas mulheres não se resumem aos relatos contidos nesta pesquisa. Defendemos que as teorias do reconhecimento são profícuas para olharmos para fenômenos como a migração internacional, mas assumimos que o campo é abrangente e as possibilidades de análise são amplas, portanto não se findam aqui. Além disso, é importante registrar as dificuldades que enfrentamos para analisar experiências tão diversas e interpretar, a partir dos relatos das entrevistadas, as formas de desrespeito com base nos domínios do reconhecimento. Conforme mencionamos em outros momentos, o reconhecimento não deve ser reduzido à autopercepção da opressão. Captar quando – e como – situações de desrespeito são tematizadas pelas interlocutoras de pesquisa é, portanto, um enorme desafio. Nos propusemos a encará-lo, mas sabemos dos riscos e limitações envolvidas ao retratarmos trajetórias tão ricas.

Essas inquietações são válidas, também, para pensarmos os feminismos, que são diversos e plurais. Tentamos, brevemente, expor como as mulheres migrantes entrevistadas compreendem essa pauta e buscamos indaga-las sobre a possível existência de um *feminismo migrante* na América Latina. Neste trabalho, contudo, não conseguimos avançar na investigação dessa agenda, mas registramos o interesse e a relevância em seguir com esse veio em pesquisas futuras. Diante de situações de desrespeito, de um contexto global de

recrudescimento de fronteiras – físicas e simbólicas – e de um cenário de feminização (ou generização) dos fluxos, acreditamos e defendemos que as mulheres migrantes ainda têm muito a nos ensinar sobre resistência, reconhecimento, feminismo e política.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Convenção relativa ao estatuto dos refugiados**, 1951.

ACNUR. **Número de refugiados e migrantes venezuelanos chega a 3 milhões**. 2018. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/11/09/numero-de-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-chega-a-3-milhoes/>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

ALCOFF, Linda; POTTER, Elizabeth. **Feminist epistemologies**. Routledge, 2013.

ALTAMIRANO, Teófilo. **Remesas y nueva “fuga de cérebros” – impactos transnacionales**. Lima: Fondo Editorial de la PUC, 2006.

AMENDOLA, Gilberto. **Restaurante de refugiados sofre ataque de “grupo de direita”**. Terra Notícias, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2IUufNx>>. Acesso em 03 de set. 2019.

ANTHIAS, Floya; YUVAL-DAVIS, Nira. **Racialized boundaries: Race, nation, gender, colour and class and the anti-racist struggle**. Routledge, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/la frontera**. San Francisco: aunt lute books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria et al. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Estudos feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

AQUINO, Alejandra; DÉCOSSE, Frédéric; HUERTA, Amarela Varela (Ed.). **Desafiando fronteras: control de la movilidad y experiencias migratorias e el contexto capitalista**. [Sur+ Ediciones], Fronter Press, 2012.

ARMSTRONG, C; SQUIRES, J. **Beyond the Public/Private Dichotomy: relational space and sexual inequalities**. Contemporary Political Theory, v. 1, p. 261 – 283, 2002.

ASSIS, Gláucia de Oliveira et al. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros**. 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; KOSMINSKY, Ethel V. **Gênero e migrações contemporâneas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 695-697, 2007.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. Dados, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

AVRITZER, Leonardo; GOMES, Lilian. **Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil**. Dados-Revista de Ciências Sociais, v. 56, n. 1, p. 39-68, 2013.

BAENINGER, Rosana. **Governança das Migrações Internacionais no século 21: desafios e agenda de pesquisa**. Anais, p. 1-17, 2016.

BAENINGER, Rosana et al (org). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise do discurso**. Lisboa: Edições, v. 70, 1977.

BBC NEWS. **Entenda a polêmica sobre a política que separava famílias de imigrantes ilegais nos EUA**. 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44584132>> Acesso em 05 mai. 2019.

BBC NEWS. **Trump e Brexit: 5 fatores em comum**. 2016. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37934191?ocid=socialflow_facebook > Acesso em 06 mai. 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 [1949].

BERNARDO, Hermínio. **Bolivianos viram maior comunidade estrangeira em São Paulo**. CBN, 2019. Disponível em:< <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/240073/bolivianos-viram-maior-comunidade-estrangeira-em-s.htm> >. Acesso em 12 out. 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.

BIROLI, Flavia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo Editorial, 2015.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Migration information source, v.1, n. 35, p. 28, 2003.

BRANT, D. **EUA são único país a ficar de fora em pacto global da ONU para migrantes**. Folha de S. Paulo, 2018. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/07/eua-sao-unico-pais-a-ficar-de-fora-em-pacto-global-da-onu-para-migrantes.shtml> > Acesso em 14 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 2771/98**. Regulamenta a Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998, que dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional. Publicado no Diário Oficial da União em 08 de setembro de 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2771.htm >. Acesso em 05 jan.2020.

BRASIL. **Decreto Municipal nº 57.533/16**. Regulamenta a Lei nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante. Publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 15 de dezembro de 2016. Disponível em:< <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-57533-de-15-de-dezembro-de-2016>>. Acesso em 05 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto Municipal nº 54.645/13**. Cria a cadeira do Conselheiro Extraordinário nos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, visando garantir a participação dos imigrantes moradores da cidade nesses colegiados. Publicado no Diário Oficial da Cidade de

São Paulo em 30 de novembro de 2013. Disponível em: <
<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-54645-de-29-de-novembro-de-2013//detalhe>
 >. Acesso em 06 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n.16.478/16**. Institui a Política Municipal para a População Imigrante da cidade de São Paulo. Publicada no Diário Oficial da Cidade em 09 de julho de 2016. Disponível em: <
<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16478-de-08-de-julho-de-2016//consolidado>
 >. Acesso em 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.815/80**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 19 de agosto de 1980. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm
 >. Acesso em 10 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.080/90**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 20 de setembro de 1990. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm
 >. Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL, **Lei nº 8.142/90**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 1990. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm
 >. Acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445/17**. Institui a Lei de Migração. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de maio de 2017. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm
 >. Acesso em 02 mai. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 666/19**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Publicada no Diário Oficial da União em 26 de julho de 2019. Disponível em: <
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-666-de-25-de-julho-de-2019-207244569>
 >. Acesso em 15 set. 2019.

BRASIL, **Portaria nº 770/19**. Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal. Publicada no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 2019. Disponível em: <
<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-770-de-11-de-outubro-de-2019-221565769>
 >. Acesso em 23 out. 2019.

BRINGEL, Breno. **Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais**. Estudos de Sociologia, v. 2, n. 16, p. 185-215, 2011.

BRITO, Fausto. **A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional**. Revista Brasileira de Estudos de População, 30(1), 77-97, 2013.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009.

BRITO, Fausto. **Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo**. Revista Brasileira de Estudos de População, 12(1/2), 21-34, 1995.

BURNI, Aline. **Government Agenda under Electoral Pressure: the Impact of Radical Right Parties on Immigration Policies in West European Democracies (1980-2010)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. **Dispossession: the performative in the political**. Cambridge: Polity Press, 2013.

BUTLER, Judith. **Longing for Recognition**. In: Undoing Gender. New York & London: Routledge, 2004a.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. New York & London: Verso, 2004b.

CANALES, Alejandro. **Panorama actual de las migraciones en América Latina**. Universidad de Guadalajara, 2006.

CASTRO, Juventina Yolanda Correa. **Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo**. 2006. 470f. Tese (Doutorado) - Universidad de Granada, Granada, 2006. Disponível em: < <https://hera.ugr.es/tesisugr/16090998.pdf> > Acesso em 07 mar. 2019.

CAVALCANTI, Leonardo et al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

CAVALCANTI, Leonardo; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil: Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CAREGNATO, Rita; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto contexto enferm, v. 15, n. 4, p. 679-84, 2006.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. **Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres**. Cadernos Pagu, n. 49, p. 80-114, 2017.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.; QUIROZ, Luis Rodolfo Morán. **La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CHANT, Sylvia Hamilton. **Composición de la unidad doméstica y consolidación habitacional**. Massolo, Alejandra (comp.), Mujeres y ciudades: participación social, vivienda y vida cotidiana. México: El Colegio de México, p. 243-269, 1992.

CHODOROW, Nancy J. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender**. University of California Press, 1999.

CIURLO, Alessandra. **Género y familia transnacional. Un enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios**. Revista Científica General José María Córdova, v. 12, n. 13, p. 127-161, 2014.

COGO, Denise. **Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 177-193, 2017.

COLEF. **La Caravana de Migrantes centroamericanos en Tijuana 2018: diagnóstico y propuestas de acción**. Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte. 2018. Disponível em: <<https://www.colef.mx/estudiosdeelcolef/la-caravana-de-migrantes-centroamericanos-en-tijuana-2018-diagnostico-y-propuestas-de-accion/>> Acesso em: 08 set. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Routledge, 2000.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. **Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença"**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.

COSTA, Sérgio. **Redes sociais e integração transnacional: problemas conceituais e um estudo de caso**. Política & Sociedade, v. 2, n. 2, p. 151-174, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista estudos feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CYPRIANO, Breno. **As epistemologias dissidentes e o pensamento feminista latino-americano**. In: Feminismos em Rede. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.

DELFIN, Rodrigo. **Conferência de imigrantes em São Paulo deve ser espaço de escuta e avaliação, dizem participantes**. MigraMundo, 2019. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/conferencia-de-imigrantes-deve-ser-espaco-de-escuta-e-de-avaliacao-dizem-participantes/>>. Acesso em 26 nov.2019.

DE SOUZA PINTO, J. R., Bernardes *et al.* **Discursos e Projetos de Mudança Social/ Discourses and Projects of Social Change**. E-Legis-Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, 10(24), 7-21, 2017.

DIAS, Gustavo. **Mobilidade migratória: uma leitura crítica para além de metáforas hidráulicas**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 27, n. 57, p. 61-78, 2019.

DURAN, Jane. **Toward a feminist epistemology**. 1995.

DUTRA, Delia; BRASIL, Emmanuel. **Mulheres migrantes no Brasil. A movimentação no mercado formal de trabalho**. In: Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Araujo, D., Tonhati, T., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

DUTRA, Delia. **Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho**. REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 21, n. 40, p. 177-193, 2013.

FAZITO, Dimitri. **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**. Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil. Belo Horizonte: ABEP, 2005.

FAZITO, Dimitri. **A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade**. Encontro da Associação de Estudos Populacionais, v. 13, n. 4, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_mig_st1_fazito_texto.pdf> Acesso em 03 set. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. Psychology Press, 2003.

FELDMAN, Sofia. **O Hospital**. Disponível em: < <http://www.sofiafeldman.org.br/o-hospital/> > Acesso em 21 de dez.2020.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de. **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Projeto de Estudo. Ministério do Trabalho e Emprego/International Organization Migration/PUC Minas/Grupo de Estudos de Distribuição Espacial da População. Belo Horizonte, 2014.

FERNANDES, Duval Magalhães; CASTRO, Maria da Consolação G de; KNUP, Silvana Pena. **Fluxo de mão de obra da Europa para o Brasil**. Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, p. 135-150, 2012.

FERNANDES, Duval; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório**. Cadernos de Debates, n. 6, p. 73-97, 2011.

FORST, Rainer. **First things first: redistribution, recognition and justification**. European Journal of Political Theory, v. 6, n. 3, p. 291-304, 2007.

FRASER, Nancy. **From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'post-socialist' age.** *New left review*, p. 68-68, 1995.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”.** *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** *Lua Nova*, v. 70, p. 101-138, 2007.

FRASER, Nancy. **Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado.** *Lua Nova*, v. 77, p. 11-39, 2009.

FRASER, Nancy. **Rethinking recognition.** *New left review*, v. 3, p. 107, 2000.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics: Redistribution, Recognition, and Participation.** In: FRASER, N; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A political-Philosophical Exchange.* Londres/Nova York: Verso, 2003.

FRIEDAN, Betty. **The Feminine Mystique.** New York, Norton, 2001 [1963].

FRIEDMAN, Estelle e THORNE, Barrie. **Introduction to the Feminist Sexuality Debates,** *Signs*, v. 10, n. 11, 1984.

GIL, Carmen Gregorio. **La categoría género a la luz del parentesco en el análisis de las migraciones transnacionales.** *Anuario americanista europeo*, v. 11, p. 11-29, 2013.

GIL, Carmen Gregorio. **Migración femenina: su impacto en las relaciones de género.** Narcea Ediciones, Madrid, 1998.

GIL, Carmen Gregorio. **El estudio de las migraciones internacionales desde una perspectiva del género.** *Migraciones.* Publicación del Instituto Universitario de Estudios sobre Migraciones, Madrid, n. 1, p. 145-175, 1997.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: Psychological theory and women's development.** Harvard University Press, 1982.

GOMES, Angela de Castro. **Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade.** In: *Brasil: 500 anos de povoamento.* Rio de Janeiro: IBGE, p. 161-177, 2007.

FELDMAN-BIANCO, Bela et al. **Migração e exílio.** São Carlos: EdUFSCar, 2018.

FOLHA. **Brasil deixa Pacto Global de Migração da ONU.** Folha de S. Paulo, 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/brasil-deixa-pacto-global-de-migracao-da-onu.shtml> > Acesso em 06 mai. 2019.

GALEOTTI, Anna Elisabetta. **Toleration as recognition.** Cambridge University Press, 2002.

GOSS, Jon; LINDQUIST, Bruce. **Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective.** *International migration review*, v. 29, n. 2, p. 317-351, 1995.

GOUREVITH, Peter. **Politics in hard times: comparative responses to international economic crisis**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

GUIMARAES, Lucia Maria Paschoal; VAINFAS, Ronaldo. **Sonhos galegos: os espanhóis no Brasil**. In: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, p. 101121, 2007.

GUIRADO NETO, José. **Para além da costura: trabalho imigrante e organização coletiva na metrópole**. Tese de Doutorado [Doutorado em Sociologia]. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2014.

GUIZARDI, Menara. **Para pensar as redes transnacionais: itinerários e histórias migratórias dos capoeiristas brasileiros em Madri**. In: FELDMAN-BIANCO, Bela et al. Migração e exílio. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Is there a feminist method**. Feminism and science, p. 18-32, 1989.

HARRIS, John R.; TODARO, Michael P. **Migration, unemployment and development: a two-sector analysis**. The American economic review, v. 60, n. 1, p. 126-142, 1970.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. **Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais**. Revista da ABET, 2016.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. **As cadeias globais de assistência e a mais-valia emocional**. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. No limite da racionalidade - convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 187-209.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrete, and AVILA Ernestine. **"I'm here, but I'm there'. The Meanings of Latina Transnational Motherhood.**" Gender and Society, v. 11, n. 5, 1997. p. 548-57.

HOOKS, Bell. **Feminist Theory: From Margin to Center**. New York/Boston. South End Press, 1984.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Ed34, 2003.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. Martins Editora, 2017.

HONNETH, Axel. Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser. **Redistribution or recognition**, p. 110-197, 2003b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **MUNIC - Perfil dos municípios brasileiros: 2018**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ILO. **World Employment and Social Outlook: Trends for women 2017**. International Labour Office – Geneva: 2017.

IOM. **World Migration Report**. International Organization for Migration. Geneva, 2018.

IOM. **World Migration Report**. International Organization for Migration. Geneva, 2019.

INCARNAÇÃO, Iuri. **Sociologia das Migrações: correntes teóricas e perspectivas**. Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos, setembro, 2015. Vitória, ES. Disponível em: <
<http://www.conacsoufes.com.br/pdf/final/6d399b8787b8ed6815e14e90633d21db.pdf> >
Acesso em 25 abr. 2019.

INGLEHART, R. **Modernization and postmodernization: Cultural, economic, and political change in 43 societies**. Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. **Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash**. In: Meeting of the American Political Science Association, 2016.

KOMPRIDIS, Nikolas. **Struggling over the meaning of recognition: A matter of identity, justice, or freedom?**. European Journal of Political Theory, v. 6, n. 3, p. 277-289, 2007.

JANSEN, Clifford. **Some sociological aspects of migration**. Migration, v. 2, p. 60-73, 1969.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2019.

KOFMAN, Eleonore. **Rethinking care through social reproduction: Articulating circuits of migration**. Social Politics, v. 19, n. 1, p. 142-162, 2012.

LAWSON, Victoria A. **Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration research**. Progress in Human Geography, v. 22, n. 1, p. 39-53, 1998.

LEÃO, Augusto Veloso. **Reconhecimento legal e estima social nas políticas públicas de integração de imigrantes em nível municipal em São Paulo e Bruxelas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

LEE, Everett S. **A Theory on migration**. Demography, v.3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LELO, Thales Vilela. **Seria a luta por reconhecimento uma aspiração à agência soberana?**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 22, p. 161-190, 2017.

LEVITT, Peggy; JAWORSKY, B. Nadya. **Transnational migration studies: Past developments and future trends**. Annu. Rev. Sociol., v. 33, p. 129-156, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero e Migrações–Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas**. REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 14, n. 26-27, p. 151-166, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia–trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 251-252, 2003.

MACKINNON, Catherine A. **Trafficking, prostitution, and inequality**. HARv. cR-cLL REv., v. 46, p. 271, 2011.

MARCELO, Gonçalo. **Recognition and critical theory today: An interview with Axel Honneth**. Philosophy & Social Criticism, v. 39, n. 2, p. 209-221, 2013.

MARINUCCI, Roberto. **Feminização Das Migrações**. Revista REHMU, Brasília, v. 15, n. 29, 2007.

MARINUCCI, Roberto. **Mobilizações de migrantes e refugiados: as lutas pela visibilidade e pelo reconhecimento**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 24, n. 4, p. 7-10, 2016.

MARKELL, Patchen. **Bound by recognition**. Princeton: Princeton UP, 2003.

MARKELL, Patchen. **Recognition and redistribution**. In: The Oxford handbook of political theory. 2006.

MARKELL, Patchen. **The recognition of politics: a comment on Emcke and Tully**. Constellations, v. 7, n. 4, p. 496-506, 2000.

MÁRMORA, Lelio. **Modelos de gobernabilidad migratoria. La perspectiva política en América del Sur**. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 18, n. 35, 2010.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts. Cenas do Brasil migrante**. São Paulo, Boitempo, 1999.

MASSEY, Douglas; ESPINOSA, Kristin; DURAND, Jorge. **Dinámica migratoria entre México y Estados Unidos**. Población, Desarrollo y Globalización. V Reunión de Investigación Sociodemográfica en México, v. 2, 1998.

MASSEY, Douglas. *et al.* **Theories of international migration: A review and appraisal**. Population and development review, p. 431-466, 1993.

MASSEY, Douglas. *et al.* **Worlds in Motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Claredon Press, Oxford, 1998.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico-emancipatória de gênero**. Encontro anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais, v. 32, 2008.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista. É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?** Revista de Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.** Revista Estudos Feministas, v.16, n 2, p.333-357, 2008.

MATOS, Marlise. **Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres.** In: MATOS, M. (org.) Enfoques Feministas E Os Desafios Contemporâneos: Perspectiva Feminista de Gênero na Política e nas Políticas Públicas. Belo Horizonte, FAFICH/DCP, p. 59-112, 2009

MATTOS, Patrícia Castro. **A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser.** Sociedade e Estado, v. 19, n. 1, p. 255-256, 2004.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento na esfera do amor: Para uma discussão sobre os paradoxos da transformação da intimidade.** Síntese (Belo Horizonte), v. 43, n. 137, p. 421-442, 2016.

MAYA, Coletivo. **Sobre o coletivo.** Belo Horizonte. Facebook: página do Facebook. Disponível em:< https://www.facebook.com/pg/coletivomaya/about/?ref=page_internal>. Acesso em 01 dez. 2019.

MCNAY, Lois. **Against recognition.** Polity, 2008.

MEAD, George H. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorism.** Chicago: The University of Chicago Press, 1962.

MELO, Rúrion. **Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 15, p. 17-36, 2014.

MELO, Rúrion. **Dimensões Políticas do Reconhecimento e seus Limites.** Dissonância: Revista de Teoria Crítica, v. 2, p. 112-148, 2018.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 9, p. 119, 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Recognition and social esteem: a case study of the struggles of people affected by leprosy.** Political Studies, v. 59, n. 4, p. 940-958, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais.** 369f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano.** Revista de Sociologia e Política, n. 29, 2007.

MEZZADRA, Sandro. **Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes**. Revista ECO-Pós, v. 15, n. 2, p. 70-107, 2012.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **La frontera como método**. 2017.

MILESI, Rosita. MARINUCCI, Roberto. **Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento dos outros**. Instituto Migrações e Direitos Humanos e Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília, 2016.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Feminist encounters: locating the politics of experience**. Social postmodernism: Beyond identity politics, p. 68-86, 1995.

MONSMA, Karl. **James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB, Rio de Janeiro, v. 49, n. 49, p. 95-121, 2000.

MOROKVAŠIĆ, Mirjana. **Birds of passage are also women....** International migration review, Paris, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MOULIN, Carolina. **A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo**. Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos sociais. São Paulo: Hucitec/FAPEAM, p. 275-288, 2012.

MOUNK, Yascha. **The people vs. democracy: Why our freedom is in danger and how to save it**. Harvard University Press, 2018.

MUÑOZ, Enara; VILLAMAR, María del Carmen. **Resistencias y alternativas al desarrollo en América Latina y Caribe: luchas sociales contra el extractivismo**. Relaciones Internacionales, 2018.

NASCIMENTO, Jonas; BARREIROS, Filipe. **Reconhecimento, redistribuição e justiça em Axel Honneth e Nancy Fraser**. Problemata: Revista Internacional de Filosofia, v. 9, n. 1, p. 47-67, 2018.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. In: Oficina do CES. Centro de Estudos Sociais. Coimbra, p. 1-29, 2016.

NUSSBAUM, Martha C. **Sex and social justice**. Oxford University Press, 1999.

NUNES, César. **Polícia investiga incêndio em casa de imigrantes venezuelanos em Boa Vista**. EBC, Agência Brasil. 2018. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/policia-investiga-incendio-em-casa-de-imigrantes-venezuelanos-em-boa-vista> > Acesso em 10 mai. 2019.

O GLOBO. **Líderes populistas reforçam discurso anti-imigração após o ataque em Berlim 2016**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/lideres-populistas-reforcam-discurso-anti-imigracao-apos-ataque-em-berlim-20673224> > Acesso em 05 mai. 2019.

OKIN, Susan Moller. **Gender, the Public and the Private**. Revista Estudos Feministas, v. 16, n.2, p. 305-332, 2008.

OIM. **Glossário sobre migração**. Organização Internacional para as Migrações, 2009.

OIM. **Indicadores da Governança Migratória Local**. Organização Internacional para as Migrações, 2019.

ONU. **Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Apátridas**. Nova York, 1954.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nova Iorque, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 10 abr. de 2019.

PACHECO, Mariana Fischer. **A reconhecibilidade precede o reconhecimento? Acerca das críticas de Judith Butler a Axel Honneth**. Revista Dissertatio de Filosofia, v. 47, p. 203-221, 2018.

PAMPLONA, Isadora. **Quantos brasileiros vivem fora do país?** UOL Notícias, 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2018/06/22/quantos-brasileiros-vivem-fora-do-pais.htm>> Acesso em 17 dez. 2019.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. **Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2006.

PATARRA, Neide Lopes; FERNANDES, Duval. **Brasil: país de imigração**. Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações, v.3, n. 24, p. 65-96, 2011.

PATARRA, Neide. **Migrações internacionais e integração econômica no cone Sul: notas para discussão**. In SALES, Teresa; SALLES, Maria do Rosário R. (orgs.). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Carlos: EdUFSCar, Editora Sumaré, 2002.

PATEMAN, Carole. **The sexual contract**. Stanford, Stanford University Press, 1988.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas**. Socius Working Papers, Lisboa, 2004.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. **Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero**. Anais, p. 1-16, 2016.

PERES, Roberta Guimarães. **Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS**. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 8, n. 2, p. 120-137, 2015.

PETRAS, Elizabeth McLean. 3: **The Global Labor Market in the Modern World-Economy**. International Migration Review, v. 15, n. 1_suppl, p. 44-63, 1981.

PIERSON, Paul. **When effect becomes cause: policy feedback and political change**. World Politics, Cambridge University Press, v. 45, n. 4, p. 595-628, 1993.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 74, p. 35-58, 2008.

PINTO, Celi Regina Jardim. **O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil.** Sociedade e Estado, v. 31, n. SPE, p. 1071-1092, 2016.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil.** 2003.

PIORE, Michael J. **Birds of passage: migrant labor and industrial societies.** New York: Cabridge University Press, 1979.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e cultura, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Sujeição ou subversão: migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha.** Revista História & Perspectivas, v. 1, n. 35, 2006.

PORTES, Alejandro. **Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação.** Celta: Oeiras, 1999.

PORTO, Tiago. **Desrespeito e patologias sociais na Filosofia de Axel Honneth.** Problemata - Revista Internacional de Filosofia, v. 7, n. 1, p. 169-191, 2016.7.

RAMOS, Natália. **Gênero e migração: questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante.** Fazendo Gênero 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos, p. 1-9, 2010.

RATHBUN, Brian Christopher. **Interviewing and qualitative field methods: pragmatism and practicalities.** In: The Oxford handbook of political methodology. 2008.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. **The laws of migration.** Journal of the statistical society of London, Londres, v. 48, n.2, p. 167-235, 1885.

RODRIGUES, A. **Roraima pede ao STF fechamento da fronteira com a Venezuela.** EBC, Agência Brasil de Comunicação. 2018 Disponível em: <
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/roraima-pede-ao-stf-que-determine-fechamento-da-fronteira-com-venezuela>> Acesso em 06 mai. 2019.

ROGERS, Melvin L. **Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition.** European Journal of Political Theory, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2009.

RUBIN, Gayle. **Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality.** Social perspectives in Lesbian and Gay Studies; A reader, p. 100-133, 1984.

RUDDICK, Sara. **Maternal thinking: Toward a politics of peace.** Beacon Press, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **Por um conceito "antipredicativo" de reconhecimento.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 94, p. 79-116, 2015.

SAMPAIO, Cyntia; BARALDI, Camila. **Políticas migratórias em nível local: Análise sobre a institucionalização da política municipal para a população imigrante de São Paulo**. Cepal, 2019.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 637 p, 2010.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP; outubro, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em 21. mai. 2019.

SASSEN, Saskia. **Economic internationalization: The new migration in Japan and the United States**. Social Justice, v. 21, n. 2, p. 62-82, 1994.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Paz e Terra, 2016.

SASSEN, Saskia. **The global city**. New York, 1991.

SASSEN, Saskia. **Será este o caminho? Como lidar com a imigração na era da globalização**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 64, p. 41-54, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Edusp, 1998.

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. **Transnationalism: A new analytic framework for understanding migration**. Annals of the New York academy of sciences, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.

SCHUMACHER, Aluisio Almeida; SALUM, Gabriel Cunha. **Reconhecimento social e orientação de políticas para migrantes e refugiados**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 5, n. 1, p. 17-36, 2017.

SCOTT, James C. **Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts**. Yale university press, 1990.

SCUZZARELLO, Sarah; KINNVALL, Catharina. **Rebordering France and Denmark Narratives and Practices of Border-Construction in Two European Countries**. Mobilities, 8:1, 90-106, 2013.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. Revista brasileira de Educação, n. 20, p. 60-70, 2002.

SJAASTAD, Larry A. **The costs and returns of human migration**. Journal of political Economy, v. 70, n. 5, Part 2, p. 80-93, 1962.

SICILIANO, André Luiz. **O papel da universalização dos Direitos Humanos e da migração na formação da nova governança global.** Revista Internacional de Direitos Humanos, p. 115, 2012.

SILVA, Ana. BLANCHETTE, Thaddeus. BENTO, Andressa. **Cinderela traída: análise de um mito brasileiro sobre o tráfico de pessoas.** In: FELDMAN-BIANCO, Bela et al. Migração e exílio. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

SILVA, Romerito Valeriano da. **Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam? Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil / Tese (Doutorado).** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2015.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil/ Estados Unidos.** Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

SJAASTAD, Larry A. **The costs and returns of human migration.** Journal of political Economy, v. 70, n. 5, Part 2, p. 80-93, 1962.

SOARES, Weber. **Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional.** Revista Brasileira de Estudos de População, v. 21, n. 1, p. 101-116, 2004.

SOARES, Weber; BAENINGER, Rosana. **Introdução e análise relativa a imigração internacional no Brasil.** In: Perfil Migratório Brasileiro. CNPD/OIM. Brasília 2009.

SOARES, Weber; RODRIGUES, Roberto Nascimento. **Redes sociais e conexões prováveis entre migrações: internas e emigração internacional de brasileiros.** São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 64-76, 2005.

SPINELLI, Letícia Machado. **Reconhecimento e complementariedade de gênero: Acrítica de Young ao “feminismo” de Honneth.** Dissonância: Revista de Teoria Crítica, AOP (Advance Online Publication), p. 1-25, fev. 2019.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. **Migration incentives, migration types: The role of relative deprivation.** 1990.

STARK, Oded. **The migration of labor.** 1991.

STEPHENSON, Marcia. **Response: Inscribing Gynetics in the Bolivian Andes.** In: ARREDONDO, Gabriela, HURTADO, Aída, KLAHN, Norma, NÁJERA-RAMÍREZ, Olga; and ZAVELLA, Patricia (eds.). Chicana Feminisms: A Critical Reader. Durham: Duke University Press, 2003. p. 370-375.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos.** Edições Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna.** Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalism: Examining the politics of recognition.** Princeton University Press, 41 William St., Princeton, NJ 08540. 1994.

THOMPSON, Simon; YAR, Majid (Ed.). **The politics of misrecognition**. Ashgate Publishing, Ltd., 2011.

TONG, Rosemarie. **Feminist Thought**. Westview Press, 2009.

TULLY, James. **Recognition and dialogue: the emergence of a new field**. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 7, n. 3, p. 84-106, 2004.

TURTIAINEN, Kati. **Recognising forced migrants in transnational social work**. *International Journal of Migration, Health and Social Care*, 2018.

UN DESA, United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **International Migration Report 2017: Highlights** (ST/ESA/SER.A/404), 2017.

UN DESA, United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **International Migration 2019: Wall Chart** (ST/ESA/SER/A/431), 2019.

VARELA HUERTA, Amarela. **Caravana de Madres Centroamericanas, un ejemplo de las nuevas luchas migrantes**. *Derechos humanos y transformación política en contextos de violencia*. Mexico City: FLACSO, p. 315-352, 2016.

VARELA HUERTA, Amarela. **El Movimiento Migrante Mesoamericano. Una aproximación desde la sociología de la acción colectiva a un ejemplo de luchas migrantes**. *Amnis. Revue de Civilisation Contemporaine Europe/Amériques*, n. 15, 2016.

VARELA HUERTA, Amarela. **“Luchas migrantes”: un nuevo campo de estudio para la sociología de los disensos**. *Andamios*, v. 12, n. 28, p. 145-170, 2015.

VARELA HUERTA, Amarela. **Por el derecho a permanecer ya pertenecer: una sociología de la lucha de migrantes**. *Traficantes de Sueños*, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century**. Academic Press, 1974.

WARMIS, Equipe de Base. **Quem somos**. Disponível em: < <http://www.warmis.org/quem-somos.html> >. Acesso em 10 dez.2019.

WEDEEN, Lisa. **Reflections on ethnographic work in political science**. *Annual Review of Political Science*, v. 13, p. 255-272, 2010.

WENDEN, Catherine Wihtol de. **As Novas Migrações**. *Sur–Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, 2016.

YANOW, Dvora. **Interpretive analysis and comparative research**. In: *Comparative policy studies*. Palgrave Macmillan, London, p. 131-159, 2014.

YOUNG, Iris Marion. **Categorias desajustadas: uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser**. *Revista brasileira de ciência política*, v. 2, p. 193, 2009.

YOUNG, Iris Marion. 1990. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press.

YOUNG, Iris Marion. **Recognition of Love's Labor: Considering Axel Honneth's Feminism**. B. van den Brink, D.Owen (eds.). *Recognition and Power: Axel Honneth and the Tradition of Critical Social Theory*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 189-212.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista semiestruturada

Dados de identificação da entrevistada:

- Nome: _____
- Nacionalidade: _____
- Cidade de origem: _____ Província: _____
- Idade: _____
- Cor/Raça: Branca: () Preta: () Parda: () Amarela: () Indígena: ()
Sem informação: () Outra. Qual? _____
- Identidade de Gênero: () Cisgênero () Transgênero () Transexual () Travesti ()
Agênero () Sem informação () Outra. Qual? _____
- Orientação Sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Outro
() Sem informação
- Escolaridade: _____ Estuda atualmente? () Sim () Não
Se sim, qual curso? _____
- Profissão: _____

Roteiro de entrevista

1. Quando você saiu do seu país? Como veio?
2. Quais foram as motivações para vir para o Brasil?
3. Você tinha expectativas em relação à vinda para o Brasil? Quais eram?
4. Conte-me um pouco sobre a sua vida no Brasil.
5. Com quem você vive no Brasil? Como é o relacionamento com sua família e amigos, tanto daqui quanto do seu país?
6. Quais são as principais dificuldades encontradas no Brasil?
7. Você já sofreu algum tipo de desrespeito no Brasil? (Racismo, xenofobia, violência de gênero...)
 - a. Se já passou por alguma situação de desrespeito, como você reagiu? O que fez para lidar com isso?
8. O que é, para você, ser mulher no Brasil? E ser mulher migrante aqui?
9. Você participa de algum grupo, coletivo ou movimento social? Se sim, conte-me um pouco sobre o trabalho e sua atuação?
10. Você está satisfeita em ter migrado para o Brasil? Algo aconteceu fora do planejado?
11. Você pretende permanecer no Brasil? Pensa em voltar para seu país ou emigrar para outro destino?
12. Você concorda que seu depoimento seja utilizado em nossa pesquisa e em artigos e outras publicações?

Anexo 2: Mulheres entrevistadas para a pesquisa

Nome	Nacionalidade	Idade	Ano de chegada/ Tempo de residência	Raça/cor	Orientação sexual	Estado Civil	Filhos/as?	Escolaridade	Estuda atualmente?	Profissão e/ou cargo
Carla	Colombiana	46	1998 / 21 anos	Branca	Heterossexual	Casada	1	Ensino superior incompleto/técnica em Secretariado bilíngue	Não	Empresária
Magda	Boliviana	50	1992 / 27 anos	<i>Mestiza</i> ³⁷	Heterossexual	Divorciada	4	Ensino Fundamental incompleto	Não	Dona de casa
Daniela	Boliviana	37	2007 / 12 anos	Parda	Heterossexual	Casada	2	Ensino Fundamental incompleto	Não	Dona de casa / costureira
Beatriz	Boliviana	58	1996 / 23 anos	Indígena	Heterossexual	Casada	1	Ensino Fundamental incompleto	Não	Dona de casa / artesã / Diretora de uma organização

³⁷ Como aponta Krada Kilomba (2019), alguns termos da língua portuguesa relacionados à nomenclatura animal são usados para referir-se à pessoas não brancas, de modo a inferioriza-las por meio da nomenclatura relacionada a animais. Esse é o caso, segundo a autora, do termo *mestiça* que, em português, tem sua origem na reprodução canina, usado para definir o cruzamento de duas raças diferentes, originando um animal considerado “inferior” (KILOMBA, 2019). Em espanhol, o termo *mestiza* é comumente utilizado para se referir a pessoas descendentes de indígenas e europeus. Gloria Anzaldúa (2005) defende o uso do termo *mestiza*, advogando por uma nova consciência, em que “essa mistura de raças, em vez de resultar em um ser inferior, gera uma prole híbrida, uma espécie mutável, mais maleável, com uma rica carga genética. A partir dessa “transpolinização” racial, ideológica, cultural e biológica, uma consciência outra está em formação uma nova consciência *mestiza*, uma conciencia de mujer.” (ANZALDUA, 2005, p. 704). Por esses sentidos estabelecidos e por ter sido a forma como as migrantes se identificaram, adotamos, aqui, o termo em espanhol.

Sara	Peruana	34	2014 / 5 anos	Marrom / Indígena	Heterossexual	Casada	0	Doutorado	Não	Pesquisadora
Silvia	Peruana	61	1ª vez: 1985 - 1991. 2ª vez: 2011 / 8 anos	<i>Mestiza</i>	Heterossexual	Divorciada	2	Mestrado	Não	Coordenadora de uma ONG
Claudia	Venezuelana	47	2014 / 5 anos	Negra	Heterossexual	Viúva	1	Superior completo	Não	Desempregada
Eliana	Venezuelana	28	2017 / 2 anos	Negra	Heterossexual	Casada	1	Superior completo	Não	Agente comunitária de saúde
Lúcia	Boliviana	38	2007 / 12 anos	Marrom	Heterossexual	Casada	2	Superior incompleto / Técnica em Web Design e fotografia de produtos	Não	Designer
Ana	Chilena	41	2010 / 9 anos	Branca	Heterossexual	Casada	1	Superior completo	Não	Web Designer
Márcia	Cubana	51	1995 / 24 anos	Negra	Heterossexual	Viúva	1	Ensino Médio Completo	Sim. Curso livre de Artes Visuais e História da Arte	Cantora e musicista
Joana	Mexicana	36	2016 / 2 anos	Indígena	Heterossexual	Solteira	0	Mestrado	Sim. Doutorado.	Pesquisadora / Bióloga
Carolina	Venezuelana	65	2018 / 9 meses	<i>Mestiza</i>	Heterossexual	Divorciada	3	Superior completo	Não	Desempregada
Isabel	Colombiana	34	1ª vez: 2010 (ficou 6 meses). 2ª	Branca / <i>Mestiza</i>	Bissexual	Solteira	1	Ensino Médio Completo	Sim. Curso técnico.	Professora de dança

			vez: 2012 / 7 anos							
Pilar	Argentina	32	2018 / 1 ano e 5 meses	Branca	Bissexual	Solteira	0	Mestrado	Sim. Doutorado.	Pesquisadora
Júlia	Hondurenha	20	2019 / 6 meses	Branca	Heterossexual	Solteira	0	Ensino Médio Completo	Sim. Pré- PEC-G.	Estudante
Alice	Chilena	23	2019 / 6 meses	Branca	Bissexual	Solteira	0	Ensino Médio Completo	Sim. Graduação.	Estudante
Olga	Peruana	39	2007 / 12 anos	Indígena	Bissexual	União Estável	1	Ensino Superior completo	Sim. Graduação.	Nutricionista
Cora	Haitiana	36	2014 / 5 anos	Negra	Heterossexual	Casada	2	Ensino Médio incompleto	Não	Desempregada
Renata	Haitiana	23	2019 / 6 meses	Negra	Heterossexual	Solteira	0	Ensino Médio Completo	Sim. Pré- PEC-G.	Estudante